

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

RELATÓRIO E BALANÇOS DO EXERCÍCIO DE 1947

1948

353.811

F9812

AB

000084585

BIBLIOTECA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS	
DATA	
19 AGT 1943	353.633
NÚMERO DE	FA81
NÚMERO DO VOLUME	
6007A	
RET.-L-N	NÚMERO E PUBLICA

AB

I N D I C E

	<u>Págs</u>
1. INTRODUÇÃO	1
2. ATIVIDADES DO EXERCÍCIO DE 1947	1
2.0 - Generalidades	1
2.1 - Atividades dos Órgãos Direcionais	2
2.2 - Atividades de Ensino	5
2.3 - Atividades de Organização	16
2.4 - Atividades de Estudos e Pesquisas	23
2.5 - Atividades de Documentação	31
2.6 - Atividades de Seleção e Orientação Profissional	39
2.7 - Problema Social do Emprego	43
2.8 - Atividades Adjetivas	45
2.9 - Atividades Patrimoniais	49
3. BALANÇOS PATRIMONIAL, ECONÔMICO E FINANCEIRO	57
3.0 - Generalidades	57
3.2 - Balanço Patrimonial	57
3.3 - Balanço Econômico	57
3.4 - Balanço Financeiro	58
3.5 - Análise da Execução Orçamentária	58
Elementos Contábeis da Prestação de Contas	59
Balanço Patrimonial, levantado em 31/12/47	60
Balanço Financeiro, levantado em 31/12/47	61
Balanço Econômico, levantado em 31/12/47	62
Quadro comparativo entre a Receita estimada e a realizada	63
Quadro comparativo entre a Despesa fixada e a realizada	64
Situação Orçamentária do Exercício de 1947	65
4. DIRETRIZES DE AÇÃO E PLANO DE TRABALHO	
4.1 - Diretrizes Gerais	69
4.2 - Desenvolvimento das Atividades	70
4.3 - Bases Estruturais da Organização Futura	71
4.4 - Elaboração do Plano	74

5. CONCLUSOES

76

- ANEXO I - Organograma da Fundação
- ANEXO II - Gráfico mostrando a forma pela qual entraram em funcionamento, sucessivamente, os diferentes órgãos da Fundação, e se intensificaram os trabalhos de cada um deles
- ANEXO III - Frequência às Sessões do Conselho Diretor
- ANEXO IV - Títulos dos técnicos da Fundação
- ANEXO V - Discurso do Senhor Dr. Clemente Mariani, Ministro de Estado dos Negócios de Educação e Saúde, pronunciado quando da inauguração dos cursos da Fundação.
- ANEXO VI - Estrutura dos nove cursos planejados, implantados e controlados pelo Departamento de Ensino.
- ANEXO VII - Atribuições do Departamento de Ensino que caracterizam as funções de cada um dos seus elementos principais.
- ANEXO VIII- Cursos de Extensão Universitária da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil VIII, 01
- Regulamentação das Bôlsas de Estudo concedidas pela Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, em colaboração com a Fundação VIII, 09
- ANEXO IX - Cursos solicitados pelo Conselho Nacional de Imigração e Colonização IX, 01
- Curso solicitado pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura IX, 57
- Curso solicitado pelo Instituto Benjamin Constant, do Ministério da Educação e Saúde. IX, 76
- Cursos solicitados pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Saúde IX, 89
- ANEXO X - Principais características dos Cursos mantidos pela Fundação .
- ANEXO XI - Resultado do inquérito mandado fazer pelo Departamento de Ensino para apurar a causa do elevado número de desistências ocorridas no decurso dos períodos letivos.
- ANEXO XII - Elementos que permitem verificar o bom rendimento dos cursos planejados pelo Departamento de Ensino.
- ANEXO XIII- Dados sobre o custo dos cursos.

- ANEXO XIV - Plano de elaboração de normas e especificações de material, em colaboração com a Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- ANEXO XV - Concurso de Datilógrafos.
- ANEXO XVI - Balança de Pagamento.
- ANEXO XVII - Índice de preços.
- ANEXO XVIII - Estudos concernentes à Renda Nacional.
- ANEXO XIX - Atividades do Núcleo de Economia. Exame da matéria da Revista Brasileira de Economia e dos Índices do Centro de Análise de Conjuntura Econômica.
- ANEXO XX - Acôrdo entre a Fundação Getúlio Vargas e o Departamento Administrativo do Serviço Público, em virtude do qual a primeira ficou autorizada a editar a Revista de Direito Administrativo.
- ANEXO XXI - Atividades da Fundação no setor Publicações.
- ANEXO XXII - Pormenores sôbre os casos de orientação profissional. Estudos e pesquisas do Instituto de Seleção e Orientação Profissional.
- ANEXO XXIII - Projeto da organização dos serviços sociais de colocação do trabalho.
- ANEXO XXIV - Resumo dos trabalhos de rotina da Fundação.
- ANEXO XXV - Plano de salários e hierarquização de cargos e funções para o pessoal da Fundação.
- ANEXO XXVI - Projeto 4 507 de reloteamento do terreno doado à Fundação pela Prefeitura do Distrito Federal.
- ANEXO XXVII - Pormenores sôbre o caso da doação de terreno à Fundação pelo Estado de São Paulo.
- ANEXO XXVIII - Doação do Conde Francisco Matarazzo. Es - critura de ratificação e retificação.
- ANEXO XXIX - Pormenores sôbre a compra de um terreno , pela Fundação, à Cia. City, no Estado de São Paulo.
- ANEXO XXX - Pormenores sôbre a compra, pela Fundação, de dois pavimentos no Edifício Darke.
- ANEXO XXXI - Gráfico sôbre a realização das doações compromissadas à Fundação.
- ANEXO XXXII - Desdobramento do Balanço Patrimonial.
- ANEXO XXXIII - Análise da Despesa Ordinária.
- ANEXO XXXIV - Orçamento aprovado para o exercício de 1948.

APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E A PRESTAÇÃO

DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1947

1. ATA da 15ª Sessão Extraordinária realizada em 25/2/48, em que se distribuiu a relator os balanços e o relatório do exercício de 1947.
2. PARECER do Relator Conselheiro João Carlos Vital, sobre os balanços do exercício de 1947.
 - 2.1 - PARECER do Perito-Contador Américo Florentino sobre os balanços do exercício de 1947.
3. ATA da 34ª Sessão Ordinária do Conselho Diretor, realizada em 4/3/48, convocada para examinar os balanços do exercício de 1947.
4. PARECER do Relator Conselheiro Mário Augusto Teixeira de Freitas, sobre o relatório apresentado pelo Sr. Diretor Executivo.
5. ATA da 16ª Sessão Extraordinária do Conselho Diretor, realizada em 10/3/48, convocada para dar parecer sobre o relatório do exercício de 1947.
6. EXPEDIENTE do Conselho Diretor ao Conselho Curador, encaminhando os balanços e o relatório do exercício de 1947, com parecer favorável.
7. ATA da 9ª Sessão Ordinária do Conselho Curador, realizada em 11/3/48, em que se distribuiu a relator os balanços e o relatório do exercício de 1947.
8. PARECER do Conselheiro Moacyr Cardoso Veloso de Oliveira sobre o relatório e a prestação de contas.
9. ATA da 9ª Sessão Extraordinária do Conselho Curador, realizada em 16/3/48 e convocada para examinar o parecer de um Relator do mesmo Conselho, sobre o relatório e a prestação de contas anuais e a aplicação a ser dada ao resultado do exercício, com parecer favorável.

10 - ATA da 4ª Assembléia Geral Ordinária, realizada em 31 de março de 1948, que foi convocada para conhecer o balanço geral e o relatório do exercício de 1947, que mereceram unânime aprovação.

1) INTRODUÇÃO

1.1) Anàlogamente ao que foi adotado no último relatório anual desta Direção, referente ao exercício de 1 946, procurou-se dar ao presente trabalho uma forma tão objetiva e sintética quanto possível, abrangendo um texto sumário descritivo e anexos esclarecedores, de modo a facilitar um conhecimento preciso acerca das atividades desta Fundação, a todos que por estas se interessem e, em particular, aos membros da Assembléia Geral, do Conselho Curador e do Conselho Diretor.

1.2) Dentro dessa orientação, o texto sumário mencionado ficou constituído dos seguintes capítulos:

1.21) Atividades do exercício de 1 947.

1.22) Balanços.

1.23) Diretrizes de ação e plano de trabalho.

1.24) Conclusões.

2) ATIVIDADES DO EXERCÍCIO DE 1 947

2.0) GENERALIDADES.

2.01) A preocupação fundamental com referência ao início sistemático das atividades dos diversos campos específicos desta Fundação, foi o encontro de pessoas que se pudessem desincumbir eficientemente da direção de cada um dentre êles.

2.02) Dessa forma, unicamente no setor de documentação foi aproveitado um servidor que já pertencia a esta entidade, de vez que sua experiência anterior tornava justificável a medida.

2.03) Em todos os outros, procurou-se sondar as máximas disponibilidades existentes, consultando e convidando especialistas credenciados, o que retardou, em maior ou menor grau os trabalhos de alguns desses campos, dando, no conjunto, uma defasagem entre as implantações respectivas.

2.04) A forma pela qual entraram em funcionamento, sucessivamente, os diferentes órgãos da Fundação, pode ser vista na Ane-

2

xo II, precedido dos organogramas do Anexo I, necessários ao esclarecimento da posição de cada unidade no conjunto.

2.05) Pelo Anexo II, verifica-se que houve uma preocupação de desenvolver todos os campos de atividades básicos da Fundação e de intensificar os trabalhos de cada um deles, a fim de recuperar o tempo perdido anteriormente, justificando ao público, em geral, e aos doadores, em particular, a razão de ser e a utilidade da instituição.

2.06) Para a descrição do que foi feito durante o exercício de 1947, julgou-se preferível adotar uma distribuição funcional, por setores de atividades, a que se acrescentaram alguns problemas específicos:

2.061) Órgãos Direcionais.

2.062) Ensino.

2.063) Organização.

2.064) Estudos e Pesquisas.

2.065) Documentação.

2.066) Seleção e Orientação Profissional.

2.067) Problema Social do Emprego.

2.068) Órgãos Adjetivos

2.069) Atividades Patrimoniais.

2.1) ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS DIRECIONAIS.

2.11) Assembléia Geral.

2.111) Reuniu-se uma vez, na 2ª quinzena de março, no dia 31, conforme determina o art. 7, alínea a, dos Estatutos, para aprovação do relatório e balanços anuais concernentes ao exercício de 1946.

2.112) Nessa ocasião, em obediência ao preceito estatutário consubstanciado no mesmo artigo, alínea b, procedeu à renovação do primeiro terço do Conselho Curador, por sorteio dos elementos a serem substituídos e eleição dos novos membros.

2.113) Os novos participantes do referido Conselho são:

Adroaldo Junqueira Aires, Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Alberto Lúcio Bittencourt, Felinto Epitácio Maia, Manoel Bergstrom Lourenço Filho, Mário Bittencourt Sampaio e Temístocles Brandão Cavalcanti.

2.12) Conselho Curador.

2.121) Teve 4 sessões, respectivamente a 20 e 26 de março, 9 de julho e 10 de dezembro; deixou de haver, portanto, apenas uma reunião das 4 ordinárias previstas no art. 12, alínea a, dos Estatutos, ou seja a relativa ao mês de outubro.

2.122) Na sessão de 26 de março, o Conselho emitiu parecer sobre o relatório e balanços anuais correspondentes às atividades de 1946, segundo disposição estatutária, constante do art. 11, inciso VIII.

2.123) Na reunião de 9 de julho, elegeu o seu Presidente e seu Vice-Presidente, respectivamente, o Dr. Manoel Bergstrom Lourenço Filho e o Dr. Alberto Sá Souza de Brito Pereira, na forma do mesmo artigo, inciso I.

2.13) Conselho Diretor.

2.131) Realizou 22 sessões, compreendendo as 12 ordinárias determinadas pelo art. 18, alínea a, dos Estatutos e mais 10 extraordinárias, para todas as quais foi convidado o representante do Governo Federal junto à Assembléia Geral da Fundação - General Djalma Poli Coelho.

2.132) A frequência foi a demonstrada no quadro do Anexo III.

2.133) As reuniões mais importantes foram as de 18 de março, 2 de dezembro e 18 de dezembro, em que foram aprovados, respectivamente, o parecer sobre o relatório e balanços anuais de 1946, o Regimento da Fundação e o orçamento para 1948.

2.14) Reunião conjunta dos Conselhos Curador e Diretor.

2.141) Houve uma, em 16 de abril, a fim de deliberar sôbre a doação à Fundação, por parte da Prefeitura do Distrito Federal, de um terreno na Esplanada do Castelo, de acôrdo com o Decreto-lei federal nº 7 148, de 13/12/1 944, e Decreto municipal nº 8 012, do dia 28 do mesmo mês.

2.15) Presidente.

2.151) Excetuados alguns períodos, no primeiro semestre, em que se ausentou do Rio, o Presidente acompanhou diariamente os trabalhos da Fundação.

2.16) Diretor Executivo.

2.161) Nada há em especial a assinalar.

2.2) ATIVIDADES DE ENSINO.

2.21) Início não sistemático.

2.211) As atividades de ensino, em 1947, começaram, ainda sem a orientação e o controle técnicos que se fazem necessários, com o lançamento, antes da criação do Departamento correspondente, dos seguintes 5 cursos:

2.211,1) Desenho Básico.

2.211,2) Desenho Técnico.

2.211,3) Desenho de Arquitetura.

2.211,4) Arquivologia e Administração de Documentos

2.211,5) Inglês.

2.212) Por outro lado, terminou, com os exercícios práticos realizados na região de Diamantina, o Curso de Geomorfologia, que tivera lugar no exercício anterior.

2.22) Designação do Diretor e início da fixação de diretrizes técnicas de trabalho.

2.221) Em fevereiro, foi designado para dirigir as atividades de ensino da Fundação o professor Luiz Alves de Matos, cujos títulos constam do Anexo IV, tendo começado, então, a fixação de diretrizes técnicas para a execução eficiente e sistemática dos trabalhos correspondentes.

2.23) Constituição do "staff" técnico e início das atividades de planejamento.

2.231) Em abril, começou a ser constituído o "staff" técnico cuja relação e títulos estão incluídos no mencionado Anexo IV, o que permitiu o planejamento, em maior escala e com maior rapidez, dos cursos da Fundação.

2.24) Início das atividades executivas sistemáticas.

2.241) Ainda em abril, foi lançado um curso, que, embo-

ra não estivesse integralmente dentro das diretrizes depois estabelecidas pelo Departamento de Ensino, sofreu a revisão dêste - trata-se do Curso de Psicoterapia Menor, a cargo do professor Mira y Lopez, e cuja finalidade é preparar auxiliares psicoterápicos, que possam atuar com eficiência em campos diversos, como o pedagógico, o médico e os de serviço social.

2.242) No mês de agosto, principiou o funcionamento regular dos cursos da Fundação, com a inauguração solene dos abaixo discriminados, feita pelo Senhor Ministro da Educação, com a presença do Senhor Ministro do Trabalho e de representantes do Excelentíssimo Senhor Presidente da República e do Senhor Ministro da Agricultura (Ver Anexo V):

2.242,1) Curso Básico de Secretariado.

2.242,2) Curso de Aperfeiçoamento em Secretariado.

2.242,3) Curso Básico de Estatística.

2.242,4) Curso de Aperfeiçoamento em Estatística.

2.242,5) Curso de Auxiliares de Administração de Empresas.

2.242,6) Curso para Administradores de Empresas Comerciais.

2.242,7) Curso para Administradores de Empresas Industriais.

2.242,8) Curso de Formação Pedagógica de Professores e Orientadores do Ensino Agrícola.

2.242,9) Curso para Professores de Cegos e Amblíopes.

2.243) Dêsses, os 7 primeiros foram escolhidos após estágio em empresas, para verificar quais as falhas de preparo do pessoal de que elas mais se ressentiam. O relativo ao ensino agrícola foi solicita

do pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura, e realizado em colaboração com este serviço e com a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais. Finalmente, o de Professores de Cegos e Ambliopes foi pedido pelo Instituto Benjamin Constant, do Ministério da Educação e Saúde. Todos esses 9 cursos foram planejados, implantados e controlados pelo Departamento de Ensino, e sua estruturação, em linhas gerais, pode ser vista no Anexo VI. e IX.

2.244) Paralelamente, em abril, começaram, em São Paulo, dois cursos do Centro de Geologia, da Fundação:

2.244,1) Auxiliares de Geólogos.

2.244,2) Geologia do Sólido.

2.245) Mais tarde, no mês de setembro, tiveram início, em colaboração com a Sociedade Nacional de Agricultura, na Escola Wenceslau Belo, na Penha, 7 Cursos Práticos de ensino agrícola, a saber:

2.245,1) Botânica Agrícola.

2.245,2) Economia e Administração Rural.

2.245,3) Floricultura.

2.245,4) Hortas Domésticas.

2.245,5) Jardinagem.

2.245,6) Sólidos e Adubação.

2.245,7) Viveirista.

2.246) Além dessas atividades, houve, ainda em agosto, a contribuição da Fundação para o Curso de Auxiliares de Enfermagem da Associação de Voluntárias da Escola Ana Neri, o qual ficou sujeito a um controle semelhante ao dos cursos de que trata o item precedente.

2.25) Organização do Departamento de Ensino.

2.251) Uma vez entradas em regime normal as atividades de ensino, foi feita a análise das funções corresponden

tes, resultando a seguinte estrutura básica:

2.251,1) Direção Geral - para direção, orientação, co ordenação e contrô^{le} técnico das atividades.

2.251,2) Secretaria Geral - para atender aos traba -
lhos administrativos do Departamento, bem co
mo para exercer o contrô^{le} administrativo das
atividades.

2.251,3) Serviço Escolar - para orientar e assistir
os alunos, dentro dos recursos técnicos e ma
teriais disponíveis.

2.251,4) Cursos ou órgãos executivos.

2.252) A Direção Geral compreende:

2.252,1) Diretor.

2.252,2) Secretário Administrativo.

2.252,3) "Staff" Técnico.

2.253) A Secretaria Geral abrange:

2.253,1) Secretário Geral.

2.253,2) Auxiliares Administrativos.

2.253,3) Auxiliares do Curso.

2.254) O Serviço Escolar, cuja criação ainda não foi justi
ficada pelo desenvolvimento dos cursos, objetiva pres
tar aos alunos os serviços de orientação educacional,
vocacional e profissional; de encaminhamento para
profissões; e, outrossim, promover atividades extra -
classe.

2.255) Os cursos classificam-se em:

2.555,1) Cursos isolados.

2.555,2) Cursos grupados.

2.256) Os cursos isolados compreendem:

2.256,1) Orientador, para supervisionar e controlar
as atividades docentes, em função dos objeti -
vos específicos de cada curso e das peculiari -
dades dos alunos.

2.256,2) Professôres.

2.257) Os cursos grupados abrangem:

2.257,1) Coordenador, assistido por assessôres quando fôr o caso, para supervisionar e articular as atividades de ensino que envolvem, além do aspecto didático, medidas de ordem administrativa.

2.257,2) Orientadores, para exercerem a supervisão dos aspectos essencialmente didáticos, relacionados com a adequação do ensino ao curso e à turma em questão.

2.257,3) Professôres.

2.258) Do exame das rotinas principais do Departamento, foi feita a distribuição de atribuições traduzida no Anexo VII, pela qual ficaram caracterizadas as funções de cada um de seus elementos principais.

2.26) Colaboração com a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas.

2.261) Afora as facilidades de ordem material concedidas à Faculdade, com a cessão de dependências para seu funcionamento e o fornecimento de jantar, a preço módico, a alunos e professôres, abre a Fundação anualmente àquela, um crédito que, em 1947, foi fixado em Cr\$ 750.000,00.

2.262) Destina-se esse crédito:

2.262,1) Contrato de professôres no estrangeiro.

2.262,2) Aumento de vencimento dos atuais professôres.

2.262,3) Cursos de extensão da Faculdade.

2.262,4) Pagamento de bôlsas de estudo.

2.263) As atividades dos dois últimos itens não funcionaram em 1946, o aumento de vencimentos orçou em Cr\$137.750,00 e com o contrato de professôres no estrangeiro gastou-se Cr\$ 157.017,50, para vinda dos

seguintes:

2.263,1) Sr. Gottrich Harberler, catedrático de Harvard, EE.UU., que aqui esteve 3 meses, fazendo um curso de conferências, bem como colaborando na reforma de programas de cadeiras e nos trabalhos do Núcleo de Economia da Fundação.

2.263,2) Mrs. Maria José Suggett, sua assistente, que está desde junho entre nós, auxiliando o seminário de "Valor e Formação de Preços".

2.263,3) Dr. Daniel Villey, catedrático da Universidade de Poitiers, França, que chegou ao Brasil em abril e está ministrando a cadeira de "Estrutura das Organizações Econômicas".

2.264) Para atender as partes que ainda não haviam sido tratadas, foram feitas, no exercício findo, estudos para cursos de extensão e para a regulamentação de bôlsas, trabalhos cujas linhas gerais constam do Anexo VIII.

2.27) Planejamentos técnicos solicitados por entidades oficiais.

2.271) Podem ser citados dois, cujas linhas gerais constam do Anexo IX.

2.272) O primeiro elaborado por solicitação do Conselho Nacional de Imigração, abrange os cursos abaixo:

2.272,1) Técnico em Imigração.

2.272,2) Técnico em Colonização.

2.272,3) Especialização em Imigração e Colonização.

2.273) O segundo, organizado a pedido do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, compreende os seminários e cursos seguintes:

2.273,1) Seminário Pedagógico para Diretores das Escolas Normais dos Estados e Territórios.

2.273,2) Seminário de Construção de Prédios Escolares.

2.273,3) Curso de Especialização para Professores de Didática e de Prática de Ensino.

2.273,4) Curso de Aperfeiçoamento para Professores de Português das Escolas Normais dos Estados e Territórios.

2.273,5) Curso de Aperfeiçoamento para Professores de Matemática das Escolas Normais dos Estados e Territórios.

2.28) Apuração dos resultados.

2.281) Planejamento- As atividades de planejamento foram, de um modo geral, plenamente satisfatórias, mesmo com relação a cursos que pela primeira vez se faziam em nosso país, sendo prova disso as solicitações de trabalhos de planejamento e assistência técnica feitas por entidades várias, oficiais ou não.

2.282) Elaboração de normas- Teve um desenvolvimento limitado e ainda em caráter experimental ou probatório, ligando-se elas, em geral, à execução dos cursos e à coordenação dos trabalhos dos diferentes órgãos.

Algumas normas de serviço, todavia, já vêm dando resultados assás favoráveis, devendo ser adotadas, em definitivo, com pequenas alterações. Em todo o caso, somente depois da consagração final, serão elas divulgadas.

2.283) Funcionamento dos cursos- Foi bastante satisfatório, podendo-se examinar suas principais características no Anexo X. A parte única a assinalar como fator desfavorável foi o elevado número de desistências, circunstância que levou o Departamento a ser

2.273,3) Curso de Especialização para Professores de Didática e de Prática de Ensino.

2.273,4) Curso de Aperfeiçoamento para Professores de Português das Escolas Normais dos Estados e Territórios.

2.273,5) Curso de Aperfeiçoamento para Professores de Matemática das Escolas Normais dos Estados e Territórios.

2.28) Apuração dos resultados.

2.281) Planejamento- As atividades de planejamento foram, de um modo geral, plenamente satisfatórias, mesmo com relação a cursos que pela primeira vez se faziam em nosso país, sendo prova disso as solicitações de trabalhos de planejamento e assistência técnica feitas por entidades várias, oficiais ou não.

2.282) Elaboração de normas- Teve um desenvolvimento limitado e ainda em caráter experimental ou probatório, ligando-se elas, em geral, à execução dos cursos e à coordenação dos trabalhos dos diferentes órgãos.

Algumas normas de serviço, todavia, já vêm dando resultados assás favoráveis, devendo ser adotadas, em definitivo, com pequenas alterações. Em todo o caso, somente depois da consagração final, serão elas divulgadas.

2.283) Funcionamento dos cursos- Foi bastante satisfatório, podendo-se examinar suas principais características no Anexo X. A parte única a assinalar como fator desfavorável foi o elevado número de desistências, circunstância que levou o Departamento a fazer inquérito a respeito, cujos resultados estão consubstanciados no Anexo XI e em função dos quais serão tomadas providências pre

ventivas nos novos cursos. É de assinalar, entretanto, que já se deveria esperar uma percentagem de desistência elevada em cursos em relação aos quais: a matrícula é barata; os diplomas não conferem direitos especiais; a clientela é, em média, de idade acima da normal para fase de formação; os horários são pouco cômodos para os que não trabalham e para os que trabalham constituem uma apreciável sobrecarga de esforço; há facilidades de inscrição, permitindo a matrícula de pessoas só para satisfazer sua curiosidade; etc. De qualquer modo, as providências que já vêm sendo tomadas e outras, cuja adoção será desejada pelo estudo constante do assunto, certamente contribuirão para, em futuro mais ou menos próximo, reduzir-se às devidas proporções o mal de que ora se cuida.

2.284) Rendimento dos cursos-A análise das apostilhas, elaboradas pelos professores, e dos testes confeccionados para as provas, permite verificar, de um modo geral, que os cursos planejados pelo Departamento de Ensino e acompanhados tecnicamente por seus coordenadores e orientadores, sob a supervisão de seu ^ostaff técnico, corresponderam ao padrão elevado que se tinha em mira. Além disso, o resultado desses cursos, em termos de aprovação dos alunos, foi assás animador, sobretudo considerando-se que os mesmos, em sua maior parte, constituem inovação em nosso meio. Comparando os elementos acima aludidos, alguns dos quais podem ser examinados com maiores minúcias nos quadros do Anexo XII, com os relativos a escolas reputadas do país, oficiais ou não, chega-se a conclusão de que os cursos desta entidade destacam-se pelo caráter técnico da

execução, pela seriedade dos trabalhos e pela aprovação rigorosa dos alunos; circunstâncias que se traduzem em um alto nível de ensino. Embora a medida de rendimento obtida através de provas escolares seja sempre uma medida indireta, o conjunto de índices de que se dispõe para traduzí-la, no caso dos cursos desta Fundação, permite qualificar esse rendimento, em geral, como bom e, mesmo, em certos cursos, como excelente; máxime se se atentar no material humano heterogêneo que teve de ser trabalhado, particularmente na hipótese de cursos de colaboração, em que ficou prejudicada a interferência desta entidade no recrutamento e seleção dos alunos.

2.285) Custo dos cursos. Foi muito variável e ficou encarecido pelo elevado número de desistências e conseqüente redução na percentagem de alunos concluindo os cursos. Os dados pormenorizados sobre o assunto podem ser vistos no Anexo XIII. A média de custo unitário, por aluno formado, foi de CR\$2.055,82.....; nesse valor, todavia, não estão apropriadas algumas parcelas, como as:

2.285,1) Atividades dos órgãos de direção e controle incidindo sobre o curso.

2.285,2) Depreciação do material permanente utilizado.

2.285,3) Gastos gerais, como luz, limpeza, etc.

2.285,4) Ocupação de espaço.

2.29) Conclusões

2.291) De um modo geral, as atividades de ensino, que constituem o objetivo principal da Fundação, tiveram um desenvolvimento bastante satisfatório, particularmente se comparadas com os tipos nor-

mais em nosso meio.

2.292) Não há dúvida que poderão elas ser ainda melhoradas, mas isso está sendo feito progressivamente e constitui uma das preocupações máximas do Departamento de Ensino.

2.293) Pondo de lado as mínucias de execução, cujo aperfeiçoamento exige um exame mais detido de cada caso, pode-se assinalar, desde já, alguns aspectos gerais exigindo atenção.

2.294) Em primeiro lugar, surge a escolha dos cursos a serem ministrados, atualmente assás influenciada por facilidades momentâneas e por pedidos de órgãos oficiais. Cumpriria fazer um plano a longo prazo, dentro do qual seria atribuída prioridade aos diferentes cursos, em função:

2.294,1) De seu interesse para o país.

2.294,2) Da possibilidade de obter recursos extra orçamentários para custeá-los.

2.294,3) Do aproveitamento que dêem com relação às dependências e ao material empregado, bem como, de um modo geral, de seu custo unitário.

2.294,4) Da repercussão para a Fundação.

2.295) Por outro lado, há a necessidade de um maior en trosamente com as atividades de pesquisas, o que e xige, aliás, para sua perfeita execução, de um la do, a introdução em larga escala do regime de bôl sas de estudo, de outro lado, a criação de cen - tros de pesquisas. Para isso, far-se-ia mister u - ma campanha junto às entidades interessadas em ca da curso e nas pesquisas correlatas, para contri - buírem, respectivamente, para custeio de bôlsas e o de atividades dos centros.

2.296) Finalmente, seria aconselhável como um atrativo

para certos cursos desta Fundação, a articulação com um sistema de emprêgo, que permitisse colocar o pessoal formado e, subsidiariamente, atender a solicitações de empregadores.

2.3) ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÃO

2.31) Preocupações básicas iniciais.

2.311) Constituíram preocupações básicas iniciais, com relação ao problema de organização, não só a escolha de um Diretor para o Departamento correspondente, mas também o encaminhamento da solução de determinadas questões fundamentais correlatas, algumas ligadas à administração de pessoal, como a classificação de cargos e funções e a seleção e orientação profissional, outras incluídas na administração de material e instalações, como a padronização e a higiene e conforto dos ambientes de trabalho.

2.32) Criação do Instituto de Seleção e Orientação Profissional.

2.321) Dentro da diretriz exposta, foi criado, em março, o Instituto de Seleção e Orientação Profissional, cujas atividades serão descritas em outro local do presente relatório, e que, por força de suas necessidades funcionais, teve de iniciar o estudo da classificação de profissões.

2.33) Designação de Diretor e início da fixação de diretrizes técnicas de trabalho.

2.331) Em maio, foi designado para dirigir as atividades de organização da Fundação o Dr. Custódio Sebral Martins de Almeida, cujos títulos constam do Anexo IV.

2.332) Ficou assente que o tratamento dessas atividades se faria dentro da orientação abaixo, traduzida em programas parciais de ataque:

2.332,1) Reunir, progressivamente, um "staff" técnico para atender não só as questões básicas de organização propriamente dita, de administração de pessoal e de material, inclusive as

mencionadas no final do item 2.311, mas também aos trabalhos executivos a seguir enumerados.

- 2.332,2) Atacar, com a intensidade máxima permitida pelos recursos disponíveis em pessoal e material, a reorganização interna da Fundação.
 - 2.332,3) Prestar a assistência técnica que fôr solicitada pelos órgãos públicos.
 - 2.332,4) Organizar, em colaboração com o Departamento de Ensino, cursos de formação de técnicos em organização.
 - 2.332,5) Fazer contratos de prestação de serviços de organização, que, de início, seriam limitados em vulto e quantidade, objetivando tão somente a difusão e o aumento de experiência dos técnicos, bem como o propiciamento de um campo de prática aos alunos dos cursos.
- 2.333) Durante alguns meses, porém, o desenvolvimento das atividades de organização foi pequeno, já que o dirigente nomeado, por força de encargos de que a Fundação participara, teve de se ausentar mais de uma vez do Rio, em uma delas ultrapassando de um mês, já porque apenas a partir de meados de junho dispôs ele de um assistente e, assim mesmo, em tempo parcial. De qualquer forma, pode-se alinhar entre seus trabalhos:
- 2.333,1) Bibliografia sobre planejamento.
 - 2.333,2) Organização interna do Departamento.
 - 2.333,3) Reorganização estrutural e lotação do Departamento de Documentação.
 - 2.333,4) Reorganização da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em colaboração com técnicos.

do Departamento Administrativo do Serviço Público.

2.333,5) Plano de sistematização de cargos e carreiras e enquadramento do pessoal da mesma Prefeitura.

2.333,6) Estudo sobre os serviços datilográficos, de duplicação e de cálculo da Fundação.

2.333,7) Organização e instalação do Serviço de Mecanização.

2.333,8) Estudo sobre o custo das apostilhas.

2.34) Atividades da Comissão de Assistência à Secretaria da Presidência da República.

2.341) Essa Comissão, sob a chefia direta do Diretor Executivo e cujos trabalhos foram acompanhados pelo Presidente da Fundação, tratou de problemas de organização solicitados pela Secretaria da Presidência da República e cujo assunto, por ser reservado, não pode ser referido em um relatório destinado a divulgação.

2.342) As atividades perduraram de julho a setembro, dela participando o Diretor do Departamento de Organização e técnicos específicos de órgãos de pesquisas.

2.35) Início da constituição do "staff" técnico e das atividades sistemáticas.

2.351) Em novembro teve início a constituição do "staff" técnico, incluindo técnicos em organização e em problemas de pessoal, material e de equipamentos especiais; a colaboração de alguns foi prevista em caráter permanente, a de outros em caráter eventual, sendo, neste caso, solicitada, apenas quando a solução de assuntos específicos reclamar. Os títulos de pessoal de qualquer desses grupos estão consubstanciados no Anexo IV.

2.352) A partir da época mencionada, começaram a ser desen-

volvidos sistematicamente os trabalhos do Departamento, embora o referido "staff" técnico fôsse ainda muito reduzido.

2.353) No que diz respeito às atividades de planejamento e elaboração de normas, tiveram início os trabalhos com o tratamento dos assuntos abaixo:

2.353,1) Classificação de cargos e funções que interessam, internamente, a esta entidade.

2.353,2) Regulamento de Pessoal da Fundação.

2.353,3) Organização do primeiro plano de elaboração de normas, padrões e especificações de material, em colaboração com a Associação Brasileira de Normas Técnicas, plano que está discriminado no Anexo XIV e teve em mira, principalmente, material escolar e de escritório, bem como problemas básicos de ordem geral.

2.354) Quanto às atividades executivas dessa fase final do ano, Podem-se citar:

2.354,1) Estudo sobre a organização da Secretaria ou Secção de Publicações, objetivando atender, principalmente, aos periódicos da Fundação, ou sejam, a Revista Brasileira de Economia, a Revista de Direito Administrativo e o boletim Conjuntura Econômica.

2.354,2) Coordenação de providências para a impressão do boletim Conjuntura Econômica.

2.354,3) Medidas para a simplificação da administração de material da Fundação.

2.354,4) Medidas sobre a fixação de horário e apuração de frequência.

2.354,5) Concurso de datilógrafos, em que se inscreveram 619 candidatos e passaram 28 (22,1%) , constando do Anexo XV alguns pormenores a respeito.

2.36) Organização do Departamento de Organização.

2.361) Já estava estudada desde a primeira fase dos trabalhos, conforme alude o item 2.333,2. Dentre as soluções previstas e que se adaptaram a diferentes graus de desenvolvimento, preferiu-se a mais simples e maleável, a seguir transcrita.

2.361,1) Direção Geral, para direção, orientação, coordenação e controle técnico.

2.361,2) Secretaria Geral, para atividades de administração geral, documentação e controle administrativo.

2.361,3) Equipes ou órgãos executivos.

2.362) A Direção Geral compreende:

2.362,1) Diretor.

2.362,2) Secretário Administrativo.

2.362,3) "Staff" Técnico.

2.363) A Secretaria Geral e as Equipes ainda não foram constituídas, sobrecarregando com isso, respectivamente, o Secretário Administrativo e o "Staff" Técnico, e o próprio Diretor.

2.37) Colaboração com a Associação Brasileira de Normas Técnicas.

2.371) Segundo foi mencionado no relatório anual do ano findo, a Fundação e a referida Associação fizeram um acordo, em outubro de 1946, pelo qual, em cada exercício, a primeira entrega uma quantia em dinheiro à última, destinando-se uma parte à publicação de trabalhos sobre normas, padrões e especificações, ao passo que a outra ao pagamento de prestação de serviços.

2.372) Para o ano de 1947, a contribuição foi de Cr\$. 200.000,00, cabendo Cr\$100.000,00 a cada uma das finalidades indicadas.

2.373) No que concerne às publicações, foram editados dois

volumes sobremodo importantes:

2.373,1) O das Normas Brasileiras, abrangendo 18 Especificações, 8 normas e 58 Métodos de Ensaio.

2.373,2) O das Normas Recomendadas, incluindo 30 Especificações, 5 Normas, 60 Métodos de Ensaio, 5 Padronizações, 4 Terminologias.

2.374) Quanto à prestação de serviços, foi elaborado o programa aludido no item 2.353,3, cujo desenvolvimento ora se processa.

2.375) Cabe assinalar que a Associação Brasileira de Normas Técnicas, em reunião havida durante o Congresso Brasileiro de Normas, alterou a constituição de seu Conselho Diretor, dêle passando a participar esta Fundação.

2.38) Trabalhos Técnicos solicitados por entidades oficiais.

2.381) Além dos pedidos pela Secretaria da Presidência da República, que deram margem à criação da Comissão referida no item 2.34, houve outros solicitados pelo Conselho Nacional de Imigração e Colonização e já atendidos nas seguintes partes, cujo teor ainda não pode ser divulgado:

2.381,1) Diretrizes para a elaboração do Plano Nacional de Imigração.

2.381,2) Organização do "staff" técnico do Conselho.

2.39) Conclusões.

2.391) As atividades de organização desta Fundação, embora já tenham produzido alguns bons trabalhos, particularmente na reorganização interna e em solicitações de entidades oficiais, ainda podem ser consideradas incipientes.

2.392) Para desenvolvê-las como merecem, tudo indica ser aconselhável:

2.392,1) Fornecer-lhes maiores recursos, seja direta

mente, seja indiretamente através de contratos de prestação de serviços.

2.392,2) Fazer entendimentos que permitam atacar os problemas básicos mencionados no final do item 2.311, tanto quanto possível, em regime de colaboração, que traria o maior aproveitamento dos recursos e dos técnicos para isso disponíveis.

2,392,3) Dar início aos cursos de técnicos de organização, que para isso deveriam ter uma prioridade especial dentro do programa do Departamento de Ensino.

2.393) Esses três grupos de providências, porém, acarretariam soma apreciável de trabalhos para o Departamento de Organização, de modo que isso deveria ser feito sem prejuízo da reorganização interna da Fundação, que deve ter prioridade absoluta.

2.4) ATIVIDADES DE ESTUDOS E PESQUISAS.

2.41) Início descentralizado.

2.411) As atividades de estudos e pesquisas, em sua primeira fase, que, aliás, se iniciara em 1946, foram inteiramente descentralizadas, pois se exerceram através de Núcleos e Centros permanentes ou de Comissões esporádicas, com direção e "programas in dependentes".

2.42) Atividades do Núcleo de Economia.

2.421) Conforme foi dito no relatório referente ao exercício de 1946, o Núcleo em aprêço foi constituído tendo em vista trabalhos de seminários e tarefas, sob a Chefia do Dr. Eugênio Gudín Filho e contando com um secretário e membros permanentes e eventuais, cujos títulos constam do Anexo IV.

2.422) O andamento dos trabalhos obedeceu ao plano inicial previsto, que se compunha do estudo dos seguintes assuntos:

2.422,1) Balança de Pagamentos.

2.422,2) Índices de Preços.

2.422,3) Renda Nacional.

2.423) A discriminação geral da "balança de pagamentos" ficou aprovada em março, na forma transcrita no Anexo XVI, após o estudo das providências administrativas necessárias a sua efetivação, bem como a distribuição dos trabalhos pelos órgãos que deveriam realizá-las; atualmente já se acham em andamento adiantado os trabalhos de execução que, em consequência dos estudos do Núcleo de Economia, vêm sendo realizados pela Carteira Cambial do Banco do Brasil S.A. e pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda. Posteriormente, houve algumas sessões do Núcleo sobre ês-

se assunto, não só para verificar o andamento das atividades executivas, mas também para adaptar a discriminação inicial à estabelecida pelo fundo Monetário Internacional.

2.424) O estudo concernente aos índices de preços consistiu, principalmente, da escolha dos produtos e tipos destes a serem levantados, das praças onde colher os dados e da forma de ponderação dos elementos obtidos, constando o resumo do Anexo XVII. Após a fixação das diretrizes iniciais, em maio, ficou encarregado dos trabalhos de execução o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

2.425) Quanto à renda nacional, as discussões desenvolveram-se em torno da forma pela qual sua determinação seria exequível em nosso país, dos processos de levantamento de cada item, em particular, e dos órgãos que deles se poderiam desincumbir. Os resultados gerais estão consubstanciados no Anexo XVIII. Já se iniciaram atividades executivas na Secção de Estatística da Diretoria do Imposto de Renda, e, no Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

2.426) Além desses trabalhos fundamentais, realizaram-se outros ligados ao exame de matéria da Revista Brasileira de Economia e ao dos índices do Centro de Análises da Conjuntura Econômica. O resumo geral das atividades pode ser apreciado no quadro de síntese, que constitui o Anexo XIX.

2.43) Atividades do Núcleo de Direito Público.

2.431) Organizado por forma análoga à do Núcleo de Economia, no mês de janeiro, foi entregue a Direção ao Dr. Temístocles Brandão Cavalcanti, auxiliado por um secretário e por membros permanentes,

cujos títulos se acham enumerados no Anexo IV.

2.432) O programa inicial continha os seguintes assuntos:

2.432,1) Taxa de Melhoria.

2.432,2) Taxa Rodoviária.

2.432,3) Nacionalização da Pesca.

2.433) Mais tarde foi acrescentado o da lei orgânica-tipo para os Municípios e, posteriormente, ainda, as matérias abaixo:

2.433,1) Reunião em um volume das Constituições Estaduais, com índice alfabético e remissivo, precedido de um comentário do conjunto;

2.433,2) Ante-projeto de lei uniformizando o imposto de transmissão de propriedade, com a respectiva motivação e bibliografia anexa;

2.433,3) Ante-projeto de lei modernizando o sistema de registro-civil, precedido da competente motivação, com estudo das nossas condições locais, leis e legislação comparada.

2.434) Durante o exercício de 1947, entretanto, nenhum dos trabalhos previstos terminou.

2.44) Atividades da Comissão de Estudos para a Secretaria da Presidência da República.

2.441) Essa Comissão constituiu, juntamente com elementos da Secretaria da Presidência da República, a chamada Divisão de Estudos desta, de caráter transitório, que teve como objetivo principal a reunião de dados técnicos e a elaboração de planos prévios para a mensagem com que o Senhor Presidente da República abriu a sessão legislativa do ano findo; além disso, coube-lhe organizar um boletim mensal informativo e estudar as medidas complementares para a execução do programa traçado na referida mensagem. A Comissão funcionou de fevereiro a

abril.

2.442) Dela participaram o Diretor Executivo, como Coordenador Geral, e técnicos atualmente ocupando as direções dos Departamentos de Ensino, de Organização e de Pesquisas e Documentação, bem como do Centro de Análise da Conjuntura Econômica, afora o pessoal especializado em documentação.

2.45) Atividades da Comissão de Assistência Técnica à Comissão de Estudos da Localização da Nova Capital do País.

2.451) Por solicitação do Presidente da referida Comissão de Estudos, General Djalma Polli Coelho, esta Fundação apresentou uma contribuição para o problema em aprêço, que não convém divulgar antes de terminarem os trabalhos daquela.

2.452) Constou essa contribuição de um relatório-resumo e de vários anexos, o primeiro dos quais abordou os seguintes pontos:

2.452,1) Esquema geral do programa de trabalhos.

2.452,2) Limitação progressiva de áreas de pesquisa.

2.452,3) Levantamento de dados nesta capital.

2.452,4) Programa de pesquisas de campo.

2.452,5) Características da Nova Capital e do Novo Distrito Federal.

2.452,6) Impedimento das especulações imobiliárias locais.

2.452,7) Os efeitos da mudança da capital sobre a cidade do Rio de Janeiro.

2.453) Os anexos versaram sobre:

2.453,1) Aspecto físico.

2.453,2) Aspecto demográfico.

2.453,3) Aspecto cultural.

2.453,4) Aspecto econômico-social.

2.453,5) Aspecto financeiro.

2.453,6) Aspecto administrativo.

2.454) Os colaboradores do trabalho e títulos respectivos estão enumerados no Anexo IV.

2.46) Atividades do Centro de Análise da Conjuntura Econômica.

2.461) Este Centro foi organizado em julho, sob a direção do Dr. Rer. Pol. Richard Lewinsohn, assistido pelo Dr. Américo Barbosa de Oliveira, constando os títulos de ambos do Anexo IV.

2.462) Teve-se em mira, com sua criação:

2.462,1) O estudo sistemático dos fatos econômicos nacionais e estrangeiros que sobre eles tiveram repercussão, de forma a conhecer a interrelação dos elementos fundamentais da conjuntura econômica do país, bem como os índices das tendências de variação desta última;

2.462,2) Divulgar, mediante a publicação de um boletim periódico de intervalo tão curto quanto possível, os resultados básicos de seus estudos, que interessem à estabilidade e ao desenvolvimento dos negócios públicos e privados do país.

2.462,3) Subsidiariamente, proceder a estudos conjunturais, de caráter restrito, referente aos setores econômicos nacionais mais importantes.

2.463) Conforme fôra previsto inicialmente, houve um período de 3 meses, de julho a outubro, de implantação, incluindo, particularmente, contáto com as fontes, reunião atualizada de dados até a época de início do boletim e estabelecimento dos esquemas de fornecimento mensal dos dados futuros.

- 2.464) Os índices econômicos propostos e o plano de distribuição de matérias foram discutidos e aprovados pelo Núcleo de Economia.
- 2.465) O programa traçado foi cumprido em novembro e dezembro, respectivamente, saíram os dois primeiros números da Conjuntura Econômica, com as tiragens de 7 000 e 12 000 exemplares.
- 2.47) Início da coordenação das atividades de pesquisas.
- 2.471) A existência de órgãos sem coordenação, atuando em vários setores de pesquisas, seria suscetível de levá-los a atuar em campos cada vez mais especializados e dentro das preferências dos técnicos respectivos, máxime quando fôsem cumpridos os programas inicialmente previstos e se tratasse de novos programas de trabalho. Com isso, poderia haver um afastamento progressivo dos objetivos, deixando as diferentes unidades de trabalhar para um fim comum, o que tiraria grande parte da objetividade dos serviços, além de dar margem ao aparecimento de paralelismos e oposições, com diminuição de eficiência do conjunto e aumento do ônus das atividades.
- 2.472) Para prevenir a eventualidade de ocorrência de um tal estado de coisas, foi criada, em outubro, a assistência de pesquisas, como "staff" da direção executiva, e entregue ao Dr. Thomaz Russell Raposo de Almeida, cujos títulos estão discriminados no Anexo IV.
- 2.473) Além da importante função coordenadora, a assistência em causa teria a atribuição de superintender as pesquisas para as quais não houvesse órgão próprio da Fundação.
- 2.48) Coordenação das atividades de pesquisas e documentação.

- 2.481) Os trabalhos da assistência de pesquisas foram proveitosos e mostraram o acêrto de sua criação e a conveniência de fortalecê-la.
- 2.482) Mais tarde, ficou evidenciado que as atividades de pesquisas foram de certa forma prejudicadas pela falta de coordenação com as de documentação.
- 2.483) Pelas circunstâncias apontadas e pela necessidade de restrição de despesas, focalizada na ocasião do exame da proposta orçamentária para o corrente exercício de 1 948.
- 2.484) Em consequência disso, ficou resolvida a fusão da Assistência e demais órgãos de pesquisas com o Departamento de Documentação, resultando o Departamento de Pesquisas e Documentação, o qual ainda está em fase de organização, embora no Anexo I já esteja incluído, em linhas gerais, um projeto para sua estrutura, que, provavelmente, prevalecerá com ligeiras alterações.
- 2.49) Conclusões.
- 2.491) Da observação do modo por que se desenvolveram as atividades de estudos e pesquisas, chega-se à conclusão de que, para maior eficiência destas, algumas medidas gerais se impõem:
- 2.491,1) Elaboração do plano geral de pesquisas do Departamento , dentro do qual as diferentes unidades atuariam para um objeto comum.
- 2.491,2) Elaboração de planos parciais para detalhamento das atividades de cada unidade, para atendimento das pesquisas de cada Departamento específico e para entrosamento dêsses trabalhos com os de ensino, principalmente, e com os de documentação.
- 2.491,3) Criação de unidades de pesquisas com trabalho permanente, anexas aos Núcleos, de for

ma a dar às atividades dêstes, um caráter objetivo e um ritmo uniforme e intenso, bem como a aproveitar os seminários dos mesmos para trabalhos de crítica, planejamento e fixação de normas. Tanto quanto possível, essas unidades se confundiriam com os centros referidos no item 2.295 e destinados à prática de alunos dos cursos.

2.5) ATIVIDADES DE DOCUMENTAÇÃO.

2.51) Períodos de atividades de documentação descentralizadas.

2.511) Na primeira fase do ano de 1 947, as atividades de documentação, como, aliás, haviam sido tratadas desde fins de 1 946, desenvolveram-se em dois órgãos de ação paralela:

2.511,1) A Biblioteca, dentro dos moldes da técnica moderna. .

2.511,2) A Divisão de Documentação Geral, visando todos os tipos de documentação, exceto os especificamente afetos às bibliotecas.

2.512) No tocante à primeira, nada há de especial a as sinalar, a não ser o fato de ter sido revista tôda a catalogação de seus volumes, de vez que a atual direção encontrara a biblioteca com um sistema próprio incompleto, que impedia que a mesma se utilizasse do Serviço de Intercâmbio de Catalogação, com maior eficiência e menores ônus.

2.513) Quanto à segunda, compreendia serviços de coleta, sistematização e divulgação, similares aos da biblioteca, mas que se tornavam mais complexos que os desta pelos seguintes motivos:

2.513,1) Na fase de coleta - pela necessidade de recorrer, em larga escala, a prospecções para obtenção de material documentário inédito.

2.513,2) Na de sistematização - pela existência de cálculos na manipulação prévia de muitos dos dados, bem como pela maior dificuldade na classificação e catalogação do material documentário heterogêneo com que tem de lidar.

2.513,3) Na de divulgação - por acrescentar aos tipos de divulgação, total ou parcialmente estática, traduzida nos sistemas de empréstimos usuais das bibliotecas, a divulgação dinâmica, através de um conjunto de publica - ções.

2.514) Além dos órgãos para atender às rotinas decorrentes dos trabalhos mencionados no item 2.513 e respectivas subdivisões, foram previstos dois serviços especiais:

2.514,1) O de Intercâmbio de Catalogação, serviço de colaboração, para cooperar com o Departamento Administrativo do Serviço Público e a Imprensa Nacional no trabalho importante em ap^{re}ço, o qual está em risco de ser perdido, pelo atraso na revisão e, principalmente, na confecção material das fichas respectivas.

2.514,2) O de Catálogo Coletivo, serviço próprio, destinado à organização do catálogo comum a todas as bibliotecas importantes do país.

2.515) Devido às atribuições assim conferidas, a Divisão de Documentação Geral, incluiu funcionalmente os setores de trabalho abaixo discriminados:

2.515,1) Bibliografia e Referência.

2.515,2) Catalogação e Classificação.

2.515,3) Documentação específica.

2.515,4) Estatística.

2.515,5) Serviços de cooperação.

2.52) Período de atividades de documentação centralizadas.

2.521) Com o prosseguimento dos trabalhos, foi verificada a necessidade imediata de uma unidade de dire - ção em ambos os setores de documentação indepen -

dentes, bem como a conveniência da unificação de certos serviços comuns, não só do ponto de vista técnico, como do econômico.

2.522) Por isso, no início de junho, foi estudada a fusão e reorganização dos dois setores considerados, do que resultou a criação do Departamento de Documentação, implantado ainda no mesmo mês.

2.523) O novo Departamento ficou estruturado em duas Divisões:

2.523,1) A de Coleta e Cooperação, abrangendo os serviços de coleta em geral (aquisição, prospecção, inquéritos, intercâmbio, etc.), bem como os individualizados de interesse coletivo (intercâmbio de catalogação, catálogo coletivo, etc.), geralmente realizados através de atividades de cooperação. Também a seu cargo ficaram os trabalhos de ordem material.

2.523,2) A de Sistematização e Divulgação, compreendendo todos os trabalhos indicados por seu nome, exceto a parte material das publicações.

2.524) A Divisão de Coleta e Cooperação foi estruturada com os órgãos abaixo:

2.524,1) Chefia.

2.524,2) Catálogo Coletivo.

2.524,3) Serviço de Intercâmbio de Catalogação.

2.524,4) Setor de Aquisição e Prospecção.

2.524,5) Setor de Estatística e Cadastros Especiais.

2.524,6) Setor de Duplicação e Distribuição.

2.525) A Divisão de Sistematização e Divulgação ficou assim organizada:

2.525,1) Chefia.

2.525,2) Setor de Catalogação e Classificação.

2.525,3) Setor de Bibliografia e Referência.

2.525,4) Setor de Empréstimos.

2.525,5) Setor de Publicações.

2.53) Período de atividades de documentação, coordenadas com os de pesquisas.

2.531) A solução dada para a organização das atividades de documentação foi boa e produziu alguns resultados apreciáveis, apesar de não se ter conseguido, durante todo o período de sua vigência, um Diretor para o Departamento criado.

2.532) Posteriormente, porém, certos fatos vieram determinar a sua alteração. Em primeiro lugar, a hipertrofia das atividades de documentação com interferência das diversas atividades específicas, ensejadas pela independência e vulto dos órgãos respectivos, tornou necessária uma coordenação maior destes com os demais órgãos específicos, particularmente os de pesquisas. Por outro lado, certas unidades que, por sua origem, ligações ou atividades, participavam em graus semelhantes das atividades de pesquisas, criavam diversos problemas funcionais. Finalmente, a necessidade da adoção de medidas de economia acarretava, entre outras conseqüências, o recurso a estruturas mais singelas e menos onerosas.

2.533) Por esses motivos e por outros que seria fastidioso enumerar, resolveu-se fundir o Departamento de Documentação com a Assistência e demais órgãos de pesquisas, conforme foi dito no item 2.484.

2.54) O caso especial das publicações.

2.541) As publicações da Fundação classificam-se em

dois grupos:

2.541,1) O das séries e, eventualmente, publicações avulsas, que se destinam a uma divulgação assistemática de conhecimentos relativos a problemas específicos, facilitando a técnicos e cientistas a edição de seus trabalhos e propiciando a difusão dos resultados de estudos e pesquisas da Fundação.

2.541,2) O das publicações periódicas, que deverão cobrir, progressivamente, os campos básicos de atividades da Fundação, divulgando, de modo sistemático, artigos de doutrina, estudos sobre questões de interesse nacional e resultados de trabalhos desta entidade.

2.542) O primeiro grupo tende a desaparecer como atividade documentária principal, não só pela supressão de alguns setores, particularmente as de ciências fora das finalidades da Fundação, mas também pela redução, nos demais, às proporções de atividade auxiliar, para atender a exigências de espaço (monografias, volumosas demais para as revistas), de tempo (oportunidade de divulgação) e de distribuição adicional de separatas. Na categoria de exame, encontram-se atualmente as séries abaixo, que, no ano findo, tiveram editados os números de fascículos indicados à direita:

2.542,1) Summa Brasiliensis Mathematicae	- 8
2.542,2) Summa Brasiliensis Physicae	- 2
2.542,3) Summa Brasiliensis Biologiae	- 7
2.542,4) Summa Brasiliensis Geologiae	- 4
2.542,5) Estudos Brasileiros de Geologia	- 0

2,542,6)	Estudos Brasileiros de Higiene	- 1
2.542,7)	Estudos Brasileiros de Demografia	- 1
2.542,8)	Estudos Brasileiros de Economia	- 2
2.542,9)	Total	- 25

2.543) No segundo grupo, encontram-se no momento:

2.543,1) Revista Brasileira de Economia.

2.543,2) Boletim Conjuntura Econômica.

2.543,3) Revista de Direito Administrativo.

2.544) A Revista Brasileira de Economia, editada, trimestralmente, sob a orientação técnica do Núcleo de Economia, tem como comissão de redação a formada pelo Chefe e membros permanentes do Núcleo aludido. O Diretor respectivo é o Dr. Arízio de Viana, cujos títulos constam do Anexo IV. No ano de 1947, foram publicados 2 números, correspondendo aos trimestres 3º e 4º, aliás, òtımamente recebidos pelo público especializado.

2.545) O boletim mensal Conjuntura Econômica é o órgão de divulgação dos resultados do Centro de Análise da Conjuntura Econômica. Seu Diretor nato e seu Redator Chefe nato, são, respectivamente, o Chefe e o Assistente do Centro mencionado. Segundo consta do item 2.465, já foram publicados, no ano findo, os números de novembro e dezembro, que tiveram uma aceitação geral acima de qualquer expectativa.

2.546) A Revista de Direito Administrativo, repositório importante de documentação para o referido campo de direito, muitas vèzes citado nos tribunais do país, achava-se atrasada de mais de ano, perdendo muito em sua oportunidade e ficando desacreditada como periódico. Houve, então, entendimentos entre a Fundação e o Departamento Administrativo do Serviço Público, resultando um acôrdo em julho, cujo

texto consta do Anexo XX, e em virtude do qual a primeira ficou autorizada a editar a Revista de Direito Administrativo pelo prazo de dez anos. A preocupação primeira foi a atualização dos números em atraso, tendo sido publicado o primeiro destes ainda em 1947.

2.547) Para maiores informações acerca das atividades da Fundação no setor de publicações, pode ser visto o Anexo XXI.

2.55) Trabalhos documentários solicitados por entidades oficiais.

2.551) Preliminarmente, houve a solicitação da Comissão de Estudos da Localização da Nova Capital do País, para o preparo de documentação bibliográfica e específica sobre a mudança da capital do Brasil e as já efetuadas no estrangeiro. Esse trabalho foi incluído nos anexos ao estudo referido no item 2.452.

2.552) Por outro lado, foi preparado, a pedido da Secretaria da Presidência da República, material documentário bibliográfico e específico sobre os seguintes assuntos:

2.552,1) Siderúrgica Nacional.

2.552,2) Fábrica de Motores.

2.552,3) Vale do Rio Doce.

2.552,4) Vale do Rio São Francisco.

2.553) Além desses trabalhos, houve uma colaboração em prestação de serviços, traduzida no fornecimento de duas bibliotecárias para participar da equipe que, sob a direção da Chefe da Biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público, reorganizou a Biblioteca da Câmara Federal dos Deputados.

2.56) Conclusões.

2.561) As atividades de documentação da Fundação, em conseqüência do caráter universal que tiveram e de algumas inovações nelas introduzidas, como a da generalização do conceito moderno de biblioteca, tiveram de vencer várias dificuldades e estar sujeitas a duas reorganizações.

2.562) Em todo o caso, prestaram elas serviços apreciáveis e é de esperar que, em sua nova fase, com as modificações ditadas pela experiência anterior, inclusive a íntima colaboração com as atividades de pesquisas, venham elas a atender plenamente aos seus objetivos.

2.6) ATIVIDADES DE SELEÇÃO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL.

2.61) Planejamento e implantação de atividades.

2.611) Conforme já foi aludido no item 2.32, uma das principais preocupações desta entidade, no campo da organização, foi a criação de um órgão destinado ao tratamento dos problemas de seleção e orientação profissional. Daí nasceu, em março, um Centro especial para o fim mencionado, cuja posterior transformação em Instituto autônomo foi, desde o início, prevista.

2.612) A direção foi entregue ao professor Emílio Miray Lopez, o qual planejou o funcionamento do órgão e escolheu os colaboradores cuja discriminação e títulos fazem parte do Anexo IV.

2.613) Progressivamente, foi o Centro implantado, de modo a poder iniciar os trabalhos durante o mês de junho.

2.62) Execução das atividades.

2.621) Podem ser distribuídas nos seguintes grupos:

2.621,1) Atividades principais.

2.621,2) Atividades complementares.

2.621,3) Atividades técnicas auxiliares.

2.621,4) Atividades administrativas auxiliares.

2.622) No primeiro grupo tem-se:

2.622,1) A orientação profissional, ou seja a indicação do melhor tipo de trabalho ou da adequação deste para um trabalhador determinado.

2.622,2) A seleção profissional, ou seja a indicação do melhor trabalhador ou da adequação deste para uma determinada ocupação.

2.623) No segundo há:

2.623,1) Estudos e pesquisas.

2.623,2) Ensino.

2.624) No terceiro:

2.624,1) Serviço Social.

2.624,2) Serviço Médico.

2.625) O último refere-se à administração geral.

2.63) Orientação profissional.

2.631) Compreende os seguintes tipos:

2.631,1) A orientação parcial, para indicar se determinado tipo de trabalho serve para um determinado trabalhador.

2.631,2) A orientação disjuntiva, para indicar entre determinados tipos de trabalho qual o mais adequado a um determinado trabalhador.

2.631,3) A orientação global, para indicar o melhor tipo de trabalho para um trabalhador determinado.

2.632) Suas atividades realmente começaram em agosto, tendo sido estudado, em 1947, um total de 140 casos, a maioria dos quais apresentou-se espontaneamente, por informações de terceiros ou por anúncios em jornais; os restantes foram enviados pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, pelo Serviço Social da Indústria, pela Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas, pelo Centro de Orientação Juvenil do Departamento Nacional da Criança, pelo Instituto Pestalozzi e por vários órgãos do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. As minúcias sobre os casos de orientação profissional estão transcritas no Anexo XXII.

2.64) Seleção profissional.

2.641) Abrange os tipos abaixo:

2.641,1) A seleção anterior à aprendizagem, através de verificação da aptidão e do preparo

cultural, para indicar os mais aptos ao aproveitamento do esforço docente a ser despendido.

2.641,2) A seleção posterior à aprendizagem, através da verificação dos fatores de conhecimento, capacidade, adaptação e atividade, para indicar os mais aptos ao exercício profissional.

2.642) As atividades correspondentes foram esporádicas, de acordo com as solicitações. Em 1947, os trabalhos executados são os enumerados a seguir, todos de caráter interno:

2.642,1) Seleção de 545 candidatos ao cargo de datilógrafo da Fundação, com provas de memória auditiva, atenção e inteligência verbal.

2.642,2) Seleção de 40 alunos do Curso de Formação de Professores e Orientadores do Ensino Agrícola, com provas de psicodiagnóstico miocinético e de teste de Rorschach.

2.65) Estudos e pesquisas.

2.651) Incluíram:

2.651.1) Tradução, revisão, adaptação, elaboração e verificação de testes.

2.651,2) Organização de questionários, fichas, etc.

2.651,3) Criação de aparelhos.

2.652) Os principais trabalhos desse tipo, realizados em 1947, constam do Anexo XXII.

2.66) Ensino.

2.661) Em 1947, as atividades de ensino abrangeram:

2.661,1) O Curso de Psicoterapia Menor, já mencionado ao se tratar do Departamento de Ensino e para o qual se apresentaram 256 candidatos.

2.661,2) O ensino de técnicas especiais e estagiárias, que atendeu a 15 pessoas.

2.67) Atividades diversas.

2.671) Além das atividades referidas, que exigiram 1 090 provas, cuja natureza pode ser vista no Anexo XXII, o Serviço Social confeccionou 26 fichas sociais e o Serviço Médico procedeu a 65 exames médicos.

2.672) Entretanto, o que há de mais interessante a assinalar, entre as atividades adicionais, é a realização de reuniões semanais, verdadeiros seminários, onde são discutidos casos concretos e trabalhos técnicos em andamento.

2.68) Trabalhos especiais solicitadas por entidades oficiais.

2.681) Executado em 1 947, há apenas a aplicação do psicodiagnóstico miocinético a 1 056 imigrantes, para verificar o ajuste social destes, medida que foi solicitada pelo Departamento Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O resumo dos resultados encontra-se no Anexo XXII.

2.682) Todavia, por iniciativa do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores, foi realizado um acôrdo no ano findo, cuja aplicação se iniciaria no exercício em curso, para a seleção, do ponto de vista psicológico e físico, dos candidatos àquela instituição.

2.69) Conclusões.

2.691) As atividades do Instituto de Seleção e Orientação Profissional têm sido, de modo geral, bastante satisfatórias.

2.692) Embora ainda haja vários aspectos a melhorar, eles deverão ser tratados em futuro próximo, o que será facilitado pela concentração de técnicos e a intensificação progressiva de trabalhos, pelo fato de ser o órgão em aprêço, dentro da extensão com que foi concebido, praticamente o único no Brasil.

2.7) PROBLEMA SOCIAL DO EMPRÊGO.

2.71) Cogitação do problema.

2.711) Dois motivos principais levaram esta entidade a preocupar-se com o problema do emprêgo:

2.711,1) O interêsse nacional, pois trata-se de as sunto básico, hoje em dia resolvido em qua se todos os países, sendo o Brasil um dos poucos que não possui organização para êsse fim.

2.711,2) O interêsse da própria Fundação, já que um serviço com essa finalidade seria um óti mo cliente para o Instituto de Seleção e O-
rientação Profissional, e, inversamente, procu raria colocar os clientes de orientação daquê le Instituto e, além disso, permitiria solu-
cionar a questão de colocação do pessoal for mado nesta entidade, atendendo à observação do item 2.296.

2.72) Início das atividades de planejamento.

2.721) Para planejar e dirigir tècnicamente o futuro Ser viço Social do Emprêgo, foi incumbido, no mês de novembro, o Dr. Estanislau Fischlowitz, especialis ta em assuntos sociais, cujos títulos constam do Anexo IV.

2.722) Logo de início, o referido técnico apresentou um trabalho preliminar, transcrito no Anexo XXIII e prosseguiu seus estudos, com a tendência à criação de uma entidade autônoma subvencionada pelo Govêr-
no, pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões , pelos Serviços Sociais, pelas Associações de Clas-
se de Empregadores, por esta Fundação, etc.

2.723) Entretanto, a expedição do Decreto nº 24 461, de 27 de dezembro do ano findo, mudou um tanto a situ

ação, pois embora se referisse êle apenas a um dos aspectos do problema geral, o aspecto do desemprego, transferiu a respectiva solução para a esfera governamental, através do Departamento Nacional do Trabalho.

2.724) Como, porém, o referido Departamento solicitou a colaboração desta entidade para o estudo do problema de que havia sido incumbido, foi possível coordenar as atividades, para chegar à melhor solução conjunta.

2.73) Trabalhos especiais solicitados por entidades oficiais.

2.731) A Comissão do Departamento Nacional do Trabalho encarregada da regulamentação do Decreto nº 24 461, convocou um seminário na 1ª quinzena de janeiro, para o exame do assunto, tendo convidado esta Fundação, que se fez representar por seu Diretor Executivo e pelo Dr. Fischlowitz. Após os debates e a fixação de certos pontos básicos, foi solicitado o envio de contribuições para a regulamentação aludida.

2.732) Esta entidade apresentou as sugestões do Anexo XXIII, e agora aguarda o ato oficial para continuar sua colaboração.

2.8) ATIVIDADES ADJETIVAS.

2.81) Discriminação.

2.811) Por uma questão de sistematização, é conveniente dividir essas atividades em três categorias:

2.811,1) Administração geral.

2.811,2) Administração auxiliar.

2.811,3) Administração assistencial.

2.82) Atividades de administração geral.

2.821) Abrangem as de:

2.821,1) Pessoal.

2.821,2) Material.

2.821,3) Comunicações.

2.821,4) Contabilidade.

2.821,5) Orçamento.

2.821,6) Tesouraria.

2.821,7) Zeladoria.

2.822) Todas elas sofreram as conseqüências do crescimento rápido das atividades específicas, de modo que presentemente necessitam de reorganização, revisão de rotinas e reexame do pessoal, o que será tarefa do Departamento de Organização.

2.823) Afora os trabalhos de rotina, resumidos no Anexo XXIV, podem ser citados os seguintes, no campo da administração geral.

2.823,1) Elaboração, juntamente com 2 técnicos em pessoal - Astério Dardeau Vieira e Otolmir Strauch -, do "Plano de salários" e do de hierarquização de cargos e funções, aprovados em março e com base nos quais foi feito um reajustamento geral dos vencimentos dos servidores. Segundo demonstra o Anexo XXV, ficou admitido o sistema de promoção horizontal, ainda não aplicado praticamente, por

depender de regulamentação.

- 2.823,2) Expedição de normas sobre concessão de férias em junho, apuração de frequência em outubro e concessão de diárias em outubro.
 - 2.823,3) Realização, em agosto, de um concurso de emergência para datilógrafo, em que se inscreveram 34 candidatos e foram aprovados 3.
 - 2.823,4) Colaboração na realização, em novembro, do concurso de datilógrafos superintendido pelo Departamento de Organização, em que se inscreveram 619 candidatos e foram aprovados 28, para 18 vagas existentes.
 - 2.823,5) Implantação, no mês de dezembro, do sistema simplificado de administração de material, proposto pelo Departamento de Organização.
 - 2.823,6) Articulação com o "Brazilian Government Trade Bureau", de New York, para a importação sistemática de material, com vantagens incontestáveis de preços.
 - 2.823,7) Implantação, em outubro, da Secção de Orçamento, destacando-se da Secção de Contabilidade, a fim de que as atividades correspondentes pudessem ter o desenvolvimento e a facilidade de operação necessárias.
- 2.824) Cabe aqui, citar, ainda, a criação da função de Auditor, pois, embora corresponda a um "staff" do Diretor Executivo, a enumeração de seus trabalhos fica melhor concatenada neste capítulo. Há a assinalar, em especial, a verificação sistemática de fichas de lançamento e de escrituração da Secção de Contabilidade, bem como atividades normativas várias, traduzidas em estudos de regulamentação sobre os seguintes assuntos:

2.824,1) Autorização de despesa.

2.824,2) Adiantamento.

2.824,3) Funções do Auditor.

2.824,4) Elaboração da Proposta Orçamentária.

2.824,5) Organização e funcionamento da Secção de Orçamento.

2.824,6) Organização e funcionamento da Tesouraria.

2.824,7) Bases para o Plano de Contas.

2.83) Atividades de administração auxiliar.

2.831) Incluem:

2.831,1) Presentemente, o Serviço de Mecanização.

2.831,2) Futuramente, o Serviço de Microfilmagem.

2.832) O primeiro foi reorganizado pelo Departamento de Organização, conforme se aludiu no item 2.333,7, a fim de poder atender ao crescimento dos trabalhos e exigidos pela impressão de apostilhas e do boletim Conjuntura Econômica, além de trabalhos vários, como testes do Instituto de Seleção e Orientação Profissional e fichas para os diferentes órgãos da Fundação. Seu movimento, em linhas gerais, no ano fin do, pode ser visto no Anexo XXIV.

2.833) O segundo está em estudos, dependendo da importação da parte final do material, encomendado nos Estados Unidos.

2.84) Atividades de administração assistencial.

2.841) Compreendem:

2.841,1) Presentemente, o Restaurante.

2.841,2) Futuramente, o Serviço Médico.

2.842) O primeiro está sendo reorganizado pelo Departamento de Organização. Enquanto isso se processa, uma série de medidas administrativas foi tomada, no sen tido de reduzir o "deficit" verificado, principalmente pela compra em fornecedores que apresentam

preços menores, como o Serviço de Subsistência do Exército, e pelo contróle de material, evitando desperdícios. Paralelamente, procurou-se melhorar o padrão de alimentação servida. Os dados gerais sôbre o funcionamento do Restaurante estão expostos no Anexo XXIV.

2.843) O Serviço Médico foi planejado pelo Dr. Tomaz Russell Raposo de Almeida, mas ainda não entrou em implantação.

2.85) Conclusões.

2.851) Os órgãos de atividades adjetivas da Fundação precisam ajustar-se ao grande incremento que tomaram as atividades substantivas.

2.852) Esse reajustamento está sendo iniciado com uma reorganização geral, inclusive com a revisão e simplificação de rotinas, tarefa superintendida pelo Departamento de Organização.

2.853) A seguir, serão atacados problemas do pessoal, abrangendo alguns de chefia.

2.854) Por outro lado, normas básicas serão elaboradas e implantadas, algumas em substituição a existentes, como o "Plano de contas", outras total ou parcialmente novas, consolidando ou completando, neste último caso, dispositivos esparsos, como as instruções sôbre "Autorização de Despesa" e o "Regulamento do Pessoal".

2.855) Com as providências enumeradas, tornar-se-á possível, em futuro mais ou menos próximo, dispor-se de um sistema de órgãos adjetivos à altura de uma entidade que se dedica aos problemas de organização racional do trabalho, como é esta Fundação.

2.9) ATIVIDADES PATRIMONIAIS.

2.91) Generalidades.

2.911) No presente capítulo foram englobadas atividades de dois tipos:

2.911,1) As relativas à realização das doações para formação do patrimônio, quer as compromissadas na escritura pública de constituição desta entidade, lavrada em 20 de dezembro de 1944, no 17º Ofício de Notas desta Capital, Tabelião Luiz Cavalcanti Filho, quer a decorrente da escritura pública assinada com o Conde Francisco Matarazzo, em 29 de maio de 1945, no 17º Ofício de Notas desta Capital, Tabelião Luiz Cavalcanti Filho.

2.911,2) As referentes à aplicação de patrimônio.

2.92) Realização de doações para a constituição de patrimônio.

2.921) Podem ser distinguidos os seguintes casos:

2.921,1) Doação de terreno pela Prefeitura Municipal do Distrito Federal.

2.921,2) Doação de terreno pela Prefeitura Municipal de São Paulo.

2.921,3) Doação de terreno pelo Estado de São Paulo.

2.921,4) Doações diversas de pessoas de direito público.

2.921,5) Doações diversas de pessoas de direito privado.

2.921,6) Doação do Conde Francisco Matarazzo.

2.921,7) Subvenção anual do Banco do Brasil.

2.921,8) Subvenções anuais de pessoas de direito público.

2.922) Doação de terreno pela Prefeitura do Distrito Federal - Conforme consta do último relatório anual, a solução do caso em apreço estava encaminhada da seguinte forma: estudo do reloteamento da quadra na Esplanada do Castelo, entre a Avenida Graça Aranha, rua Santa Luzia e os prolongamentos das ruas da Imprensa e Pedro Lessa, estudo da massa dos prédios a serem construídos na referida quadra e da composição geral, inclusive no térreo, para atender à harmonia do conjunto com o edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde; estudo do aumento do gabarito, para compensar a redução de área e as limitações de ocupação no térreo; acordo com a empresa Edifício Vitória S.A., para que esta aceite o novo lote e obedeça às linhas de fachada do prédio da Fundação; cessão recíproca de áreas entre a Prefeitura do Distrito Federal e a empresa Edifício Vitória S.A., para transformação do terreno desta em um dos dois lotes previstos no reloteamento; entrega de outro lote, então desimpedido, a esta Fundação. Os três estudos em questão foram concluídos e consubstanciados no projeto de reloteamento nº 4507, modificando os de nºs. 3 474 e 4 155, o qual foi aprovado pelo Senhor Prefeito em 14 de fevereiro (Anexo .. XXVI); por outro lado, o Edifício Vitória S.A. comprometeu-se, por escrito, em ofício dirigido à Prefeitura, a satisfazer às exigências de aceitação de lote e obediência de fachada acima referidas; entretanto, por maiores que fôsem os esforços feitos, oficial e particularmente, tanto por esta Fundação, como pela empresa Edifício Vitória S.A., até o presente nada se conseguiu quanto às

fases restantes. Em todo o caso, já se está na fase de redação das escrituras, de modo que a solução está iminente.

- 2.923) Doação de terreno pela Prefeitura Municipal de São Paulo - Não obstante algumas iniciativas tomadas junto à Municipalidade, perdura a situação anterior, mencionada no relatório concernente ao exercício de 1946, isto é, já está escolhido o terreno à Avenida 9 de julho, mas a Prefeitura aguarda a doação do Estado para efetivar a própria.
- 2.924) Doação de terreno pelo Estado de São Paulo - A doação do Estado de São Paulo compunha-se de uma quantia em dinheiro (Cr\$ 500.000,00) e de um terreno com determinadas características que levaram o próprio Estado a avaliá-lo, posteriormente, em Cr\$ 20.000.000,00. Tudo ficou, entretanto, na dependência de ratificação do Conselho Administrativo, que funcionou até a promulgação da constituição estadual e que somente se manifestava à vista de decretos - leis. Assim, quando foi preparado o decreto-lei abrindo o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para atender à primeira parte da doação, o Conselho Administrativo opinou favoravelmente, mostrando julgar que a Fundação, por suas finalidades, merecia a contribuição estadual. Para a segunda parte, todavia, dada a impossibilidade de ser obtido um terreno de sua propriedade que satisfizesse às condições mencionadas, o Estado, reconhecendo a sua obrigação para com esta entidade, passou a estudar a desapropriação de uma área que seria custeada por um crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00. Mais recentemente, no mês de maio, esta Fundação, verificando que o Estado não se achava em condições financeiras para satisfazer a um

compromisso desse vulto em dinheiro, propôs a transformação deste em uma doação de apólices. Aguardava-se a decisão dessa sugestão conciliatória, quando o Conselho Administrativo, em seus últimos dias de existência, manifestou-se fora de sua forma regulamentar e à vista apenas do processo de desapropriação, opinando contrariamente a efetivação da medida. Em consequência disso, o Secretário da Justiça e Negócios do Interior do Estado de São Paulo, comunicou à Fundação, em 27/10/47, que o Estado se julgava desobrigado do compromisso. O caso em apreço, cujos pormenores podem ser vistos no Anexo XXVII, não está perdido e esta entidade presentemente reúne elementos para reabrir a questão.

- 2.925) Doações diversas de pessoas de direito público-
Faltavam satisfazer seus compromissos, no início do ano findo, 13 doadores de contribuições a serem entregues de uma só vez, já vencidas no valor de Cr\$ 3.225.000,00, e 5 doadores de pagamentos em prestações vencidas no exercício findo, no total de Cr\$ 1.900.000,00, que englobadamente perfazem o total de Cr\$ 5.125.000,00, na parte vencida e Cr\$ 1.250.000,00, na parte por vencer. Atuações diretas foram feitas junto às autarquias e aos Estados do Rio e de Minas Gerais, bem como indiretas através dos delegados do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e junto a outros Estados. Todos os casos tiveram andamento e foram assentes as condições para o recolhimento das doações compromissadas, o que já foi iniciado.
- 2.926) Doações diversas de pessoas de direito privado-
Estavam em débito para com esta entidade, em co-

meços de 1 947, 7 doadores pessoas naturais e 4 pessoas jurídicas de direito privado, perfazendo, respectivamente, os totais de Cr\$ 93.000,00 e .. Cr\$ 510.000,00. Após as medidas diretas tomadas para realizar essa parte do patrimônio, foram conseguidos esquemas de pagamento para 1 948. Com isso, deixaram de cumprir os compromissos irretratáveis assumidos na escritura pública de constituição da Fundação, unicamente os Drs. João Marques dos Reis, Francisco D'Auria, Alexandre Marcondes Filho e Francisco Campos.

2.927) Doação do Conde Francisco Matarazzo - Traduziu-se em um prédio, no valor de Cr\$ 20.000.000,00, a ser edificado em terreno que seria doado pelo Estado, para localizar a construção referida. Verificada, porém, a impossibilidade de obtenção desse terreno, resolveu esta entidade comprar outro, o que fez na forma citada no item 2.932. Vencida essa etapa, voltou a Fundação a ter entendimentos com o Conde Francisco Matarazzo ou pessoas por ele credenciadas, ficando a solução final do caso na dependência não só de uma escritura de ratificação e retificação da escritura primitiva, que já foi aprovada em novembro por ambas as partes, mas, também, da minuta de Regimento para o futuro Instituto Matarazzo, ainda em estudos. Os pormenores a respeito encontram-se no Anexo XXVIII.

2.928) Subvenção anual do Banco do Brasil - Suspensa desde 1 946, várias providências para o seu restabelecimento foram tomadas, ainda naquele ano, já estando citadas, portanto, no último relatório anual. No exercício de 1 947, novos entendimentos foram levados a efeito, estando bem encaminhado o

assunto para uma solução favorável, o que depende
rá, no entanto, de deliberação da Diretoria.

2.929) Subvenções anuais de pessoas de direito público

- São apenas as do Estado do Ceará e do Instituto do Açúcar e do Alcool, sendo que somente o primeiro dêles deixou de satisfazer os seus compromissos, estando, em início de 1947, em débito para com esta entidade na importância de Cr\$ 200.000,00, referente ao pagamento anual de Cr\$.. 100.000,00, que deveria ter sido efetivado no exercício de 1946 e 1947. Com a situação desenvolvida no decorrer do ano findo, houve promessa formal de liquidação do débito referido.

2.93) Aplicação do patrimônio.

2.931) Dois casos houve de aquisições de imóveis.

2.931,1) Compra de um terreno em São Paulo, para a construção do prédio do Instituto Matarazzo, operação terminada em março.

2.931,2) Compra de pavimentos no Rio, para permitir a centralização e o desenvolvimento dos cursos, transação não completada no exercício.

2.932) Compra de um terreno em São Paulo - Foi discutida nas sessões do Conselho Diretor de 22 de janeiro e 14 de fevereiro de 1947, sendo que na última ficaram fixadas as bases dentro das quais o Diretor Executivo ficou autorizado a negociar, com a Cia. City, a aquisição de um terreno no lugar denominado Jardim Guedala, na cidade de São Paulo. Os entendimentos foram levados a bom termo, exigindo a referida empresa, apenas, que o pagamento não fôsse feito à vista, mas sim em 3 prestações. Aceita essa condição, foi a compra assente na base de Cr\$ 6.000.000,00, tendo sido a escritura

assinada em 20 de março de 1947. As minúcias da operação constam do Anexo XXIX.

2.933) Compra de pavimentos no Rio - Resolvida, em princípio, a medida, o Departamento de Ensino e o Instituto de Seleção e Orientação Profissional fizeram o estudo das áreas necessárias ao respectivo desenvolvimento. O Conselho Diretor designou uma comissão composta de dois de seus membros e do Diretor Executivo, a qual, com base nos dados aludidos, examinou todos os pavimentos à venda no centro, selecionando dois edifícios - Darke de Matos e Rio Paraná - e optando, finalmente, pelo primeiro. Seguiram-se entendimentos com o proprietário, a fim de obter uma redução de preço, conseguindo-se um pequeno abatimento e um preço unitário de Cr\$ 3.550,00. Até o término de 1947, no entanto, as formalidades complementares não permitiram a conclusão da transação, cujo vulto atinge Cr\$ 10.167.200,00 e cujos pormenores podem ser vistos no Anexo XXX.

2.94) Conclusões.

2.941) A realização das doações compromissadas, que poderia ter sido facilmente conseguida no primeiro ano de existência da Fundação, agora exige penosos esforços para sua efetivação.

2.942) Felizmente, porém, esses esforços não têm sido em vão e é de se esperar, por todo o correr de 1948, a solução praticamente total dos diferentes casos em andamento, com dúvidas, é verdade, quanto ao Estado e a Prefeitura Municipal de São Paulo.

2.943) Mesmo que se consiga a solução favorável do item anterior, é de assinalar, conforme mostra o gráfico do Anexo XXXI, que a acentuada defasagem

no cumprimento dos compromissos assumidos, traduz-se em uma forte perda de juros e conseqüente demora na estabilização financeira.

2.944) Particularmente no tocante aos terrenos, essa observação é procedente, pois houvessem sido eles entregues na época de facilidades de crédito, já se teriam vários prédios em vias de conclusão, permitindo um grande incremento dos serviços, quer pela amplitude das instalações, quer pelo aumento da receita.

2.945) Isso, porém, não ocorreu, de modo que esta entidade, que hoje poderia estar quase independente, é ainda função quase exclusiva da subvenção do Govêrno Federal.

2.946) Agora, resta prosseguir na orientação que vem sendo adotada, procurando, no mais breve prazo, realizar as doações compromissadas, bem como, logo que possível, construir nos terrenos disponíveis.

2.947) Somente com essa política ficará a Fundação, dentro de breves anos, com a estabilidade financeira que lhe faculte imprimir um ritmo seguro e crescente a seus trabalhos.

3 - BALANÇOS PATRIMONIAL, ECONÔMICO E FINANCEIRO.

3.1) GENERALIDADES.

3.11) No decorrer do exercício de 1947, continuou-se a política adotada no exercício anterior, de compressão de despesas.

3.12) Os balanços a seguir dão concisa idéia de como se aplicaram os recursos desta Instituição, permitindo, ao mesmo tempo, conhecer-se da situação de seu patrimônio, sob vários aspectos.

3.2) BALANÇO PATRIMONIAL.

3.21) Pela análise do Balanço Patrimonial, evidenciam-se os seguintes índices:

3.211) Patrimônio líquido: Cr\$ 129.073.220,40

3.212) Enriquecimento do patrimônio líquido no exercício: Cr\$ 10.028.384,40.

3.213) Índice de solvência ou liquidez financeira: 41,54

3.214) Pelo exposto, verifica-se que a situação patrimonial da Fundação é mais que satisfatória.

3.3) BALANÇO ECONÔMICO.

3.31) Como se demonstra no Balanço Econômico, a receita monta a Cr\$ 19.909.996,70, assim discriminada:

3.311) Subvenções: Cr\$ 16.375.000,00.

3.312) Rendimentos patrimoniais: Cr\$ 3.190.590,40.

3.313) Receitas assistenciais: Cr\$ 181.275,00.

3.314) Receitas dos Órgãos Substantivos: Cr\$ 84.696,00.

3.315) Receitas dos Órgãos Regionais: Cr\$ 5.000,00.

3.316) Receita extraordinária: Cr\$ 58.235,30.

3.317) Receita vinculada: Cr\$ 15.200,00.

3.32) Enquanto que a despesa ascendeu a Cr\$ 9.881.612,30, especificada como se segue:

3.321) Despesa ordinária: Cr\$ 9.647.272,60.

3.322) Despesa extraordinária: Cr\$ 15.152,90.

3.323) Despesa vinculada: Cr\$ 15.200,00.

3.324) Despesa extrafinanceira: Cr\$ 203.986,80

3.325) Do que resulta um RESULTADO DO EXERCÍCIO positivo, no importe de Cr\$ 10.028.384,40, que, consoante o disposto no artigo 29 dos Estatutos, deverá ter seu destino determinado pela Assembléia Geral, por proposta do Conselho Curador. Há sido praxe evitar-se a constituição de fundos especiais, levando-se o RE SULTADO DO EXERCÍCIO ao FUNDO PATRIMONIAL.

3.4) BALANÇO FINANCEIRO.

3.41) O Balanço Financeiro demonstra a movimentação de numerário na Fundação, classificada de acordo com suas origens e seus destinos, ressaltando, ainda, os saldos transferidos do exercício anterior para o exercício futuro.

3.5) ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

3.51) Pelos quadros anexos, verifica-se que a receita realizada não atingiu a previsão, resultando um "deficit" orçamentário de Cr\$ 257.752,50. Há a considerar, todavia, que a despesa realizada ficou muito aquém da autorizada pelo orçamento, ascendendo a diferença a Cr\$ 5.330.374,50.

3.52) Os anexos XXXII e XXXIII expõem os detalhes da receita, da despesa e do patrimônio e complementam as presentes peças.

ELEMENTOS CONTÁBEIS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Nas páginas seguintes, encontram-se os anexos que são exigidos pelos artigos 31, alíneas a , b , c , d e e ; e 29 dos Estatutos:

- 1) Balanço Patrimonial;
- 2) Balanço Econômico;
- 3) Balanço Financeiro;
- 4) Quadro comparativo entre a Despesa fixada e a realizada; e
- 5) Quadro comparativo entre a Receita estimada e a realizada.

.....

1 - ATIVO11- ATIVO FINANCEIRO111- ATIVO DISPONÍVEL

1111- Caixa Geral	28.681,30	
1112- Bancos	15.614.640,40	15.643.321,70

112- ATIVO REALIZÁVEL A C/ PRAZO

1121- Devedores Diversos	86.475,20	
1122- Subvenções-C/a receber	1.200.000,00	
1123- Doadores c/a Receber	5.476.500,00	
1124- Devedores por adiantamentos	432.400,00	
1125- Receita a Arrecadar	684.524,00	
1126- Valores Mobiliários	40.069.445,00	47.949.344,20

113- ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

1131- Devedores Diversos	1.260,00	
1132- Doadores c/a Realizar	1.250.000,00	
1133- Almoarifado Geral	164.332,00	1.415.592,00

12- ATIVO PERMANENTE121- BENS TANGÍVEIS

1211- Bens Imóveis	10.930.328,90	
1212- Bens Móveis	4.524.530,90	
1213- Biblioteca	449.996,80	
1214- Veículos	59.200,00	15.964.056,60

122- BENS INTANGÍVEIS

1221- Bens Imateriais		180.000,00
-----------------------	--	------------

13- ATIVO EVENTUAL131- OPERAÇÕES EM CURSO

1311- Inversões em Curso	1.000.000,00	
1312- Imóveis Doados a Receber	50.000.000,00	51.000.000,00
		132.152.314,50

14- ATIVO COMPENSADO141- CONTAS DE ORDEN

1411- Contratos Diversos	54.000,00	
1412- Depositários de Valores	48.728.000,00	
1413- Promitentes de Doações	22.831.103,40	
1414- Valores de Terceiros	188.753,10	
1415- Imóveis de Aquisição em Curso	6.000.000,00	
1416- Responsáveis Diversos	1.546.594,40	79.348.450,90

T O T A L:

211.500.765,402 - PASSIVO21- PASSIVO FINANCEIRO211- PASSIVO EXIGÍVEL A CURTO PRAZO

2111- Credores Diversos	208.219,90	
2112- Contas a Pagar	179.283,50	
2113- Restos a Pagar	2.312.685,50	2.700.188,90

22- PASSIVO PERMANENTE221- PASSIVO NÃO EXIGÍVEL

2211- Fundo Patrimonial	119.044.836,00	
2212- Fundo Depreciação de Bens Móveis	236.554,90	
2213- Resultado do Exercício	10.028.384,40	129.309.775,30

23- PASSIVO VINCULADO231- CONTAS VINCULADAS

2311- Depósitos para Doações		142.350,30
------------------------------	--	------------

24- PASSIVO COMPENSADO241- CONTAS DE ORDEN

2411- Obrigações Contratuais	54.000,00	
2412- Valores Depositados	48.728.000,00	
2413- Doações Prometidas	22.831.103,40	
2414- Depositantes de Valores	188.753,10	
2415- Compromissos de Aquisição de Imóveis	6.000.000,00	
2416- Responsabilidades Diversas	1.546.594,40	79.348.450,90

T O T A L:

211.500.765,40

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Divisão de Orçamento e Contabilidade
SEÇÃO DE COMANDO
Leontine Christine
LEONTINE CHRISTINE
Contador
MBA em C.T.C. 201

(Alínea c do art. 31 dos Estatutos)

RECEITARECEITA PROPRIAMENTE DITA4111 - RECEITA ORDINÁRIA

.1- Subvenções	15.675.000,00	
.2- Rendimentos Patrimoniais	2.506.066,40	
.3- Receitas Assistenciais	181.275,00	
.4- Receita dos Órgãos Substantivos	84.696,00	
.5- Receita dos Órgãos Regionais	5.000,00	18.452.037,40

4112- RECEITA EXTRAORDINÁRIA

20.727,00

REALIZAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO

1123 - DOADORES c/A RECEBER	251.500,00	
1124 - DEVEDORES POR ADIANTAMENTOS	337.685,00	
1125 - RECEITA A ARRECADAR	1.642.392,50	2.231.577,50

ASSUNÇÃO DE PASSIVO

2111 - CREDORES DIVERSOS	60.064,50	
2311 - DEPÓSITOS PARA DOAÇÕES	134.282,70	194.347,20

TOTAL 20.898.689,10

SALDO DO EXERCÍCIO DE 1946

1111 - CAIXA GERAL	155.046,00	
1112 - BANCOS	6.770.408,20	
1113 - CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS	502,80	6.925.957,00
TOTAL GERAL		27.824.646,10

DESPESADESPESA PROPRIAMENTE DITA3111 - DESPESA ORDINÁRIA

.1- Pessoal	4.692.042,30	
.2- Material	798.815,60	
.3- Serviços de Terceiros	554.004,80	
.4- Encargos Diversos	1.369.551,00	
.5- Despesas Gerais	952.356,00	8.366.769,70

3112 - DESPESA EXTRAORDINÁRIA

1.472,90

APLICAÇÃO FINANCEIRA

1121 - DEVEDORES DIVERSOS	59.871,60
---------------------------	-----------

INVERSÃO PERMANENTE

1212 - BENS MÓVEIS	2.333.246,80	
1213 - BIBLIOTECA	156.298,20	
1214 - VEÍCULOS	1.200,00	
1133 - ALMOXARIFADO GERAL	46.424,20	
1221 - BENS IMATERIAIS	54.000,00	
1311 - INVERSÕES EM CURSO	1.000.000,00	3.591.169,20

RESGATE DE PASSIVO

2112 - CONTAS A PAGAR	162.041,00
-----------------------	------------

TOTAL 12.181.324,40

SALDO PARA O EXERCÍCIO DE 1948

1111 - CAIXA GERAL	28.681,30	
1112 - BANCOS	15.614.640,40	
TOTAL GERAL		15.643.321,70
		27.824.646,10

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Divisão de Orçamento e Contabilidade
SEÇÃO DE CONTABILIDADE
Leontineas Christino
LEONTINEAS CHRISTINO
CHEFE
CONTADOR
REG. N.º 1.111.1.º 22

RECEITADESPESA

111-RECEITA ORDINÁRIA			3.111-DESPESA ORDINÁRIA		
.1-SUBVENÇÕES			.1-ÓRGÃOS DELIBERATIVOS E EXECUTIVOS		
.11-Entidades de Direito Público			.11-Assembléia Geral	125,40	
.111-União Federal	15.625.000,00		.12-Conselho Diretor	14.900,00	
.112-Estado do Ceará	100.000,00		.13-Presidência	150.336,20	
.12-Antarquias			.14-Diretoria Executiva	365.205,40	530.567,00
.121-Instituto do Açúcar e do Alcool	50.000,00				
.13-Sociedade de Economia Mista			.2-ÓRGÃOS ADJETIVOS		
.131-Banco do Brasil	600.000,00	16.375.000,00	.21-Divisão de Manutenção	2.541.760,60	
			.22-Divisão de Orçamento e Contabilidade	248.723,40	2.790.484,00
.2-RENDIMENTOS PATRIMONIAIS					
.21-Rendimentos de Bens Imobiliários			.3-ÓRGÃOS SUBSTANTIVOS		
.211-Aluguéis de prédios	11.000,00		.31-Departamento de Documentação	1.884.303,60	
.22-Rendimentos de Bens Mobiliários			.32-Departamento de Ensino	1.759.882,50	
.221-Juros de Obrigações de Guerra	2.708.069,90		.33-Departamento de Est. e Pesquisas	808.962,80	
.23-Rendimentos do Capital			.34-Departamento de Organização	595.441,90	5.048.590,80
.231-Juros	471.520,50	3.190.590,40			
			.4-ÓRGÃOS REGIONAIS		
.3-RECEITAS ASSISTENCIAIS			.41-Centro de Anal. Conjuntura Econômica	235.375,30	
.31-Receita do Restaurante		181.275,00	.42-Centro de Sel. e Orient. Profissional	488.442,20	
			.43-Centro de Geologia de São Paulo	553.813,30	1.277.630,80
.4-RECEITA DOS ÓRGÃOS SUBSTANTIVOS					
.41-Departamento de Documentação	11.990,00		3.112-DESPESA EXTRAORDINÁRIA		
.42-Departamento de Ensino	72.706,00	84.696,00	.1-DESPESA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	472,90	
			.2-EVENTUAIS	14.680,00	15.152,90
.5-RECEITA DOS ÓRGÃOS REGIONAIS					
.51-I.S.O.P.		5.000,00	3.113-DESPESA VINCULADA		
			.1-ENCARGOS DE DOAÇÕES		15.200,00
1.112-RECEITA EXTRAORDINÁRIA			3.114-DESPESA EXTRAFINANCEIRA		
.1-DOAÇÕES	11.400,00				
.2-EVENTUAIS	46.835,30	58.235,30	.1-AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES		203.986,80
			2.424-RESULTADO DO EXERCÍCIO		10.028.384,40
4.113-RECEITA VINCULADA					
.1-DOAÇÕES C/ENCARGOS		15.200,00			
		19.909.996,70			19.909.996,70



FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Divisão de Orçamento e Contabilidade
SEÇÃO DE CONTABILIDADE
Leosthenes Christino
LEOSTHENES CHRISTINO
CHEFE
CONTADOR
REGISTRO DO C.R.C.B. 122

DISCRIMINAÇÃO	RECEITA		VARIAÇÃO	
	ESTIMADA	REALIZADA	EXCESSO	DECESSO
1 - SUBVENÇÕES				
11 - Governo Federal	15.625.000,00	15.625.000,00	-	-
12 - Estado do Ceará	100.000,00	-	-	100.000,00
13 - Instituto do Açúcar e do Alcool	50.000,00	50.000,00	-	-
14 - Banco do Brasil	600.000,00	-	-	600.000,00
2 - RENDIMENTOS PATRIMONIAIS				
21 - Juros de Obrigações de Guerra	2.672.749,20	2.708.069,90	35.320,70	-
22 - Juros Bancários	300.000,00	471.520,50	171.520,50	-
23 - Aluguéis de Imóveis	-	11.000,00	11.000,00	-
3 - RECEITAS FUNCIONAIS				
31 - Restaurante	120.000,00	181.275,00	61.275,00	-
32 - Ensino	-	72.706,00	72.706,00	-
33 - Documentação	-	11.990,00	11.990,00	-
34 - I.S.O.P.	-	5.000,00	5.000,00	-
4 - RECEITA EXTRAORDINÁRIA				
41 - Doações	-	11.400,00	11.400,00	-
42 - Eventuais	-	46.835,30	46.835,30	-
5 - RECEITA VINCULADA				
51 - Doações c/Encargos	-	15.200,00	15.200,00	-
	19.467.749,20	19.209.996,70	442.247,50	700.000,00

Receita Estimada 19.467.749,20

Receita Realizada 19.209.996,70

Diferença 257.752,50



FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
SEÇÃO DE ORÇAMENTO

Aluísio Guimarães
ALUIÍSIO GUIMARÃES
CHEFE

QUADRO COMPARATIVO ENTRE A DESPESA FIXADA E A REALIZADA

(Alínea e, do artigo nº 31 dos Estatutos)

DISCRIMINAÇÃO	D E S P E S A		V A R I A Ç Ã O	
	FIXADA	REALIZADA	EXCESSO	DECESSO
1 - Pessoal	3.764.000,00	4.460.620,90	696.620,90	-
2 - Material	2.518.000,00	801.526,60	-	1.716.473,40
3 - Serviços de Terceiros	1.474.744,00	1.040.743,30	-	434.000,70
4 - Encargos	1.155.000,00	1.406.720,90	251.720,90	-
5 - Despesas Gerais	555.476,80	1.055.680,40	500.203,60	-
6 - Verbas Globais	5.532.779,20	881.980,50	-	4.650.798,70
7 - Despesa Extraordinária	-	15.152,90	15.152,90	-
8 - Despesa Vinculada	-	15.200,00	15.200,00	-
T O T A L	15.000.000,00	9.677.625,50	1.478.898,30	6.801.272,80

Despesa fixada 15.000.000,00

Despesa realizada 9.677.625,50

Diferença 5.322.374,50

* Esse valor somado ao da verba global "Disponibilidades", com um montante de Cr\$4.467.749,20, perfaz o total de Cr\$19.467.749,20, correspondente à despesa orçada.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
SEÇÃO DE ORÇAMENTO


ALUÍSIO GUIMARÃES
CHEFE

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 1947

DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPÊSAS	DECESSO	EXCESSO
Assembleia Geral	500,00	125,40	374,60	-
Conselho Curador	700,00	-	700,00	-
Conselho Diretor	23.000,00	14.900,00	8.100,00	-
Presidência	152.200,00	150.736,20	1.463,80	-
Diretoria Executiva	154.600,00	384.374,10	-	229.774,10
Conselho Técnico	35.800,00	-	35.800,00	-
Superintendência	1.775.620,80	2.980.495,00	-	1.204.874,20
Departamento de Documentação	3.894.800,00	2.263.202,60	1.631.597,40	-
Departamento de Ensino	2.957.600,00	2.105.461,70	852.138,30	-
Departamento de Estudos e Pesquisas	993.816,30	1.118.421,80	-	124.605,50
Departamento de Organização	595.000,00	597.984,60	-	2.984,60
I.S.O.P.	1.000.000,00	563.907,50	436.092,50	-
Órgãos Reg. de São Paulo	145.600,00	162.705,00	-	17.105,00
Cursos em São Paulo	690.000,00	396.609,60	293.390,40	-
Início e Est. e Projeto de Construção da E.do Castelo	3.842.779,20	-	3.842.779,20	-
Bens Imateriais	54.000,00	54.000,00	-	-
Equipamento de Física	2.350.000,00	2.350.000,00	-	-
Inversão de Imóveis em São Paulo	-	1.000.000,00	-	1.000.000,00
Disponibilidades	801.732,90	-	801.732,90	-
T O T A L	19.467.749,20	14.142.923,50	7.904.169,10	2.579.343,40

Dotação - 19.467.749,20

Decesso - 7.904.169,10

Despesa - 14.142.923,50

Excesso - 2.579.343,40

Saldo: 5.324.825,70

Saldo: 5.324.825,70

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
SEÇÃO DE ORÇAMENTO

Aluísio Guimarães
ALUIÍSIO GUIMARÃES
CHEFE

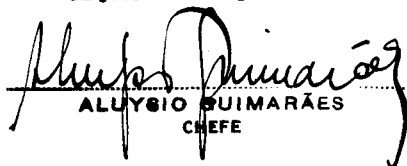
SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 1947

	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESPESA REALIZADA	DECESSO	EXCESSO
Assembléia Geral				
Desp. Gerais	500,00	125,40	374,60	-
	500,00	125,40	374,60	-
Presidência				
Pessoal	144.000,00	144.000,00	-	-
Mat. Consumo	2.000,00	716,50	1.283,50	-
Mat. Permanente	5.200,00	400,00	4.800,00	-
Desp. Gerais	1.000,00	5.619,70	-	4.619,70
	152.200,00	150.736,20	6.083,50	4.619,70
Conselho Curador				
Mat. Consumo	200,00	-	200,00	-
Desp. Gerais	500,00	-	500,00	-
	700,00	-	700,00	-
Conselho Diretor				
Pessoal	21.000,00	14.850,00	6.150,00	-
Mat. Consumo	1.000,00	-	1.000,00	-
Desp. Gerais	1.000,00	50,00	950,00	-
	23.000,00	14.900,00	8.100,00	-
Conselho Técnico				
Pessoal	31.800,00	-	31.800,00	-
Mat. Consumo	3.000,00	-	3.000,00	-
Desp. Gerais	1.000,00	-	1.000,00	-
	35.800,00	-	35.800,00	-
Diretoria Executiva				
Pessoal	144.000,00	226.921,40	-	82.921,40
Mat. Consumo	4.800,00	35.622,80	-	30.822,80
Mat. Permanente	4.800,00	19.168,70	-	14.368,70
Serviço de Terceiros	-	49.743,30	-	49.743,30
Encargos	-	564,00	-	564,00
Desp. Gerais	1.000,00	52.353,90	-	51.353,90
	154.600,00	384.374,10	-	229.774,10
Superintendência Administrativa				
Pessoal	900.600,00	1.166.268,70	-	265.668,70
Material Consumo	321.700,00	446.987,00	-	125.287,00
Material Permanente	38.300,00	190.011,00	-	151.711,00
Serviço de Terceiros	70.000,00	156.501,00	-	86.501,00
Encargos	97.000,00	189.912,60	-	92.912,60
Desp. Gerais	348.020,80	830.814,70	-	482.793,90
	1.775.620,80	2.980.495,00	-	1.204.874,20
Departamento de Documentação				
Pessoal	1.349.800,00	996.494,80	353.305,20	-
Mat. Consumo	185.000,00	47.649,90	137.350,10	-
A transportar	1.534.800,00	1.044.144,70	490.655,30	-

Transporte	1.534.800,00	1.044.144,70	490.655,30	-
Material Permanente	1.165.000,00	378.899,00	786.101,00	-
Serviço de Terceiros	1.060.000,00	728.898,30	331.101,70	-
Encargos	85.000,00	85.000,00	-	-
Desp. Gerais	50.000,00	26.260,60	23.739,40	-
	3.894.800,00	2.263.202,60	1.631.597,40	-
Departamento de Ensino				
Pessoal	1.117.100,00	1.042.534,00	74.566,00	-
Mat. Consumo	75.750,00	207.857,50	-	132.107,50
Mat. Permanente	590.000,00	345.449,20	244.550,80	-
Serv. de Terceiros	254.000,00	17.405,10	236.594,90	-
Encargos	765.000,00	419.894,80	345.105,20	-
Desp. Gerais	155.750,00	72.321,10	83.428,90	-
	2.957.600,00	2.105.461,70	984.245,80	132.107,50
Departamento de Estudos e Pesquisas				
Pessoal	722.800,00	761.496,00	-	38.696,00
Mat. Consumo	24.000,00	52.390,20	-	28.390,20
Mat. Permanente	79.000,00	74.083,70	4.916,30	-
Serv. de Terceiros	-	19.785,10	-	19.785,10
Encargos	163.816,30	189.046,10	-	25.229,80
Desp. Gerais	4.200,00	21.620,70	-	17.420,70
	993.816,30	1.118.421,80	4.916,30	129.521,80
Departamento de Organização				
Pessoal	25.000,00	69.275,20	-	44.275,20
Mat. Consumo	-	2.746,70	-	2.746,70
Mat. Permanente	50.000,00	2.542,70	47.457,30	-
Serv. de Terceiros	-	3.420,00	-	3.420,00
Encargos	520.000,00	520.000,00	-	-
	595.000,00	597.984,60	47.457,30	50.441,90
I.S.O.P.	1.000.000,00	-	1.000.000,00	-
Pessoal	-	397.951,40	-	397.951,40
Mat. Consumo	-	44.105,00	-	44.105,00
Mat. Permanente	-	75.465,30	-	75.465,30
Serv. de Terceiros	-	7.472,00	-	7.472,00
Desp. Gerais	-	38.913,80	-	38.913,80
	1.000.000,00	563.907,50	1.000.000,00	563.907,50
Delegacia Regional de S.Paulo				
Pessoal	27.600,00	41.600,00	-	14.000,00
Mat. Consumo	2.200,00	4.693,90	-	2.493,90
Mat. Permanente	1.800,00	2.430,00	-	630,00
Serv. de Terceiros	90.744,00	64.117,50	26.626,50	-
Encargos	23.000,00	27.334,10	-	4.334,10
Desp. Gerais	256,00	22.529,50	-	22.273,50
	145.600,00	162.705,00	26.626,50	43.731,50

Centro de Ensino em São Paulo	690.000,00	-	690.000,00	-
Pessoal	-	307.050,00	-	307.050,00
Mat. Consumo	-	14.719,00	-	14.719,00
Mat. Permanente	-	3.071,30	-	3.071,30
Serv. de Terceiros	-	12.867,40	-	12.867,40
Desp. Gerais	-	58.901,90	-	58.901,90
	690.000,00	396.609,60	690.000,00	396.609,60
Equipamento de Física	2.350.000,00	2.350.000,00	-	-
Bens Imateriais	54.000,00	54.000,00	-	-
Início de Est. e Proj. de Construção na E. do Castelo	3.842.779,20	-	3.842.779,20	-
Inversão em S. Paulo	-	1.000.000,00	-	1.000.000,00

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
SUPERINTENDENCIA ADMINISTRATIVA
SEÇÃO DE ORÇAMENTO


ALUIÍSIO GUIMARÃES
CHEFE

4) DIRETRIZES DE AÇÃO E PLANO DE TRABALHO.

4.1) DIRETRIZES GERAIS.

4.11) No último relatório anual apresentado por esta Direção Executiva, relativo ao exercício de 1946, foi dada a seguinte orientação geral para a elaboração do plano de trabalhos da Fundação:

4.111) Obediência às condições básicas:

4.111,1) Objetivos fundamentais: formação, aperfeiçoamento e especialização do pessoal; organização racional do trabalho.

4.111,2) Campo de ação: ciências sociais e técnica administrativa.

4.111,3) Âmbito: administração pública e privada.

4.111,4) Atividades específicas: principais - ensino e organização; complementares - pesquisas e documentação.

4.111,5) Cogitações especiais: adaptação de métodos às condições do meio brasileiro e estudo de problemas de interesse nacional.

4.111,6) Modalidade de ação: direta, através de órgãos próprios; indireta, em regime de cooperação com outras entidades.

4.112) Apresentação das características:

4.112,1) Precisão e objetividade.

4.112,2) Divisão em etapas, cada uma das quais ficará condicionada a um estudo prévio justificador da respectiva conveniência e oportunidade, bem como verificador do rendimento da aplicação dos recursos disponíveis.

4.112,3) Estabelecimento anual das etapas, através do orçamento, com fixação de percentagens de despesas para cada uma das atividades espe-

cíficas e limite máximo percentual para as atividades adjetivas.

4.112,4) Desenvolvimento progressivo, de acôrd com as condições e características acima e dentro de preferência dada pela objetividade, maior rendimento de conjunto e maior interês se para o país.

4.112,5) Ação preferentemente supletiva.

4.112,6) Coordenação eficiente de tôdas as atividades específicas.

4.112,7) Utilização especial da documentação, no for necimento de elementos para a fixação de prioridades do "plano de trabalho".

4.2) DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES.

4.21) A orientação exposta foi, entretanto, de ordem muito geral, exigindo, assim, diretrizes complementares, para que se pudesse elaborar um plano preciso e objetivo, atendendo às finalidades precípuas colimadas.

4.22) Todavia, os elementos disponíveis para a fixação dessas diretrizes eram ainda escassos, de modo que uma ação precipitada nêsse sentido, ao invés de favorável, poderia constituir um cerceamento de atividades.

4.23) Por outro lado, a necessidade de um desenvolvimento rápido dos trabalhos, que viesse justificar a razão de ser da Fundação e recuperar o tempo anteriormente perdido, não somente tornava mais perigosa qualquer eventual situação de entrave, mas também restringia as possibilidades de concentração de pessoal em problemas de planificação.

4.24) Além disso, solicitações constantes e imprevistas de colaborações por parte desta Fundação, bem como a conveniência de expansão através das linhas verificadas, em cada caso, como de menor resistência, tornavam difíceis, nessa fase, as previsões a longo prazo.

4.25) Dessa forma, embora as atividades da Fundação, durante o exercício de 1947, se desenvolvessem dentro das diretrizes gerais indicadas, ainda não tiveram qualquer sujeição a um verdadeiro plano de trabalho.

4.26) Isso ocorreu, também, com referência às atividades programadas para 1948, que podem ser examinadas na proposta orçamentária e no orçamento aprovado para o ano aludido, ambos incluídos no Anexo XXXIV.

4.27) É de assinalar, contudo, que, dentro de aparente dispersão e falta de unidade, verificadas quer no exercício que passou, quer no que ora se inicia, grande parte dos trabalhos obedeceu a propósitos nítidos, cuja transformação em linhas mestras de um plano será evidenciado a seguir. Antes, porém, será feita uma exposição acêrca das bases estruturais para que tenha a organização desta Fundação, em consequência das diretrizes funcionais que se vêm cristalizando.

4.3) BASES ESTRUTURAIS DA ORGANIZAÇÃO FUTURA.

4.31) Convirá tratar, separadamente, as diferentes atividades específicas.

4.32) Ensino.

4.321) Os passos até agora dados conduzem seguramente à constituição futura de três escolas:

4.321,1) A Escola de Economia, que poderá, mais tarde, pertencer à Fundação, mas agora tem sua função preenchida pela Faculdade Nacional de Ciências Econômicas.

4.321,2) A Escola de Administração, cujos primeiros ensaios estão sendo feitos em cursos desta entidade relativos ao setor em apêço e, posteriormente, em cursos de extensão da Faculdade mencionada.

4.321,3) A Escola de Administração de Negócios.

os (Business Administration), que resultará do programa feito em conjunto com o Conde Francisco Matarazzo.

4.322) Os outros cursos próprios da Fundação tenderão a ser de extensão dessas Escolas, ou anexos a órgãos específicos desta entidade, como seja o Instituto de Seleção e Orientação Profissional.

4.323) Os demais cursos só poderão ser de colaboração e custeados, em tôdas as despesas diretamente apropriáveis, pelas entidades interessadas.

4.324) Em qualquer caso, a prioridade dos cursos será fixada de acôrdo com o item 2.294.

4.325) Superintendendo todo o conjunto, haverá um órgão de direção, orientação, coordenação e contrôle.

4.33) Organização.

4.331) Embora tenha tido pouco desenvolvimento, a forma por que se processar as atividades nêsse campo não parece deixar grande margem a dúvidas.

4.332) O conjunto, que será superintendido por um órgão de direção, orientação, coordenação e contrôle, assentará em uma série de pilares, correspondendo a cada um dos problemas básicos correlatos da organização. Esses pilares serão constituídos ou por órgãos autônomos da Fundação, como o Instituto de Seleção e Orientação Profissional, ou por entidades cooperadoras, como a Associação Brasileira de Normas Técnicas.

4.333) Haverá um "staff" técnico que se ocupará de estudos, planejamentos e normas específicas de organização, bem como de serviços internos de organização, e agirá dentro de prioridade determinada pela conveniência dos serviços da Fundação e a necessidade de suplementar deficiências verificadas no país.

4.334) Paralelamente, funcionarão equipes, constituídas, em cada caso, para atender contratos de organização, escolhidos de acordo com o item 2.332,5.

4.335) Far-se-á uma articulação perfeita com o Departamento da Escola de Administração que abranger os cursos de Organização, cujos alunos praticarão junto ao "staff" técnico e às equipes.

4.34) Pesquisas.

4.341) Deverão ser limitadas aos campos das ciências sociais e da técnica administrativa, bem como obedecer a um triplice objetivo:

4.341,1) Em linhas gerais, constituição de um conjunto em que todos os programas parciais contribuem para uma finalidade comum.

4.341,2) Em campos restritos, coordenação estreita com atividades de ensino e de organização.

4.341,3) Tanto quanto possível, tratamento de assuntos de interesse nacional e em caráter supletivo.

4.342) Dentro dessas diretrizes, a tendência será para a constituição de:

4.342,1) Unidades de pesquisas junto aos Departamentos das Escolas mencionadas, e, em certos casos, anexas a órgãos específicos.

4.342,2) Eventualmente, órgãos independentes para o tratamento de problemas básicos, como o da Conjuntura Econômica.

4.342,3) Superintendendo o conjunto, um órgão cúpola de direção, orientação, coordenação e controle, que terá ainda a seu cargo a realização de seminários, sobre os diferentes assuntos básicos do plano geral.

4.35) Documentação.

4351) Seu programa, a não ser nos casos de serviços independentes, como os de intercâmbio e catalogação e de bibliografia corrente, ficariam na estreita dependência dos planos de ação dos outros campos específicos.

4.4) ELABORAÇÃO DO PLANO.

4.41) Atendendo ao desenvolvimento atual dos trabalhos da Fundação e à sua provável evolução até atingir o estado em que se justifique a efetivação de uma estrutura nas bases indicadas no capítulo anterior, bem como não perdendo de vista a conveniência de articular a evolução racional das atividades com o aparelhamento material correspondente, inclusive construção de prédios, chega-se à conclusão de que o período adequado para aplicação do primeiro plano de trabalhos será de 4 ou 5 anos, conforme as dificuldades de financiamento e as previsões de crescimento da receita.

4.42) Escolhido o intervalo de aplicação e obedecida a orientação geral do item 4.11, complementada com as diretrizes funcionais determinantes das bases estruturais supra citadas, poder-se-á desenvolver o plano, prevenindo as etapas anuais para a passagem da situação atual à futura.

4.43) Essa tarefa será simplificada pelo fato de que as atividades de mais difícil previsão - os cursos de colaboração e as equipes de trabalho contratuais - contarão com recursos próprios e não precisarão ser incluídos no plano propriamente dito.

4.44) Antes dessa fase evolutiva será preciso, entretanto, um período de quase paralização, para reajustamento geral, melhoria qualitativa dos serviços, e aparelhamento dos órgãos para o período de incremento que se seguirá. É o que se pretende fazer nos primeiros meses do ano em curso.

5) CONCLUSÕES

- 5.1) Da exposição do presente relatório, verifica-se que a Fundação no decurso de 1947, avançou muito em vários campos, com a preocupação de executar grande soma de trabalhos no mais breve prazo, mas sem um plano diretor das realizações e sem possibilidade de acompanhar, racionalmente, a evolução das atividades, com uma adaptação progressiva da organização.
- 5.2) Trata-se em 1948, portanto, de elaborar o plano de trabalho, precedendo sua implantação de um período de reajustamento e racionalização dos serviços.
- 5.3) Paralelamente, cumpre, conforme sempre se tem insistido, procurar aumentar o patrimônio e acrescer as fontes de receita, única forma de garantir a estabilidade da Fundação, indispensável ao preenchimento dos úteis desígnios para que foi constituída.

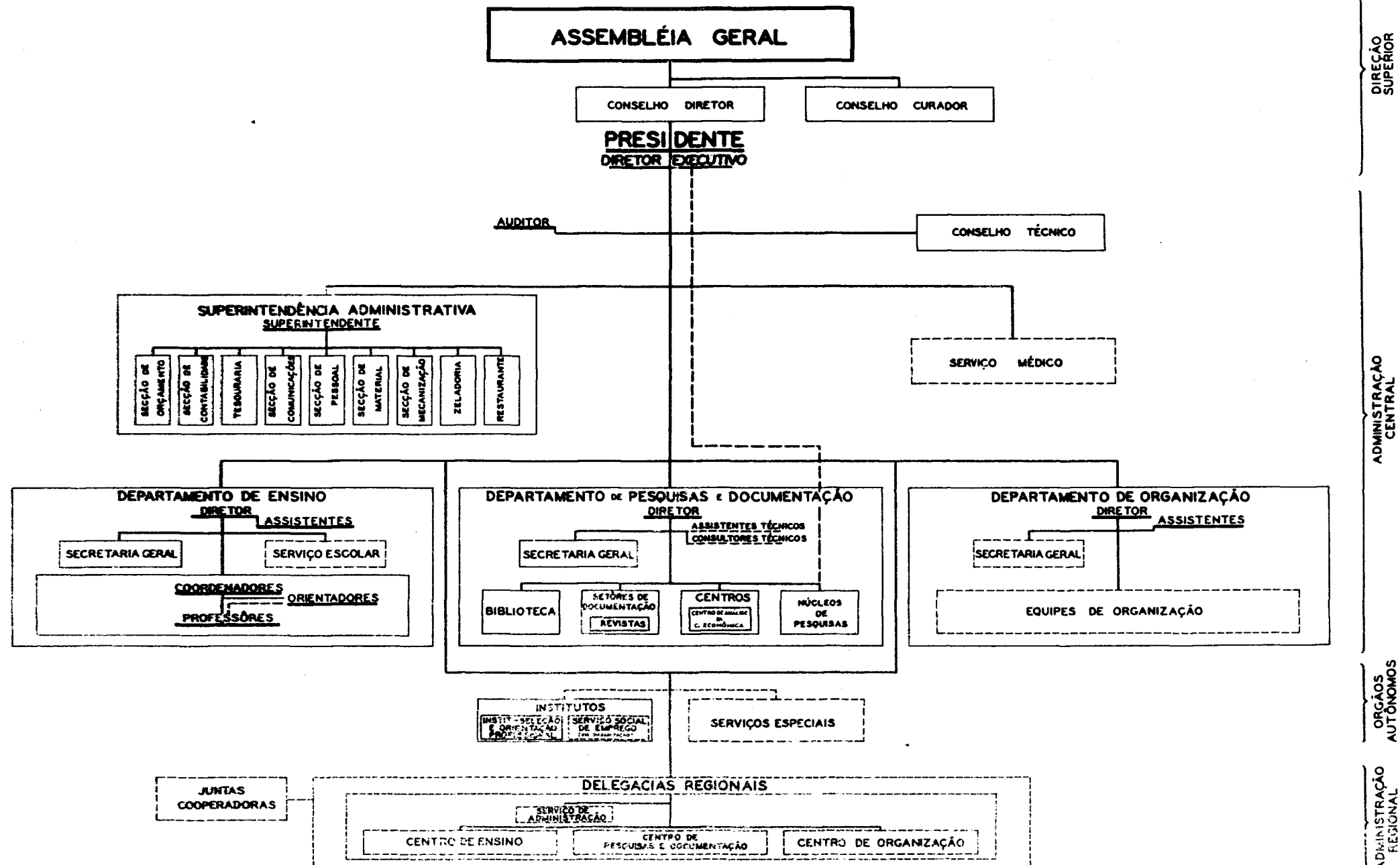
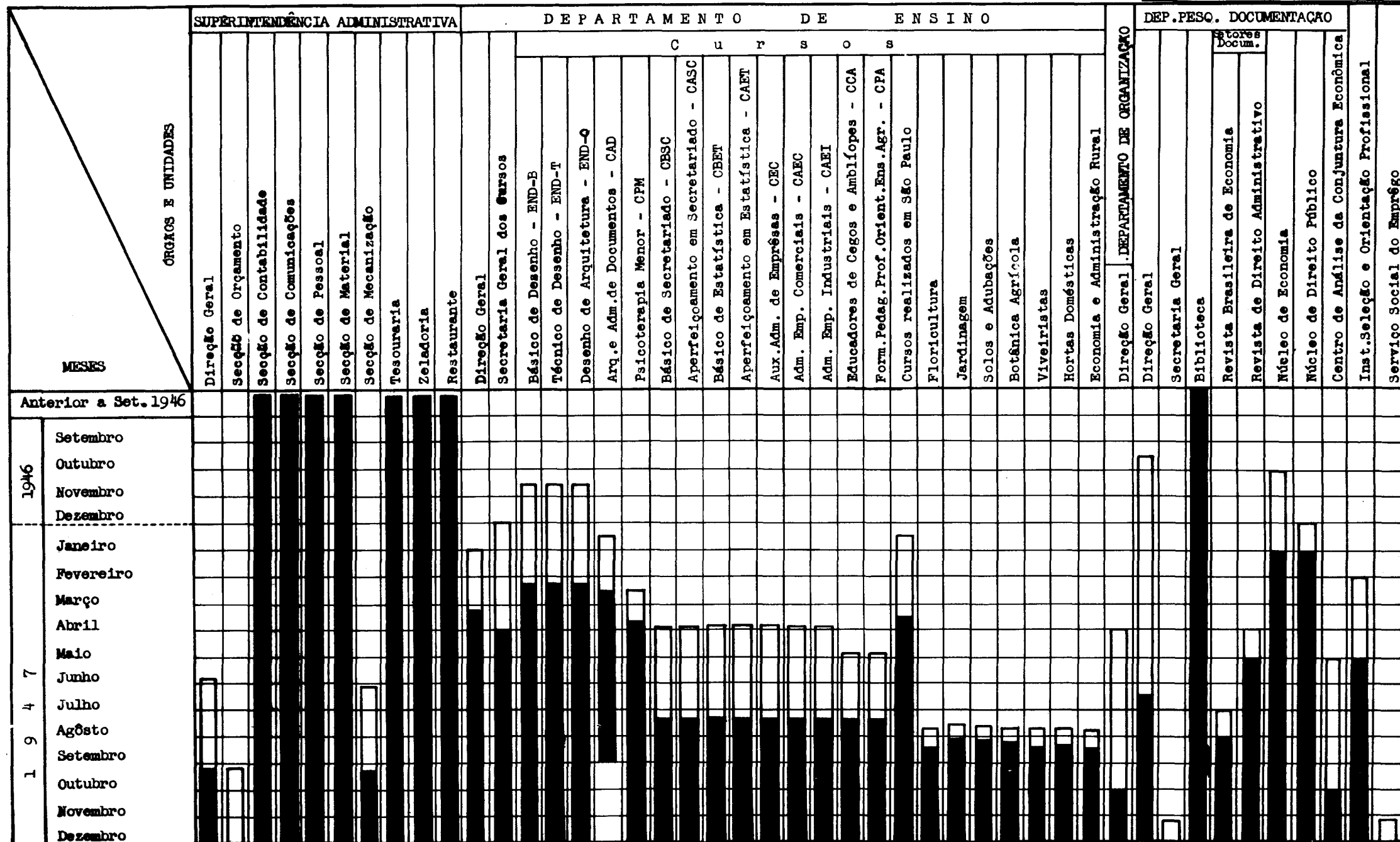


GRÁFICO INDICATIVO DA DATA DO INÍCIO DO FUNCIONAMENTO DOS DIFERENTES ÓRGÃOS DA F.G.V.

Convenção

☐ Planejamento e implantação

Funcionamento



DEMONSTRAÇÃO DOS COMPARECIMENTOS

DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR ÀS SESSÕES

REALIZADAS NO DECURSO DE 1947

CONVENÇÕES

1- comparecimentos
-- ausências
O- ordinária
E- extraordinária

MEMBROS	JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO			ABRIL		MAIO		JUNHO		JULHO		AGOSTO		SETEMBRO		OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO		TOTAL		FREQUÊNCIA	
	20º O 8/1	6º E 22/1	2º O 14/2	-	22º O 4/3	7º E 18/3	8º E 26/3	9º E 7/4	23º O 28/4	24º O 12/5	10º E 26/5	25º O 9/6	11º E 23/6	26º O 16/7	12º E 25/7	27º O 21/8	13º E 26/8	28º O 10/10	-	29º O 23/10		30º O 6/11	14º E 13/11	31º O 2/12	15º E 18/12	O	E	absoluto	%
PRESIDENTE	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	-	1		1	1	1	1			13	59
VICE-PRESIDENTE	1	1	1	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	1		1	-	1	1			20	91
VOGATIS	2	1	2	-	2	1	2	1	1	1	2	1	2	2	1	2	2	2	-	2		-	1	2	1			33	75
SUPLENTES	2	1	2	-	3	2	3	3	2	3	3	3	2	1	2	2	3	2	-	3		2	3	3	3			53	80
REPRESENTANTE DO GOVERNO FEDERAL	1	1	1	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	--	-	1		1	1	1	1			17	73
DIRETOR EXECUTIVO	1	1	1	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	1		1	1	1	1			22	100
TOTAL	8	6	8		7	6	8	7	6	7	8	7	6	7	6	7	8	6		14		6	7	9	8	12	10		

TÍTULOS DOS TÉCNICOS DA FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

	<u>Págs.</u>
Diretor Executivo	
Jorge Oscar de Mello Flôres	IV, 01
Departamento de Ensino	
Luiz Alves de Mattos - Diretor	IV, 03
Dora Alves de Mattos	IV, 19
Irene da Silva Mello Carvalho	IV, 21
Celeida de Lima Chaves	IV, 24
Departamento de Organização	
Custódio Sobral Martins de Almeida - Diretor	IV, 08
Carlos Dodsworth Machado	IV, 27
Edgard Gomes de Castro	IV, 28
Levy Xavier de Souza	IV, 29
Tomás de Vilanova Monteiro Lopes	IV, 31
Departamento de Pesquisas e Documentação	
Tomaz Russell Raposo de Almeida - Diretor	IV, 10
Eugênio Gudin	IV, 33
Temístocles Brandão Cavalcanti	IV, 35
Richard Lewinshon	IV, 37
Américo Barbosa de Oliveira	IV, 38
Arízio de Viana	IV, 40
Carlos Medeiros Silva	IV, 42
Otto Maria Carpeaux	IV, 44
Alfredo Coutinho de Medeiros Falcão	IV, 45
Armando Fabriani	IV, 48
Instituto de Seleção e Orientação Profissional	
Emílio Mira y Lopez - Diretor	IV, 15
Noemi da Silveira Rudolfer	IV, 50
Symcha Jerzi Schwarstein	IV, 60
Augustine Landau	IV, 61

Edwiges de Carvalho Florence	IV,63
Inês Besouchet	IV,65

Serviço Social do Emprego

Estanislau Fischlowitz	IV,68
------------------------------	-------

0. 01 - Nome: Jorge Oscar de Mello Flôres.

02 - Órgão: Direção Executiva.

03 - Função: Diretor Executivo

1. Cursos efetuados

1.1 - De formação

1.11 - Engenheiro Geógrafo pela Escola Nacional de Engenharia (1 929).

1.12 - Oficial da Reserva do Exército da Arma de Artilharia (1 930).

1.13 - Engenheiro Civil pela Escola Nacional de Engenharia (1 931).

2. Cargos exercidos

2.1 - Cargos de direção

2.11 - Chefe substituto do Distrito da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura no Estado de São Paulo ... (1 934).

2.12 - Chefe substituto da Seção de Energia Hidráulica da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura (1935/1936/1937).

2.13 - Responsável pelo Contrôlo de Obras da Coordenação da Mobilização Econômica (1 942).

2.14 - Responsável pelo Setor Construções Cíveis da Coordenação da Mobilização Econômica (1 943).

2.15 - Diretor do Serviço de Obras do D.A.S.P. (1 943).

2.16 - Diretor da Divisão de Edifícios Públicos do D.A.S.P. (1 944 a 1 945).

2.17 - Chefe do Centro de Serviços Públicos Concedíveis da F.G.V. (1 945).

2.18 - Diretor da Divisão de Organização e Coordenação do D.A.S.P. (1 945).

2.19 - Diretor da Divisão de Pessoal do D.A.S.P. (1 946).

2.20 - Diretor Executivo da F.G.V. (1 946 até o presente).

2.2 - Cargos de Staff

2.21 - Assistente Técnico do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1 940 a 1 943).

2.3 - Cargos Técnicos

2.31 - Engenheiro da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura (1 933 a 1 944, exercício efetivo 1 933 a 1 939).

2.32 - Engenheiro requisitado no Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1 939 a 1 940).

2.33 - Engenheiro do D.A.S.P. (1 944 a 1 948).

2.4 - Cargos de Conselho

2.41 - Membro da Comissão Diretora da Coordenação da Mobilização Econômica (1 943).

2.42 - Membro do Conselho Deliberativo do D.A.S.P. (1 944 a 1 945).

2.43 - Membro da Comissão de Planejamento Econômico da Presidência da República (1 945).

2.44 - Membro da Sub-Comissão de Finanças da Comissão de

- Planejamento Econômico (1 945).
- 2.45 - Membro do Conselho Técnico da F.G.V. (1 946).
 - 2.46 - Membro da Comissão de Controle de Tarifas de Serviços Públicos da Presidência da República (1 946).
 - 2.47 - Representante da F.G.V. na Assembléia Geral do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (1 946 até o presente).
 - 2.48 - Representante da F.G.V. no Conselho Diretor da Associação Brasileira de Normas Técnicas (1 947 até o presente).
- 2.5 - Cargos de Magistério
- 2.51 - Assistente da Cadeira de Hidráulica da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil do Ministério de Educação e Saúde (1 936 a 1 937).
- 2.6 - Outros cargos não compreendidos na classificação acima
- 2.61 - PRINCIPAIS COMISSÕES TRANSITÓRIAS
- 2.611 - Presidente da Comissão de Avaliação de Requisições para a Companhia Siderúrgica Nacional da Coordenação da Mobilização Econômica (1 943).
 - 2.612 - Membro da Comissão de Mobilização de Energia Elétrica do Ministério da Guerra (1 943).
 - 2.613 - Presidente da Comissão da Hora de Guerra do Ministério da Viação e Obras Públicas (1 943).
 - 2.614 - Membro da Comissão Organizadora da F.G.V. (1 944).
 - 2.615 - Membro da Comissão de Despesas com Pesquisas Científicas do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (1 946 e 1 947).
 - 2.616 - Membro da Comissão Reorganizadora da Fundação da Casa Popular (1 946).
- 2.62 - PRINCIPAIS FUNÇÕES TÉCNICAS NÃO FORMAIS
- 2.621 - Presidente da Comissão de Diretores de Obras dos Ministérios Cíveis (1 944 a 1 945).
 - 2.622 - Encarregado da elaboração da proposta orçamentária do "Plano de Obras e Equipamentos" da União (1 944 e 1 945).
 - 2.623 - Organizador da Exposição Anual do D.A.S.P. sobre Edifícios Públicos (1 945).
 - 2.624 - Coordenador do órgão de estudos anexo à Secretaria da Presidência da República (1 947).
- 2.63 - TRABALHOS TÉCNICOS
- 2.631 - Projetos Hidrotécnicos.
 - 2.632 - Fiscalizações de obras de construções civis.
 - 2.633 - Avaliações imobiliárias.
 - 2.634 - Estudos de Organização.
 - 2.635 - Estudos de Planejamento.

- 0 01- Nome: Luiz Alves de Mattos
 02- Órgão Departamento de Ensino
 03- Função: Diretor

1. Cursos efetuados.

- 1.1- De formação: Atestado de conclusão de curso superior de Filosofia (da Congregação Beneditina Brasileira- Rio- Agosto de 1924 a junho de 1926).
- 1.11- Licenciado em Teologia pela Faculdade de Teologia da "Catholic University of America" Washington D.C.- U.S.A. (1930)
- 1.12- Bacharel em Cânones pela Faculdade de Direito Canônico da mesma Universidade em 1931.
- 1.13- Mestre de Artes em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia da mesma Universidade em 1931
- 1.4- De aperfeiçoamento:
- 1.41- Certificado de curso de aperfeiçoamento em Pedagogia na Graduate School of Fordham University- New York- 1928 (curso de 6 semanas)

2. Cargos exercidos.

2.1- Cargos de Direção:

- 2.11- Vice-reitor do Ginásio de São Bento de S. Paulo -1934 e 1935 (sem comprovante direto).
- 2.12- Reitor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento de São Paulo de 1936 a 1939.
- 2.13- Presidente da Associação de Jornalistas Católicos de São Paulo (1934 a 1937).
- 2.14- Redator do jornal "O Debate" de São Paulo (1934 -1936)-
- 2.15- Diretor Geral do Ensino Religioso da Arquidiocese de São Paulo.
- 2.16- Diretor Geral da Ação Católica da Arquidiocese de São Paulo.
- 2.17- Presidente do Conselho Regional (do Estado de São Paulo) da Confederação Católica Brasileira de Educação (1934- 1937).
- 2.18- Diretor da Faculdade de Educação da Universidade do Distrito Federal- 1938- 1939.
- 2.19- Diretor da Divisão Técnica do Serviço Social do Comércio dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo- 1947.
- 2.20- Diretor dos cursos de férias da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1946- 1947).
- 2.21- Diretor do Departamento de Ensino da Fundação Getúlio Vargas- 1947.

2.3- Cargos Técnicos:

- 2.31- Representante oficial do Ministro da Educação e Saúde, junto a IV Conferência Nacional de Educação- Fortaleza- Ceará- 1934.

2.32- Assistente Técnico da Secretaria Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal-1938.

2.4- Cargos de Conselho

- 2.41- Membro do Conselho Técnico e Administrativo do Instituto Superior de Pedagogia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae" de São Paulo (1933 a 1936) (sem comprovante).
- 2.42- Membro do Conselho Técnico e Administrativo da Escola Superior de Serviço Social de São Paulo (1936 a 1938) (sem comprovante).
- 2.43- Membro do Conselho Central da Confederação Católica Brasileira de Educação (Rio) (1934 - 1937).
- 2.44- Relator Geral do Primeiro Congresso Católico Nacional de Educação- Rio- 1934.
- 2.45- Membro conferencista da Semana de Estudos Pedagógicos do Instituto de Educação da Universidade de S. Paulo- 1936
- 2.46- Membro da Comissão Técnica de Reorganização da Universidade do Distrito Federal- 1938.
- 2.47- Membro do Conselho Universitário da Universidade do Distrito Federal- 1938- 1939-

2.5- Cargos de Magistério

- 2.51- Professor de Língua e Literatura Espanhola nos Cursos de aperfeiçoamento de professores secundários de 1929, 1930 e 1931 (cursos de férias de 6 semanas cada um) no Teachers' College de Cincinnati - Ohio- U.S.A.
- 2.52- Professor (contratado) de História Latino-Americana nos cursos de aperfeiçoamento para professores secundários nos anos de (1929, 1930 e 1931)- (Cursos de 6 semanas cada um) no Teachers' College de Cincinnati- Ohio- U.S.A.
- 2.53- Professor de Inglês no Ginásio de São Bento de S. Paulo- 1932 e 1933 (sem comprovante direto, mas com indireto apenas).
- 2.54- Professor de Apologética no Ginásio de São Bento de São Paulo- 1932 e 1933 (sem comprovante direto)
- 2.55- Professor de Psicologia do Adolescente (curso especial de extensão universitária da Faculdade de Filosofia de São Bento- São Paulo- para inspetores federais de ensino- 1932 (duração 2 meses).
- 2.56- Professor(contratado) de Filosofia da Educação nos Cursos de aperfeiçoamento para professores primários da Liga do Professorado Católico de São Paulo nos anos de 1932, 1933, 1934, 1935, 1936 e 1937 (estes cursos tinham duração de 8 meses cada um) (Sem comprovante direto)
- 2.57- Professor (contratado de Psicologia Geral e Educacional nos mesmos cursos de aperfeiçoamento da Liga do Professorado Católico de São Paulo de 1932 a 1937. (sem comprovante direto).
- 2.58- Professor catedrático de Sociologia na seção de Filosofia do Instituto Superior de Pedagogia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae" de São Paulo - de 1933 a 1937 (sob regime de inspeção federal).
- 2.59- Professor Catedrático de Sociologia Educacional na Seção de Pedagogia do mesmo Instituto "Sedes Sapientiae" de 1933 a 1937.

- 2.60- Professor catedrático de Psicologia Educacional na Secção de Pedagogia do mesmo Instituto "Se - des Sapientiae" de 1933 a 1937.
- 2.61- Professor de Filosofia da Educação nos cursos de Aperfeiçoamento para professores primários do Centro de Cultura Intelectual de Campinas nos anos de 1932, 1933, 1934 (cursos êstes com duração de 8 meses cada um) sem comprovante direto)
- 2.62- Professor catedrático de Sociologia Geral na Escola Normal de Itú (estado de São Paulo) em 1935 (Curso normal equiparado).
- 2.63- Professor catedrático de Sociologia Educacional na Escola Normal de Itú (Estado de São Paulo) em 1935.
- 2.64- Professor (Contratado) de Sociologia Geral no Curso superior da Escola de Ciências Domésticas Condessa Matarazzo de São Paulo em 1936 e 1937 (sem comprovante direto)
- 2.65- Professor (contratado) de Sociologia Aplicada no Curso superior da Escola de Ciências Domésticas Condessa Matarazzo- S.Paulo em 1936 e 1937 (sem comprovante direto).
- 2.66- Professor catedrático de Psicologia Geral na Escola Superior de Serviço Social de S.Paulo- de 1936 a 1938 (sem comprovante)
- 2.67- Professor catedrático de Psicologia Educacional na Escola Superior de Serviço Social de S.Paulo 1936 a 1938 (sem comprovante direto).
- 2.68- Professor substituto de Ética na secção de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de S. Bento de São Paulo em 1937 (sem comprovante)
- 2.69- Professor de Religião e Apologética na Escola Normal do Braz- São Paulo em 1935 e 1936 (sem comprovante)
- 2.70- Professor catedrático de Psicologia Educacional na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento - São Paulo (sob regime de inspeção federal), de 1936 a 1937.
- 2.71- Professor catedrático de Metodologia do Ensino Secundário na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento de São Paulo, de 1936 a 1939.
- 2.72- Professor de Psicologia Educacional no curso de Aperfeiçoamento do Centro Dom Vital do Rio de Janeiro em 1934 (duração 4 meses).
- 2.73- Professor de Metodologia Especial do Ensino da Religião no curso de formação de professores catequistas organizado pela Cúria Metropolitana de São Paulo em 1935 (duração 4 meses).
- 2.74- Professor catedrático em comissão de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Distrito Federal (oficial) 1938 e 1939.
- 2.75- Professor catedrático interino de Didática Geral e Especial da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil em 1939 até o presente.
- 2.76- Professor de Didática Geral no curso de aperfeiçoamento para professores secundários (curso de férias) da Faculdade Nacional de Filosofia - 1946 (duração 6 semanas)
- 2.77- Professor de Didática Especial da Geografia nos

- curso de aperfeiçoamento para professores do Conselho Nacional de Geografia nos anos de 1946 a 1947 (duração de cada curso 15 dias)
- 2.78- Professor catedrático de Metodologia Geral nos cursos de especialização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação e Saúde- 1947.
 - 2.79- Professor catedrático de Organização Escolar nos cursos de especialização do mesmo INEP do MES - 1947.
 - 2.80- Professor catedrático de Administração Escolar nos cursos de especialização do mesmo INEP do MES. 1947.
 - 2.81- Professor de Latim no Colégio Andrews- Rio 1946.
 - 2.82- Professor de Metodologia Geral do curso de Professores e Orientadores do Ensino Agrícola da F.G.V. 1947.
 - 2.83- Professor de Inglês no Colégio Andrews- Rio- 1946.

2.6- Outros cargos

- 2.61- Membro da banca examinadora do concurso, para a cadeira de Metodologia do Ensino Primário do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo em 1935.
- 2.62- Presidente da banca examinadora do concurso para a cadeira de Inglês do Colégio Universitário da Universidade do Brasil em 1938.
- 2.63- Membro da banca examinadora da School of Foreign Service da Georgetown University (Washington D. C.) 1929.
- 2.64- Examinador do concurso para a cadeira de Inglês do Instituto de Educação do Distrito Federal- 1938.
- 2.65- Examinador e Presidente da banca examinadora do concurso de Inglês para o preenchimento das vagas do ensino técnico Secundário da Prefeitura do Distrito Federal- 1938.
- 2.66- Examinador no concurso de ingresso na carreira de técnicos de educação promovido pelo DASP- em 1945.
- 2.67- Examinador no concurso de segunda entrada para técnicos de educação, realizado pelo DASP em 1946.
- 2.68- Conferente Oficial da Semana da Escola Nova (série de palestras oficiais) na Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte- 1933.
- 2.69- Representante da Faculdade Nacional de Filosofia junto ao Congresso Nacional pró Educação Democrática- 1945- Rio.
- 2.70- Membro permanente da Comissão de Documentação e Cultura do Conselho Nacional de Geografia (1945 até o presente)

3.1- Teses, Monografias e Livros

- 3.11- "Planejamento dos cursos de assistência social" para o SESI, 1946.
- 3.12- Plano de organização do Serviço Social do Comércio para os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo- 1947.

3.2- Artigos em Revista

- 3.21- "The Independence of Brasil" - artigo publicado no "The Young Catholic Messenger" (Dayton, Ohio) vol. XLVI, nº 31- abril, 1930.
- 3.22- "Prestes of Brazil", artigo de fundo publicado em "The Commonweal" New York, julho, 1930) vol. XII nº 9 p.259-261.
- 3.23- "The Revolution in Brazil" artigo de fundo publicado em "The Commonweal" (New York, novembro 1930) vol. XIII nº 4 p. 91-93.
- 3.24- Várias resenhas bibliográficas em "The New Scholasticism" Washington D.C. 1929- 1931.
- 3.25- "As Normas oficiais da Igreja e a Pedagogia Renovada", artigo publicado na Revista Brasileira de Pedagogia, (Rio, ano IV, nº 34 vol VII, p. 392- 396)
- 3.26- "Fundamentos da Paz Internacional" artigo publicado na revista "A Ordem" Rio- 1930.
- 3.27- "Tulton Sheen e o Catolicismo Norte Americano" publicado no O Jornal do Comércio do Rio, Outubro de 1933.
- 3.28- "O Problema da Coeducação" trabalho publicado nos Anais do I Congresso Católico de Educação de São Paulo.
- 3.29- "A Moderna Formação de Professores Secundários" publicado em "O Jornal" 16 de junho de 1946.
- 3.30- "A Técnica do Interrogatório Didático" no prelo da Revista Brasileira de Educação do INEP...
- 3.31- "Re-Estruturação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento- São Paulo -1936 e elaboração do seu regimento interno.

01- Nome: Custódio Sobral Martins de Almeida

02- Órgão: Departamento de Organização

03- Função: Diretor

1. Cursos efetuados

1.1- De formação

1.11- Superior (incompleta)- Secundária(completa)-
1929 a 1934.

1.4- De Aperfeiçoamento

1.41- Na American University- Washington, D.C.- 1941
a 1942.

2. Cargos exercidos

2.1- Cargos de Direção

2.11- Diretor Substituto da Divisão de Organização e Coordenação do DASP; Chefe do Serviço de Planejamento da Prefeitura do Distrito Federal; Chefe da Seção de Administração Específica da Divisão de Organização e Coordenação do DASP.

2.2- Cargos de Staff

2.21- Assistente Técnico de Organização do Superintendente da Fundação da Casa Popular.

2.3- Cargos Técnicos

2.31- Técnico de Administração, por concurso, em 1946 (até esta data).

2.5- Cargos de Magistério

2.51- Professor da cadeira de Administração e Organização do Curso de Formação de Médicos Puericultores do Departamento Nacional da Criança; Professor do Curso de Organização de Serviços do DASP; Professor do Curso de Estrutura Administrativa e Noções de Direito Usual do Dasp; Professor de Cursos Particulares.

2.6- Outros cargos

2.61- Oficial Administrativo do Ministério da Educação e Saúde, por concurso, de 1937 a 1940; Membro e Presidente da Comissão de Organização da Fundação da Casa Popular; Chefe da Comissão de Reorganização da Prefeitura de Belo Horizonte; Membro da Comissão de Reorganização da Companhia Vale do Rio Doce SA.; Estudos e Planos técnicos para a Legião Brasileira de Assistência.

3.1- Teses, Monografias e Livros

3.11- Tese: "A ORGANIZAÇÃO COMO TÉCNICA, A SERVIÇO DO

ESTADO", de concurso para a carreira de Técnico de Administração, Imprensa Nacional, em 1941.

3.2- Artigos em revistas

- 3.21- Artigos na Revista do Serviço Público.
- 3.22- "Da formação de organizadores" Vol I, nº I- 1943
- 3.23 "A margem da Campanha de Cooperação- Vol III nº III, de 1943.
- 3.24 "Improvisações e planejamento" vol. II, nº III- 1946.
- 3.25- "O problema da avaliação do trabalho" Vol.III nº I- 1946.
- 3.26- "O Serviço de Racionalização Administrativa" Vol, II- nº II- 1946.
- 3.27 "Reajustando às finalidades"...

Outros títulos.

Examinador de Provas de Habilitação para Assistente de Organização;
Examinador em provas do Concurso para Técnico de Administração do Estado do Rio de Janeiro.

Citação em relatório.

Citado, por seus atributos, como pessoa recomendável ao contato de autoridades norte-americanas, em relatório do Prof. Henry Reining, da Universidade de OHIO, dirigido ao State Department dos Estados Unidos da América.

Outros trabalhos de reorganização: da Recebedoria do Distrito Federal;
do Conselho Nacional do Serviço Social;
do Departamento Nacional da Criança;
colaboração na reorganização do aparelho arrecadador da União.

0. 0.1 - Nome: Thomaz Russell Raposo de Almeida.

0.2 - Órgão: Departamento de Pesquisas e Documentação.

0.3 - Função: Diretor.

1. Cursos efetuados

1.1 - de formação

1.11 - New York Commercial School - Curso Comercial Parcial
- intensivo.

Época: 1 926.

1.12 - Medicina - Faculdade de Medicina da Universidade do
Rio de Janeiro.

Época: 1 929 a 1 933 inclusive.

Diploma: Médico.

1.2 - de extensão -----

1.3 - de especialização -----

1.4 - de aperfeiçoamento -----

2. Cargos exercidos

2.1 - Cargos de direção

2.11 - Chefe do Serviço de Inspeção Médica do Instituto de
Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

Época: 1 938 a 1 944.

2.12 - Assistente Geral do Departamento de Benefícios do Ins-
tituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

Época: 1 941 a 1 942 (cumulativamente).

2.13 - Chefe do Setor de Assistência Médica da Comissão Or-
ganizadora do Instituto de Serviços Sociais do Bra-
sil (COISSB).

Época: julho de 1 945 a maio de 1 946.

2.14 - Chefe do Setor de Saúde e Assistência da Assistência
Técnica à Comissão de Investigação Econômica e Soci-
al da Assembléia Nacional Constituinte.

Época: maio de 1 946.

2.2 - Cargos de Staff

2.21 - Secretário do Presidente da The Caloric Co.

Época: 1 927, 1 928 e 1 929.

2.22 - Secretário do Comptroller General da Standard Oil of
Indiana.

Época: 1 930.

2.23 - Assistente de Ginecologia e Obstetrícia do Professor
João Camargo.

Época: 1 934-1 935.

2.24 - Assistente de Organização do Departamento de Benefí-
cios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos In-
dustriários.

Época: 1 944

2.3 - Cargos Técnicos

- 2.31 - Médico examinador do Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva.
Epoca: 1 936 a 1 937.
- 2.32 - Assistente Técnico da Comissão de Estudos da Secretaria da Presidência da República (Colaboração no plano e na redação da Mensagem Presidencial de 1 947).
- Epoca: janeiro a março de 1 947, abril a setembro de 1 947.
- 2.33 - Assistente Técnico da Divisão Técnica do Departamento Nacional do SESC (Serviço Social do Comércio).
Epoca: fevereiro de 1 948 até o presente.
- 2.34 - Membro da Comissão de Estudos da Luta Antituberculosa, da Consultoria Médica da Previdência Social.
Epoca: junho de 1 946.

2.4 - Cargos de Conselho -----

2.5 - Cargos de Magistério

- 2.51 - Clínica médica e propedêutica - Professor assistente. Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.
Epoca: 1 936 a 1 937.

2.6 - Outros cargos não compreendidos na classificação acima

- 2.61 - Clínico no Distrito Federal (Clínica Geral) desde 1 934 até 1 935 e de 1 936 a 1 940. Clínico no Norte do Paraná em 1 935-1 936.
- 2.62 - Aula sobre Epidemiologia da Tuberculose no Brasil, no Curso de Tuberculose do Professor Aloysio de Paula.
- 2.63 - Membro da Banca Examinadora do Concurso de Títulos, realizado no I.B.G.E., para preenchimento dos cargos de Técnico de Administração, Oficial Administrativo e Estatístico.
Epoca: 1 947.
- 2.64 - Instruções para exames médicos do I.A.P.I. - Arquivo I.A.P.I.
Epoca: 1 938.
- 2.65 - Instruções para novo plano de exames médicos do I.A.P.I. - Arquivo do I.A.P.I.
Epoca: 1 941.
- 2.66 - Análise das Funções do Departamento de Benefícios do I.A.P.I. - Arquivo do I.A.P.I.
Epoca: 1 942.

3. 3.1 - Teses, Monografias e Livros

3.11 - TESE

- 3.111- Contribuição ao estudo de um critério para a prestação de assistência médica à coletividade brasileira (Contendo: a) - Ordem de grandeza do custo da assistência médica total; b) - Golpe de vista

sôbre as possibilidades brasileiras no tocante aos meios de prestação da assistência médica; c) - Critérios para limitação da assistência; d) - Critério para determinação da ordem de importância das doenças; e) - Estudo sôbre a importância das causas de morte; f) - Estudo sôbre a importância das causas de incapacidade; g) - Conclusão). (Incorporado ao relatório da COISSB - 1 945 - biblioteca do DASP, Publicado na Revista Serviço Social - São Paulo, de dezembro de 1 946).

3.12 - MONOGRAFIAS

3.121- Pormenores sôbre os estudos preliminares de custoda Assistência Médica, recursos médicos no Brasil e outros assuntos resumidos no volume II.

Nota I - Cálculo da despesa do indivíduo ativo (de 20 a 59 anos) com a assistência médica no Rio de Janeiro - Estudo preliminar.

Nota II- Distribuição dos médicos pelo Brasil - Comparações - Estudo preliminar.

Nota III- Distribuição dos leitos hospitalares pelo Brasil - Estudo preliminar.

Nota IV -Critérios noxiotáticos.

Tabela I - Salário médio dos industriários em 1 942. Arquivo do COISSB.

3.122- Pormenores sôbre a mortalidade geral e específica (contendo: Tabelas:

- I- Mortalidade comparada.
- II- Natalidade e mortalidade no Brasil.
- III- Mortalidade específica por sexos e idades nas capitais brasileiras (Tabelas A a U).
- IV- Mortalidade comparada - Sexos e Classes Etárias.
- V- Padronização das taxas de morte.
- VI- Mortalidade comparada - Distribuição etária percentual.
- VII- Eficiência do Registro Civil no Brasil.
- VIII- Marcha da Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias no Distrito Federal.
- IX- Marcha da mortalidade por várias causas nos Estados Unidos.
- X- Marcha da mortalidade por Câncer nos Estados Unidos.
- XI- Distribuição percentual das causas de morte ao longo da escala etária.
- XII- Cálculo dos índices de importância das causas de morte.
- XIII- Índices de importância das causas de morte nas várias capitais.

Notas:

- I- Sôbre a Sífilis.
 - II- Sôbre a padronização das taxas de morte - Câncer.
 - III- Sôbre a mortalidade infantil.
 - IV- Sôbre a mortalidade por atividade - Industriários.
 - V- Sôbre a mortalidade no interior).
- Arquivo do COISSB.

3.123 - Estudos sobre a incapacidade (contendo:

Nota I - Sobre os Industriários do Brasil - Vol.V
 Nota II - Sobre a prevalência da incapacidade-Vol.V

Anexos

Tabela 1 - Incidência da incapacidade entre os funcionários do I.A.P.I -Vol. VI.
 Tabelas 2 e 3- Incidência da incapacidade entre os industriários - Vol. VI.
 Tabelas 4 e 5- Prevalência da incapacidade entre os industriários - Vol. VI.
 Tabelas 6 e 7- Incidência da incapacidade entre os industriários (outros aspectos) - Vol. VI.
 Tabela 8 - Relações "Incidência-Prevalência" específicas - Vol. VI.
 Tabela 9 - Índices etários das causas de incapacidade - Vol. VI.
 Tabelas 10 e 11 - Dados de invalidez dos bancários - Vol. VI)
 Arquivo do COISSB.

3.124 - Estudos relativos às principais causas de morte e de incapacidade.

Nota I - Sobre as doenças do aparelho circulatório - Vol. V.
 Nota II - Sobre a Tuberculose - Vol. VII.

Anexos (Nota II)

I - Taxas de infecção.
 II - Mortalidade.
 III - Prevalência.
 IV - Incidência.
 Arquivo do COISSB.

3.125 - Breve nota sobre a organização da medicina no Brasil - Vol.VIII. Arquivo do COISSB.

3.126 - Estudos relativos ao planejamento da assistência médica no Brasil.

Nota I - Unidades Padrão de Assistência - Vol. VIII.

Nota II - Variações Geográficas da Morbidade - Vol. VIII.

Anexos (Nota II).

I - Dados de mortalidade segundo os municípios - Vol. XIX.
 II - Dados de incapacidade segundo os municípios e zonas fisiográficas - Vol. XIX.
 III - Dados de mortalidade e de incapacidade comparadas - Vol. XIX.
 IV - Dados de morbilidade - Novos casos nas clínicas do interior - Vol. XIX.
 V - Sugestões para a ponderação das necessidades de recursos médicos segundo as várias clínicas nas zonas fisiográficas - Vol.XIX.
 VI - Mapas ilustrativos das variações de morbilidade no Brasil - Vol. XX.
 VII - Incidência da incapacidade entre os industriários, segundo os municípios - Vol.XXI.

- VIII - Inquérito de morbidade (Questionário) - Vol. XXII.
 IX - Apurações do inquérito de morbidade. Vols. XXIII e XXIV.

Nota IV - Plano de luta contra a Tuberculose - Vol. VIII.

Nota V - Explicação sintética sobre o plano de localização de hospitais e distribuição dos serviços básicos dispensariiais - Luta contra a Tuberculose - Vol. VIII.

Anexos (Nota V):

- I - Lista indicativa dos códigos dos municípios de todo o Brasil, relacionados em ordem alfabética - Vol. VIII.
- II - Discriminação das necessidades de médicos ou equipes e leitos proporcionais às populações de 1 940 - Vols. XXV a XXX.
- III - Distribuição dos órgãos básicos - Vol. XXXII.
- IV - Mapas ilustrativos da situação dos órgãos básicos, com indicação das respectivas zonas de influência - Vol. XXXIII.

Nota VI - Sobre alguns aspectos da perícia médica - Vol. VIII.
 Arquivo do COISSB.

- 3.127 - Relatório apresentado ao Presidente da COISSB sobre os Estudos sobre saúde e assistência da COISSB (Publicado na Revista Serviço Social - São Paulo - de zembro, 1 946).
 - 3.128 - Estudos para a Comissão de I.E.S. de A.N.S.
 - 3.129 - Relatório sobre Saúde e Assistência - Vol. V - II fase da COISSB - Arquivo COISSB - 1 946.
 - 3.130 - Estimativa do valor mínimo das vidas perdidas por Tuberculose Pulmonar no Brasil - Vol. VII - III fase - Arquivo COISSB - 1 946.
 - 3.131 - Estudos para a Comissão de Planejamento de luta antituberculosa na Previdência Social: Aspectos demográficos da luta antituberculosa - Vol. VIII - COISSB - III fase.
 - 3.132 - Aspecto Econômico da luta antituberculosa - Vol. ... VIII - COISSB - III fase.
- 3.2 - Artigos em revista
- 3.21 - Estatística Médica - Revista Inapiários - Setembro, 1 948.
 - 3.22 - Situação Epidemiológica da Tuberculose no Brasil (Revista Médico-Cirúrgica do Brasil - ns. 1 a 4, IV ano, janeiro/abril, 1 947).
 - 3.23 - Aspectos da Luta antituberculosa - julho-agosto/1947 - Revista Brasileira de Medicina.
 - 3.24 - Bases demográficas da luta antituberculosa - Revista Brasileira de Estatística - dezembro 1 947.

0. 01 - Nome: Emílio Mira y López

02 - Orgão: Instituto de Seleção e Orientação Profissional

03 - Função: Diretor

1. Cursos efetuados

1.1 - De formação: Medicina - Faculdade de Medicina de Barcelona (Espanha).

Epoca: 1 912-1 917, inclusive.

Diploma: Licenciado (com prêmio extraordinário).

Faculdade de Medicina de Madrid (Espanha)

Diploma: (Doctor (com prêmio extraordinário). 1 921- 1 923.

Ciências Naturais: Faculdade de Ciências de Barcelona (Espanha)

Epoca: 1 919-1 921.

3 primeiros cursos da Licenciatura.

Diploma: Não tem.

1.2 - De extensão: Psicologia - Sorbonne (França).

Epoca: 1 919-1 926.

Assistência sem matrícula a cursos dos Prof. Ch. Henry, Pierre Janet e Cléram — balt Univ. Viena (Áustria)

Epoca: 1 923.

Curso de psicoanálise do Prof. Otto Rank.

Diploma: de aproveitamento.

2. Cargos exercidos

2.1 - De direção

2.11 - Diretor do "Instituto de Orientación Profesional de Barcelona" (1 923-1 930).

2.12 - Diretor do "Instituto Psicotécnico de Catalunya" .. (1 931-1 939).

2.13 - Diretor da Clínica Psiquiátrica Universitária de Barcelona (1 933-1 939).

2.14 - Diretor do Manicômio de Vilaboi (1 935-1 939).

2.15 - Diretor da Casa de Repouso Boavista (1 928-1 939).

2.16 - Diretor dos Serviços Psiquiátricos do Exército Republicano Espanhol (1 937-1 939).

2.17 - Diretor dos Serviços Psiquiátricos do Governo Provincial de Santa Fé (Argentina) (1 943-1 944).

2.18 - Diretor do Laboratório de Psicopedagogia de Montevideo (1 944-1 946).

2.3 - Técnicos

2.31 - Médico Consultor do "Instituto Pedro Mata" (Espanha) (1 930-1 937).

2.32 - Médico Assessor do Conselho Superior Psiquiátrico (Espanha) (1 933-1 937).

2.33 - Membro numerário do "Conselho Superior de Cultura da República Espanhola" (1 937-1 939).

2.34 - Médico Consultor do Sanatório "La Chapelle" (Buenos Aires, (1 940-1 944).

2.4 - Cargos de Conselho

- 2.41 - Membro do "International Committee of Psychologists" (Eleito com unanimidade em Oxford. 1 923 até a data)
- 2.42 - Membro do Conselho da "Association Internationale de Psychotechnique" (eleito unanimemente em Genebra, em 1 921, até a data).
- 2.43 - Presidente do Conselho da "Liga Espanhola de Higiene Mental" (1 931-1 935).
- 2.44 - Vice-Presidente do Conselho da "Asociación Española de Neuropsiquiatras" (1 933-1 939)
- 2.45 - Membro do "Concell da Cultura Catalana", órgão assessor do Governo da Catalunha (1 936-1 939).
- 2.46 - Vice-Presidente do Conselho das Ligas Internacionais de Higiene Mental (New-York: 1 932 até a data).

2.5 - Cargos de Magistério

- 2.51 - Professor de Psicologia Experimental do "Ateneu Enciclopedic Popular" Barcelona (1 920-1 935).
- 2.52 - Professor de "Conductismo" na Sociedade de Biologia de Catalunha (1 921-1 924).
- 2.53 - Docente livre de Psicologia Judiciária na Faculdade de Direito da Universidade de Barcelona (1 928-33).
- 2.54 - "Summer Prof. of Psychology in Ohio University" (U. S.A., 1 929).
- 2.55 - Prof. de Psicoanálise na "Academia i Laboratori de Ciencies Mediques de Catalunya" (1 926-1 932).
- 2.56 - Prof. de Psicologia Experimental na Faculdade de Ciências da Universidade de Barcelona: (1 932-1 933).
- 2.57 - Prof. titular de Psiquiatria na Universidade de Barcelona (1 933-1 939).
- 2.58 - Prof. invitado de Psicologia na Universidade de La Havana (1 940).
- 2.59 - "Salmon Lecturer" na Academia de Medicina de New-York (1 943).
- 2.59' - Prof. dos cursos de verão da Universidade de Chile (1 941-1 942).
- 2.59'' - Prof. de Psicoterapia e Psicologia Médica na Universidade de Buenos Aires (Docência Livre): 1941-43.
- 2.59''' - Prof. do C.E.S.O.P. no DASP (1 944-1 945).

2.6 -

- 2.61 - Secretário da 2ª Conferência Internacional de Psicoténia (1 920-1 921).
- 2.62 - Secretário da XXXIII Reunião dos Alienistas e Neurologistas de língua francesa (1 929).
- 2.63 - Presidente da 6ª Conferência Internacional de Psicoténia (1930)
- 2.64 - Presidente eleito do IX Congresso Internacional de Psicologia (Copenhague, 1 932).
- 2.65 - Correspondente estrangeiro da American Society of Psychiatry (Desde 1 942).
- 2.66 - Professor honorário da Universidade de Guatemala .. (1 948).
- 2.67 - Doctor Honoris Causae Universidade de Guatemala ... (1 948).
- 2.68 - Professor honorário da Universidade de Yucatán (1 948).
- 2.69 - Membro honorário das Sociedades de Psiquiatria de Buenos Aires, Montevideo, Chile, Cuba, Rio de Janeiro, São Paulo, etc.

3. Teses, Monografias e Livros.

- 3.1 - "Teoria i Práctica del Psicoanálissi". Monografies Médiques Arnau Vilanova. Barcelona, 1 926. 2 volumes 238 páginas.
- 3.11 - "Les correlaciones somáticas del trabajo mental". Tesis doctoral de Medicina. Universidad de Madrid, 1926. 130 páginas.
- 3.12 - "Psicologia Jurídica". Ed. Salvat 1 932, Barcelona. 2ª edição. Buenos Aires, 1 944. Ed. Ateneo. Tradução portuguesa Ed. Agir, Rio, 1 946. 312 páginas.
- 3.13 - "Manual de Psiquiatria". Ed. Salvat. Barcelona 1ª ed. 708 páginas. 1 936. 2ª edição. El Ateneo Buenos Aires. 1 943, 978 páginas. Trad. portuguesa Ed. Científica. Rio, 1 944. 2 volumes idem. 3ª edição El Ateneo 2 volumes (1 946) 1 078 páginas.
- 3.14 - "Problemas psicológicos actuales". Ed. El Ateneo. Buenos Aires 1 940. 2ª edição, idem, 1 942. 3ª edição, idem 1 948, 318 páginas.
- 3.15 - "Psicologia Evolutiva de la infancia y adolescencia". 1ª ed. Rosario 1 942. 2ª ed. El Ateneo. Buenos Aires 1 943; 3ª edição, idem 1 945. 4ª edição, idem 1 948: 360 páginas. Trad. portuguesa Ed. Científica. Rio 1 946.
- 3.16 - "Manual de Psicoterapia". Ed. A. López. Buenos Aires 1 942. Trad. portuguesa Ed. Científica Rio. 308 páginas (esgotadas).
- 3.17 - "Concepto actual de las psicosis endocrinas". Ponencia al 2º Congreso Panamericano de Endocrinología. Montevideo 1 943. (In extenso no Volume de atas do Congresso. 78 páginas).
- 3.18 - "Fundamentos del Psicoanálisis". Ed. Americana. Buenos Aires, 1 943. 228 páginas.
- 3.19 - "Instantáneas Psicológicas". Ed. Bajel. Buenos Aires 1 943. 245 páginas.
- 3.19' - "Psychiatry in War". Ed. Norton. New York, 1 943, 245 páginas. Trad. espanhola Ed. Medico Quirúrgica Buenos Aires, 1 944.
- 3.19" - "Manual de Orientación Profesional". Ed. Kapelusz. Buenos Aires, 1 947. 420 páginas.
- 3.19''' - "Cuatro Gigantes del Alma". Ed. El Ateneo. Buenos Aires, 1 948. 278 páginas.
- 3.19'''' - "El Niño que no aprende". Ed. Kapelusz Buenos Aires, 1 948. 130 páginas.
- 3.195 - "Higiene Mental del Mundo de Postguerra". Ed. Mundo Atlântico. Buenos Aires, 1 945. 102 páginas.

DEPARTAMENTO DE ENSINO

DORA ALVES DE MATTOS

IRENE DA SILVA MELLO CARVALHO

CELEIDA DE LIMA CHAVES

- 0 01 - Nome: Dora Alves de Mattos
 02 - Órgão: Departamento de Ensino.
 03 - Função: Técnico.

1 - Cursos efetuados

1.1 - de formação

- 1.11 - Primário: Colégio de "1ª Assomption"
 1.12 - Secundário: Colégio de "1ª Assomption" (9 anos).
 Época: 1 917-1 925.
 Rio de Janeiro.
 1.13 - Secundário Oficial (art.100) - (3 anos)
 Época: 1 935-1 937.
 São Paulo.
 1.14 - Superior: Licenciado em Pedagogia (3 anos)
 Época: 1 937-1 939.
 São Paulo.
 1.15 - Bacharelado em Filosofia (promovida ao 3º ano -
 1 937-1 938 (2 anos) ambos na Faculdade de Filosofia,
 Ciências e Letras de São Bento - (reconhecida pelo Governo Federal) - São Paulo.
 Diploma de Doutor em Filosofia.

1.2 - de extensão: -----

1.3 - de especialização

- 1.31 - Curso de Enfermagem de Emergência (1 932) (3 meses)
 Escola de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira em São Paulo.
 Certificado de Aprovação.

1.4 - de aperfeiçoamento

- 1.41 - Cours Complementaire Spécial - "Cours Dupanloup" -
 (2 anos) 1 926-1 927.
 Paris.

2 - Cargos exercidos

2.3 - Cargos Técnicos

- 2.31 - Estudos e Pesquisas de Bacteriologia e Imunologia,
 sob a direção do Prof. Otto Bier, no Instituto Biológico da Universidade de São Paulo - 1 932-1 933.
 2.32 - Técnico do Departamento de Ensino da Fundação Getúlio Vargas - 1 947 até a presente data.

2.5 - Cargos de Magistério

- 2.51 - a) Primário: - Escola Britânica de São Paulo (St. Paul's School).
 Disciplinas: Português, História e Geografia do Brasil - 1 930- 1 935.
 2.52 - b) Secundário: - Escola Britânica de São Paulo (St. Paul's School).
 Disciplinas: Francês e Inglês.
 2.53 - Colégio Andrews - 1 946-1 947.
 Disciplina: Inglês.
 2.54 - c) Superior: - 1ª Assistente de Metodologia do Ensino Secundário no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo - Junho de 1 936.
 2.55 - Transferida no mesmo cargo para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, para exercer suas funções na Seção de Educação (Curso de Formação de Professores Secundários) anexado à Faculdade em julho de 1938).

- 2.56 - Assistente e Professor substituto da cadeira de Psicologia da Escola de Serviço Social - São Paulo - 1 938.
- 2.57 - Indicada pelo Conselho Universitário para reger, em comissão, a cadeira de Metodologia do Ensino Secundário foi posteriormente, nomeada, em comissão, para reger a Cadeira de Estatística e Educação Comparada da mesma Faculdade, de agosto de 1 938 a julho de 1 939.
- 2.58 - Catedrático, em comissão, da cadeira de Estatística e Educação Comparada (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo) - agosto de 1 938 a julho de 1 939.
- 2.59 - Regressando a São Paulo o titular da Cadeira de Estatística e Educação Comparada, voltou automaticamente a seu cargo efetivo de 1º Assistente da Cadeira de Metodologia, já então designada por Didática Geral e Especial, permanecendo nesse cargo até 1 941, quando foi comissionada junto ao Ministério da Educação para ter exercício na Universidade do Brasil.
- 2.59¹ - 1º Assistente da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (Assistente de Ensino .. XVII), com exercício na Cátedra de Didática Geral e Especial da mesma Faculdade - Rio de Janeiro - (1 941-1 942).
- 2.59² - Catedrático da cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada da Faculdade Fluminense de Filosofia - Niterói - 1 948.
- 2.59³ - Professor de Didática Especial da Língua e Literatura Francêsa do Curso de Férias da Faculdade Nacional de Filosofia - Fevereiro de 1 948.

3 - Teses, Monografias e Livros

- 3.11- Monografia - Tese apresentada para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia de acordo com a exigência da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, intitulada: "Técnica de Organização do Currículo" (com aplicações ao Currículo Secundário) - aprovada com distinção, grau 100 - Fevereiro de 1 939.
- 3.12- Monografia - Tese apresentada em Concurso para Livre Docência da Cadeira de Didática Geral e Especial da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, intitulada: "Função Didática do Plano de Ensino" (Plano de Curso e Plano de Aula) - S. Paulo - 1940.

3. 2 - Artigos em Revista

- 3.21 - "Sugestões para a organização de Seminários de estudo num curso de Formação de Professores Secundários". Publicado na Revista Pedagógica Brasileira - 1 937.
- 3.22 - Inquérito sobre a correlação entre interesses e notas de aproveitamento no Curso Secundário (Ginásios da Capital de São Paulo e interior do Estado), em colaboração com a cadeira de Estatística da Universidade de São Paulo. Publicado nos Arquivos do Instituto de Educação.

- 0 - 01 - Nome: Irene da Silva Mello Carvalho.
- 02 - Órgão: Departamento de Ensino.
- 03 - Função: Técnico.

1 - Cursos efetuados:

1.1 - de formação:

- 1.11 - Piano: Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil.
Época: 1932/1934 inclusive.
Certificado: conclusão de curso.
- 1.12 - Ciências Sociais: Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.
Época: 1937/1939 inclusive.
Diploma: Bacharel em Ciências Sociais.
- 1.13 - Didática: Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.
Época: ano letivo de 1940.
Diploma: Licenciado em Ciências Sociais.

1.2 - de extensão:

- 1.21 - Ciências Físicas e Biológicas Aplicadas. Escola Nacional de Música.
Época: 1934.
Certificado: de aprovação.
- 1.22 - História da Música: Escola Nacional de Música.
Época: 1934.
Certificado: de aprovação.

1.3 - de especialização:

- 1.31 - Contraponto e Fuga: Escola Nacional de Música.
Época: 1934, 1936 e 1937.
Certificado: de aprovação.
- 1.32 - Pedagogia Musical: Escola Nacional de Música.
Época: 1933 e 1934.
Certificado: de aprovação.
- 1.33 - Didática Aplicada aos Cegos: Faculdade Nacional de Filosofia.
Época: 1945.
Certificado: de aprovação.
- 1.34 - Seleção, Orientação e Readaptação Profissional - Departamento Administrativo do Serviço Público.
Época: 1946 e 1947.
Certificado: de aprovação.
- 1.35 - Doutorado em Antropologia: Faculdade Nacional de Filosofia.
Época: 1942 e 1943.
Certificado: de conclusão de curso.
- 1.36 - Psicoterapia Menor - Instituto de Seleção e Orientação Profissional.
Época: 1947/1948
Certificado: de conclusão de curso.

1.4 - de aperfeiçoamento:

- 1.41 - Harmonia Superior: Escola Nacional de Música.
Época: 1934/1935.
Certificado: de aprovação.
- 1.42 - Análise Harmônica e da Construção Musical - Escola Nacional de Música.

Época: 1932/1933.

Certificado: de aprovação.

2. Cargos exercidos:

2.1 - de Direção: -----

2.2 - de Staff: -----

2.3 - Técnicos: -----

2.4 - de Conselho: -----

2.5 - de Magistério:

1.51 - Assistente de Didática da Faculdade Nacional de Filosofia, nas secções de: Ciências Sociais, Geografia e História; Filosofia e Pedagogia.
Época: de 1941 até a presente data.

1.52 - Curso de Didática Especial de História no curso de férias do período de 1946/1947, da Faculdade Nacional de Filosofia.

Idem no período de 1947/1948.

1.53 - Professor de "Introdução à Pedagogia" do curso avulso de Didática da Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette.

2.6 - Comissões

2.61 - Membro da Comissão de Reorganização da Biblioteca da Faculdade Nacional de Filosofia.

2.62 - Representante da Faculdade Nacional de Filosofia nos trabalhos de Planejamento da Escola de Demonstração anexa àquela Faculdade.

2.63 - Membro da banca examinadora de Sociologia Educacional da Faculdade Nacional de Filosofia.

3. 3.1-Teses, Monografias e Livros.

3.2 Artigos em Revista

3.21 - "Resistência Dentária e Fator Racial", em Arquivos Brasileiros de Medicina, janeiro de 1938 (em colaboração com o Professor Josué de Castro).

3.22 - "A Casa Colonial" - publicado no Apêndice de "Fundamentos de Sociologia", de A. Carneiro Leão, 1940.

3.23 - "Os Estudos Sociais em face das Finalidades da Educação e dos Objetivos da Escola Secundária", Revista da F.N.F., 1943.

3.24 - "Principais Fundamentos Científicos dos Novos Métodos de Ensino", em Formação, nº 74, setembro de 1944.

3.25 - "A Sala Ambiente de História na Escola Secundária para Cegos", na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, nº 19, janeiro de 1946.

3.26 - "Uma Técnica Didática: o Plano de Curso", em Formação, nº 95, junho de 1946.

3.27 - "Uma Técnica Didática: o Plano de Aula", em Formação, nº 97, agosto de 1946.

3.28 - "Devemos fazer as vontades de nossos filhos?" (Psicologia Educacional), em Formação, maio de 1947.

3.29 - "Um problema de aculturação musical luso-brasileira"

conferência realizada na Sociedade Brasileira de Antropologia em maio de 1942 - trabalho escolhido para o número dedicado ao Brasil do Boletim Latino-Americano de Música.

- 3.29 - "Sabemos Educar Nossos Filhos?" série de 4 artigos, publicados nos números 1, 2, 3 e 4 de "Mulher Magazine"

...

- 0 - 01 - Nome: Celeida de Lima Chaves
- 02 - Órgão: Departamento de Ensino.
- 03 - Função: Adjunto Técnico.

1 - Cursos efetuados

1.1 - de formação

- 1.11 - Normal - Escola Normal "Sagrado Coração de Jesus" de Belo Horizonte.
Época: 1 923 -1 928.

1.2 - de extensão:-----

1.3 - de especialização: -----

1.4 - de aperfeiçoamento:

- 1.41 - Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico de Minas Gerais.
Época: 1 931 - 1 933.
Diploma:

2 - Cargos exercidos

2.1 - Cargos de Direção:-----

2.2 - Cargos de Staff:-----

2.3 - Cargos Técnicos:

- 2.31 - Orientadora Técnica da Escola Infantil "Bueno Brandão" de Belo Horizonte.
Época: 1 934 - 1 940 (inclusive).
Tipo de nomeação: comissão.
- 2.32 - Orientadora Técnica dos Grupos Escolares "Afonso Pena" e "Pandiá Calogeras" de Belo Horizonte.
Época: 1 941 - 1 944
Tipo de nomeação: comissão.
- 2.33 - Aplicação, correção e apuração das provas de nível mental e promoção nos grupos escolares de Belo Horizonte.
Época: 1 934 - 1 944.
Tipo de nomeação: designação anual do Departamento de Educação.

2.4 - Cargos de Conselho: -----

2.5 - Cargos de Magistério:

- 2.51 - Professora das classes anexas à Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico de Minas Gerais.
Época: 1 929-1 930 (inclusive)
Tipo de nomeação: concurso de títulos.
- 2.52 - Professora técnica regente de classe do Grupo Escolar Barão do Rio Branco de Belo Horizonte.
Época: 1 933.
Tipo de nomeação: comissão.
- 2.53 - Assistente das duas cadeiras de Psicologia Educacional do Instituto de Educação de Minas Gerais.
Época: 1 944 até março de 1 946.
Tipo de nomeação: comissão.
- 2.54 - Professora de Português e História do Brasil do Curso Complementar do Instituto de Educação de Minas Gerais.
Época: 1 946 até agosto de 1 947.
Tipo de nomeação: comissão

3 - 3.1-Teses, Monografias e Livros

- 3.11 - Pre-livro: "Os brinquedos de Pituca e Xaveco" para início do ensino de leitura pelo método global.
- 3.12 - Manual da Professora - explanação sobre o método global, suas vantagens, várias etapas, como introduzir cada etapa, exercícios de fixação.
- 3.13 - Relação entre o nível de inteligência geral, o caráter das tendências, interesses e ideais e como justificar a escolha dos mesmos.
- 3.14 - Como ensinar aritmética nas classes primárias.
- 3.15 - Percepção de cores e formas - provas aplicadas em crianças de 3 a 6 anos.
- 3.16 - Organização de séries de exercícios de Ortopedia Mental.
- 3.17 - Organização de série de jogos educativos para o desenvolvimento da atenção, memória, observação.
- 3.18 - Idem de problemas ilustrados para início do cálculo nas classes primárias.
 - Idem de problemas graduados pela dificuldade para alunos de 3º e 4º anos.
 Idem de exercícios graduados para ensino da ortografia.
 Idem de exercícios graduados para fixação de normas gramaticais.
 Idem de pequenas histórias com questionários para treino de leitura silenciosa e interpretativa.
 Idem de problemas para cálculo mental.
 Idem de histórias com números para início de cálculo.
 Idem de pequenas histórias para leitura suplementar de 1º ano.
- 3.19 - Organização de provas objetivas mensais e trimestrais de todas as matérias e para os quatro anos primários.

3.2 - Artigos em Revista.

- 3.21 - Biblioteca infantil - "Educando", nº 19 - Ano III - Belo Horizonte.
- 3.22 - O método projeto aplicado nas classes da Escola Infantil "Bueno Brandão" - Minas Gerais - mês de dezembro de 1939.

DIVERSOS

Colaboração no trabalho: O crescimento físico da criança belorizontina de 4 a 6 anos: ficha antropométrica de 1800 crianças, tabulação dos resultados, classificando-os por idades, sexos, meio social; levantamento dos respectivos gráficos (A testado da autora).

Colaboração no trabalho: "Alimentação do escolar", do Prof. Marques Lisboa, entregue ao Centro de Saúde Escolar (inquérito).

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO

CARLOS DODSWORTH MACHADO

EDGARD GOMES DE CASTRO

LEVI XAVIER DE SOUZA

TOMÁS DE VILANOVA MONTEIRO LOPES

- 0 01 - Nome:- Carlos Dodsworth Machado
 02 - Departamento de Organização
 03 - Função: Assistente técnico.
- 1 - Cursos efetuados
- 1.1 - de formação:
- 1.11 - Curso de Ciências Jurídicas e Sociais - Faculdade Nacional de Direito.
 Época: 1947
 Diploma: Bacharel em Direito
- 1.2 - de extensão: -----
- 1.3 - de especialização: -----
- 1.4 - de aperfeiçoamento:
- 1.41 - Curso de Doutorado da Faculdade Nacional de Direito.
 1.42 - Curso de Língua Inglêsa (DASP) e Organização (DASP).
- 2 - Cargos exercidos
- 2.1 - Cargos de Direção: -----
- 2.2 - Cargos de Staff: -----
- 2.3 - Cargos Técnicos:
- 2.31 - Assistente de Organização do DASP - por prova de habilitação de 1943 a 1948 (hoje Assistente de Administração).
- 2.4 - Cargos de Conselho:-----
- 2.5 - Cargos de Magistério:-----
- 2.6 - Outros cargos não compreendidos na classificação acima.
3. 3.1 - Teses, Monografias e Livros
- 3.2 - Artigos em Revista
- 3.21 - "O Serviço Florestal dos Estados Unidos"- Revista do Serviço Público .
- 3.22 - "Os gráficos de rotina"- Revista do Serviço Público .
- 3.23 - "Considerações sobre o problema imigratório"- Revista do Serviço Público.
- 3.24 - "Imigração e delinquência" - in Revista Brasileira de Medicina Pública - nº 7 - pag. 45.
- 3.25 - "Município e imigração"- Revista do Serviço Público.
- 3.26 - "Origens individuais e sociais da neurose"(tradução). Revista Brasileira de Medicina Pública .
- 3.27 - "Síntese Jurídico-administrativa do problema imigratório" - Revista do Serviço Público - Março-abril de 1948.

- 0 01 - Nome:- Edgar Gomes de Castro
02 - Órgão:- Departamento de Organização
03 - Função:- Assistente técnico
- 1 - Cursos efetuados
1.1 - de formação:
1.11 - Secundário completo
Época: 1925 - 1930
1.2 - de extensão: -----
1.3 - de especialização:
1.31 - Curso de Organização de Serviços - DASP
Época: Fevereiro a novembro de 1944.
1.4 - de aperfeiçoamento: -----
- 2 - Cargos exercidos
2.1 - Cargos de Direção:
2.11 - Chefe do Serviço de Estatística - P.D.F. (M.E.M.)
Época: Abril de 1947 até a presente data.
2.2 - Cargos de Staff:-----
2.3 - Cargos Técnicos:
2.31 - Oficial Administrativo, exercendo função de técnico de Organização, no Serviço de Planejamento P.D.F.
Época: 1945 a abril de 1947.
2.4 - Cargos de Conselho: -----
2.5 - Cargos de Magistério: -----
2.6 - Outros cargos não compreendidos na classificação acima.
3. 3.1 - Teses, Monografias e Livros
3.2 - Artigos em Revista.

- 0 01 - Nome: Levy Xavier de Souza
 02 - Orgão: Departamento de Organização
 03 - Função: Assistente Técnico

1 Cursos efetuados

1.1 - de formação:

- 1.11 - Economia e Finanças - Diploma da Universidade do Brasil - Curso Valentim Bouças - 1941-1943 - Engenheiro Eletrotécnico - Escola Técnica - 1941-1945.

1.2 - de extensão: -----

1.3 - de especialização: -----

1.4 - de aperfeiçoamento: -----

2. Cargos exercidos

2.1 - Cargos de Direção:

- 2.11 - Diretor da Divisão de Orçamento e Planejamento da Fundação da Casa Popular.
 2.12 - Chefe de Gabinete do Superintendente da Fundação da Casa Popular.

2.2 - Cargos de Staff:

- 2.21 - Assistente do Diretor do DNPS

2.3 - Cargos Técnicos:

- 2.31 - Assistente de Organização do DASP
 2.32 - Técnico de Administração e Estatística da CAP do Distrito Federal.
 2.33 - Técnico de Administração do Instituto Nacional do Pinho.
 2.34 - Técnico de Administração da Coordenação de Imigração e Colonização.
 2.35 - Técnico de Administração e Inversões da CAP dos ferroviários da Companhia Paulista.
 2.36 - Assistente Técnico do ISSB.
 2.37 - Técnico de Administração da Confederação Nacional do Comércio.
 2.38 - Consultor Técnico do SENAC
 2.39 - Assistente Técnico da Comissão de Colaboração com o Governo Estadual do Rio Grande do Norte.

2.4 - Cargos de Conselho:

- 2.41 - Comissões Técnicas da Previdência Social.

2.5 - Cargos de Magistério

- 2.51 - Professor de Organização e Estatística do Curso Técnico do Serviço Social do Ministério do Trabalho.
 2.52 - Professor de Organização Industrial do "Interamerican Technological Institute".

3. 3.1 - Teses, Monografias e Livros

- 3.11 - "Um plano nacional de eletrificação"- tese apresentada ao 2º Congresso de Engenharia e Indústria -
- 3.12 - "Princípios de Organização", tradução da obra de H. Dutton.
- 3.13 - "Normas e Métodos de Administração"- tradução da obra de C. Slaser.
- 3.14 - "O cálculo de custo na Indústria" (prefácio, cap. I e II)
- 3.15 - "Introdução ao Estudo da Ciência da Administração Pública" - tradução de L. White)
- 3.16 - A Grande Novela: "A desintegração atômica"(Separata de Revista).
- 3.17 - "A Industrialização Bandeirante vista em Technicolor".

3.2 - Artigos em Revista:

- 3.21 - Artigos técnicos publicados consecutivamente na Revista "Indústria e Técnica".

...

- 0 01 - Nome:- Tomás de Vilanova Monteiro Lopes
 02 - Orgão:- Departamento de Ensino
 03 - Função:- Assistente Técnico.

1 - Cursos efetuados

1.1 - de formação

- 1.11 - Ciências jurídicas e sociais - Faculdade de Direito do Estado do Pará.
 Época: 1 932 a 1 936, inclusive.

1.2 - de extensão: -----

1.3 - de especialização: -----

1.4 - de aperfeiçoamento: -----

2 - Cargos exercidos

2.1 - Cargos de Direção:

- 2.11 - Chefe da Secção de Planejamento da Divisão de Seleção do D.A.S.P.
 Época: 1941 a 1943 e 1946 a 1947.
 2.12 - Chefe da Secção de Pessoal do Serviço de Administração do D.A.S.P.
 Época: 1943-1945
 2.13 - Substituto do Diretor da D.S. do D.A.S.P.
 Época: 1941-1943.
 2.14 - Substituto do Diretor do S.A. do D.A.S.P.
 Época: 1943-1945.

2.2 - Cargos de Staff:-----

2.3 - Cargos Técnicos:-----

- 2.31 - Técnico de Administração XVI, por prova de habilitação, D.S. do D.A.S.P., de junho de 1940 a janeiro de 1941.
 2.32 - Técnico de Administração, classe L, por concurso, do D.A.S.P. Fevereiro de 1941 a janeiro de 1946.
 2.33 - Técnico de Administração, classe M, por promoção, do D.A.S.P. De 1946 até a presente data.

2.4 - Cargos de Conselho:-----

2.5 - Cargos de Magistério:

- 2.51 - Professor de Administração de Pessoal dos Cursos de Administração do D.A.S.P.
 Época: 1947.

3 3.1 - Teses, Monografias e Livros:

- 3.11 - Da Seleção Inicial dos Servidores do Estado - tese de concurso - Imprensa Nacional - Rio, fev., 1942.
 3.12 - Técnica Geral de Organização de Provas Objetivas - Monografia - Edição do autor - Rio, fev., 1943.

3.2 - Artigos em Revista:

- 3.21 - Inteligência e Profissão; - Recrutamento; análise do Trabalho - O método do estudo dos tempos e dos movimentos; - Administração de Pessoal: objetivo, órgãos e funções; - Os army mental tests. Algumas notas sobre análise fatorial da inteligência; - Importância do treinamento; - Origem e desenvolvimento da moderna administração de pessoal; - Recrutamento e mercado de Trabalho - Publicados na Revista do Serviço Público.
 Época: 1943-1947.

DEPARTAMENTO DE PESQUISAS
E DOCUMENTAÇÃO

EUGÊNIO GUDIN

TEMISTOCLES BRANDÃO CAVALCANTI

RICHARD LEWINSHON

AMÉRICO BARBOSA DE OLIVEIRA

ARÍZIO DE VIANA

CARLOS MEDEIROS SILVA

OTTO MARIA CARPEAUX

ALFREDO COUTINHO DE MEDEIROS FALCÃO

ARMANDO FABRIANI

- 0 01 - Nome: Temístocles Brandão Cavalcanti
02 - Órgão: Faculdade Nacional de Ciências Econômicas
03 - Função: Diretor.

1 Cursos efetuados

1.1 - de formação:

- 1.11 - Colégio S. Louis de Gonzague (S.J), Paris. Até 1914
1.12 - Colégio S. Vicente de Paula, Petrópolis. Até 1917
1.13 - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais e Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Até 1922.

2 Cargos exercidos

2.1 - Cargos de direção

- 2.11 - Diretor da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil.
2.12 - Diretor do Núcleo de Direito Público da Fundação Getúlio Vargas.
2.13 - Vice-Presidente da Associação de Juristas Franco-Brasileiros.

2.2 - Cargos de "Staff":.....

2.3 - Cargos Técnicos:

- 2.31 - Procurador do Tribunal Especial, da Junta de Sanções, da Comissão de Correção Administrativa (... 1930-31).
2.32 - Procurador da República no Distrito Federal (desde 1931).
2.33 - Consultor Geral da República (1945-46).
2.34 - Procurador Geral da República (1946).
2.35 - Procurador Geral da Justiça Eleitoral.

2.4 - Cargos de Conselho:

- 2.41 - Membro do Conselho Universitário da Universidade do Brasil.
2.42 - Membro da Comissão elaboradora da Constituição de 1933, presidida pelo Ministro Afrânio de Melo Franco. (1933).
2.43 - Relator Geral da Comissão Demarcadora Mista dos Terrenos do Ministério da Guerra (1938).
2.44 - Membro da Comissão Legislativa da Prefeitura do Distrito Federal (1934).
2.45 - Presidente da Comissão Revisora do projeto de Código Rural (1945).
2.46 - Presidente da Comissão Revisora de Tarifas dos serviços públicos (1945).
2.47 - Conselho Curador da Fundação Getúlio Vargas.

2.5 - Cargos de Magistério:

- 2.51 - Professor Catedrático da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil.
2.52 - Membro das bancas examinadoras de Direito do Trabalho, Direito Administrativo e Direito Constitucional da Faculdade Nacional de Direito.

2.6 - Outros cargos

- 2.61 - Congresso Nacional de Direito Judiciário (1936).
2.62 - 1º Congresso Nacional de Transito (1939).
2.63 - Congresso Jurídico Nacional (1943).
2.63 - Conferência Interamericana de Advogados (1943).
2.64 - 1º Congresso Brasileiro de Economia (1944).

2.65 - Congresso Brasileiro de Educação(1945).

ASSOCIAÇÕES

Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros

Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (filiado à U.N.E. - S.C.O).

Sociedade Brasileira de Direito Internacional.

Sociedade Brasileira de Economia Política.

P.E.N. Club do Brasil.

Fundação Graça Aranha.

3 - 3.1 - Teses, Monografias e Livros

3.11 - À Margem do Ante Projeto Constitucional: 1933.

3.12 - Do Mandado de Segurança; 1ª edição, 1934.

3.13 - Do Mandado de Segurança; 2ª edição, 1936.

3.14 - Instituições de Direito Administrativo Brasileiro - 1ª edição, 1936.

3.15 - Instituições de Direito Administrativo Brasileiro - 2ª edição, 1938.

3.16 - Prefácio e Anotações à edição brasileira da obra de Roger Bonnard.

3.17 - Sindicalismo, Cooperativismo, Estado Cooperativo.

3.18 - Introdução CXLII paginas à 2ª edição da obra de M. I. Carvalho de Mendonça, Rios e Águas Correntes, 1939.

3.19 - O Funcionario Publico e seu Estatuto - 1940.

3.20 - Tratado de Direito Administrativo - Volume I - O Estado - estrutura - organização - administração. Volume II - Teoria geral de Direito Administrativo - Direito Financeiro - Atos e Contratos - 1942. Volume III - Da função pública - funcionários e extranumerários - Seu regime jurídico - 1942. Volume IV - Dos serviços públicos - Execução direta - Autarquias - Economia Mista - Concessões - 1943. Volume V - Do domínio publico - Do Poder de polícia e suas aplicações (1ª parte). Volume VI - Do Poder de Polícia (2ª parte). Da justiça na administração - Da responsabilidade do Estado.

3.21 - Princípios Gerais de Direito Administrativo (1945).

3.22 - O Direito Administrativo no Brasil (1944).

3.23 - O Funcionario Publico e o seu regime jurídico (1946).

3.24 - Pareceres na Consultoria Geral da Republica (1946).

3.25 - A Constituição Federal Comentada em 4 volumes, já tendo sido publicados 2 volumes.

3.26 - Tratado de Direito Administrativo - 2ª edição - já tendo sido publicados 3 dos 6 volumes.

- 0 - 01 - Nome: Richard Levinsohn
- 02 - Orgão: Centro de Análises da Conjuntura Econômica
- 03 - Função: Técnico em Economia.

1 - Cursos efetuados

1.1 - de formação

1.11 - Medicina - Doutor em Medicina

1.2 - de extensão: -----

1.3 - de especialização:

1.31 - Doutor em Ciências Políticas e Econômicas (Rerum Politicarum) da Universidade de Berlim.

1.4 - de aperfeiçoamento: -----

2 - Cargos exercidos

2.1 - Cargos de Direção: -----

2.2 - Cargos de Staff:

2.21 - Assistente do Professor Werner Sombart.

2.3 - Cargos Técnicos:

2.31 - Técnico Especializado em Finanças contratado pelo D.A.S.P. em 1942.

2.4 - Cargos de Conselho:

2.41 - Conselheiro Econômico do Conselho de Ministros da França de .. 1938 a 1940

2.5 - Cargos de Magistério:

2.51 - Professor da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas.

01. Nome: Américo Barbosa de Oliveira.
 02. Órgão: Centro de Análise da Conjuntura Econômica.
 03. Função: Redator Chefe do Boletim "Conjuntura Econômica."

1 - Cursos Efetuados

1.1 - De formação:

- 1.11 - Engenharia Civil - Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil.
 Época: 1 931-1 935.
 Diploma: Engenheiro Civil.

- 1.2 - De extensão: -----
 1.3 - De especialização : -----
 1.4 - De aperfeiçoamento: -----

2 - Cargos exercidos

- 2.1 - Cargos de Direção : -----
 2.2 - Cargos de Staff :

- 2.21 - Assistente em Comissão, Padrão M, do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.
 Época: 1 940 até a presente data
 Local: Capital Federal.

2.3 - Cargos Técnicos:

- 2.31 - Topógrafo contratado
 Época: 1 934 e 1 935
 Local: Santa Cruz, Distrito Federal.
 2.32 - Sub-assistente técnico contratado
 Época: 1 935-1 937.- Local: Rio São Francisco.
 2.33 - Assistente Técnico contratado
 Época: 1 937-1 940
 Local: Mato Grosso.
 2.34 - Membro da Comissão Especial do Plano Nacional de Eletrificação.
 Época: 1 944
 Local: Capital Federal

2.4 - Cargos de Conselho:

- 2.41 - Comissão de Tarifas
 Época: 1 945-1 946
 Local: Capital Federal

2.5 - Cargos de Magistério:

- 2.51 - Assistente em Comissão da Cadeira de Topografia da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil
 Época: 1 940
 Local: Capital Federal.

3.1- Teses, Monografias e Livros

- 3.11- O vale Tocantins-Araguaia, Possibilidades Econômicas, Na vegação Fluvial. Relatório apresentado ao Ministro Viação e Obras Públicas em 1 939. Serviço de Documentação, ano 1 941. 144 páginas.

- 3.12 - O Desenvolvimento Planificado da Economia Brasileira - Monografia - Fundação Getúlio Vargas, 1 946, 121 pgs.

3.2 - Artigos em Revistas:

- 3.21 - Jazidas de Manganês de Urucum in Mineração e Metalurgia, março-abril, 1 938, página 382, Rio de Janeiro.
 3.22 - O vale Tocantins-Araguaia - Transcrição de relatório in: Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Ns. 102 e seguintes, 1 943, Rio de Janeiro.
 3.23 - Os serviços públicos e o regime de concessão - O Mês Econômico e Financeiro, nº 1, outubro, 1 946, Rio de Janeiro.
 3.24 - O capital estrangeiro e os serviços públicos concedidos - O Mês Econômico e Financeiro, ns. 2 e 3 - novembro e dezembro de 1 946 - Rio de Janeiro.

- 3.25 - O Brasil luta pela sua independência econômica - O Mês Econômico e Financeiro, nº. 7 - maio de 1 947 - Rio de Janeiro.
- 3.26 - Contribuições à Geografia Econômica do Brasil. Transcrição de capítulo de "O desenvolvimento planejado da economia brasileira", "Boletim Geográfico" do Conselho Nacional de Geografia, ns. 45 e seguintes, ... 1 946 e 1 947. Rio de Janeiro.
- 3.27 - O desenvolvimento planejado da economia brasileira. Transcrição - Revista do Clube de Engenharia, ns. .. 132 e seguintes, 1 947 - Rio de Janeiro.
- 3.28 - Portos e Navegação in "Digesto Econômico", nº 36, novembro de 1 947 - São Paulo.
- 3.29 - Evolução econômica dos transportes ferroviários no Brasil in "Digesto Econômico" nº 37, dezembro 1 947 - São Paulo.

0 0.1- Nome: Arízio de Viana

0.2- Órgão: Núcleo de Economia
Revista Brasileira de Economia

0.3- Função: Secretário e Diretor, respectivamente

1. Cursos efetuados.

1.1- De formação:

1.11- DIREITO - Fac. Nac. de Direito da Univ. do Brasil.
Época: 1928-1932.
Diploma: Bacharel.

1.2- De extensão: -----

1.3- De especialização: -----

1.4- De aperfeiçoamento: -----

2. Cargos exercidos.

2.1- Cargos de Direção:

2.11- Diretor do Departamento de Indústria e Comércio,
Prefeitura do Distrito Federal.
Época: 1946 até a presente data.

2.12- Diretor da Divisão do Orçamento, DASP.
Época: 1945.

2.13- Chefe da Divisão da Despesa da Comissão do Orçamento,
Ministério da Fazenda.
Época: 1942-1945.

2.2- Cargos de Staff: -----

2.3- Cargos Técnicos:

2.31- Técnico de Administração do DASP.
Época:

2.4- Cargos de Conselho:

2.41- Membro da Comissão Federal de Preços da Coordenação da Mobilização Econômica e de outras Comissões do Governo Federal.
Época: 1943 em diante.

2.5- Cargos de Magistério:

2.51- Professor de Técnica Orçamentária do DASP.
Época: 1943.

2.52- Professor de Direito Comercial e Economia Política, na Faculdade de Comércio, Rio.
Época: 1938-1939.

3. 3.1- Teses, Monografias e Livros:

"Orçamento Brasileiro", Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1943, exgotado.

"Orçamento Brasileiro", edição ampliada, em preparo.

"Budget Making in Brazil", tradução do Orçamento Brasileiro, pelo Professor Harvey Walker, The Ohio State University Press, 1947 - Columbus, Ohio, U.S.A..

"Em Busca do Equilíbrio Orçamentário", monografia premiada em concurso pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, 1939.

"Orçamentos Paralelos", Tese de concurso para o cargo de Técnico de Administração do Departamento Administrativo do Serviço Público, 1942.

3.2- Artigos em Revistas:

Diversos ensaios, artigos e conferências sobre finanças e Administração pública, publicados na "Revista do Serviço Público" (1939-1945) no "Observador Econômico e Financeiro", "Jornal do Comércio", "Folha Carioca", etc.

0 0.1- Nome: Carlos Medeiros Silva

0.2- Órgão: Revista de Direito Administrativo

0.3- Função: Diretor

1. Cursos efetuados.

1.1- De formação:

1.11- DIREITO - Faculdade Nacional de Direito, da U.B.
Época: 1925-1929.
Diploma: Bacharel.

1.2- De extensão: -----

1.3- De especialização: -----

1.4- De aperfeiçoamento: -----

2. Cargos exercidos.

2.1- Cargos de Direção:

2.11- Fundador e Diretor da Revista de Direito Administrativo.
Época: 1945-1947.

2.12- Redator-Chefe da Revista Forense.
Época: 1936-1947.

2.13- Presidente da Comissão Revisora do Código de Minas.
Época: 1947.

2.14- Chefe do Gabinete da Secretaria da Educação da Prefeitura do Distrito Federal.
Época: 1935-1937.

2.2- Cargos de Staff: -----

2.3- Cargos Técnicos:

2.31- Assistente do Delegado do Brasil ao VII Congresso Internacional de Ciências Administrativas, realizado em Berna.
Época: julho de 1947.

2.32- Membro da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais.
Época: 1945-1947.

2.33- Membro da Comissão de Reparações de Guerra.
Época: 1946-1947.

2.34- Membro da Comissão do Fundo de Indenizações.
Época: 1942.

2.35- Membro da Comissão Elaboradora do Projeto de Código Rural.
Época: 1941-1942.

2.36- Membro da Comissão de Defesa Anti-Aérea.
Época: 1939-1942.

2.37- Membro do Núcleo de Estudos de Direito Público da F.G.V.
Época: 1947.

2.38- Membro do Congresso de Organização, realizado em Stockholm.
Época: julho de 1947.

2.39- Assistente Jurídico do Gabinete do Ministro da Justiça.
Época: 1945-1946.

2.4- Cargos de Conselho:

2.41- Consultor Jurídico do DASP
Época: 1944-1947.

2.42- Consultor Jurídico da Comissão de Defesa Econômica.
Época: 1942-1943.

2.5- Cargos de Magistério: - - - - -

2.6- Outros cargos não compreendidos na classificação acima:

2.61- Redator da Revista do Serviço Público.
Época: 1944-1947.

2.62- Oficial de Gabinete e Secretário do Ministro da Justiça.
Época: 1937-1942.

2.63- Promotor Público da Justiça do Distrito Federal.
Época: 1939-1946.

2.64- Examinador de matéria jurídica em concursos para "Diplomata", promovidos pelo DASP.
Época: 1942 e 1945.

2.65- Examinador de matéria jurídica em concurso para "Comissário de Polícia", promovido pelo DASP.
Época: 1941.

2.66- Examinador de matéria jurídica em concurso para "Oficial Administrativo", promovido pelo DASP.
Época: 1945.

2.67- Examinador de matéria jurídica em concurso para "Assistente Jurídico", promovido pelo DASP.
Época: 1945.

3. 3.1- Teses, Monografias e Livros: -----

3.2- Artigos em revista:

3.21- Artigos e pareceres sobre assuntos jurídicos em diversas revistas.

- 0 01 - Nome: Otto Maria Carpeaux
- 02 - Órgão: Departamento de Documentação
- 03 - Função: Chefe da Divisão de Biblioteca

1 - Cursos efetuados

- 1.1 - de formação: Universidade de Viena, Faculdade de Filosofia; Universidade de Leipzig, Faculdade de Filosofia; Universidade de Nápoles, Faculdade de Filosofia; Doutor em Filosofia pela Universidade de Viena, - 1 925.
- 1.2 - de extensão:-----
- 1.3 - de especialização: Haute École des Sciences Politiques, Paris, 1 927/1 928; Faculté de Lettres, Genève, 1 928.
- 1.4 - de aperfeiçoamento: -----

2 - Cargos exercidos

2.1 - Cargos de Direção

- 2.11 - Diretor da Biblioteca de Ciências Econômicas e Sociais de Viena, 1 933/1 938;
- 2.12 - Diretor da revista científica BERICHTE ZUR ZEITGESCHICHTE, 1 934/1 938.

2.2.- Cargos de Staff

- 2.21 - Segundo redator-chefe do jornal REICHSPOST, Viena, 1 934/1 938;
- 2.22 - Redator do jornal GAZET VAN ANTWERPEN, Antuérpia, 1 938/1 939.

2.3 - Cargos Técnicos

- 2.31 - Assistente da Faculdade de Filosofia, da Universidade de Viena, 1 925/1 927;
- 2.32 - Chefe da Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Rio de Janeiro, 1 942/1 945.

2.4 - Cargos de Conselho :-----

2.5 - Cargos de Magistério:-----

2.6 - Outros cargos não compreendidos na classificação acima

- 2.61 - Correspondente de jornais vienenses em Paris, Londres, Roma e Amsterdam, 1 928/1 933;
- 2.62 - Correspondente de jornais franceses, ingleses e holandeses em Viena, 1 933/1 938.

3 - Teses, Monografias e Livros

- 3.1 - Tese sobre Química do cérebro, publicada em BIOCHEMISCHES ZEITSCHRIFT, 1 926;
6 livros em língua alemã e 2 em língua francesa, publicados em Viena, 1 929/1 937, sobre assuntos literários e políticos;
1 livro em língua holandesa, sobre assunto político, publicado em Amsterdam, em 1 938;
2 livros de ensaios ("A Cinza do Purgatório e Origens e Fins") publicados no Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1 942 e 1 943.
No prélo: "História da Literatura Ocidental"(4 vls.)

Artigos em Revista:

3.2 - Colaborador permanente das revistas seguintes:

- "Revista do Brasil", Rio de Janeiro;
- "Kriterion", Belo Horizonte;
- "Província de São Pedro", Pôrto Alegre;
- "Arquivos", da Prefeitura do Recife;
- "Realidad", Buenos Aires;
- "Sur", Buenos Aires;
- "Cuadernos Americanos", México;
- "The Commonwell", New York.

É atualmente, colaborador permanente dos jornais seguintes:

- "Correio da Manhã", Rio de Janeiro;
- "O Jornal", Rio de Janeiro;
- "A Manhã", Rio de Janeiro;
- "O Estado de São Paulo"
- "Fôlha da Manhã", São Paulo;
- "O Estado de Minas", Belo Horizonte;
- "La Nación", Buenos Aires;
- "La Prensa", Buenos Aires.

- 0 01 - Nome: Alfredo Coutinho de Medeiros Falcão.
 02 - Órgão: Departamento de Pesquisas e Documentação.
 03 - Função: Assistente do Diretor.

1 - Cursos efetuados:

1.1 - de formação:

- 1.11 - Administração e Finanças - Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro.
 Época: 1942 a 1944 inclusive.
 Diploma: Bacharel em Administração e Finanças.
 1.12 - Oficial Intendente da Reserva do Exército Nacional.
 Época: 1944 a 1945 inclusive
 Certificado de conclusão de curso - 1º lugar.

1.2 - de extensão: -----

1.3 - de especialização:

- 1.31 - Curso de Estatística Demográfica e Metodológica, ministrado no Serviço Nacional de Recenseamento pelos professores: Giorgio Mortara e Alexander de Moraes.
 Época: 1943.
 Certificado de conclusão de curso e de aproveitamento.

1.4 - de aperfeiçoamento:-----

2 - Cargos exercidos:

2.1 - Cargos de Direção:

- 2.11 - Assistente Técnico e da Gerência e Chefe do Escritório da Cooperativa Central dos Banguazeiros e Fornecedores de Cana de Pernambuco Ltda., Recife.
 Época: 1945 a 1946 inclusive.

2.2. - Cargos de Staff:

- 2.21 - Assistente do Diretor do Departamento de Pesquisas e Documentação da Fundação Getúlio Vargas. Contratado.
 Época: 1947 até a presente data.

2.3 - Cargos Técnicos

- 2.31 - Estatístico - Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento - admitido após conclusão do Curso de Estatística Demográfica e Metodológica ministrado nesta Repartição.
 Época: 1943/1945 (março).

2.4 - Cargos de Conselho: -----

2.5 - Cargos de Magistério:-----

2.6 - Outros cargos não compreendidos na classificação acima.

- 2.61 - Encarregado do Serviço de Contrôlo da Mão de Obra do novo Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras. Contratado.
 Época: 1939 a 1940.
 2.62 - Auxiliar de 1ª (contratado) - Serviço Nacional de Recenseamento (Crítica e apuração dos resultados dos Censos Econômicos).
 Época: 1940 a 1943 (novembro).

3 - 3.1 - Teses, Monografias e Livros

Relação dos Estudos sôbre os resultados do Censo Demográfico de 1940 que elaborou no Gabinete Técnico do S.N.R.:

- Nº 153 - A população de fato e de direito de Santa Catarina.
- Nº 166 - Fecundidade e prolificidade da mulher, segundo a côr, na Bahia.
- Nº 172 - A população de fato e de direito do Estado de Sergipe (colaboração).
- Nº 206 - Distribuição da população de 18 anos e mais segundo ramos de atividade, no Brasil, nas Regiões Fisiográficas e nas Unidades da Federação (colaboração).
- Nº 207 - Alfabetização e instrução no Município de São Paulo (colaboração).
- Nº 210 - A alfabetização nos diferentes municípios de Santa Catarina.
- Nº 212 - A população do Estado da Bahia segundo o sexo, o estado conjugal e a idade.
- Nº 220 - A alfabetização nos diferentes municípios da Paraíba.
- Nº 239 - A distribuição da população segundo a côr, por municípios, no Estado de Alagoas.
- Nº 241 bis - Dados sôbre a distribuição da população do Distrito Federal, de 10 anos e mais, segundo ramos e classes de atividade, por sexo.
- Nº 245 - Distribuição dos estrangeiros presentes no Estado de Alagoas segundo a nacionalidade, e dos brasileiros naturalizados segundo a naturalidade.

3. 2 - Artigos em revista:-----

0 01 - Nome: Armando Fabriani

02 - Órgão: Departamento de Pesquisas e Documentação

03 - Função: Assistente do Diretor

1 - Cursos efetuados

1.1 - de formação

1.11 - Médico - Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil.

Época: 1 935-1 940

Diploma: Registrado no M.E.S.

1.2 - de extensão

1.21 - Cursos de extensão sôbre os seguintes assuntos:

Ginecologia,

Obstetrícia,

Cirurgia,

da Universidade do Brasil e do Centro de Estudos Paulo Cezar de Andrade (Santa Casa). Realizados nos últimos 6 anos.

Certificados.

1.3 - de especialização

1.31 - Curso de Assistente Social patrocinado pelo Juízo de Menores em 1 939.

Diploma.

1.4 - de aperfeiçoamento: -----

2 - Cargos exercidos

2.1 - Cargos de Direção

2.11 - Chefe em comissão da Divisão Médica Regional (Distrito Federal) do I.A.P.E.T.C. - Exercido durante três anos, aproximadamente.

2.12 - Diretor em comissão do Departamento de Assistência Médica do I.A.P.E.T.C. (em exercício).

2.2 - Cargos de Staff

2.21 - Colaborador da Comissão Organizadora do I.S.B.B.

2.22 - Assistente do Diretor do DPD da Fundação Getúlio Vargas - Contratado de 1 947 até a presente data.

2.3 - Cargos Técnicos

2.31 - Interno da Santa Casa de Misericórdia - Enfermaria , 24ª.

2.32 - Interno do Hospital Estácio de Sá.

2.33 - Interno do Hospital Miguel Couto.

2.34 - Interno da 3ª cadeira de clínica cirúrgica da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil.

2.35 - Assistente da 3ª cadeira de clínica cirúrgica da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil.

2.36 - Assistente do Serviço cirúrgico "Paulo Cezar de Andrade" da Santa Casa.

2.37 - Médico efetivo do I.A.P.E.T.C.

2.4 - Cargos de Conselho: -----

2.5 - Cargos de Magistério: -----

3 - Teses, Monografias e Livros

3.1 - Assistência e Proteção à Infância - Tese do curso de Assistente Social - 1 939.

3.2 - Artigos em Revista: -----

INSTITUTO DE SELEÇÃO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

NOEMI DA SILVEIRA RUDOLFER

SYMCHA JERZI SCWARSTEIN

AUGUSTINE LANDAU

EDWIGES DE CARVALHO FLORENCE

INÊS BESOUCHET

- 0 - 0.1 - Nome: Noemy da Silveira Rudolfer
- 0.2 - Órgão: Instituto de Seleção e Orientação Profissional
- 0.3 - Função: Técnico em Psicologia

1 - Cursos efetuados:

1.1 - de formação:

- I - Escola Normal Oficial (do Braz) - 1º lugar nos 4 anos de curso : 1914-1918 - Diploma de professor primário.

1.2 - de extensão: -----

1.3 - de especialização:

- I - Aluna de Psicologia Geral do Prof. Manoel Bergstrom Lourenço Filho, na Escola Normal da Capital. 1927-1930.
- II - Aluna de Estatística Geral do Engº Bruno Rudolfer. 1933-1934.
- III - Aluna de Antropologia Social do Prof. A.R. Racliffe Brown, na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.
- IV - Escolhida, após concurso de títulos, como membro de um grupo de dez educadores brasileiros que foram aos Estados Unidos da América do Norte estudar os problemas fundamentais da educação norte-americana, sob os auspícios da "Carnegie Endowment for International Peace", em 1928-1929. Estudou os serviços de orientação profissional em New York, Washington, Baltimore, Filadelfia, Boston.
- V - Convidada pelo Dr. Paul Monroe do Teacher's College da Universidade de Columbia, para candidatar-se ao "Macy Grant" do "International Institute". Obteve essa bolsa de estudos. Frequentou essa Universidade: Matéria principal - Psicologia educacional. Matérias subsidiárias: Filosofia da Educação, Estatística Aplicada à Psicologia, Sociologia Educacional; Construção Social do programa. Ouvinte de: Psicologia Individual, Psicologia da Enfermagem e História da Psicologia - Certificado de aprovação. (1930-1931).

1.4 - de aperfeiçoamento: -----

2 - Cargos exercidos:

2.1 - Cargos de Direção:

- I - Chefe do Serviço de Psicologia Aplicada do Departamento de Educação do Estado de São Paulo (1931-1934);
- II - Diretora do Curso Acadêmico Feminino do "Mackenzie College" e co-laboradora na organização do mesmo (1931-1933);
- III - Diretora das atividades extra-curriculares do "Mackenzie College" (1931-1933);
- IV - Chefe do Departamento de Fornecimento e de Estoque do Hospital Mackenzie, durante a revolução constitucional de 1932;
- V - Presidente da Secção de Psicologia do Primeiro Congresso de Psicologia, Neurologia, Psiquiatria, Endocrinologia, Identificação, Medicina Legal e Criminologia, realizado em São Paulo de 25 a 30 de julho de 1938;
- VI - Vice-presidente, em São Paulo, da Associação dos Sanatórios Populares de Campos de Jordão, para o ano de 1940;
- VII - Incumbida da Secção "A criança e seu mundo" do jornal "O Estado

de São Paulo", durante os anos de 1940 e 1941;

- VIII - Presidente da Comissão de Recepção, Recreação e Alojamento de Estudantes norte-americanos da União Cultural Brasil-Estados Unidos, de 1942 a 1944.
- IX - Presidente, designada pelo Prof. Dr. Plínio Marques da Silva Ayrosa, diretor substituto da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, - da missão cultural constituída de professores e alunos dessa faculdade que visitaram o Uruguai, Argentina, Chile, Perú e Bolívia, em julho, agosto e setembro de 1944. Nesses países, o Prof. Noemy da Silveira Rudolfer pronunciou dez conferências. Essa missão foi considerada de utilidade pública pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil;
- X - Diretora Civil da Legião Universitária Feminina de São Paulo;
- XI - Presidente da União Universitária Feminina de São Paulo para o biênio 1945-1947. Renunciou ao cargo, por ter sido posta em comissão, a serviço do Ministério das Relações Exteriores, em missão cultural no Paraguai;
- XII - Presidente da Sociedade Pan-Americana de São Paulo para o ano social de 1946. Renunciou pelo motivo recém-exposto;
- XIII - Presidente da "Sociedad Pan-Americana" de Assunção do Paraguai, da qual foi a fundadora (1945-1946);
- XIV - Presidente de honra da "Asociación pro-Hospital de Enfermedade Infecciosa", do Paraguai;
- XV - Convidada pela Fundação Getúlio Vargas para dirigir a Seção Psico-pedagógica do Instituto de Orientação e Seleção Profissional (Novembro de 1947);

2.2 - Cargos de Staff: -----

2.3 - Cargos Técnicos:

- I - Encarregada do Laboratório de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, até a extinção do mesmo, em junho de 1941, quando diretor o prof. Fernando de Azevedo;
- II - Cooperadora técnica do Curso de Testes e Mensuração do Departamento do Serviço Público do Estado de São Paulo em colaboração com a União Cultural Brasil-Estados Unidos (janeiro a março de 1944);

2.4 - Cargos de Conselho:

- I - Membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Educação, como representante do Estado de São Paulo; ano social de 1933-34;
- II - Membro do Conselho Técnico-administrativo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, por ato do Sr. Interventor Federal, de 22-9-1944.
- III - Membro do Conselho Consultivo e Sócia Fundadora do Instituto de Organização Racional do Trabalho, em São Paulo;
- IV - Membro do Conselho Social da Escola Paulista de Medicina;
- V - Membro do Conselho Consultivo da Associação dos Sanatórios Populares de Campos do Jordão em 1941-42; 1943-44; 1944-45; 1945-46;

- VI - Membro do Conselho Consultivo da "União Cultural Brasil-Estados Unidos" para o biênio 1945-47;
- VII - Membro do Conselho Consultivo do Instituto de Economia da Associação Comercial de São Paulo (1945)

2.5 - Cargos de Magistério:

- I - Substituta da professora de Matemática da Escola Normal do Braz, prof. Lucila Dente, durante seu impedimento por licença, em 1919;
- II - Substituta da professora de História Natural da Escola Normal do Braz, d. Helena Simões Magro, durante seu impedimento por licença, de 1919 a 1920;
- III - Professora primária por concurso de títulos e provas (aprovada em 5º lugar com nota dez) iniciando sua carreira como professora na zona rural da cidade de São Paulo e chegando a ser professora de grupo escolar (1921-1927);
- IV - Assistente do prof. Manuel Bergstrom Lourenço Filho, titular da cadeira de Psicologia Geral, da antiga Escola Normal de São Paulo (1927-1930);
- V - Substituta do prof. Manuel Bergstrom Lourenço Filho na cadeira de Psicologia Educacional do Instituto Pedagógico, depois Instituto de Educação da Universidade de São Paulo, (1932-1935);
- VI - Professora catedrática de Psicologia Educacional da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, por concurso de títulos e provas. Banca examinadora constituída dos professores Milton de Campos da Faculdade Nacional de Filosofia; Pacheco e Silva da Faculdade de Medicina de São Paulo; Paul Arbousse Bastide da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo; Fernando de Azevedo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo; Almeida Júnior da Faculdade de Direito de São Paulo. Aprovada em primeiro lugar com a nota nove e cinco centésimos (9,05);
- VII - Professora de Psicologia Social da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (Instituto Complementar da Universidade), de 1935 a 1941 - quando se exonerou a pedido;
- VIII - Professora de Psicologia de Enfermagem na Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo;
- IX - Designada para reger, a título precário, a cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, durante o tempo de sua vacância, em maio e junho de 1944;
- X - Professora de Psicologia da Adolescência da Escola de Verão do Mackenzie College, em São Paulo;
- XI - Convidada pelas "Escuelas de Temporada" da Universidade do Chile para dar os cursos de Psicologia Educacional e de Teoria e Técnica de Aprendizagem, o que fez em janeiro de 1946;
- XII - Convidada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil para reger as cátedras de Psicologia Geral e de Psicologia Educacional da "Escuela de Humanidades" do Paraguai. Nomeada "ad honorem" para essas cátedras pelo Senhor Ministro da Educação do Paraguai. Ocupou tais cátedras de maio

a dezembro de 1946. Por iniciativa do Sr. Embaixador do Brasil no Paraguai, General Isauro Reguera, foi seu contrato prorrogado até dezembro de 1947, havendo, porém, a professora Noemy da Silveira Rudolfer desistido dessa prorrogação;

2.6 - Outros cargos:

- I - Membro correspondente do Congresso Internacional de Orientação Profissional havido em Bordéus, França, em 1927;
- II - Membro da Conferência Internacional de Estudantes Estrangeiros reunida sob os auspícios do "Institute of International Education" de New York, em setembro de 1930 em Cornwall - on - Hudson;
- III - Escolhida, nessa conferência, para ser a representante dos estudantes sul-americanos residentes em New York, na "International Student Committee" daquela cidade;
- IV - Membro da Comissão de Educação Profissional e Normal, quando da elaboração do Código de Educação do Estado de São Paulo, em 1933 (Diretor do Departamento de Educação, o Prof. Fernando de Azevedo);
- V - Membro da Comissão de Estudos para a construção de prédios escolares do Departamento de Educação, em 1935 (Diretor do Departamento de Educação, o prof. Antônio Ferreira de Almeida Júnior);
- VI - Membro da Comissão de Estudos para a elaboração do Plano Nacional de Educação, em 1935, designada pelo Ministro da Educação;
- VII - Membro da Comissão de Organização dos Cursos das Escolas Normais do Estado de São Paulo, em 1935 e em 1941 (Diretores do Departamento de Educação, o prof. Antônio Ferreira de Almeida Júnior e Israel Alves dos Santos, respectivamente);
- VIII - Convidada para dar um curso de Psicologia Social na Escola de Verão da Universidade do Chile, deixando de fazê-lo por moléstia grave em pessoa de sua família. (1938);
- IX - Membro do Primeiro Congresso Brasileiro de Educação Escolar, reunido em São Paulo, em abril de 1941;
- X - Representante do Brasil na Oitava Conferência Internacional de Educação, realizada em Ann Arbor, Universidade de Michigan, em julho de 1941, sob os auspícios da "New Education Fellowship". Pronunciou, nessa conferência, duas palestras sobre a educação brasileira;
- XI - Escolhida, nessa conferência, para "chairman" de um grupo de educadores latino-americanos que visitaram as Universidades de Buffalo, Syracuse, Cornell, Harvard, New York e Columbia, tendo pronunciado conferências nessas Universidades; na Universidade de Harvard, substituiu Kendrick van Loo, então enfermo, na realização de uma conferência;
- XII - Membro da Comissão de Estudos relativos à promoção de alunos do Departamento de Educação, designada pelo prof. Israel Alves dos Santos, diretor do mesmo departamento, em dezembro de 1942;
- XIII - Membro da Comissão de Técnicos para organização do Serviço Central de Orientação Profissional da Superintendência do Ensino Profissional, designada pelo Sr. Secretário

da Educação e Saúde Pública, em dezembro de 1942;

- XIV - Membro da Semana de Biotipologia (Terceira Semana de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo, 1942);
- XV - Eleita representante da Legião Universitária Feminina de São Paulo na IV Convenção Nacional Feminina, realizada no Rio de Janeiro em outubro de 1942;
- XVI - Presidente da banca examinadora do concurso de professor -chefe de educação das Escolas Normais do Estado de São Paulo, em 1943;
- XVII - Membro da banca examinadora do concurso para provimento do cargo de professor de desenho de escolas normais e de ginásio do Estado de São Paulo (1943);
- XVIII - Membro da Comissão de Seleção de candidatos a bolsas de estudos nos Estados Unidos da América do Norte (União Cultural Brasil-Estados Unidos) em 1943-1944;
- XIX - Primeira Secretária da União Cultural Brasil-Estados Unidos para os anos sociais de 1943-45;
- XX - Convidada oficial do governo do Estado de Minas para participar da Semana de Estudos Psicológicos em Belo Horizonte, em 1943;
- XXI - Membro da banca examinadora do concurso para provimento do cargo de professor de desenho da Escola "Caetano Campos", 1944;
- XXII - A convite do governo boliviano participou dos estudos do "Consejo Nacional de Educación" para reorganização da educação na Bolívia (agosto e setembro de 1944). Visitou grande parte do país para conhecimento da situação educacional do mesmo;
- XXIII - Designada pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (Federal) membro da banca examinadora do concurso para técnicos de educação (fevereiro de 1945);
- XXIV - Convidada pela U.N.R.R.A. para participar dos trabalhos de reconstrução social post-guerra, a cargo dessa entidade (1945);
- XXV - Primeira mulher estrangeira a ser distinguida com o título de sócia honorária do "Consejo de Mulheres" do Paraguai (1945);
- XXVI - Delegado titular para o Brasil da "Asociación de Profesores de las Escuelas de Temporada" da Universidade do Chile (1947);
- XXVII - Membro da Comissão de reorganização das Escolas Vocacionais e Normais Rurais do Paraguai, por designação do Ministério de Educação daquele país;
- XXVIII - Incumbida pelo Ministério da Educação do Paraguai de dar parecer sobre a organização de um Patronato de Menores naquele país;
- XXIX - Membro da banca examinadora do candidato ao título de doutor em Psicologia, Cícero Cristiano de Souza (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo);
- XXX - Membro da Sociedade de Psicologia de São Paulo;
- XXXI - Sócia titular da União Universitária Feminina de São Paulo.

- XXXII - Por dois anos secretária da Associação de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra de São Paulo;
- XXXIII - Por quatro anos secretária da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo, hoje "Anália Franco" - durante a presidência da Exma. Sra. Eleonora da Silveira Cintra;
- XXXIV - Quatro vezes paraninfo dos alunos do Instituto de Educação (Escola Superior de Educação da Universidade de São Paulo, transformada na Secção de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade);
- XXXV - Convidada pelo governo boliviano para ocupar, por dois anos, a cátedra de Psicologia Educacional da Escola Normal Superior de Sucre, não havendo podido aceitar o convite.

3 3.1 - Teses, Monografias e Livros

- I - A Oitava Conferência Internacional de Educação, relatório entregue aos Srs. Ministros da Educação e Saúde Pública e das Relações Exteriores, ao Sr. Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e ao Sr. Charlhes Thompson, do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América do Norte;
- II - Os cursos de preparação de professores primários do Estado de São Paulo, palestra realizada quando do trigésimo aniversário da Escola Normal de Botucatu, em 1941;
- III - Nossas crianças perante o desenho de crianças inglesas. Conferência pronunciada quando da Exposição de Desenhos das Crianças Inglesas, sob o patrocínio do Consulado Britânico e da Prefeitura Municipal de São Paulo que, gentilmente, manteve aberta a exposição três dias além do prazo oficial de encerramento, a fim de que a cadeira de Psicologia Educacional da Faculdade de Filosofia pudesse concluir a investigação sobre a opinião de nossas crianças quanto aos quadros expostos. Os resultados de tal pesquisa foram objeto da conferência que foi repetida em Santos, e Belo Horizonte, a pedido das Sociedades de Cultura Inglesa dessas cidades.
- IV - A Psicologia na Inglaterra, com um introito histórico. Conferência feita sob os auspícios da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa - quando da Exposição do Livro Britânico em São Paulo;
- V - Problemas da educação em Bolívia e sua possível solução. Relatório apresentado ao Ministro da Educação em Bolívia, após visita que a autora fez a todo o país e após análise detida das estatísticas educacionais bolivianas. A autora tem notícia de que tal relatório foi publicado pelo governo Villaroel, (Em colaboração com o Prof. Guido Villa-Gomez, diretor do serviço de Seleção de Alunos em La Paz);
- VI - Aprendizagem de adultos em escolas superiores. Conferência pronunciada sob os auspícios de Idort em sua campanha de melhoria dos métodos de ensino na escola superior. Repetida posteriormente em Campos do Jordão (Confederação de Escolas Evangélicas, Umuarama), Campinas - (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras), Casa Branca (Escola Normal) Santiago do Chile (Escola Normal nº 1); Universidade de Potosí (Em colaboração com a Prefeitura de Potosí (Bolívia)).
- VII - A missão social da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na Argentina, Uruguai, Chile, Peru e Bolívia. Relatório apresentado aos Srs. Ministros da Educação e Saúde Pública

- blica, - Ministro das Relações Exteriores, Diretor da Divisão de Cooperação Intelectual deste Ministério, Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Reitor da Universidade de São Paulo e Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo;
- VIII - Estudo de três casos - problemas: um cretino, uma portadora de lábios leporinos e um suposto caso de hermafroditismo para professores da Faculdade de Medicina de São Paulo;
- IX - As escolas vocacionais rurais do Paraguai. Estudo da presente situação com sugestões para uma reorganização, entregue ao Sr. Ministro da Educação no Paraguai. (Em colaboração com o Prof. Jovino Guedes de Macedo e Inspectora Delphina Gimenez);
- X - A.M., um menino tartamudo. Estudo de um caso problema para o professor de Psiquiatria do Paraguai, Dr. André Riva-rola Queirolo;
- XI - A suposta debilidade mental de uma autora de infanticídio, estudo feito para o Tribunal do Jury de Paraguai;
- XII - Os delitos cometidos em Assunción durante o ano de 1946 e sugestões para um melhor policiamento da cidade na base da distribuição ecológica de tais delitos. Conferência pronunciada na Escola de Polícia daquela cidade, perante o Sr. Embaixador do Brasil, alunos e professores da referida escola;
- XIII - Relatório geral das atividades da Professora Noemy da Silveira Rudolfer, durante a missão cultural que lhe incumbiu o Ministério das Relações Exteriores no Paraguai (maio de 1945 a dezembro de 1946).

RELAÇÃO DOS TRABALHOS CIENTÍFICOS REALIZADOS NA CADEIRA DE PSICOLOGIA EDUCACIONAL, SOB A RESPONSABILIDADE DIRETA DA PROFESSORA NOEMY DA SILVEIRA RUDOLFER.

- I - Siqueira, Eulália Alves - A medida objetiva do trabalho escolar, in Idort, São Paulo, IV, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 50.
- II - Siqueira, Eulália Alves - Adaptação Brasileira do Teste Deaborn, formas A e B, com autorização do autor. Publicação da Univ. de São Paulo.
- III - Siqueira, Eulália Alves - Adaptação Brasileira dos Testes Kuhlmann-Anderson (Escala completa), com autorização dos publicadores. Edição da Univ. de São Paulo.
- IV - Siqueira, Eulália Alves - Adaptação da Escala Army Alpha, sobre a adaptação pernambucana - Edição da Universidade de São Paulo.
- V - Arruda, Celisa Ribeiro de - Como estudar com eficiência, São Paulo: Arquivos do Instituto de Educação - 1935, I, 1, 160-184.
- VI - Carvalho, Manoel Marques de - Como organizar monografias para Orientação Profissional - In Idort, V, 58, 227-239 e v. 59, 245-7.
- VII - Carvalho, Manoel Marques de - Aquilo que você precisa saber sobre o ginásio - Monografia para uso de orientação profissional. São Paulo - Rev. dos Tribunais, 1936.

- VIII - Hallier, J e Katzenstein B.-A criança como colaboradora de um jornal escolar - In Arquivos do Instituto de Educação, III, 4-24-157.
- IX - Corrêa, C. - Modernas teorias de aprendizagem - In Idort, São Paulo, IV, 39, 52-57 e V, 83-88.
- X - Strehlneck, Olga - Estudo comparativo de cinco cartilhas mais em uso nas escolas primárias de São Paulo. In Revista do Arquivo Municipal, LXXXIV, 83-216.
- XI - Katzenstein, B e Freitas, B. - Algo do que as crianças gostam de ler. In Revista do Arquivo Municipal, LXXVII, 1941.
- XII - Hallier, J.e Macedo, J. - Jogos escolares paulistas - In Boletim LXXIV - da Fac. de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo - Psicologia Educacional - nº 1, 1946.
- XIII - Cecília de Castro e Silva - Escala de valores de Allport. Adaptação para o Brasil com autorização do autor (em preparação).
- XIV - Silva, Cecília de Castro e, - Pesquisa sobre os interesses por leitura de frequentadores de uma biblioteca infantil - (pronta para publicação).

INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELOS ALUNOS DA PROFESSORA NOEMY DA SILVEIRA RUDOLFER, DA "ESCUELA DE HUMANIDADES" DO PARAGUAY, E QUE SERÃO PUBLICADAS PELO BOLETIM DESSA ESCOLA:

- I - Núñez Gonzalez, M. H. e Decoud Larrosa, R. - A cólera em 254 adolescentes do Colégio Nacional de Niñas. Pesquisa realizada em 1946.
- II - González, Lúgia e Perito, Adelina - Jogos dos escolares assuncenos. Pesquisa realizada em 1946.
- III - Idem, idem - Análise de 160 desenhos de crianças de cinco e de seis anos. Investigação apresentada quando da exposição dos mesmos desenhos em dezembro de 1946, em Assuncion.
- IV - Gaona, Nélida e Rios, Marciana - Interesses profissionais de escolares assuncenos. Investigação realizada em 1946.
- V - Morinigo, Venancia. - Interesses por leituras de escolas assuncenos. Pesquisa realizada em 1946.
- VI - Rojas, Lidia Cuellar e Acosta, Adelia. - O escolar assunceno e seu interesse por películas cinematográficas. Pesquisas realizadas em 1946.

3.2 - Artigos em Revista:

- I - Preparo da linguagem escrita, in Revista de Educação, vol. I, nº 2, novembro de 1927, São Paulo;
- II - Como corrigir trabalhos escritos, in Rev. de Educação;
- III - Orientação Profissional, tese à 2ª Conferência Nacional de Educação, reunida em Belo Horizonte, in Educação, vol. VI, nº 2, janeiro e fevereiro de 1929, São Paulo;
- IV - A semana de Educação em São Paulo, Relatório Geral dos trabalhos realizados, in Educação, vol. V, ns.2 e 3, nov. e dez. de 1928.

- V - Apreciação psicológica da obra de Selma Lagerlof, "Maravilhosa aventura de Nils Holgerson através da Suécia", in Educação;
- VI - "Recent Psychological Experiments in S. Paulo, Brazil", ex certo da palestra realizada na Escola Normal de Washington, sob os auspícios da Pan-American Union e posteriormente na Escola Normal de Baltimore, em janeiro de 1930. In "School-Life", publicação oficial norte-americana, vol. XV, nº 10 Washington, junho de 1930;
- VII - Um ensaio de organização de classes homogêneas com os testes A.B.C., Diretoria Geral do Ensino, publicação nº 5, outubro de 1931 - São Paulo;
- VIII - A Orientação Profissional nos Estados Unidos, relatório geral apresentado à Associação Brasileira de Educação, em maio de 1930. In Escola Nova, vol. III, nº 2, São Paulo;
- IX - "Que vai ser quando crescer?" Palestra sobre Orientação Profissional, realizada ao microfone da Rádio Educadora Paulista, sob os auspícios do Mackenzie College, em maio de 1932, in "Meia Hora Mackenzie College", ano I, nº 2, São Paulo;
- X - O Serviço de Psicologia Aplicada da Diretoria Geral do Ensino de São Paulo. Tip. S. Lázaro, 1932;
- XI - Da homogeneização de classes, tese distribuída à autora pela Associação Brasileira de Educação, 5ª Conferência Nacional de Educação, in Idort, ns. 16 e 17, abril e maio de 1933, ano II, São Paulo.
- XII - Algumas lições de Psicologia Educacional, in Educação, IX, ns. 8 e 9. Agosto e setembro de 1933, São Paulo;
- XIII - Uma teoria sobre a leitura, in Boletim da Associação de Professôras, ano I, nº 1, agosto de 1935, São Paulo;
- XIV - O Serviço de Psicologia Aplicada, relatório dos trabalhos realizados no 1º semestre de 1933, in Rev. de Educação, vol. IV, nº 4, dezembro de 1935, São Paulo (Os demais relatórios constam dos "Arquivos do Instituto de Educação");
- XV - Fundamentos da Educação Progressiva discurso pronunciado por ocasião da formatura dos alunos do Curso de Aperfeiçoamento do Instituto de Educação, em 1935, Rev. dos Tribunais, dezembro de 1935;
- XVI - Problemas psicológicos da administração escolar, três palestras do curso abreviado de Administração Escolar, in Boletim da Diretoria do Ensino, nº 1, São Paulo, 1936;
- XVII - Ensaio de método para estudo da distribuição das nacionalidades de pais de crianças escolares, in Rev. dos Arquivos Municipais, vol. LII e XXV, 197 - 237. (em colaboração com o Engº Bruno Rudolfer);
- XVIII - História da Psicologia Educacional através de um estudo histórico da Psicologia Moderna, tese com que se candidatou à cátedra de Psicologia Educacional da Universidade de São Paulo - Rev. dos Tribunais, 1935;
- XIX - Por que um auditório-ginásio em um prédio escolar? In "Novos prédios escolares", publicação do Departamento de Educação de São Paulo, 1936;
- XX - A Escola Progressiva Brasileira em organização, in Revista de Educação, XVIII e XVII, 1927;

- XXI - Esboço histórico da Psicologia nos Estados Unidos da América do Norte, in "Aspectos da Cultura Norte-Americana", publicado pela Associação Brasileira de Educação, São Paulo - Cia. Editora Nacional, 1937;
- XXII - Desperdícios na educação primária, palestra realizada durante a campanha contra desperdícios do Instituto de Organização Racional do Trabalho, in Idort, número especial, São Paulo;
- XXIII - A Psicologia Social Contemporânea (até 1934), lição inaugural da Escola Livre de Sociologia e Política, proferida em abril de 1941 - In Sociologia, III, agosto, 2, .. 1941;
- XXIV - Os Estados Unidos que eu vi - publicado em "Vida Intelectual nos Estados Unidos", vol. I, 1941 - São Paulo;
- XXV - A Psicologia que vi nos Estados Unidos da América do Norte - In Revista Bibliográfica - São Paulo - Universidade de São Paulo, vol. I, nº 3;
- XXVI - Um serviço pioneiro de Orientação Profissional, in Formação, transcrito também pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (vol. V, julho de 1945, nº 13);
- XXV - Ensaio de um métodos ativo na Escola Superior, relatório geral de 3 anos de prática de grupos de discussão, in "Arquivos do Instituto de Educação", Universidade de São Paulo II, 3, 1936.

3.3 - Traduções e artigos em jornal

- I - A lei biogenética e a escola ativa; tradução do original francês de Adolphe Ferrière, "La loi biogénétique et l'école active" - Cia. de Melhoramentos, São Paulo, s/d.
- II - Educação para uma civilização em mudança; tradução do original americano do Dr. William Heard Kilpatrick, "Education for a changing civilization" - São Paulo - Cia Melhoramentos, s/d;
- III - Psicologia para estudantes de educação; tradução do original inglês da autoria de Arthur Irving Gates, "Psychology for Students of Education", São Paulo, Saraiva & Cia, 1945 vol. I (em 1935) e vol. II (em 1940).
- IV - A Orientação Profissional, série de oito artigos em o "Diário Popular", junho e julho de 1929 - São Paulo.
- V - A Educação nos Estados Unidos da América do Norte, entrevista ao "Estado de São Paulo", março, 21, 1930, São Paulo
- VI - Em prol da educação primária, discurso de paraninfo, in "Fôlha da Manhã", São Paulo, dezembro, 11, 1938.
- VII - Série de vinte e quatro artigos sobre Psicologia da Criança, publicados sob o título "A criança e seu mundo" em o jornal "O Estado de São Paulo".

- 0 01- Nome: Symcha Jerzy Schwarzstein
 02- Órgão: Centro de Seleção e Orientação Profissional
 03- Função: Diretor substituto.

1. Cursos efetuados.

1.1- De formação

- 1.11- Psicologia- Faculdade de Filosofia da Universidade de Varsóvia. Época: 1933 a 1938. Diploma: licenciado.
 1.12- Filosofia- Faculdade de Filosofia da Universidade de Genebra. Época: 1944 a 1945. Diploma: Doutor em Filosofia.

1.2- De extensão

- 1.21- Psicologia Pedagógica- Universidade de Varsóvia. Época: 1937 a 1938. Diploma: Certificado de aproveitamento.
 1.22- Psicologia Geral- Faculdade de Filosofia da Universidade de Paris. Época: 1938 a 1939. Diploma: interrompido pela guerra.
 1.23- Filosofia- Faculdade de Filosofia da Universidade de Fribourg- Suíça. Época: 1941 a 1944. Diploma: Certificado dos Cursos e dos Trabalhos apresentados.

1.3- De especialização

- 1.31- Orientação Profissional- Estágio no Instituto de Orientação Profissional da Sociedade dos Amigos da Juventude em Varsóvia. Época: 1937 a 1938. Diploma: Certificado de Estágio.

2. Cargos Exercidos

2.1- Cargos de Direção

- 2.11- Diretor efetivo da Casa das Crianças refugiadas da Sociedade O.S.E. em Genebra. Época: 1945.

2.3- Cargos Técnicos

- 2.31- Educador da Mesma Casa- Época: 1944

3.1- Teses- Monografias- Livros

- 3.11- Tese de Doutorado: Psychologie et philosophie Zurich 1945.
 Editora: S.A. Leemann frères & Cie.
 Ztockerstrasse 64- 86 páginas.

- 0 01 - Nome: Augustine Landau
- 02 - Órgão: Instituto de Seleção e Orientação Profissional.
- 03 - Função: Chefe de Unidade Técnica (Seleção Profissional)

1 - Cursos efetuados

1.1 - de formação

- 1.11 - Filosofia e Psicologia - Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade de Cracóvia.
Época: 1 920 a 1 926.
Diploma: Doutor em filosofia.

1.2 - de extensão

- 1.21 - British Institute of Philosophy - Londres - Seminário do Prof. Alexander.
Época: 1 926
- 1.22 - Sorbonne - Seminário do Prof. Laland.
Época: 1 927.
- 1.23 - Curso de Psicologia experimental e laboratório do dr. Ombredane, Prof. de psicologia experimental da Universidade do Brasil.
Época: 1 943 a 1 946.

1.3 - de especialização

- 1.31 - Curso de Orientação, Seleção e Readaptação Profissional, do Prof. Mira y Lopez - D.A.S.P.
Época: Outubro de 1 945 a janeiro de 1 947.
Diploma do curso com grau excelente.
- 1.32 - Curso do Prof. Leme Lopes, sobre Rorschach
Época: 1 944
Diploma da Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- 1.33 - Estágio de um ano no Centro de Pesquisas Educacionais - Prefeitura do Distrito Federal.
Época: 1 944
Certificado de aproveitamento.
- 1.34 - Curso de Psicoterapia Menor, do Prof. Mira Lopez
Aprovada.

2 - Cargos exercidos

2.1 - Cargos de direção : -----

2.2 - Cargos de Staff:

- 2.21 - Dirigiu em colaboração o inquérito do Instituto do Serviço Social do Brasil - I.S.S.B. -, sobre as condições econômicas da indústria do Distrito Federal.
Época: 1 de junho a 31 de dezembro de 1 946.
Diploma: Certificado.

2.3 - Cargos Técnicos:

- 2.31 - Assistente de Psicologia do Centro de Orientação e Seleção Profissional da L.B.A.-
Época: 1 945.
- 2.32 - Psicotécnica do Centro de Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas - Secção de Biologia.
Época: 1 946.
- 2.33 - Psicotécnica do laboratório Panfilme - Organização do Serviço de Seleção Profissional.
Época: 1 947

3 3.1 - Teses, Monografias e Livros

- 3.11 - Tese de doutorado: Filosofia de Richard Wahle - 110 páginas. - Cracóvia, 1926.
- 3.12 - Le Psychodiagnosticque de Herman Rorschach, tradução para o francês; editora Hans Huber, Bern, Suíça, 1947.
- 3.13 - Inquérito sobre as condições econômicas na indústria do Distrito Federal - I.S.S.B. - 1946.

3.2 - Artigos em Revista: -----

-:- :-

- 0 01 - Nome: Edwiges de Carvalho Florence.
- 02 - Órgão: Instituto de Seleção e Orientação Profissional.
- 03 - Função: Chefe de Unidade Técnica (Secção de Teste de Inteligência).

1 - Cursos efetuados

1.1 - de formação

- 1.11 Curso complementar - Colégio N. S. da Soledade da Ba-
hia.

Época: 1 925-1 926

Diploma de estudos complementares (distinção).

- 1.12 - Curso pedagógico - Escola Normal da Bahia

Época: 1 925-1 930.

Diploma de Professor Primário (Aluna laureada).

1.2 - de extensão

- 1.21 - Curso de extensão universitária: Introdução ao Méto-
do Histórico-Clínico. Faculdade de Filosofia da Ba-
hia.
Certificado de frequência.

1.3 - de especialização

- 1.31 - Curso de Seleção, Orientação e Readaptação Profissi-
onal - D.A.S.P.

Época: outubro de 1 945 a dezembro de 1 947.

Certificado de aproveitamento (excelente).

- 1.32 - Curso de Psicoterapia Menor - Departamento de Ensi-
no da Fundação Getúlio Vargas.

Época: março de 1 947 a março de 1 948.

Em completção.

- 1.33 - Curso de Observação Psico-Pedagógica - Departamento
de Ensino da Fundação Getúlio Vargas.

Época: fevereiro de 1 948.

Em completção.

1.4 - de aperfeiçoamento

- 1.41 - Psicologia - Escola de Aperfeiçoamento - Belo Hori-
zonte.

Época: abril a dezembro de 1 939.

Certificado de aproveitamento.

- 1.42 - Curso de Língua Pátria - Escola de Aperfeiçoamento-
Belo Horizonte.

Época: 1 939

Atestado de frequência.

2 - Cargos exercidos

2.1 - Cargos de direção -----

2.2 - Cargos de Staff

- 2.21- Inspetora Orientadora da Escola Duque de Caxias-Ba-
hia.

Época: julho a dezembro de 1 938.

- 2.22 - Oficial de Gabinete do Secretário de Educação e Saú-
de - Bahia.

Época: janeiro a março de 1 939.

- 2.23 - Chefe de Unidade Técnica - I.S.O.P. da Fundação Ge-
túlio Vargas.

Época: junho de 1 947 até a presente data.

2.5 - Cargos de Magistério

- 2.51 - Professôra Primária (por concurso) nas escolas:
Praia Grande, Arão Carneiro, Jacinto Caraúna (exper-
imental) - Bahia.

Época: abril de 1 931 a julho de 1 938.

2.52 - Assistente de Psicologia Educacional do Instituto Normal da Bahia.

Época: fevereiro de 1 939-março de 1 940.

2.53 - Substituta do Catedrático de Psicologia Educacional do Instituto Normal da Bahia.

Época: março de 1 940 a novembro de 1 943.

Nota - Em 1 944 e 1 945, substituí automaticamente o Catedrático de Psicologia Educacional durante suas duas ausências anuais motivadas pelas reuniões do Conselho Nacional de Educação.

2.54 - Assistente de Psicologia Educacional da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia.

Época: 1 942 até a presente data.

3 .3.1 - Teses, Monografias e Livros: -----

3.2 - Artigos em Revista: -----

0 - 01 - Nome: Inês Besouchet

02 - Órgão: Centro de Seleção e Orientação Profissional.

03 - Função: Chefe da Unidade Técnica Secção de Orientação.

1 - Cursos efetuados

1.1 - de formação

- 1.11 - Magistério - Instituto Pedagógico Caetano de Campos
 - a) Escola Complementar Anexa: 1 927-1 928, inclusive.
 - b) Escola Normal Modelo: 1 929-1 932, inclusive.
 Diploma.
- 1.12 - Mínimo de Estatística para o Professor Primário. Associação Brasileira de Educação. Época: junho-julho de 1 941. Certificado de aproveitamento.
- 1.13 - Psicologia da Aprendizagem. Professor Lourenço Filho. Curso de Férias da A.B.E. (1 942).
- 1.14 - Psicologia das Relações Humanas no Trabalho. Professor Lourenço Filho. Matrícula avulsa no Curso de Administração do D.A.S.P. (1 943).
- 1.15 - Curso de Observação Psico-Pedagógica - Prof. Noemy da Silveira Rudolfer. Departamento de Ensino da Fundação Getúlio Vargas. Janeiro-fevereiro, 1 948. Em completção.

1.2 - de extensão

- 1.21 - Universitária: Curso de Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil. Época: novembro de 1 941 - março de 1 942. Certificado.
- 1.22 - Curso de Psicologia e Prática de Laboratório. Prof. André Ombredane, da Faculdade de Filosofia. Época: 1 944 - 1 945, inclusive.

1.3 - de especialização

- 1.31 - Curso de Seleção, Orientação e Readaptação Profissional - D.A.S.P. Época: outubro de 1 945 a janeiro de 1 947. Certificado de aproveitamento.
- 1.32 - Curso de Psicoterapia Menor. Prof. Emilio Mira y Lopez. I.S.O.P. da Fundação Getúlio Vargas. Época: março de 1 947 a março de 1 948. Certificado de aproveitamento.

2 - Cargos exercidos

2.1 - Cargos de direção

- 2.11 - Chefia de secção de Psicologia Aplicada do I.N.E.P. do M.E.S., durante a estada do Chefe da mesma nos Estados Unidos (1 ano) - 1 942.
- 2.12 - Chefia da Secção de Orientação e Seleção do mesmo Instituto, sempre que o chefe da mesma se ausentava, durante os anos de 1 945 -1 948 inclusive.
- 2.13 - Chefia do Centro de Orientação Profissional da Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho, do M.T.I.C. Época: de outubro de 1 946 até a presente data.

2.2 - Cargos de Staff

- 2.21 - Cargo Atual

2.3 - Cargos Técnicos

- 2.31 - Técnico de Educação interino, classes I-K. I.N.E.P. Ministério da Educação e Saúde. Época: 1 942- 1 948, exclusive.

- 0-01 - Nome: Estanislau Fischlowitz
 02 - Órgão: Instituto de Seleção e Orientação Profissional
 03 - Função: Serviço Social do Emprego.

1 - Cursos efetuados:

1.1 - de formação:

- 1.11 - Doutor em Direito. Diploma da Alta Escola de Estudos Políticos e Sociais de Cracóvia
 1.12 - Curso da Faculdade de Filosofia.

1.2 - de extensão: -----

1.3 - de especialização:

Administração pública, migrações, colonização, trabalho, legislação social, problemas econômicos e demográficos.

1.4 - de aperfeiçoamento: -----

2 - Cargos exercidos

2.1 - Cargos de direção:

- 2.11 - Ocupou postos dirigentes no Ministério do Trabalho polonês entre 1924 e 1939, como Diretor do Departamento, responsável pelas reformas sociais executadas nesse período naquele país e pela organização da emigração.
 2.12 - Plenipotenciário do Governo Polonês às negociações com mais de dez países em matéria de migrações, trabalho, assistência social, seguros sociais, assuntos financeiros, etc. Co-autor, nessa qualidade, de cerca de 25 convênios e tratados.

2.2 - Cargos de Staff:

- 2.21 - Participação consultiva nas reformas sociais francesas (Reforma da Reparação dos Acidentes de Trabalho - 1939).
 2.22 - Delegado do Governo Polonês às 10 Conferências Internacionais.

2.3 - Cargos Técnicos:

- 2.31 - Membro do Comité Internacional de Peritos especializados em matéria de migrações da Liga das Nações.
 2.32 - Membro do Comité Internacional de Peritos em Previdência Social do BIT. Co-autor e "rapporteur" de várias convenções internacionais adotadas pelas Conferências Internacionais de Genebra.
 2.33 - Representante do Governo Polonês na Arbitragem da Liga das Nações no litígio com a Alemanha (execução do est. 312 do Tratado de Paz de Versailles).
 2.34 - Membro do Comité Internacional constituído pelo BIT em 1945 para preparar a solução dos problemas sociais de ordem internacional que resultaram da última guerra (Conferência realizada em Londres, 1945).
 2.35 - Técnico do DASP. De 1942 a 1944.
 2.36 - Participação nos trabalhos relacionados com a reforma do regime de seguros sociais na qualidade de representante do DASP na comissão presidida pelo Dr. Oscar Saraiva.
 2.37 - Participação nos trabalhos relacionados com a reforma de salários e vencimentos dos servidores de Estado (instituição do salário-família).

- 0-01 - Nome: Estanislau Fischlowitz
 02 - Órgão: Instituto de Seleção e Orientação Profissional
 03 - Função: Serviço Social do Emprego.

1 - Cursos efetuados:

1.1 - de formação:

- 1.11 - Doutor em Direito. Diploma da Alta Escola de Estudos Políticos e Sociais de Cracóvia
 1.12 - Curso da Faculdade de Filosofia.

1.2 - de extensão: -----

1.3 - de especialização:

Administração pública, migrações, colonização, trabalho, legislação social, problemas econômicos e demográficos.

1.4 - de aperfeiçoamento: -----

2 - Cargos exercidos

2.1 - Cargos de direção:

- 2.11 - Ocupou postos dirigentes no Ministério do Trabalho polonês entre 1924 e 1939, como Diretor do Departamento, responsável pelas reformas sociais executadas nesse período naquele país e pela organização da emigração.
 2.12 - Plenipotenciário do Governo Polonês às negociações com mais de dez países em matéria de migrações, trabalho, assistência social, seguros sociais, assuntos financeiros, etc. Co-autor, nessa qualidade, de cerca de 25 convênios e tratados.

2.2 - Cargos de Staff:

- 2.21 - Participação consultiva nas reformas sociais francesas (Reforma da Reparação dos Acidentes de Trabalho - 1939).
 2.22 - Delegado do Governo Polonês às 10 Conferências Internacionais.

2.3 - Cargos Técnicos:

- 2.31 - Membro do Comité Internacional de Peritos especializados em matéria de migrações da Liga das Nações.
 2.32 - Membro do Comité Internacional de Peritos em Previdência Social do BIT. Co-autor e "rapporteur" de várias convenções internacionais adotadas pelas Conferências Internacionais de Genebra.
 2.33 - Representante do Governo Polonês na Arbitragem da Liga das Nações no litígio com a Alemanha (execução do est. 312 do Tratado de Paz de Versailles).
 2.34 - Membro do Comité Internacional constituído pelo BIT em 1945 para preparar a solução dos problemas sociais de ordem internacional que resultaram da última guerra (Conferência realizada em Londres, 1945).
 2.35 - Técnico do DASP. De 1942 a 1944.
 2.36 - Participação nos trabalhos relacionados com a reforma do regime de seguros sociais na qualidade de representante do DASP na comissão presidida pelo Dr. Oscar Saraiva.
 2.37 - Participação nos trabalhos relacionados com a reforma de salários e vencimentos dos servidores de Estado (instituição do salário-família).

- 2.38 - Contratado pela Fundação Getúlio Vargas para organizar a Bôl
sa de Trabalho. 15 de dezembro de 1947.
- 2.39 - A regulamentação dos abonos familiares.
- 2.39 - A preparação da reforma do regime de licenças e de férias.
- 2.39 - Participação nos trabalhos da Comissão encarregada da prepara
ção da reforma do seguro doença.
- 2.39 - Estudos dedicados à reparação dos acidentes de trabalho na A-
mérica Latina e sôbre os problemas sociais deste Continente,
encomendados pelo BIT;
- 2.39 - Contratado, como assistente técnico, pelo IAPETEC - 1946-
- 2.39 - Secretário Geral da Câmara de Comércio Polono-Brasileira no
Rio de Janeiro.
- 2.39 - Assistente Técnico da Companhia Brasileira de Investimentos -
(Presidente, Dr. Octávio Guinle).

2.4 - Cargos de Conselho: -----

2.5 - Cargos de Magistério: -----

3.1 - Teses, Monografias e Livros

- 3.11 - Autor e "rapporteur" da resolução sôbre o programa social de
Paz no setor de migrações adotada pela Conferência Internacio -
nal de Trabalho de Filadélfia em 1944.
- 3.12 - Em 1946 preparou um estudo a respeito dos problemas de imigra -
ção para o Brasil, apresentado a pedido do Comité Intergovernamen -
tal para Problemas de Refugiados, com sede em Londres.

3.2 - Artigos em Revista:

- 3.21 - Vários estudos econômico-sociais sôbre migrações, política soci
al, etc., publicados em polonês, inglês e alemão.
- 3.22 - Cerca de 50 artigos e estudos sôbre diversos assuntos econômi -
cos e sociais publicados em várias Revistas ("Observador Econô -
mico e Financeiro", "Revista do Serviço Público", "Revista do
Direito Social", "Inapiários", "IAPETEC", "Boletim do Ministé -
rio do Trabalho, Indústria e Comércio").
- 3.23 - "O Estudo sôbre mandatos internacionais";
"A Monografia publicada pelo Instituto de Estudos Sociais Polo -
nês (Varsóvia, 1937) sôbre problemas internacionais de migração".
- 3.24 - Co-autor da "Política Social da Polônia" (Publicado em francês e
polonês em 1936)
- 3.25 - Estudo sôbre o "Caráter social dos seguros sociais" Poznam, 1938.
- 3.26 - Monografia sôbre a "Política Social da URSS" (Em preparação).
- 3.27 - O Estudo sôbre o problema internacional de migrações e a Paz Fu
tura (Revista de Imigração e Colonização de 1943 a 1944).

OUTROS TÍTULOS:

Condecorações: Comendas da Bélgica, Estônia, Letônia, Rumânia.
Condecorações Polonezas.

ANEXO V

DISCURSO DO SENHOR DR. CLEMENTE MARIANI, MINISTRO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, PRONUNCIADO QUANDO DA INAUGURAÇÃO DOS CURSOS DA FUNDAÇÃO.

* Meus senhores.

É com satisfação que presido a esta solenidade de instalação dos cursos organizados pela Fundação Getúlio Vargas, para o segundo semestre do corrente ano. Dedicados à administração comercial e industrial, visam eles a formação de auxiliares da administração de empresas, de secretários, e de estatísticos, atendendo assim aos dois pontos fundamentais da instituição que os mantém e o da organização racional do trabalho e da preparação de pessoal especializado, para diferentes setores da administração.

Um e outro dêsses aspectos se completam. Nenhum trabalho é produtivo sem que obedeça a normas racionais, sem que repouse na formação de quadros técnicos e auxiliares, ou seja na educação especializada.

Erro é pensar que o nosso país possa elevar os seus níveis de produção com descuido dêstes pontos fundamentais. As mesmas máquinas podem dar idêntico número de rotações, no mesmo prazo, sem que produzam, no entanto, a mesma riqueza se acaso as organizações a que devem servir não estiverem apoiadas nos princípios salutarés do trabalho racionalizado. Não basta, com efeito, a produção. Será preciso que ela se realize nas melhores condições de eficiência, a fim de que se torne de utilidade real aos indivíduos e à vida social. São êstes os pontos pacíficos a que chegam os modernos estudiosos do assunto, e que salientam, por essa forma, não só a importância da eficiência estritamente técnica como também a eficiência do ponto de vista social.

Ora, eficiência social significa educação: educação geral e educação especializada, educação das massas e educa-

ção dos quadros dirigentes, educação do produtor e educação do consumidor.

Folgo em verificar que é essa a compreensão das grandes instituições, empresas e ainda estudiosos de organização, que se reuniram para a constituição da Fundação, que sob a dedicada direção do Dr. Luiz Simões Lopes, ora inaugura os seus cursos.

Essa compreensão se traduz desde já, em notável contribuição no aumento das oportunidades educacionais, que se possam oferecer a numerosos jovens dedicados às atividades comerciais e industriais, e, ainda, por dois dos cursos que inauguramos - o de administradores de empresas e o de a perfeiçoamento em estatística - a todos quantos, com maiores responsabilidades nesses campos de atividades, queiram especializar-se em funções de direção e de interpretação da economia.

Por outro lado, tal programa representa também um excelente exemplo de cooperação com os serviços educacionais do Estado. Não poderão estes, aqui no Brasil como em outro qualquer país, pelas próprias circunstâncias que limitam o seu trabalho, atender em número e atender em qualquer qualidade a tôdas as solicitações e exigências da preparação técnica, nos seus vários setores. As organizações do tipo desta Fundação ^{II} poderão, no entanto, com o seu trabalho complementar inovar com presteza, realizar experiências benéficas e apontar mesmo, ao ensino oficial, a direção de reformas que se tornem necessárias. Nem foi outro o pensamento do Govêrno, quando apoiou a Fundação e lhe destinou auxílio substancial à consecução dos seus objetivos.

É-me grato assistir ao desenvolvimento dêsse programa, tão útil e patriótico, destinado por certo, a êxito crescente, dado o carinho com que vem sendo planejado e executado. Cabe-me apresentar, portanto, aos dirigentes da Fun

dação, em nome do Ministério da Educação, e no meu próprio, sinceros aplausos e os votos para que produzam êles os maiores e os mais benéficos frutos para o país''

ANEXO VI

ESTRUTURA DOS NOVE CURSOS PLANEJADOS, IMPLANTADOS E CONTROLADOS PELO DEPARTAMENTO DE ENSINO

DENOMINAÇÃO DO CURSO	OBJETIVOS	CURRÍCULO	Nº DE AULAS TEÓRICAS MONSTRADAS EM CADA DISCIPLINA	ESTÁGIOS E TRABALHOS PRÁTICOS	DATA DE INÍCIO DO CURSO	DURAÇÃO DO CURSO
CURSO PARA EDUCADORES DE CEGOS E AMBLÍOPOS	Promover a formação pedagógica requerida dos educadores que se dedicam aos cegos e amblíopes.	Anatomia - Fisiologia - Higiene Visual Psicologia Administração Escolar Didática Geral Didática de Educação Física Didática Especial de Cegos Didática Especial de Amblíopes Técnica de pesquisas	7 27 8 20 9 12 10 14	Demonstração - observação e prática de ensino Ensaio de Pesquisa	11/8/947	4 meses
CURSO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE PROFESSORES E ORIENTADORES DO ENSINO AGRÍCOLA	Promover a formação pedagógica de professores do ensino agrícola e a formação de técnicos em administração desse ramo de ensino	História da Agricultura e do Ensino Agrícola O Ensino Agrícola nos E.E. U.U. Sociologia Rural Higiene Rural Psicologia Educacional Orientação Educacional e Seleção Profissional Administração e Organização Escolar Metodologia Geral Metodologia Especial Educação Visual Desenho Aplicado	9 8 51 68 40 48 43 50 48 14 44	Estágios de observação e prática	11/8/947	8 meses
CURSO BÁSICO DE SECRETARIADO	Dar preparação profissional rápida, mas intensiva, a candidatos não diplomados no Curso Comercial Técnico de Secretariado	Datilografia Estenografia Português e Redação Comercial Matemática Comercial Caligrafia Complementos de Matemática Inglês Comercial (facultativo) Espanhol Comercial (facultativo).	174 95 3 22	187 187 58	11/8/47	8 meses
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM SECRETARIADO	Ampliar os conhecimentos e aperfeiçoar as capacidades técnicas de diplomados no Curso Comercial Técnico de Secretariado e de Secretários de empresas	Datilografia Estenografia Mecanografia Noções de Técnica Comercial Arquivística Inglês Comercial Espanhol Comercial	29 20 43 18	30 30 12	18/8/947	8 meses

CURSO BÁSICO DE ESTATÍSTICA	Dar preparação rápida, mas intensiva, a candidatos não diplomados no Curso de Estatística	Coleta Estatística Apresentação Estatística Complementos de Matemática Interpretação Estatística Mecanografia Introdução à Economia	60 57 145 3 17	8	11/8/947	8 meses
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM ESTATÍSTICA	Ampliar os conhecimentos e aperfeiçoar as capacidades técnicas de diplomados no Curso de Estatística ou de estatísticos de empresas públicas ou particulares.	Análise Matemática Inferência Estatística Série Históricas Cálculos de Probabilidades Introdução à Economia Ciência da População	78 30 27 27 5 5		11/8/947	8 meses
CURSO PARA AUXILIARES DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	Dar preparação rápida, mas intensiva, a auxiliares de empresas comerciais ou industriais, que não se tenham podido preparar para tal função através do Curso Comercial Técnico de Administração	Introdução à Organização e Administração de Empresas Contabilidade Geral e Aplicada Economia Aplicada Matemática Comercial Português e Redação Comercial Inglês Comercial	46 38 28 49 31 18			
CURSO PARA ADMINISTRADORES DE EMPRESAS COMERCIAIS	Ampliar os conhecimentos e aperfeiçoar as capacidades técnicas de diplomados no Curso Comercial Técnico de Administração ou de Chefes de Serviço de empresas comerciais	Organização e Administração de Empresas Comerciais Contabilidade Administrativa Psicologia das Relações Humanas Direção das Compras e Contrôlo do Estoque Mercados e Transportes Legislação Aplicada ao Comércio Problemas Sociais Contemporâneos	24 26 32 31 32 32 8		11/8/947	8 meses
CURSO PARA ADMINISTRADORES DE EMPRESAS INDUSTRIAIS	Ampliar os conhecimentos e aperfeiçoar as capacidades técnicas de diplomados no Curso Comercial Técnico de Administração ou de Chefes de Serviço de Empresas Industriais	Organização e Administração de Empresas Industriais Contabilidade Administrativa Psicologia das Relações Humanas Direção das Compras e Contrôlo do Estoque Mercados e Transportes Legislação Aplicada à Indústria Estatística Aplicada	31 26 32 31 31 32 9		11/8/947	8 meses

ANEXO VII

ATRIBUIÇÕES DO Dp.E., QUE CARACTERIZAM AS FUNÇÕES DE CADA UM DE SEUS ELEMENTOS PRINCIPAIS.

O Departamento de Ensino da Fundação Getúlio Vargas, conta, atualmente, com o pessoal técnico, cujas funções principais estão resumidamente indicadas abaixo:

Diretor do Departamento (1)

1. Atividades Gerais:

- 1.1) Diretrizes e Supervisão de: Documentação Geral; Planificação Geral; Elaboração e Implantação de Normas de Trabalho ; Organização de Arquivos e Confecção de Relatórios.

2. Atividades Específicas:

- 2.1) Fixação de Finalidades.

- 2.2) Diretrizes e Supervisão de: Documentação Específica; Planejamentos Específicos; Implantação, Execução, Contrôl e Apuração dos resultados didáticos e financeiros dos cursos.

- 2.3) Diretrizes e Análise Crítica: da Regulamentação e da Aplicação das Bôlsas de Estudo e da Orientação Profissional de alunos e ex-alunos da F.G.V.

3. Supervisão da Assistência Técnica a outras instituições de Ensino: Integral e Parcial.

4. Direção das Pesquisas Técnico-pedagógicas.

5. Orientação das Publicações Técnicas do Departamento de Ensino.

6. Estudo de casos especiais, que requerem a atenção direta do Diretor.

7. Análise Crítica e Aprovação de todos os trabalhos realizados pelo Dp.E.

8. Seleção de dados para divulgação.

Técnicos (2)

(Exercendo as funções de Assistente do Diretor ou Técnico Especializado, por não existir elemento classificado nesse nível)

1. Atividades Gerais.

1.1) Elaboração de Normas de Trabalho.

2. Atividades Específicas.

2.1) Documentação Específica para Estudos e Planejamentos.

2.2) Planejamentos de Cursos e de Atividades anexas.

2.3) Assistência Técnica às fases de Implantação, Execução, Contrôl e Apuração de Resultados dos Cursos.

2.4) Elaboração de normas para a Aplicação das Bôlsas de Estudo e para a Orientação Profissional de alunos e ex-alunos da F.G.V.

3. Assistência Técnica a outras Instituições de Ensino: Integral e Parcial.

4. Orientação das Pesquisas Técnico-Pedagógicas.

5. Orientação das Publicações Técnicas do Departamento de Ensino.

6. Pareceres Técnicos.

7. Minutas de Circulares, Cartas, Ofícios, etc., que envolvam assuntos técnicos.

Adjunto Técnico (1)

1. Atividades Gerais.

1.1) Organização de Arquivos.

2. Atividades Específicas.

2.1) Coleta de dados para a Documentação Específica.

2.2) Colaboração nos Planejamentos de Cursos e de Atividades Anexas.

2.3) Colaboração na Assistência Técnica às fases de Implantação, Execução, Contrôl e Apuração de Resultados dos Cursos.

2.4) Levantamento de dados para a Aplicação das Bôlsas de Estudo e para a Orientação Profissional de alunos e ex-alunos da F.G.V.

3. Levantamento de dados sobre a Assistência Técnica a outras Instituições de Ensino.

4. Levantamento de dados para as Pesquisas Técnico-Pedagógicas.

5. Colaboração na Orientação das Publicações Técnicas do Departamento de Ensino.

Coordenadores de Cursos (2) e Assessôres de Coordenador (2)

1. Atividades Gerais.

- 1.1) Confecção de Relatórios mensais sôbre a própria atuação e acêrca das principais ocorrências nos Cursos que coordena.

2. Atividades específicas.

- 2.1) Coordenação de: Programas, Provas e Atividades Extra-classe.
- 2.2) Seleção e indicação de Orientadores e Professôres.
- 2.3) Coordenação das reuniões do Corpo Docente.
- 2.4) Supervisão e Reajustamento de: Instalações e Material Didático; Organização de Horários; Orientação Didática e Serviços Administrativos.
- 2.5) Estudos e indicação de soluções de casos especiais que requeiram o pronunciamento dos Coordenadores.

Orientadores de Curso (4)

1. Atividades Gerais.

- 1.1) Confecção de Relatórios mensais sôbre a própria atuação e acêrca das principais ocorrências no Curso que orienta.

2. Atividades específicas.

- 2.1) Orientação e Contrôle de: Programas, Aulas, Apostilhas, Provas e Atividades Extra-Classe.
- 2.2) Entendimentos Pessoais com Professôres e alunos dos Cursos.
- 2.3) Orientação das reuniões do Corpo Docente.
- 2.4) Inspeção das Instalações; da utilização do Material Didático; do movimento das apostilhas; da atuação dos Auxiliares de Curso e da freqüência de Professôres e Alunos.
- 2.5) Assistência Técnica a professores e alunos.
- 2.6) Estudos e Indicação de Soluções de casos especiais, da alçada dos Orientadores.

Secretário (1)

- 1 . Supervisão da coleta, Sistematização e Divulgação dos da dos relativos aos Cursos.
- 2 . Supervisão do Fornecimento de Informações; das Inscrições; da Matrícula e da Organização material das Provas de Seleção e de Aproveitamento.
- 3 . Contrôles das providências relativas às Instalações Materiais; ao Movimento das Apostilhas e ao Encaminhamento do Material Didático.
- 4 . Contrôles das Fichas de Frequência de Professores e Alunos; da Atuação dos Auxiliares de Curso; das Fôlhas de Pagamento e das Guias de Cobrança.

Professores (117)

- 1 . Elaboração do Programa da respectiva disciplina.
- 2 . Minистраção de aulas e confecção de Apostilhas.
- 3 . Contrôles da Frequência e do Aproveitamento dos Alunos.
- 4 . Organização e julgamento de Trabalho, Provas e Atividades Extra-classe.
- 5 . Comparecimento às reuniões do corpo docente.
- 6 . Elaboração de Relatórios de fim de Período Letivo.

Auxiliares Administrativos (6)

- 1 . Coleta, Sistematização e Divulgação de Dados relativos aos Cursos.
- 2 . Fornecimento de Informações; Efetuação de Inscrições e Matrículas; Colaboração na Organização Material das Provas de Seleção e Aproveitamento.
- 3 . Providências relativas às Instalações Materiais; Movimento das Apostilhas e ao Encaminhamento do Material Didático.
- 4 . Levantamento das Fichas de Frequência de Professores e Alunos e preparo das Fôlhas de Pagamento e das Guias de Cobrança.
- 5 . Assistência Administrativa a Professores e Alunos.

Auxiliares de Curso - (4)

- 1 - Conservação, Preparo e Equipamento das Salas de Aula.
- 2 - Distribuição aos alunos de Carteiras de Matrícula, Apostilhas, Circulares, Material para as Provas, etc.
- 3 - Divulgação de Informações autorizadas pela Secretaria.
- 4 - Distribuição e Recolhimento das Fichas de Contrôlo da Frequência de Professôres e Alunos.
- 5-- Assistência Administrativa a Professores e Alunos, no que fôr de sua competência.

ANEXO VIII

- I - Cursos de Extensão Universitária da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil.

- II - Regulamentação das Bolsas de Estudo concedidas pela Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas.

I - CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA FACULDADE NACIONAL DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE DO BRASIL.

1. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

- 1.1 - O plano de cursos de extensão, ora proposto para a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, apresenta-se com caráter restrito, em consequência dos resultados da prática colhida em cursos de mesma natureza, realizados por outras Faculdades ou escolas da Universidade do Brasil.
- 1.2 - A experiência obtida, de fato, tem demonstrado que grande número de cursos ou cursos desenvolvidos são, de início, muito freqüentados, mas tendem a serem concluídos apenas por muito poucos.
- 1.3 - Como o objetivo que se tem em vista, na extensão universitária, é o de dar conhecimentos complementares ou subsidiários, sem finalidade de aplicação profissional imediata, o ensino correspondente dirige-se, em regra, a alunos adultos, que se encontram comprometidos em outros estudos regulares ou em atividades profissionais que os absorvem quase por completo.
- 1.4 - Daí a necessidade de, ao se planejar tais cursos, levar em conta esses fatores impeditores de uma aplicação integral do corpo discente, o que torna aconselhável organizar cursos de apenas uma disciplina, dada em caráter intensivo, e estendendo-se por um número limitado de meses.

1.5 - Dentro destas diretrizes são propostos os seguintes cursos:

1.51 - 1º Período

- 1.511 - Matemática Aplicada à Economia
- 1.512 - História Econômica do Brasil
- 1.513 - Economia Rural

1.52 - 2º Período

- 1.521 - Economia Matemática
- 1.522 - Geografia Econômica do Brasil
- 1.523 - Administração de Serviços de Utilidade Pública.

-:-

2. FINALIDADES DOS CURSOS

- 2.1 - O Curso de Matemática Aplicada à Economia visa dar a base matemática suficiente àquêles que se queiram dedicar ao estudo da Economia Matemática, ramo tão importante da Ciência Econômica e até hoje pouco estudado entre nós.
- 2.2 - O Curso de História Econômica do Brasil tem por objetivo focalizar a evolução da economia brasileira, fornecendo a perspectiva histórica indispensável à compreensão dos nossos problemas atuais, o que não pode ser feito com a devida minúcia e extensão pela cadeira de História Econômica - universal -, constante do currículo da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas.
- 2.3 - O Curso de Economia Rural há de propor-se a aplicar os conhecimentos da Ciência Econômica ao meio rural, salientando suas peculiaridades e os aspectos em que se apresenta com maior complexidade. Dentro dêste propósito, colaborará para o melhor conhecimento das questões cujo tratamento é exigido pela valorização do nosso interior.
- 2.4 - O Curso de Economia Matemática já teve sua importância assinalada, no sentido de estimular estudos nêsse campo.
- 2.5 - O Curso de Geografia Econômica do Brasil preencherá, em relação ao meio físico brasileiro, o que a cadeira de História Econômica do Brasil tentará fazer quanto ao "passado" da economia brasileira. De outro lado, virá também dar oportunidade de se analisar mais acuradamente o "ca

so brasileiro", o que, realmente, não pode ser tentado de forma satisfatória pela cadeira regular do currículo - a de Geografia Econômica.

- 2.6 - O Curso de Administração dos Serviços de Utilidade Pública virá preencher uma lacuna nos atuais cursos de administração existentes. Se, de um lado, o D.A.S.P. tem mantido cursos de Administração Pública e, de outro, a F.G.V. já iniciou o ensino no campo da administração comercial e industrial e se propõe, no próximo ano, a estender tal atuação aos aspectos municipal, bancário e agrícola, resta ainda o setor dos serviços de utilidade pública. Este deverá abranger três subdivisões a saber:

- 2.61 - Organização e administração dos Serviços de Utilidade Pública.
- 2.62 - Contabilidade aplicada aos Serviços de Utilidade Pública.
- 2.63 - Regime Jurídico dos Serviços de Utilidade Pública.

Devido a esta tri-partição, que a complexidade do assunto torna imprescindível, será de bom alvitre não confiar o curso a um único professor, mas sim a especialistas em cada um dos setores assinalados.

3. DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES RELATIVAS AOS CURSOS

3.1 - Curso de Matemática Aplicada à Economia

2 aulas semanais durante 3 meses (de 15 de março a 15 de junho). Número total de aulas: 25.

3.2 - Curso de História Econômica do Brasil

2 aulas semanais durante 3 meses (de 15 de março a 15 de junho). Número total de aulas: 25.

3.3 - Curso de Economia Rural

2 aulas semanais durante 3 meses (de 15 de março a 15 de junho). Número total de aulas: 25.

3.4 - Curso de Economia Matemática

2 aulas semanais durante 3 meses (de 15 de agosto a 15 de novembro). Número total de aulas: 25.

3.5 - Curso de Geografia Econômica do Brasil

2 aulas semanais durante 3 meses (de 15 de agosto a 15 de novembro). Número total de aulas: 25.

3.6 - Curso de Administração de serviços de Utilidade Pública

3 aulas semanais durante 3 meses (de 15 de agosto a 15 de novembro). Número total de aulas: 40.

4. REGULAMENTAÇÃO DOS CURSOS

- 4.1 - Epoca de Inscrição - De 15 de fevereiro a 15 de março, para os cursos do 1º período, e de 15 de julho a 15 de agosto, para os cursos do 2º período.
- 4.2 - Local de Inscrição - Reitoria da Universidade do Brasil.
- 4.3 - Condições de Inscrição - Apresentar certificado de curso secundário completo ou de curso equivalente: curso normal, curso técnico secundário ou curso técnico de comércio.
- 4.31 - Como exceção, poderão inscrever-se no curso de Administração de Serviços de Utilidade Pública, todos quantos pela atividade exercida tenham interesse imediato no aperfeiçoamento de seus conhecimentos nesse campo, feita a comprovação de tal atividade, mesmo quando não disponham de nenhum dos certificados discriminados acima.
- 4.4 - Exigências para o recebimento do certificado universitário:
- 4.41 - Ter presenças, no mínimo, em 2/3 do total de aulas dadas.
- 4.42 - Ter realizado um trabalho do estágio, a critério do professor da cadeira, em que tenha obtido nota superior a 6, numa escala de 10 pontos.
- 4.43 - Ter feito uma prova escrita final, na qual tenha obtido, no mínimo, nota 6 numa escala de 10 pontos.

5. PREVISAO ORÇAMENTARIA

- 5.1 - Esta previsão orçamentária basea-se no preço unitário de aula vigente na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas (cento e cinqüenta cruzeiros - Cr\$ 150,00 - por aula dada). É óbvio, então, que terá de ser modificada se tal preço fôr alterado no ano vindouro.
- 5.2 - O número de aulas, que serve de base ao cálculo, foi, em regra, acrescido de duas aulas, a fim de atender ao pagamento da realização e julgamento da prova final. Só em relação ao Curso de Administração de Serviços de Utilidade Pública é que tal número foi acrescido de seis aulas, para que caiba o mesmo pagamento a cada um dos especialistas que devem integrar o respectivo corpo docente.

-:-

PREVISÃO ORÇAMENTARIA

C U R S O S	Número de aulas	Custo total das aulas
Matemática Aplicada à Eco- nomia	27	Cr\$ 4.050,00
História Econômica do Bra- sil	27	Cr\$ 4.050,00
Economia Rural	27	Cr\$ 4.050,00
Economia Matemática	27	Cr\$ 4.050,00
Geografia Econômica do Bra sil	27	Cr\$ 4.050,00
Administração dos Serviços de Utilidade Pública.....	46	Cr\$ 6.900,00
T O T A L		Cr\$ 27.150,00

Visto e aprovado em 9/12/47

a) Luiz Alves de Matos.

II - REGULAMENTAÇÃO DAS BÔLSAS DE ESTUDO CONCEDIDAS PELA FACULDADE NACIONAL DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, EM COLABORAÇÃO COM A FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.1 - A Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, resolve conceder 6 (seis) Bôlsas de Estudo para o ano letivo de 1948.
- 1.2 - As Bôlsas de Estudo, previstas acima, serão no valor de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros) anuais por bôlsa, pagas em 10 (dez) prestações de Cr\$1.000,00 (mil cruzeiros), no primeiro dia útil dos meses de março a dezembro.
- 1.21 - No caso em que a medida relativa à concessão de bôlsas seja retomada em 1949 e nos exercícios seguintes, serão aquelas fixadas em Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros) ou Cr\$12.000,00 (doze mil cruzeiros), conforme se trate do primeiro ano em que o bolsista é contemplado (março a dezembro) ou de anos subsequentes (janeiro a dezembro).
- 1.3 - Os candidatos às bôlsas deverão requerê-las, por escrito, ao Diretor da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas no ato de inscrição ao exame de admissão.
- 1.4 - As bôlsas serão concedidas de acôrdo com as condições estabelecidas por esta regulamentação.

2. CONDIÇÕES PARA O RECEBIMENTO DAS BÔLSAS

2.1 - Os candidatos às Bôlsas de Estudo terão de preencher requisitos relativos a:

2.11 - Sanidade e capacidade física e mental.

2.12 - Comportamento, atitudes e interesses sociais e vocacionais.

2.13 - Preparo anterior e dedicação ao estudo.

2.2 - Sanidade e capacidade física e mental

2.12 - Além dos atestados de sanidade, exigidos por lei para ingresso nos cursos da F.N.C.E., os candidatos às bôlsas deverão vencer provas específicas que demonstrem:

2.211 - do ponto de vista físico - integridade orgânica e funcional e bom tonus vital;

2.212 - do ponto de vista mental - ausência de traços psicopáticos ou neuróticos e bom nível mental.

2.3 - Comportamento, atitudes e interesses sociais e vocacionais.

2.31 - Além do comprovante de idoneidade moral, já previsto pela lei, os candidatos às bôlsas terão de submeter-se a provas psicológicas aferidoras de atitudes e interesses sociais e vocacionais.

2.4 - Preparo anterior e dedicação ao estudo.

2.41 - Os candidatos às bôlsas deverão ter obtido no curso secundário média igual ou superior a 80 (oitenta).

2.42 - No exame de admissão à F.N.C.E. os candidatos às bôlsas deverão alcançar também mé

dia global igual ou superior a 80 (oitenta) e, por matéria exigida, média igual ou superior a 70 (setenta).

3. COMPROMISSO E DEVERES DOS BOLSISTAS

3.1 - Ao receberem a primeira prestação, os bolsistas deverão assumir, formal e efetivamente, compromissos e deveres relativos a:

3.11 - Tempo integral.

3.12 - Assiduidade e pontualidade.

3.13 - Participação e aproveitamento nas atividades curriculares e extra-curriculares.

3.14 - Atitude disciplinada e construtiva.

3.2 - Tempo integral

3.21 - Os beneficiários das Bôlsas não poderão exercer nenhuma atividade, remunerada ou não, em campo alheio ao direta ou indiretamente relacionado com o da F.N.C.E. e da F.G.V.

3.211 - Mesmo dentro dêste campo é vedada qualquer outra atividade que seja remunerada sob qualquer forma.

3.22 - Os bolsistas devem dedicar o máximo possível de tempo às atividades curriculares e extra-curriculares da F.N.C.E. e às atividades da F.G.V. que constarem do seu plano de trabalho.

3.23 - Qualquer inobservância em relação ao disposto nos itens acima acarretará a suspensão da bôlsa.

3.3 - Assiduidade e pontualidade

3.31 - Os bolsistas só podem faltar às aulas, ou a elas chegar atrasados, por motivo jus-

- 3.412,1 - pesquisa bibliográfica, respectiva sistematização e organização de fichário informativo referente ao assunto em estudo.
- 3.412,2 - pesquisa de campo, que segundo o tema e em função do que fôr estabelecido, constará de excursões ou visitas para observações e coleta de dados ou de estágios para aquisição de conhecimentos e experiência.
- 3.412,3 - análise, interpretação e conclusões dos estudos efetuados ou, pelo menos, relacionamento dos dados significativos colhidos.
- 3.42 - Caberá ainda ao bolsista a apresentação, dentro das normas estabelecidas, de relatórios mensais sobre os trabalhos executados e do relatório final de cada período letivo.
- 3.43 - O cumprimento das determinações do item 3.41 e suas subdivisões é essencial para a continuação do recebimento do benefício e será computado em primeiro lugar entre os requisitos que darão direito à recepção de outra bolsa em anos subsequentes.
- 3.5 - Atitude disciplinada e construtiva
- 3.51 - Qualquer atitude de indisciplina ou desrespeito graves às normas de boa conduta social, quer dentro da faculdade quer fora dela, será motivo suficiente para a suspensão do benefício.

3.511 - Tal medida será tomada logo que o in
quérito procedido a respeito por 2
professôres da F.N.C.E. e um técnico
da F.G.V., indicados e presididos pe
lo Diretor da faculdade, evidencie a
existência e a gravidade da culpa.

-:-

ANEXO IX

- I - CURSOS SOLICITADOS PELO CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

- II - CURSO SOLICITADO PELA SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.

- III - CURSO SOLICITADO PELO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE.

- IV - CURSOS SOLICITADOS PELO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE.

I - CURSOS SOLICITADOS PELO
CONSELHO NACIONAL DE IMI
GRAÇÃO E COLONIZAÇÃO.

PLANO DOS CURSOS DE IMI
GRAÇÃO E COLONIZAÇÃO.

1. - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
2. - DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES DE
CLASSE E EXTRA-CLASSE
3. - REGULAMENTAÇÃO DOS CURSOS
4. - ORCAMENTO DOS CURSOS
5. - CORPO DOCENTE DO 1º PERÍODO DOS
CURSOS TÉCNICOS
6. - ANEXOS:
 - 6.1 - Anexo 1 - ofício nº 2 407/100.1
do C.I.C.
 - 6.2 - Anexo II - currículo do curso
do D.A.S.P.
 - 6.3 - Anexos III, IV, V e VI - Discri-
minação dos orçamentos dos
Cursos.
 - 6.4 - Anexos VII, VIII a) e VIII b),
IX, X, XI, XII e XIII progra
mas das disciplinas do 1º Pe
ríodo dos Cursos Técnicos.
 - 6.5 - Anexos XIV, XV e XVI - progra
mas dos vestibulares de:
História do Brasil;
Geografia do Brasil;
Línguas estrangeiras.

1. EXPOSICAO DE MOTIVOS

1.1 - O Departamento de Ensino da Fundação Getúlio Vargas, atendendo ao pedido do Exmo. Snr. Presidente do Conselho de Imigração e Colonização, constante do ofício nº 2 407/100.1 de 14 de outubro de 1 947 (anexo I), referente à criação de "cursos de técnicos em imigração, colonização e demografia e assimilação", apresenta o seguinte plano, precedido das considerações sugeridas pelo estudo do assunto e que fundamentaram e orientaram a estruturação do mesmo.

1.2 - Os cursos propostos vêm preencher uma lacuna sensível na formação de especialistas no as assunto, embora o Departamento Administrativo do Serviço Público tenha organizado, no corrente ano, um curso de "Imigração e Colonização". Este, todavia, tanto no que diz respeito à extensão, quanto pelo número limitado de disciplinas que integram o seu currículo, distancia-se bastante do que o Conselho de Imigração e Colonização, em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, se propõe realizar neste setor. Tal curso compreende três cadeiras genéricas - i. e., não aplicadas especificamente ao problema em questão - e uma única disciplina cujo objetivo corresponde ao título do curso. A fim de melhor poderem ser avaliadas as diferenças de estrutura e de âmbito de propósitos existentes entre o referido curso do D.A.S.P. e os cursos que o Dp.E. da F.G.V. propõe, daremos em anexo (ane

xo II) o currículo do curso do D.A.S.P.

1.3 - Tentando, agora, conquanto sumariamente, enumerar os motivos que justificam a colaboração da F.G.V., tanto em relação à organização de cursos, como em função de quaisquer outras modalidades de assistência técnica ou de cooperação ao C.I.C., basta salientar que os problemas de Imigração e Colonização são de interesse nacional imediato e se apresentam de forma tão complexa que estão a exigir a contribuição de todos os brasileiros esclarecidos e de boa vontade.

1.31 - Quanto à afirmativa de que a questão é de "interesse nacional imediato" é suficiente salientar que:

1.311 - de um lado, a densidade demográfica e a qualidade dos componentes da população de um determinado país ou de uma dada região afetam toda a organização política, social e econômica do país ou da região considerados;

1.312 - dentro de outra ordem de idéias, a humanidade está vivendo uma fase na qual há grandes possibilidades de incrementar e orientar movimentos migratórios. Estes podem solucionar ou agravar as situações tanto dos países imigrantistas, quanto dos que se vêem a braços com problemas de correntes do excesso de população.

1.32 - Já em relação à "complexidade" das questões a serem consideradas, cumpre-nos frisar que

todos os aspectos referentes às relações entre os grupos sociais; entre os indivíduos que compõem esses grupos; e entre o elemento humano e os diversos quadros regionais de vem ser estudados, avaliados e solucionados antes de se propor diretrizes à política imigratória ou abonar normas para a respectiva execução.

1.4 - Estruturação dos cursos.

1.41 - Embora tenha sido sugerida a organização de três cursos - técnicos em imigração, colonização, demografia e assimilação - o Dp.E. da F.G.V. propõe uma estruturação algo diversa, compreendendo:

1.411- Curso Técnico de Imigração;

1.412- Curso Técnico de Colonização;

1.413- Curso de Especialização em Imigração e Colonização.

1.42 - Os cursos técnicos de Imigração e Colonição serão de nível idêntico e se estenderão por dois períodos letivos de três meses cada um.

1.421 - O currículo do 1º Período será comum a ambos os cursos, visando dar uma formação geral, básica, idêntica aos dois tipos de técnicos.

1.422 - Já no 2º Período os currículos serão diferenciados em função de cada uma das especializações.

1.43 - O Curso de Especialização em Imigração e Colonização efetuar-se-á em três mê

ses e só será franqueado aos que tiverem terminado um dos cursos técnicos, visto constituir um curso de nível mais elevado do que os anteriores.

1.5 - Objetivos dos cursos.

1.51 - Os objetivos dos cursos técnicos (1.411 e 1.412) abrangerão os correspondentes à tripartição de cursos sugerida pela circular do Exm^o Sr. Presidente do C.I.C., não sendo, portanto, necessária, dentro do mesmo nível, uma sub-divisão maior. Se, de um lado, cabe ao técnico em Imigração coordenar e superintender todos os serviços relacionados com a Imigração - recrutamento, seleção, transporte, entrada, hospedagem e distribuição - de outro lado, cabe ao técnico em colonização a coordenação e supervisão das demais etapas - colocação e assimilação.

1.511 - Prever maior número de especializações seria, talvez, no momento, uma antecipação prematura de necessidades que só futuramente poderão surgir. Mais tarde, todavia, poderá ser objeto de cogitação uma discriminação maior, desde que os campos de aplicação se desenvolvam de modo a exigir maior subdivisão do trabalho e correspondente formação de técnicos.

1.512 - Estas especializações, de âmbito mais amplo, permitirão ainda, que, qualquer

que seja a estrutura do órgão técnico centralizador criado, haja sempre possibilidades de ajustar os elementos formados por tais cursos aos diversos setores que compuserem o órgão em aprêço; isto, porque, é de fácil aceitação a divisão do assunto em seus dois aspectos fundamentais: Imigração - Colonização.

1.513 - Os outros campos de especialização sugeridos - e grupados sob a denominação de "técnicos em demografia e assimilação" - apresentam características próprias que não equivalem, tanto em extensão, como em compreensão, à "Imigração" ou a "Colonização".

1.513,1 - Os estudos demográficos não são da alçada de outros órgãos da administração pública ou para estatal e, em relação ao problema de Imigração e Colonização, servem, sobretudo, para orientar àqueles que forem chamados a colaborar no estabelecimento da política imigratória do país, portanto, a técnicos de mais alta categoria.

1.513,2 - Quanto aos estudos de assimilação, constituem apenas o aspecto social de um problema mais lato - o da "aculturação" - que será o centro, em torno do qual

há de girar a formação dos técnicos em Colonização.

- 1.52 - O Curso de Especialização em Imigração e Colonização procuraria atender a propósitos mais elevados e complexos do que os estabelecidos para os cursos técnicos. Visaria fornecer, aos já formados por estes cursos, conhecimentos e técnicas que lhes permitiriam propulsar e renovar os diversos aspectos executivos dos seus respectivos campos de especialização; e, mais do que isso, os orientaria no sentido da pesquisa social, a fim de, por meio desta, pôr ao alcance dos dirigentes da nação dados objetivos referentes a todas as questões que, direta ou indiretamente, condicionam a Imigração e Colonização.

1.6 - CURRÍCULO DOS CURSOS TÉCNICOS

- 1.61 - O currículo do 1º Período letivo, como já foi dito, é comum aos dois cursos. Compreende cadeiras que visam situar o problema no tempo e no espaço e disciplinas que servirão de base às cadeiras especializadas ou aplicadas do 2º Período.
- 1.62 - Este currículo é integrado pelas seguintes cadeiras:
- 1.621 - História da Imigração e da Colonização no Continente Americano;
 - 1.622 - Geografia Regional dos Países Migrantistas;
 - 1.623 - Legislação comparada sobre Imigração e Colonização;

- 1.624 - Problemas Sociais Contemporâneos;
- 1.625 - Princípios de Organização e Administração Pública;
- 1.626 - Fundamentos de Psicologia;
- 1.627 - Fundamentos de Antropologia.
- 1.621 - História da Imigração e da Colonização no Continente Americano. Esta perspectiva histórica foi delimitada ao continente americano, a fim de evitar que haja grandes delongas em períodos ou regiões muito afastadas da época atual e do meio brasileiro, sem, no entanto, cair num imediatismo condenável de apenas estudar o "nosso caso", na "nossa época". A experiência da Norte América, tanto quanto a dos países hispano-americanos, é de grande proveito para a compreensão da "nossa" experiência. Todavia, o que foi dito acima não implica na colocação, em segundo plano, de aspecto brasileiro. Ao Brasil caberá, aproximadamente, a metade do número de aulas previsto.
- 1.622 - Geografia Geral e Regional dos Países Migrantistas. Esta cadeira deve focalizar as interrelações do Homem e seu "habitat" quanto aos principais países migrantistas. Tanto nos interessa conhecer o condicionamento geográfico dos novos "settlements", como as raízes que porventura prendem o

ádvena à sua antiga paisagem.

- 1.623 - Legislação comparada sôbre Imigração e Colonização. Ainda nesta cadeira interessa um estudo comparativo dos códigos que regulam os movimentos de população, tanto nos países de emigração, como nos de imigração; o conhecimento de ambos será fundamental para a orientação de nossa política imigratória e conseqüente legislação.
- 1.624 - Problemas Sociais Contemporâneos. Compreenderá a análise das principais questões políticas, econômicas, religiosas, familiares, etc., que mais fundamentalmente repercutem no problema da Imigração e Colonização.
- 1.625 - Princípios de Organização e Administração Pública. Cadeira de fundamentação para as disciplinas que estudam a organização e a administração dos serviços.
- 1.626 - Fundamentos de Psicologia, e
- 1.627 - Fundamentos de Antropologia. Disciplinas que fornecerão a base indispensável às seguintes cadeiras de aplicação do 2º Período: Seleção e Orientação dos Imigrantes e Estudos e Pesquisas de Aculturação.

1.63 - CURRÍCULO DO 2º PERÍODO DOS CURSOS TÉCNICOS

1.631 - Curso Técnico de Imigração:

- 1.631,1 - Organização e Administração dos

Serviços de Imigração;

1.631,2 - Seleção e Orientação dos Imigrantes;

1.631,3 - Mercado de Trabalho e Legislação Trabalhista.

1.632 - Curso Técnico de Colonização:

1.632,1 - Organização e Administração dos Serviços de Colonização;

1.632,2 - Estudos e Pesquisas de Aculturação;

1.632,3 - Economia Rural

1.633 - Organização e Administração dos Serviços de Imigração. Abrangendo aulas teóricas - dadas pelos chefes ou funcionários graduados dos diversos serviços - estágios e visitas, orientados por aqueles chefes ou funcionários.

1.634 - Seleção e Orientação dos Imigrantes . Compreendendo aulas teóricas, seminários e estágios no Instituto de Seleção e Orientação Profissional da F.G.V. Estes estágios serão diretamente assistidos pelos chefes das diferentes seções do I.S.O.P.

1.635 - Mercado de Trabalho e Legislação Trabalhista. Cadeira que dará os fundamentos teóricos e a orientação prática para a direção do levantamento e da utilização do cadastro de mão de obra, nos seus aspectos fundamentais de oferta e procura. Fornecerá, também, os elementos relativos à Legislação Trabalhista, in

indispensáveis à orientação dos imigrantes.

1.636 - Organização e Administração dos Serviços de Colonização. Além das aulas teóricas, abrangerá estágios, tanto na Divisão de Terras e Colonização -serviço central -, como nos diversos núcleos industriais, agro-industriais e agrícolas.

1.637 - Estudos e Pesquisas de Aculturação . Cadeira que, como já foi salientado , inclui o estudo da "assimilação".Efetuar-se-á através de aulas teóricas , seminários e pesquisas dirigidas.

1.638 - Economia Rural - Esta disciplina deverá esclarecer as questões econômicas em função do meio rural, com o fim de fundamentar a ação orientadora dos técnicos em colonização no tocante à organização e direção dos núcleos coloniais.

1.64 - CURRÍCULO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

1.641 - Técnica de Planejamento de Serviços;

1.642 - Técnica de Pesquisa Social;

1.643 - Estatística Demográfica e Econômica;

1.644 - Problemas de Política Internacional;

1.641 - Técnica de Planejamento de Serviços.

Estudada através de aulas teóricas e trabalhos práticos diretamente assistidos pelo mestre.

1.642 - Técnica de Pesquisa Social. Dentro da

orientação da cadeira anterior.

1.643 - Estatística Demográfica e Econômica.

Disciplina de aplicação, que pressupõe o conhecimento do método estatístico, o que torna aconselhável a exigência de uma cadeira de estatística como condição de admissão a este curso.

1.644 - Problemas de Política Internacional ,
em palestras semanais.

- 1.65 - Como o conhecimento de línguas estrangeiras é de grande utilidade, exigir-se-á dos candidatos aos cursos exames de admissão, dos quais constarão duas línguas vivas: uma néo-latina (francês, castelhano ou italiano) e outra anglo-germânica (inglês ou alemão). Para o aperfeiçoamento de tais conhecimentos, os alunos serão aconselhados a seguir os cursos de línguas que a própria F.G.V. mantém. Esta sugestão estender-se-á à cadeira de Estatística, exigida dos candidatos ao Curso de Especialização em Imigração e Colonização.
- 1.7 - A seleção e denominação das disciplinas, que compõem os currículos propostos, foram debatidos pelos técnicos do Dp.E da F.G.V., sob a direção de seu Diretor e pelos técnicos do Dp.O que se ocupam, no momento, com os aspectos administrativos relacionados com a Imigração e Colonização, sob a orientação do Diretor Executivo da mesma instituição.
- 1.71 - Foram ainda ouvidos o Presidente do Conse-

lho de Imigração e Colonização, Sr. Ministro Jorge Latour, o Diretor do Departamento Nacional de Imigração, Dr. Péricles de Mello Carvalho, e os professores Artur Ramos e Hilgard Sternberg acêrca de questões que foram julgadas necessárias esclarecer e que se encontram dentro do âmbito de suas atividades ou de seus estudos especializados.

-:-

2.1) Curso Técnico de Imigração
2.2) Curso Técnico de Colonização

2.11) - 2.21) 1º Período (Currículo comum aos dois cursos),.

DISCIPLINA	Número de aulas semanais	Número de aulas mensais	Número de meses do 1º período	Número máximo de aulas do 1º período	Número mínimo de aulas do 1º período
2.111) - 2.211) História da Imigração e da Colonização do Continente Americano	2	9	3	27	24
2.112) - 2.212) Geografia Geral e Regional dos Países Migrantistas	2	9	3	27	24
2.113) - 2.213) Legislação comparada sobre Imigração e Colonização	2	9	3	27	24
2.114) - 2.214) Problemas Sociais Contemporâneos	1	5	3	15	12
2.115) - 2.215) Princípios de Organização e Administração Pública	1	5	3	15	12
2.116) - 2.216) Fundamentos de Psicologia	2	9	3	27	24
2.117) - 2.217) Fundamentos de Antropologia	2	9	3	27	24
TOTAL	12	55	-	165	144

D I S C I P L I N A S	NÚMERO SEMANAL DE			NÚMERO SEMANAL DE			Nº DE MESES DO 2º PERÍODO	NÚMERO MÁXIMO DE			NÚMERO MÍNIMO DE		
	AULAS	SEMINÁRIOS	HORAS DE ESTÁGIO	AULAS	SEMINÁRIOS	HORAS DE ESTÁGIO		AULAS	SEMINÁRIOS	HORAS DE ESTÁGIO	AULAS	SEMINÁRIOS	HORAS DE ESTÁGIO
2.121) Organização e Administração dos Serviços de Imigração	1	-	3	5	-	13,5	3	15	-	40,5	12	-	36
2.122) Seleção e Orientação dos Imigrantes	2	1	3	9	5	13,5	3	27	15	40,5	24	12	36
2.123) Mercado de Trabalho e Legislação Trabalhista	2	-	-	9	-	-	3	27	-	-	24	-	-
T O T A L	5	1	6	23	5	27	9	69	15	81	60	12	72

2.22) - 2º Período (Técnicos em Colonização)

D I S C I P L I N A S	NÚMERO SEMANAL DE			NÚMERO SEMANAL DE			Nº DE MESES DO 2º PERÍODO	NÚMERO MÁXIMO DE			NÚMERO MÍNIMO DE		
	AULAS	SEMINÁRIOS	HORAS DE ESTÁGIO	AULAS	SEMINÁRIOS	HORAS DE ESTÁGIO		AULAS	SEMINÁRIOS	HORAS DE ESTÁGIO	AULAS	SEMINÁRIOS	HORAS DE ESTÁGIO
2.221) Organização e Administração dos Serviços de Colonização	1	1	3	5	-	13,5	3	15	-	40,5	12	-	36
2.222) Estudos e Pesquisas de Aculturação	2	1	3	9	5	13,5	3	27	15	40,5	24	12	36
2.223) Economia Rural	2	-	-	9	-	-	3	27		4	24		36
T O T A L	5	1	6	23	5	27	-	69	15	81	60	12	72

2.3) CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

2.31) 1º Período Letivo de 3 meses

DISCIPLINAS	NÚMERO SEMANAL DE AULAS		NÚMERO MENSAL DE AULAS		NÚMERO DE MESES	NÚMERO MÁXIMO DE AULAS		NÚMERO MÍNIMO DE AULAS	
	TEÓRICAS	PRÁTICAS	TEÓRICAS	PRÁTICAS		TEÓRICAS	PRÁTICAS	TEÓRICAS	PRÁTICAS
2.311) Técnica de Planejamento de Serviços	1	3	4,5	13,5	3	13,5	40,5	12	36
2.312) Técnica de Pesquisa Social	2	3	9	13,5	3	27	40,5	24	36
2.313) Estatística Demográfica e Econômica	2	-	9	-	3	27	-	24	-
2.314) Problemas de Política Internacional	1	-	4,5	-	3	13,5	-	12	-
TOTAL	6	6	27	27	-	81	81	72	72

3. REGULAMENTAÇÃO DOS CURSOS

3.1 - Calendário Escolar

3.11 - Curso Técnico de Imigração e Curso Técnico de Colonização.

3.111 - 1º Período Letivo - (1948)

De 1 a 15 de março: período de inscrição.

De 16 a 31 de março: exames de admissão e época de matrícula

De 1 de abril a 30 de junho - período de aulas.

De 1 a 15 de julho: período de provas.

De 16 a 31 de julho: período de férias.

3.112 - 2º Período Letivo - (1948)

De 1 de agosto a 31 de outubro: período de aulas.

De 1 a 15 de novembro: período de provas.

3.12 - Curso de Especialização em Imigração e Colonização - (1949)

De 15 a 28 de fevereiro - período de inscrição e matrícula.

De 1 de março a 31 de maio - período de aulas.

De 1 a 15 de junho - período de provas.

3.2 - Distribuição das horas de trabalho

3.21 - Em qualquer um dos cursos haverá 12 horas de trabalho semanal obrigatório, distribuídas por 4 dias na semana.

3.22 - No 2º período letivo dos cursos Técnicos e no curso de Especialização os alunos deverão dedicar a visitas, estágios e pesqui

sas horas de trabalho suplementares a serem estabelecidas pelos professores das diversas cadeiras que integram os cursos.

3.23-A distribuição das atividades diretamente orientadas pelos professores obedecerá ao constante nos quadros: 2.11) - 2.12) - 2.21) - 2.22) - 2.31).

3.24- As 12 horas de trabalho semanal obrigatório serão organizadas dentro do seguinte horário:

8h	às	8h 50m
8h 55m	às	9h 45m
9h 50m	às	10h 40m

3.3 - Condições de Inscrição e Matrícula

3.31 - Nos cursos Técnicos:

3.311 - Ter idade mínima de 18 anos.

3.312 - Apresentar atestado de vacina e prova de não ser portador de doença infecto-contagiosa.

3.313 - Apresentar comprovante de preparo mínimo indispensável, de acordo com uma das duas seguintes modalidades:

3.313,1 - Apresentar certificado de conclusão de Curso Secundário (completo) ou de curso equivalente (Curso Comercial Técnico, Curso Normal, etc.);

3.313,2 - Apresentar comprovante de estar exercendo cargo técnico em qualquer setor de atividade relacionado com a Imigração e Colonização.

3.314 - Conseguir aprovação em tódas as disciplinas que constam do exame de admissão, a saber:

3.341 - História do Brasil

3.342 - Geografia do Brasil

3.343 - Francês, Castelhana ou Italiano

3.344 - Inglês ou Alemão

3.315 - Ficam isentos de prestar exame em uma ou mais disciplinas constantes do item anterior os candidatos que já tenham nelas sido aprovados em exames vestibular de escola superior.

2.32 - No Curso de Especialização

3.321 - Ter idade mínima de 21 anos.

3.322 - Ter concluído, com média final igual ou superior a 80, o Curso Técnico de Imigração ou o Curso Técnico de Colonização.

3.323 - Apresentar comprovante de ter feito, com bom aproveitamento, um curso de Estatística, ou de ter prestado exame vestibular em escola superior de tal disciplina ou, ainda, ser aprovado no exame desta disciplina organizado para este fim.

3.4 - Orientação Didática

3.41 - Serão evitadas as aulas exclusivamente teóricas, exigindo-se o maior número possível de atividades realizadas pelos alunos.

3.42 - As aulas predominantemente teóricas serão acompanhadas de apostilha, contendo a súmula das mesmas: material documentário suplementar.

mentar, gráficos, esquemas, sumários, etc., em função do assunto de cada aula.

- 3.43 - Os seminários e as aulas práticas serão acompanhadas de apostilha, sempre que se fizer necessário fornecer aos alunos dados informativos ou normas de trabalho.
- 3.44 - Nas cadeiras que incluem visitas, estágios ou pesquisas serão exigidos relatórios acerca daquelas atividades, cujas notas entrarão no cômputo da nota mensal. Nas demais serão também computadas na média mensal os exercícios ou tarefas marcadas pelos professores.
- 3.45 - No fim de cada período letivo e no fim de cada curso realizar-se-ão provas escritas ou práticas, de acordo com o teor de cada disciplina.
- 3.46 - A turma do 1º Período Letivo (comum aos dois cursos técnicos) terá, no máximo, 60 alunos, e as demais turmas, correspondentes ao 2º Período Letivo dos Cursos Técnicos e ao Curso de Especialização, terão, no máximo, 30 alunos.
- 3.5 - Critérios e graus de aprovação
- 3.51 - Serão considerados aprovados os alunos que tiverem satisfeito as seguintes exigências:
- 3.511 - Ter freqüência em $2/3$ das aulas dadas em cada disciplina;
- 3.512 - Ter obtido média final por disciplina igual ou superior a 50 e média final global igual ou superior a 60.
- 3.512,1 - A média final por disciplina é a média aritmética dos seguintes va

lores:

3.512,21 - média mensal

3.512,22 - nota da prova final

1.512,2 - A média final global é a média aritmética das médias finais das diversas disciplinas do curso.

3.52 - No exame vestibular a nota de aprovação por disciplina é 50 e a média de aprovação é 60.

3.6 - Certificados de aprovação.

3.61 - Aos alunos aprovados em um dos Cursos Técnicos ou no Curso de Especialização serão fornecidos certificados de terminação do curso respectivo, expedidos em comum pelo Conselho de Imigração e Colonização e pela Fundação Getúlio Vargas.

3.7 - Taxa de matrícula e mensalidades

3.71 - Por ocasião da matrícula será cobrada, de cada aluno, a taxa de CR\$ 100,00 (cem cruzeiros).

3.72 - As mensalidades dos cursos são:

3.721 - Cursos Técnicos - CR\$ 60,00

3.722 - Curso de Especialização - CR\$ 90,00

3.73 - As apostilhas das aulas, nas diversas disciplinas, poderão ser obtidas pelo seu preço de custo pelos alunos regularmente matriculados.

4. ORÇAMENTO DOS CURSOS

4.1 - Custo do 1º Período, comum aos Cursos Técnicos (anexo III)	CR\$ 77.932,00
4.2 - Custo do 2º Período do Curso Técnico de Imigração (anexo IV)	CR\$ 62.097,00
4.3 - Custo do 2º Período do Curso Técnico de Colonização (anexo V)	CR\$ 62.097,00
4.4 - Custo do Curso de Especialização em Imigração e Colonização (Anexo VI)	CR\$ 79.534,00
4.5 - Orientação dos cursos - (a CR\$ 1.000,00 mensais)	
4.51 - 1º Período dos Cursos Técnicos	CR\$ 4.000,00
4.52 - 2º Período do Curso Técnico de Imigração	CR\$ 4.000,00
4.53 - 2º Período do Curso Técnico de Colonização	CR\$ 4.000,00
4.54 - Curso de Especialização ..	CR\$ 4.000,00
4.6 - Exame de admissão	
4 disciplinas a CR\$ 250,00...	CR\$ <u>1.000,00</u>
Total	298.660,00

5. CORPO DOCENTE DO 1º PERÍODO DOS CURSOS TÉCNICOS

- 5.1 - História da Imigração e da Colonização no Continente Americano - Prof. Eremildo Viana.
- 5.2 - Geografia Geral e Regional dos Países Migrantistas -
 - 5.21 - do Brasil - Prof. Hilgard Sternberg
 - 5.22 - Dos países emigrantistas - Prof. Delgado de Carvalho.
- 5.3 - Legislação Comparada sobre Imigração e Colonização - Prof. Oscar Tenório.
- 5.4 - Problemas Sociais Contemporâneos - Prof. Luiz Aguiar da Costa Pinto.
- 5.5 - Princípios de Organização e Administração Pública - Prof. Custódio Sobral Martins de Almeida.
- 5.6 - Fundamentos de Psicologia - Prof. Ary de Castro Fernandes.
- 5.7 - Fundamentos de Antropologia - Prof. Artur Ramos.

C Ó P I A

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Nº 2 407/100.1

Rio de Janeiro, DF

Reestruturação do C.I.C.

Em 14 de outubro 1947.

Sr. Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, para em aditamento ao ofício n. 2 406/100.1 de hoje datado, confirmar os termos da conferência mantida com Vossa Excelência a 9 do corrente, com o fim de dar cumprimento aos pontos ns. I e II do despacho reservado do dia 6 d'este mesmo mês, do Senhor Presidente da República, relativos à reestruturação da Secretaria do Conselho de Imigração e Colonização e criação de carreiras técnicas para os seus quadros.

2. Como Vossa Excelência se recordará, ficaram assentes as seguintes medidas:

- I - Vossa Excelência designaria o Senhor Dr. Jorge Oscar de Melo Flôres, para entender-se comigo, na Presidência do Conselho, de modo a ser estudado o melhor método de compôr a reestruturação da Secretaria do C.I.C., nela organizando-se, ao mesmo tempo, a secção técnica, em forma a serem atendidas convenientemente as iniciativas e estudos oficiais a cargo da Presidência do Conselho, Igualmente ficaria

A Sua Excelência o Senhor Luiz Simões Lopes,
Presidente da Fundação Getulio Vargas.

previsto, para êsses efeitos, a criação do quadro administrativo suplementar e o técnico necessário a essa reorganização.

- II - Seriam organizados os cursos de técnicos em imigração, colonização e demografia e assimilação, bem assim, seria traçado um esboço de plano, em condições de servir de base aos estudos e programas dos cursos e do Instituto de Orientação e Seleção Profissional. Esse esboço seria, igualmente, assente, em seus pontos principais e gerais, e um cumais encontros entre o Presidente do C.I.C.e o Dr. Flôres.

3. A designação do Dr. Jorge Oscar de Melo Flôres para os fins indicados já foi feita por Vossa Excelência, e, na presente semana, serão iniciadas as conversas e exame das questões a que se refere os ns. I e II acima indicados.

4. Congratulando-me com Vossa Excelência pelo início dessa colaboração, que poderá produzir os melhores resultados, agradeço a Vossa Excelência a presteza com que me acolheu para o desempenho dêsses encargos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha alta estima e mais distinta consideração.

a. Jorge Latour
Presidente

CURSO DO D.A.S.P.

SUBSECCAO - B-II

- 201 - Direito Constitucional e Administrati-
vo
- 202 - Administração de Pessoal
- 203 - Organização de Serviços
- 212 - Imigração e Colonização

-:-

Duração: - 3½ meses - Número de cadeiras - 7

Aulas - Semanais - 13 Apostilhas - Semanais - 13
 Mensais - 58,5 Mensais - 58,5
 Anuais - 205 Anuais - 205

VERBA I - <u>Pessoal.</u>	T O T A L			VERBA II - <u>Material</u>	T O T A L		
	Mensal	Anual	Total		Mensal	Anual	Geral
03 - <u>Gratificação</u> Pagamento dos professores a Cr\$.... Cr\$100,00 por aula	5.850,00	20.500,00		01 - <u>Consumo</u> Stencil..... Cr\$ 2,04 Duplimat..... Cr\$ 4,00 Pap.absorvente Cr\$ 0,0667 Pap.Duplimat. Cr\$ 0,09		1.693,20 368,00 11.072,20 1.656,00	14.789,40
04 - <u>Tarefas</u> Pagamento dos professores a Cr\$.... Cr\$50,00 por apostila	2.925,00	10.250,00	30.750,00	02 - <u>Permanente</u> Livros Carteiras escolares		12.000,00 13.500,00	
				01 VERBA IV : <u>Encargos</u>			25.500,00
				01 - <u>Contribuições</u>		1.845,00	1.845,00
				VERBA V - <u>Despesas Gerais</u>			
				01 - Publicidade 4%		2.997,40	
				04 - <u>Excursões e visitas</u>		2.050,00	5.047,40

Resumo: - 1 Pessoal..... 30.750,00
 2 Material..... 40.289,40
 4 Encargos..... 1.845,00
 5 Desp. Gerais..... 5.047,40

77.931,80 + 1,20

TÉCNICO EM IMIGRAÇÃO

Duração: - 3 1/2 meses - Número de Cadeiras - 3

<u>Aulas</u> - Semais - 9	<u>Apostilhas</u> - Semais - 9
Mensais - 40,5	Mensais - 40,5
Anuais - 142	Anuais - 142

VERBA I - Pessoal	TOTAL			VERBA II - Material	TOTAL		
	Mensal	Anual	Geral		Mensal	Anual	Geral
03 - <u>Gratificações</u> Pagamento dos professores a Cr\$100,00 por aula	4.050,00	14.175,00		01 - <u>Consumo</u> Stencil Cr\$ 2,04 Duplimat..... Cr\$ 4,00 Papel absor- vente..... Cr\$ 0,0667 Papel p/ Du- plimat..... Cr\$ 0,09	335,10 73,10 2.191,60 300,60	1.173,00 256,00 7.670,50 <u>1.152,00</u>	10.251,50
04 - <u>Tarefas</u> Pagamento dos professores a Cr\$50,00 por apostila	2.025,00	<u>7.087,50</u>	21.262,50	02 - <u>Permanente</u> Livros Cart. escolares VERBA IV - Encargos 01 - <u>Contribuições</u> VERBA V - Desp. Gerais 01 - <u>Publicidade</u> 4% 04 - <u>Excursões e visitas</u>		12.000,00 <u>13.500,00</u> 1.275,80 2.388,30 <u>1.417,50</u>	25.500,00 1.275,80 3.805,80

Resumo: - 1 Pessoal Cr\$ 21.262,50
2 Material Cr\$ 35.751,50
4 Encargos Cr\$ 1.275,80
5 Despesas Gerais Cr\$ 3.805,80
Cr\$ 62.095,60 + 1,40

TÉCNICO EM COLONIZAÇÃO

Duração: - 3 1/2 meses - Número de Cadeiras - 3

<u>Aulas</u> - Semanais - 9	<u>Apostilas</u> - Semanais - 9
Mensais - 40,5	Mensais - 40,5
Anuais - 142	Anuais - 142

VERBA I - Pessoal	TOTAL			VERBA II - Material	TOTAL		
	Mensal	Anual	Geral		Mensal	Anual	Geral
03 - <u>Gratificações</u> Pagamento de professores a Cr\$100,00 por aula	4.050,00	14.175,00		01 - <u>Consumo</u> Stencil Cr\$ 2,04 Duplimat Cr\$ 4,00 Papel absorvente Cr\$ 0,0667 Papel p/ dupli- mat Cr\$ 0,09	335,10 73,10 2.191,60 300,60	1.173,00 256,00 7.670,50 1.152,00	
04 - <u>Tarefas</u> Pagamento dos professores a..... Cr\$ 50,00 por apostila .	2.025,00	-7.087,50	21.262,50	02 - <u>Permanente</u> Livros Cart. Escolares VERBA IV - Encargos 01 - <u>Contribuições</u> VERBA V - Desp. Gerais 01 - <u>Publicidade</u> 4% 04 - <u>Excursões e Visitas</u>		12.000,00 13.500,00 1.275,80 2.388,30 1.417,50	25.500,00 1.275,80 3.805,80

Resumo: - 1 Pessoal Cr\$ 21.262,50
 2 Material..... Cr\$ 35.751,50
 4 Encargos Cr\$ 1.275,80
 5 Despesas Gerais Cr\$ 3.805,80
 Cr\$ 62.095,60 + 1,40

ESPECIALIZAÇÃO EM IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Duração: - 3 1/2 meses - Número de Cadeiras - 3

<u>Aulas</u> - Semanais - 12	<u>Apostilas</u> - Semanais - 12
Mensais - 54	Mensais - 54
Anuais - 189	Anuais - 189

VERBA I - Pessoal	T O T A L			VERBA II - Material	T O T A L		
	Mensal	Anual	Geral		Mensal	Anual	Geral
03 - <u>Gratificações</u> Pagamento dos professores a Cr\$130,00 por aula	7.020,00	24.570,00		01 - <u>Consumo</u> Stencil Cr\$ 2,04 Duplimat..... Cr\$ 4,00 Papel absor- vente Cr\$ 0,0667 Papel p/Dupli- mat Cr\$ 0,09		1.560,60 340,00 10.205,10 <u>1.530,00</u>	13.635,70
04 - <u>Tarefas</u> Pagamento dos professores a Cr\$60,00 por apostila	3.240,00	<u>8.100,00</u>	32.670,00	02 - <u>Permanente</u> Livros Cart. Escolares VERBA IV - Encargos 01 - <u>Contribuições</u> VERBA V - Desp. Gerais 01 - <u>Publicidade</u> 4% 04 - <u>Excursões e Visitas</u>		12.000,00 <u>13.500,00</u> 2.211,30 2.211,30 3.059,00 <u>2.457,00</u>	25.500,00 5.516,00

Resumo: - 1 Pessoal Cr\$ 32.670,00
2 Material Cr\$ 39.135,70
4 Encargos Cr\$ 2.211,30
5 Despesas Gerais Cr\$ 5.516,00
Cr\$ 79.533,00 + 1,00

PROGRAMA DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E DA COLONIZAÇÃO
NO CONTINENTE AMERICANO

1. As consequências econômicas, políticas e sociais da descoberta da América.
2. A posição de Portugal, Espanha, França e Inglaterra na América. Diferenças entre os seus sistemas coloniais.
3. Causas econômicas da colonização da América.
4. A organização da administração colonial espanhola.
5. A organização da administração colonial portuguesa.
6. O povoamento do Brasil: as correntes migratórias.
7. Os núcleos de colonização no Brasil e o regime administrativo. A unidade e a descentralização.
8. A população da América espanhola.
9. As colônias inglesas: tipos e características. A população da América inglesa.
10. A colonização francesa e holandesa.
11. Organização econômica da América espanhola. A circulação dos homens e das mercadorias.
12. A organização econômica da América inglesa. A imigração e o comércio.
13. A expansão na América até os princípios do século 19.
14. A vida colonial na América: sociedade, cultura e religião.
15. O sentimento nativista na América.
16. Tráfico inter-colonial.
17. A Independência das Colônias americanas.
18. A abolição da escravidão na América.

19. A imigração no século XIX nos Estados Unidos e nos países hispano-americanos.
20. A imigração no século XIX no Brasil.
21. A imigração no século XX e os problemas coloniais.

JUSTIFICAÇÃO

Tratando-se de um curso de História da Imigração e da Colonização na América para alunos de nível médio, tornou-se indispensável escolher os pontos fundamentais que possam dar uma visão de conjunto dos problemas da evolução da colonização e da imigração na América. Por demais complexa, a história dos países americanos, sobretudo os da América do Sul, torna-se quase impossível estabelecer um programa sintético. Daí haver o autor distribuído em 21 pontos a matéria de um curso que deverá conter no máximo 24 aulas, obrigando o Professor a concluir um ponto por aula. Isto, aliás, impedirá o docente de sobrecarregar os alunos com dados desnecessários.

O objetivo fundamental foi não dar ao curso caráter por demais especializado.

PROGRAMA DE GEOGRAFIA GERAL E REGIONAL DO BRASIL

Em virtude da exiguidade do tempo de que dispõe, somos de parecer que a cadeira, a par de fornecer aos futuros técnicos em Imigração e Colonização certas noções basilares a cerca da Geografia brasileira, deve, sobretudo, ter em vista abrir-lhes os olhos para as fecundas possibilidades da Geografia moderna e para os serviços específicos que esta lhes poderá prestar no desempenho de sua missão. Inteirados dos métodos da nova geografia explicativa - as listas intermináveis de nomes, que nenhuma conexão apresentam, além de sua coexistência e eventual juxtaposição no espaço, são coisas do passado - terão a sua disposição mais uma ferramenta com que trabalhar os problemas a resolver; o ponto de vista geográfico.

Eis porque, na confecção do programa, tivemos em mente apresentar exemplos do tratamento geográfico em diversos setores da geografia (geografia física, humana, econômica e regional).

Geografia Geral

1. Introdução. Bibliografia.
2. Fundamentos da Geomorfologia Brasileira. Noção do relevo, da geologia, das grandes unidades fisiográficas, necessária à compreensão das relações entre a fisiografia e a ocupação humana.
3. Fundamentos da Climatologia Brasileira. Noção da distribuição dos fatores climatológicos que interessam à ocupação humana.

4. Aspectos gerais da Geografia dos Transportes no Brasil. Esboço dos grandes problemas do transporte no Brasil, cujo conhecimento é indispensável ao estudo da localização de imigrantes, da criação de novas colônias, etc.
5. Aspectos Geográficos do Povoamento. A distribuição da população, migrações internas, "faixas-pioneiras", etc.
6. Aspectos da Geografia Econômica Brasileira: a Economia Extrativa. A exploração do revestimento vegetal nativo e seu futuro. A mineração e suas principais tarefas.
7. Aspectos da Geografia Econômica Brasileira: a Agricultura. Esboço dos problemas de natureza social, econômica e propriamente agrícola com que se defronta a Agricultura.
8. Aspectos da Geografia Econômica Brasileira: A Indústria. Situação atual da Indústria. O problema da localização dos futuros espaços industriais em face da distribuição de energia, matérias primas, etc.

Geografia Regional

9. O Conceito de Região Natural e a sua Aplicação ao Brasil.
10. Região Norte.
11. Região Nordeste.
12. Região Leste.
13. Região Meridional.
14. Região Centro-Oeste.
15. Exemplo do Aproveitamento Planificado de uma Grande Área Geográfica: o Vale do São Francisco.

PROGRAMA DE GEOGRAFIA DOS PAÍSES EMIGRANTISTAS

O estudo geográfico dos países de emigração

Todo emigrante, candidato a colono, precisa ser compreendido pelo país que o acolhe; precisa ver as suas necessidades psíquicas, sociais e econômicas atendidas na medida do possível. Ora, este imigrante para nós é um emigrante para seu país de origem, que precisamos estudar: Ele não é só o produto de uma comunidade diferente da nossa, ele é também o resultado de um meio geográfico peculiar.

No estudo da colonização, este meio geográfico não deve ser perdido de vista. Importa pouco, talvez, saber os nomes dos rios ou das montanhas do país do emigrante, mas é de interesse conhecer as bases geográficas do gênero de vida que levou em sua terra. Em muitos casos, revelará isso as causas que o determinaram a emigrar.

No dia em que semelhante estudo puder ser feito com amplos detalhes e perfeito conhecimento de todos os fatores, digamos, com precisão científica, o problema da integração do recém-chegado no seu novo elemento (ambiente geográfico, meio cultural e quadro econômico) será muito mais rápida e acertada, poupará tempo, esforços, dinheiro, desilusões e outras coisas que demoram a adaptação do imigrante, até hoje, deixada um tanto ao acaso.

Geografia humana dos países de emigração

1. O fenômeno geográfico da Emigração; suas feições e modalidades.
2. O exemplo britânico: povoamento do Império. As no

vas sociedades anglo-saxônicas.

3. Os contingentes latinos - as regiões de emigração portuguesa. Suas qualidades no Brasil.
4. Os continentes latinos - emigração espanhola para a América Latina.
5. Os continentes latinos - os italianos; geografia da Itália; o êxodo das populações.
6. Os elementos migratórios da Europa Central: situação política, econômica e social. A Polônia.
7. As migrações asiáticas - geografia econômica do Japão.

PROGRAMA DE LEGISLAÇÃO COMPARADA SOBRE IMIGRAÇÃO E
COLONIZAÇÃO

O problema migratório, sob os dois aspectos da emigração e da imigração, oferece importância excepcional no mundo contemporâneo, além da complexidade que apresenta. A geografia humana, a economia política e a política em geral fornecem ao legislador elementos necessários à regulamentação da matéria.

Embora seja da competência de cada Estado elaborar e aprovar as leis sobre a emigração, a verdade é que o estudo das condições materiais e do direito dos demais países é proveitoso, pois o fenômeno migratório é internacional (transoceânico, intra-continental).

O direito comparado é uma disciplina de real importância, quer para revelar as idéias comuns, quer para mostrar os princípios divergentes nos diversos sistemas jurídicos.

O método comparativista permite, assim, que se recolham, no campo das idéias comuns, a doutrina e a jurisprudência de países estrangeiros, e se apreciem, para uma justa reforma, os preceitos antagônicos.

Na legislação emigratória, o direito comparado é indispensável, sobretudo para um país como o Brasil, que ainda não formulou definitivamente as regras sobre a matéria.

Dentre as leis complementares da Constituição de 1946, temos de incluir as relativas à emigração e colonização. O direito vigente sobre o assunto foi elaborado em condições anormais para o nosso país, e o mundo. Impõe-se, mais do que simples revisão de

textos legais, exame da situação atual, confronto com o direito dos demais Estados, para que possamos elaborar um Código de Imigração e Colonização, um verdadeiro corpo legal sobre povoamento.

Ao legislador incumbe apreciar a experiência, a fim de considerar as vantagens obtidas, os erros cometidos e as inovações a serem consagradas. A tarefa estará facilitada com o conhecimento da legislação comparada.

O chamado direito comparado não é apenas uma compilação de textos, não se resume no conhecimento estéril de leis. Tem suas raízes no passado e procura os princípios comuns vigentes.

Essa orientação explica o critério que adotamos na feitura do presente programa. Partimos da noção do Estado, com o estudo de um dos seus elementos essenciais, a população, para a da liberdade de emigrar. O exame da história da emigração, desde a Antiguidade até os nossos dias, é proveitoso para o conhecimento do estudo atual da disciplina.

O fenômeno das migrações está regulado segundo as condições de cada país. Necessariamente, a legislação dos países imigratórios difere da dos países emigratórios. As condições demográficas, econômicas e climáticas explicam a orientação de cada um dos grupos.

Conhecidos os grandes sistemas jurídicos, fácil se torna o exame científico da legislação brasileira e das influências alienígenas que há recebido.

Em face da orientação adotada depois da 2ª guerra mundial, de preservação dos direitos dos homens, não devemos desprezar as tendências favoráveis

à criação do estatuto internacional do imigrante. O programa apresentado não deixa à margem essas tendências.

É o que nos cumpre dizer como justificativa do programa elaborado.

Programa

1. Elementos constitutivos do Estado. A população.
2. A liberdade de emigrar e o direito moderno.
3. O fenômeno migratório. Conceito jurídico do imigrante.
4. História da emigração na Antiguidade e na Idade Média.
5. História da emigração na Idade Moderna.
6. História da emigração na Idade Contemporânea.
7. A legislação interna a respeito da emigração. Idéias fundamentais.

A legislação dos países imigratórios:

8. a) Estados Unidos
9. b) República Argentina
10. c) Uruguai
11. d) Outros países americanos.

A legislação dos países emigratórios:

12. a) Portugal
13. b) Espanha
14. c) Itália
15. d) Alemanha
16. e) Japão
17. f) Outros países
18. A situação da França
19. A legislação brasileira sobre imigração em face do direito comparado.

20. Direitos do imigrante na legislação comparada.
21. Deveres do imigrante na legislação comparada.
22. Assimilação e povoamento.
23. A imigração e o direito internacional
24. O futuro da política imigratória e suas repercus
sões jurídicas.

-:-

PROBLEMAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

- 12 palestras -

1. Introdução metodológica: o escopo científico do estudo sociológico das éras de crise. Apresentação do problema. Nôções fundamentais.
2. Mudança social e crise social: fatores, aspectos, perspectivas. O conceito de civilização-em-mudança e o de civilização-em-crise, sua utilização no diagnóstico do nosso tempo.
3. Bases da vida social contemporânea: A revolução Industrial, o capitalismo, a era da máquina.
4. Sociologia das Invenções; seus efeitos sociais.
5. A mobilidade espacial e a concentração urbana. Mecanização da agricultura e novas formas de nomadismo.
6. A estrutura social: as classes sociais; antagonismos e ajustamentos. Problemas da classe média.
7. Mobilidade social: a pirâmide e a circulação social na sociedade contemporânea.
8. Marginalidade - cultural e histórica. O contacto cultural e a "contemporaneidade do que não é contemporâneo".
9. Problemas demográficos; quantidade e qualidade. População e recursos naturais. Aspectos demográficos e sociológicos do controle de nascimentos e da redução da mortalidade.
10. O problema dos valores e da crise dos valores na vida contemporânea. O entrecruzamento dos critérios de valoração na sociedade contemporânea.
11. Os aspectos supra-nacional dos problemas sociais contemporâneos. Os ajustamentos no plano mundial

e sua conciliação com as situações regionais.

12. Perspectivas e soluções dos problemas sociais que se desenvolvem dentro de seu próprio processo. Pensamento e ação. O papel das ciências sociais. A planificação da vida social .

-:-

PROGRAMA DA CADEIRA DE PRINCÍPIOS DE ORGANIZAÇÃO E
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

OBJETIVOS

A inclusão da cadeira de Princípios de Organização e Administração neste Curso parece ter em vista os seguintes objetivos:

- a) fornecer, embora sucintamente, aos alunos, noções teóricas sobre administração e organização, de modo a habilitá-los a compreender o funcionamento dos serviços de imigração e colonização;
- b) prepará-los para ingressar no curso de especialização sobre técnica de planejamento de serviços.

Para atingir os referidos objetivos, pensamos desdobrar a cadeira nas seguintes aulas:

1ª aula (Introdutória) - Ambientação da classe no movimento de racionalização, a fim de situar o problema no tempo e no espaço.

2ª aula - Estado (Razão de ser, conceito, elementos constitutivos, evolução, tipos de estado).

3ª aula - Separação e divisão de poderes. Poder Executivo.

4ª aula - Administração como órgão e como função . FAYOL.

5ª aula - Princípios de administração.

6ª aula - Elementos da função administrativa - previsão ou planejamento.

7ª aula - Elementos da função administrativa - organização. Considerações fundamentais sobre o pro

blema.

8ª aula - Princípios fundamentais de organi
zação.

9ª aula - Elementos da função administrati-
va - comando, coordenação e controle - direção. Relaç
ões de serviço numa organização.

10ª, 11ª 12ª e 13ª aulas - Organização e Funç
ões dos serviços de imigração e colonização.

-:-

PROGRAMA DE FUNDAMENTOS DE PSICOLOGIA

1. Objetivos

A primeira parte da cadeira de Psicologia terá como objetivo fundamental ministrar, aos futuros técnicos de Imigração e Colonização:

- 1.1 - conhecimento geral, extensivo, no campo da Psicologia;
- 1.2 - base para aprendizagem da técnica de seleção e orientação profissional, o bjecto da segunda parte da cadeira;
- 1.3 - conhecimento dos factores psicológicos a ponderar no trato do imigrante e do colono;
- 1.4 - conhecimento das características básicas das principais escolas e correntes modernas de Psicologia, de modo a:
 - 1.41 - compreender as possibilidades e as limitações da Psicologia, no seu estado actual de conhecimento;
 - 1.42 - tomar, por discernimento próprio, a orientação científica que julgue mais acertada.

2. Justificação do programa proposto

Para atender convenientemente às finalidades, acima expostas, num curso rápido e intensivo, como o que se pretende ministrar, parece que o tratamento da matéria deverá obedecer às seguintes linhas gerais:-

- 2.1 - Numa primeira aula introdutória, procurar-se-á traçar rapidamente a evolução histórica da Psicologia, situá-la dentro do quadro

das ciências e do conhecimento humano, e conceituá-la como ciência experimental.

- 2.2 - A primeira unidade didática tratará do problema da inteligência (3 aulas), estudando o conceito, os tipos e as teorias de inteligência, "testes" e quociente intelectual, níveis e distribuição, e diferenças individuais.
- 2.3 - Os fatores biológicos do comportamento humano constituirão o objeto da segunda unidade didática (5 aulas), comportando o estudo: da fórmula estímulo-reação e da escola associacionista; dos fatores físicos e fisiológicos, um rápido exame do sistema nervoso; da personalidade, seus elementos integrantes, e classificações tipológicas; finalmente, a apreciação da prevalência dos fatores herança ou meio.
- 2.4 - A terceira unidade estudará o complexo capítulo da motivação do comportamento (7 aulas), analisando instintos, emoções, impulsos e desejos. Depois do estudo da reflexologia de Pavlov e das escolas instintivistas inglesas, será dada atenção especial às escolas de Freud, Adler e Jung, e seus continuadores. A unidade terminará com o estudo do consciente, da afetividade e do desenvolvimento social da personalidade.
- 2.5 - Estudados, na segunda unidade, as bases físico-fisiológicas do comportamento humano, e na terceira, os aspectos predominantemente psíquicos, poderá a quarta unidade ser, toda ela, de

dicada ao exame da atividade mental (7 aulas) começando pelo capítulo da aprendizagem e memória, atividade e repouso, e fadiga mental. Aqui caberá atenta análise da escola gestalista. Pensamento, atenção, imaginação e raciocínio serão objeto de análise. Tal seja o nível mental dos alunos, e suas reações, procurar-se-á, se possível, ministrar algumas noções fundamentais sobre lógica afetiva e pensamento mágico-simbólico, raciocínio prelógico e resíduos de mentalidade primitiva no adulto civilizado. Por fim, serão estudadas a sensibilidade, a percepção e a psicologia dos órgãos dos sentidos.

2.6 - A quinta e última unidade didática ficará reservada ao estudo rápido e objetivo das aplicações da Psicologia (4 aulas). Aqui caberá focalizar os tipos anormais e para-normais de personalidade e delimitar os campos de ação da psicoterapia e da psiquiatria, e seus recursos e limitações. Serão revistas as bases da Seleção e Orientação Profissionais, e da Psicologia Educacional. Este capítulo será arrematado com um breve estudo dos fenômenos de sugestão, imitação e simpatia, do domínio da Psicologia Social, bem como dos processos de adaptação, acomodação e assimilação.

2.7 - Uma aula final destinar-se-á à rápida sistematização da matéria tratada e posição atual das diversas escolas psicológicas. Será salientada a importância do método estatístico na pesquisa psicológica. Algumas informações se

rão ministradas sobre seleção de bibliografia e fontes de referência.

- 2.8 - O processo didático a adotar deverá afastar-se do método clássico, meramente expositivo, dando-se preferência aos métodos ativos, de discussão, com intensa participação dos alunos, e, se possível, com trabalhos extra-classe .

-:-

PROGRAMA

I - Introdução

Conceito. Evolução histórica. Princípios científicos; a Psicologia como ciência experimental

II - Inteligência

- a) - Conceituação. Teorias sobre a natureza e os atributos da inteligência.
- b) - Medida de inteligência. Testes: características e tipos; validade e fidedignidade.
- c) - Diferenças individuais. Desenvolvimento e maturação da inteligência. Quociente intelectual. Níveis e distribuição da inteligência. A inteligência e os grupos étnicos e sociais.

III - Fatores biológicos do comportamento

- a) - O físico; o sistema nervoso, central e periférico, e endócrino-simpático.
- b) - A fórmula estímulo-reação; recepção, reação e integração das sensações. A escola behaviorista.
- c) - Personalidade: constituição, temperamento e caráter.
- d) - Tipos de personalidade e sua classificação.
- e) - Herança e meio.

IV - Motivação do comportamento

- a) - Instintos, emoções, impulsos e desejos
- b) - Pavlov e os reflexos condicionados
- c) - Freud e a psicanálise
- d) - Disfarces e transformações da libido
- e) - Adler e a psicologia individual
- f) - Jung e a psicologia analítica

- g) - O consciente e a afetividade. Desenvolvimento social da personalidade,

V - A atividade mental

- a) - Aprendizagem; formas, condições, progresso e transferência.
- b) - Memória e êxito. A escola gestaltista.
- c) - Atividade e repouso. Fadiga mental.
- d) - Pensamento. Atenção. Imaginação. Raciocínio.
- e) - Lógica afetiva e pensamento mágico-simbólico. Resíduos de mentalidade primitiva no adulto civilizado.
- f) - Sensibilidade. A percepção e os órgãos dos sentidos. Sensibilidade visual.
- g) - Sensibilidade auditiva, olfativa, gustativa, táctil e cinestésica.

VI - As Aplicações da Psicologia

- a) - Anormalidades da personalidade. Tipos de anormais e para-normais. A Psicoterapia e a Psiquiatria.
- b) - Fundamentos, campo de ação e limitações da seleção e da orientação profissionais. A psicologia Educacional.
- c) - A Psicologia Social. Sugestão, imitação e simpatia.
- d) - Adaptação, acomodação e assimilação.

VII - Sistematização

As diversas escolas psicológicas: behaviorismo, reflexologia, gestaltismo, psicanálise, etc. - O método estatístico. - Bibliografia e fontes de referência

PROGRAMA DE FUNDAMENTOS DE ANTROPOLOGIA

I

- 1 - Objetivos da Antropologia. Antropologia Física e Antropologia Cultural. Etnologia e Etnografia. Divisão. Relações com as outras ciências do Homem e da Sociedade.
- 2 - Espécie e Raça. Etnia e Cultura. Introdução paleontológica à Antropologia. Raças fósseis.
- 3 - Os caracteres raciais. Caracteres descritivos. Pele e pigmentação. Outras características descritivas da cabeça e do corpo.

II

- 4 - Caracteres mensuráveis. Medidas e índices antropométricos. Ficha antropométrica. Índice cefálico e facial.
- 5 - Outros índices da cabeça e do corpo. Antropometria e Bio-tipologia.
- 6 - Características fisiológicas. Funções de nutrição, de reprodução e de relação.

III

- 7 - Formação das raças e o problema da evolução. Meio e herança. Raça e constituição.
- 8 - Adaptação e aclimação. Processos afins. O problema da mestiçagem.
- 9 - Os vários critérios da classificação das raças. Raça e grupo étnico. Principais grupos étnicos da humanidade.

IV

- 10 - Conceito antropológico de cultura. Métodos e doutrinas etnológicas. Descrição e crítica das correntes evolucionistas da cultura.
- 11 - Métodos e doutrinas recentes. O método histórico-cultural.
- 12 - O método funcionalista. Outros métodos e doutrinas.

V

- 13 - Descrição sistemática dos traços de cultura. A cultura material.
- 14 - A cultura não-material.
- 15 - A organização social.

VI

- 16 - A dinâmica cultural. Isolamento e contacto. Definição e análise dos processos de aculturação.
- 17 - Aculturação e processos afins. Métodos de estudo.
- 18 - Resultados da aculturação. Sobrevivências culturais. O folclore. Cultura e personalidade.

VII

- 19 - Estudos antropológicos no Brasil. A contribuição dos primeiros visitantes. A contribuição dos naturalistas e etnólogos estrangeiros e nacionais.
- 20 - O indígena brasileiro. Introdução arqueológica ao seu estudo. Tipos e culturas do indígena brasileiro. Classificações linguísticas e culturais.
- 21 - O negro no Brasil. Principais grupos. A escola de Nina Rodrigues.

VIII

- 22 - Os grupos europeus no Brasil.
- 23 - Adaptação e aclimação no Brasil. A mestiçagem.
- 24 - Os contactos de culturas. Os processos de aculturação no Brasil.

-:-

PROGRAMA DO EXAME DE ADMISSÃO DE HISTÓRIA

(Exame escrito)

História Geral

1. - Os grandes descobrimentos marítimos.
2. - Os indígenas americanos.
3. - Fatos principais da conquista da América.
4. - A escravidão negra na América
5. - A Inglaterra no século XVII.
6. - Independência dos Estados Unidos
7. - Independência da América latina.
8. - A revolução industrial e suas consequências.
9. - A guerra de Secessão nos Estados Unidos.
10. - A guerra de 1914 - 18 e os principais tratados de paz.
11. - Os Estados totalitários: A Rússia, a Itália e a Alemanha.
12. - A Liga das Nações.

História do Brasil

1. - O Descobrimento
2. - O sistema de Capitanias.
3. - Conquista do Norte.
4. - Entradas e bandeiras.
5. - Os movimentos nativistas.
6. - Formação dos limites
7. - A independência
8. - Noções do período regencial.
9. - A abolição da escravidão.
10. - A agricultura e a indústria no 2º reinado.

11. - A República.

12. - A política exterior da República: a obra do Barão do Rio Branco.

-:-

PROGRAMA DO EXAME DE ADMISSÃO DE GEOGRAFIA

(Exame escrito)

- Unidades I, II, IV, V e VI do programa da 3ª série ginásial.
- Unidades I, II, III, IV, V e VI do programa da 4ª série ginásial.
- Unidades II, III, V, VI e VII do programa da 1ª série colegial.
- Unidades IV, VI, VIII, IX e X do programa da 2ª série colegial.

PROGRAMA DO EXAME DE ADMISSÃO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

(Exame escrito)

1. Ditado de autor moderno (15 a 20 linhas).
2. Tradução de um trecho de autor moderno (15 a 20 li
nhas).
3. Versão de dez frases, a título de gramática aplicaa
da, isto é, regência, construção e colocação.

-:-

II - CURSO SOLICITADO PELA SUPERINTENDÊNCIA AGRÍCOLA E VETERINÁRIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.

PLANO DO CURSO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE PROFESSORES E ORIENTADORES DO ENSINO AGRÍCOLA.

1. - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
2. - FINALIDADES
3. - ORGANIZAÇÃO DO CURSO
4. - REGULAMENTAÇÃO DO CURSO
5. - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
6. - JUSTIFICAÇÃO DA "PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA"

1. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

1.1 - Em sua mensagem ao Congresso Nacional, apresentada por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1947, o Exmo. Sr. Presidente da República, referindo-se ao ensino agrícola, disse:

"No setor do ensino agrícola, muito há que fazer, pois não tem êle acompanhado o progresso do país, sendo patente a nossa grande deficiência de técnicos em agricultura e pecuária...

...Torna-se imperioso para a economia nacional, substituir os velhos métodos rotineiros pelas novas técnicas e pela introdução, em larga escala, de recursos mecânicos, que lhes ampliem a produtividade e melhorem a qualidade em conseqüentemente, o valor econômico da produção.

O ponto de partida para esta radical transformação terá de ser, necessariamente, o ensino agrícola bem organizado e aparelhado. É urgente atender-se à sua ampliação e aperfeiçoamento qualitativo, desde o seu grau elementar até o superior".

1.2 - As palavras do General Eurico Gaspar Dutra, refletindo a orientação de seu governo no que se refere à solução básica de nossos problemas agro-pecuários, vêm ferir uma questão, cuja importância não é demais encarecer.

1.21 - Efetivamente, o ensino agrícola, o preparo cultural e técnico de nossas populações rurais, sua educação, enfim, representam inadiável conquista social e econômica. Entre inúmeros outros motivos de ordem patriótica, estamos obrigados a esta conquista, pela posição que ora ocupamos entre as nações civilizadas e, sobretudo, pelas responsabilidades que disso nos advém, diante de um futuro mundial de perspectivas

tão incertas.

- 1.3 - A fim de atender aos problemas econômico-sociais de nosso meio rural, e entre as várias providências já tomadas nêsse sentido, encontram-se vários estudos e planos relativos à execução das determinações contidas na Lei Orgânica do Ensino Agrícola (Decreto-Lei nº 9 613, de 20.8.946).
- 1.4 - Nêsse sentido, e para o cumprimento da referida Lei Orgânica, impõe-se, como medida preliminar, a formação pedagógica de professores e orientadores de ensino agrícola.
 - 1.41 - Esses professores e orientadores, uma vez devidamente preparados, deverão disseminar-se por todo o país, a fim de, por sua vez, formar novos mestres de ensino agrícola ou orientar tècnicamente as atividades dos diversos estabelecimentos escolares a que forem destinados.
- 1.5 - Tendo sempre em vista a necessidade de ministrar os ensinamentos técnicos no ambiente rural onde serão aplicados; procurando fixar cada vez mais o trabalhador rural ao seu meio e demonstrando-lhe como, através de técnicas adequadas, pode valorizar o seu trabalho e atingir um nível de produção de real valor econômico, o professor e orientador do ensino agrícola estarão cumprindo uma missão de extraordinário alcance para o futuro da nação.
 - 1.51 - Cumpre, por conseguinte que sua formação técnico-pedagógica lhes proporcione, realmente, as maiores e melhores probabilidades de êxi-

to no exercício de suas funções.

1.6 - Dando o primeiro passo no sentido da consecução desse objetivo, a Fundação Getúlio Vargas, fiel às diretrizes que norteiam suas atividades, se propõe a colaborar com a Superintendência do Ensino Agrícola, do Ministério da Agricultura, instituindo o primeiro curso de Formação Pedagógica de Professores e Orientadores de Ensino Agrícola de acordo com o Decreto-lei já mencionado.

1.61 - Contando também, com a cooperação C.B.A.R., (Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais) e da S.N.A. (Sociedade Nacional de Agricultura) a criação de tal curso servirá de exemplo e de estímulo, constituindo, certamente, um marco na história do ensino agrícola em nosso País.

-:-

2. FINALIDADES

2.1 - O Curso de Formação Pedagógica de Orientadores e Professores de Ensino Agrícola encerra em sua denominação suas próprias finalidades.

2.11 - Efetivamente, tem por fim habilitar para o magistério ou para funções de orientação de ensino, técnicos nos setores da agricultura e pecuária. Propõe-se, igualmente, formar os mestres que irão preparar no interior do País os futuros professores de ensino agrícola.

2.2 - Para atender a essas finalidades, os objetivos visados através do curso, deverão ser os seguintes:

2.21 - Conhecimento dos fatores que condicionem a vida rural em nosso país; circunstâncias que lhe são peculiares; necessidades básicas e problemas diversos das populações rurais nas diferentes regiões naturais de nosso meio geográfico.

2.22 - Conhecimento da evolução histórica de nossa agricultura e pecuária e do nosso ensino agrícola.

2.23 - Compreensão dos principais problemas relativos aos estabelecimentos de ensino agrícola entre nós e domínio dos procedimentos indicados para resolvê-los.

2.24 - Conhecimento das fases evolutivas do ser humano em crescimento e desenvolvimento; suas principais características, tendências e manifestações; possibilidades e limites da atuação educativa.

- 2.25 - Domínio das modernas práticas de orientação educacional e de normas técnicas de orientação profissional.
- 2.26 - Compreensão clara e segura dos princípios teóricos e procedimentos práticos que devem nortear o ensino agrícola.
- 2.27 - Domínio das técnicas didáticas modernas aplicáveis ao ensino agrícola nos diversos graus.
- 2.28 - Formação de uma atitude progressista e eminentemente construtiva; de um espírito sadio, entusiasta e consciente de suas responsabilidades.

3. - ORGANIZAÇÃO DO CURSO

- 3.1 - A organização do curso de formação pedagógica de orientadores e professores de ensino agrícola obedece, o quanto possível, às determinações contidas na lei orgânica do ensino agrícola, para cursos desta natureza.
- 3.2 - Levando-se em consideração o fato de se tratar de um curso intensivo, organizado em caráter de emergência, a matrícula dos alunos não será feita à base de exames vestibulares. No entanto, todos os alunos serão submetidos a provas objetivas de seleção profissional a fim de que sejam, posteriormente, melhor aproveitados os seus préstimos.
- 3.3 - Em função dessas provas de seleção profissional e do resultado dos exames parciais (1ª prova) os alunos deverão ser divididos em dois grupos, a saber:
- 3.31 - GRUPO "A", integrado por futuros orientadores de ensino agrícola.
- 3.32 - GRUPO "B", constituído por futuros professores de ensino agrícola.
- 3.4 - As atividades curriculares dos dois grupos acima serão as mesmas, durante os primeiros dois meses do curso, diferenciando-se, em parte, nos quatro últimos meses de estudo, a fim de atender às necessidades de especialização de cada grupo.
- 3.41 - A constituição desses dois grupos de alunos, (A e B) bem como a previsão diferenciada de suas atividades curriculares, poderão ser alteradas caso seja demonstrado ser isso necessário.

Em qualquer circunstância será mantido o esquema geral das aulas previsto, alterando-se exclusivamente o que se referir às diversificações adotadas.

3.5 - CURRÍCULO

O curso de formação de orientadores e professores de ensino agrícola abrangerá o estudo das seguintes disciplinas:

3.51 - História da Agricultura e do Ensino Agrícola,
sendo:

3.511 - Ensino Agrícola no Brasil

3.512 - Ensino Agrícola nos Estados Unidos da
América do Norte e sua aplicabilidade no
Brasil.

3.52 - Sociologia Rural

3.53 - Higiene Rural

3.54 - Psicologia Educacional

3.55 - Orientação Educacional

3.56 - Metodologia

3.57 - Educação Visual

3.58 - Administração e Organização Escolar

3.59 - Desenho Aplicado

3.6 - NOTA - No quadro anexo (I), figura a distribuição das matérias acima, por aulas e seminários, assim como a previsão das diversificações aconselhadas no caso da constituição de dois grupos de alunos.

4. REGULAMENTAÇÃO DO CURSO

4.1 - Duração do Curso

Tratando-se de um curso intensivo e de emergência, sua duração será de seis meses apenas.

4.2 - Calendário

4.21 - Matrículas: de 21 a 31 de julho

4.22 - Inauguração do Curso: 2 de agosto

4.23 - Períodos letivos:

4.231 - 1º período: de 4 de agosto a 26 de setembro.

4.232 - 2º período: de 10 de outubro a 16 de janeiro (1948)

4.24 - Períodos de provas:

4.241 - Provas parciais: de 29 de setembro a 8 de outubro.

4.242 - Provas finais:

(Escritas e orais) de 19 de janeiro a 30 de janeiro (1948)

4.25 - Encerramento do Curso e

distribuição dos certi-

ficados de aproveita-

mento: 1º de fevereiro (1948).

4.3 - Dias de aula e horários

4.31 - As aulas realizar-se-ão em todos os dias úteis, exceto aos sábados.

4.32 - O horário dos trabalhos letivos será o seguinte:

4.321 - de 8h. às 11h. (3 aulas)

4.322 - intervalo para almoço: de 11h. às 13h.

4.323 - de 13h. às 15h. (2 aulas)

4.4 - Condições de admissão

O candidato à matrícula no curso de formação pedagógica de orientadores e professores de ensino agrícola deverá apresentar os seguintes documentos:

- 4.41 - certidão de idade (mínima: 18 anos);
- 4.42 - prova de não ser portador de moléstia contagiosa e de estar vacinado;
- 4.43 - certificado de conclusão de curso secundário ginasial, técnico profissional, agro-técnico ou normal, ou de qualquer curso superior.
- 4.44 - NOTA - As exigências acima não se aplicam aos candidatos comissionados pela Superintendência do Ensino Agrícola.

4.5 - Matrículas

Preenchidas as condições de admissão a matrícula será efetuada mediante o pagamento da taxa estabelecida e preenchimento da respectiva ficha.

- 4.51 - O preenchimento da ficha de matrícula é exigido de todos os alunos, sem exceção.

4.6 - Taxas

- 4.61 - de matrícula: Cr\$50,00 (cinquenta cruzeiros) a ser paga no ato de inscrição - (21 a 31 de julho);
- 4.62 - de frequência: Cr\$50,00 (cinquenta cruzeiros) mensais, a ser paga até o dia 10 de cada mês, dando direito a receber as apostilas relativas a todas as aulas do curso.
- 4.63 - NOTA - Os alunos comissionados pela Superintendência do Ensino Agrícola estão

isentos do pagamento de taxas.

4.7 - Frequência

A frequência será obrigatória; exigir-se-á um mínimo de presenças igual a oitenta por cento do total de aulas dadas.

4.8 - Provas e média de aprovação

4.81 - As provas constarão de:

4.811 - Trabalhos mensais: em cada disciplina será exigido um trabalho mensal para verificação periódica do aproveitamento dos alunos. A média das notas atribuídas a êstes trabalhos será computada na apuração da média de aprovação.

4.812 - Prova parcial: no final do primeiro período letivo será efetuada uma prova parcial, escrita.

4.812,1 - A prova acima versará sobre a matéria ensinada até uma semana antes da realização de cada exame.

4.813 - Prova final: ao terminar o segundo período letivo será efetuada a prova final, compreendendo um exame escrito e outro oral de cada disciplina, com exceção de Desenho aplicado cuja prova será apenas gráfica.

4.813,1 - Os exames acima versarão sobre toda a matéria lecionada.

4.813,2 - A prova oral será prestada perante banca examinadora.

4.82 - Considerar-se-á habilitado o aluno que tenha obtido as seguintes médias de aprovação:

4.821 - nota global cinco, pelo menos, no conjunto das disciplinas.

Esta nota será a média aritmética das notas finais dessas disciplinas.

4.822 - nota final quatro, pelo menos, em cada disciplina.

A nota final de cada disciplina será a média ponderada de quatro elementos: a média das notas dos trabalhos mensais; as notas da primeira prova escrita (prova parcial); as da segunda prova escrita (prova final) e as da prova oral (prova final).

A êsses elementos se atribuirão respectivamente os pesos: dois, dois, quatro e dois.

4.9 - Certificado de aproveitamento

A aprovação final dará direito a um certificado de conclusão de curso.

-:-

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DO CURSO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE PROFESSORES E
ORIENTADORES DO ENSINO AGRÍCOLA

5. - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

11 - VERBA I - Pessoal

5.111 - Direção

5.111,1 - Diretor: gratificação de função mensal de Cr\$1.000,00 Cr\$ 7.000,00

5.111,2 - 1 Orientador: gratificação de função mensal Cr\$1.000,00 Cr\$ 7.000,00

5.112 - Corpo Docente - Remuneração por aulas, apostilhas e provas. Cr\$ 96.450,00

5.113 - Auxiliares Administrativos (Anexo III)..... Cr\$ 30.000,00 140.450,00

12 - VERBA II - Material

5.121 - Matrizes "Duplimat"..... Cr\$ 8.640,00

5.122 - Papel para apostilhas..... Cr\$ 37.920,00

5.123 - Material de Consumo de Multilith..... Cr\$ 1.300,00 47.860,00

13 - VERBA III - Bolsas de estudo e Diárias

5.131 - 14 bolsistas (homens) a Cr\$750,00 mensais, per capita..... Cr\$ 73.500,00

5.132 - 6 bolsistas (moças) a Cr\$1.050,00 mensais, per capita.... Cr\$ 44.100,00

5.134 - Fornecimento de 30 almoços durante 23 dias por mês aos co-
missionados pela Superintendência do Ensino Agrícola e por
Governos Estaduais..... Cr\$ 24.150,00 141.750,00

14 - VERBA IV - Serviços

5.141 - Propaganda..... Cr\$ 1.500,00 1.500,00

15 - VERBA V - Eventuais Cr\$ 1.500,00 1.500,00
333.060,00

6. - JUSTIFICAÇÃO DA "PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA"

6.1 - Previsão da Despesa

6.11 - VERBA I - Pessoal

6.111 - Direção

A fim de coordenar e orientar as atividades de professores e alunos seria de grande vantagem que um dos professores do curso ou outra pessoa habilitada exercesse essa função. Para a mesma foi prevista a gratificação mensal de Cr\$1.000,00 (mil cruzeiros).

6.112 - Corpo docente

A despesa relativa ao corpo docente foi calculada na base do pagamento de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) por aula sendo que às apostilas foi atribuído o pagamento de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) por cada uma.

As aulas e apostilas correspondentes serão em número de 718; os cálculos foram feitos para seis meses letivos e obedeceram à orientação geral adotada nos demais cursos de extensão ou aperfeiçoamento organizados pela Fundação Getúlio Vargas.

6.113- Auxiliares Administrativos

Para o bom andamento dos trabalhos do curso tornar-se-á necessária a colaboração de alguns auxiliares administrativos, mormente no que se refere ao preparo material das apostilas. Seguiu-se nesse particular, os critérios já estabelecidos.

dos para indicação dessa natureza.

6.12 - VERBA II - Material

6.121 - O cálculo das verbas relativas à matrizes "Duplimat", refere-se a 718 apostilas de 3 fôlhas cada uma.

6.122 - A verba destinada ao papel para as apostilas acima, foi calculada na base de 100 exemplares por apostila.

6.123 - O material de consumo da "Multilith" está computado no orçamento apresentado de acordo com as informações prestadas pelo setor respectivo.

6.124 - Todos os preços que serviram de base aos cálculos da verba material foram fornecidos pelos setores competentes desta Fundação.

6.13 - VERBA III - Serviços

6.131 - Propaganda

Foi reservada para a propaganda do curso em consideração, uma quantia correspondendo a menos de 1% sobre o total das despesas.

6.14 - VERBA IV - Eventuais

Da mesma forma que para os serviços de propaganda a verba de eventuais foi estabelecida em menos de 1% da despesa total prevista.

--:-

6.2 - Previsão da Receita

6.21 - Dada a natureza do curso em apreço não pode ser prevista a receita para o mesmo.

--:--

DISTRIBUIÇÃO SEMANAL DAS HORAS
DE TRABALHO LETIVO

		Aulas	Seminários	Total
<hr/>				
<u>1º Período</u> (Aulas em conjunto)				
1.00,00	- História da Agricultura e do Ensino Agrícola...	2	1	3
2.00,00	- O Ensino Agrícola nos Estados Unidos da América do Norte.....	1	-	1
3.00,00	- Sociologia Rural.....	2	1	3
4.00,00	- Higiene Rural.....	2	1	3
5.00,00	- Psicologia Educacional.	2	1	3
6.00,00	- Orientação Educacional e Seleção Profissional...	2	1	3
7.00,00	- Administração e Organização Escolar.....	2	1	3
8.00,00	- Metodologia Geral.....	3	2	5
9.00,00	- Metodologia Especial...			
10.00,00	- Educação Visual.....	2	-	2
<hr/>				
<u>2º Período</u> (aulas em conjunto)				
1.00,00	- História da Agricultura e do Ensino Agrícola...	2	-	2
2.00,00	- O Ensino Agrícola nos Estados Unidos da América do Norte.....	2	1	3
3.00,00	- Sociologia Rural.....	2	1	3
4.00,00	- Higiene Rural.....	2	1	3
5.00,00	- Psicologia Educacional.	2	1	3
8.00,00	- Metodologia Geral.....	2	1	3
10.00,00	- Educação Visual.....	2	-	2
<hr/>				
<u>GRUPO A</u> - (Orientadores)				
6.00,00	- Orientação Educacional e Seleção Profissional.	2	1	3
7.00,00	- Administração e Organização Escolar.....	2	1	3
<hr/>				
<u>GRUPO B</u> - (Professôres)				
9.00,00	- Metodologia Especial...	2	1	3
11.00,00	- Desenho Aplicado.....	4	-	4

MINUTA PARA A REGULAMENTAÇÃO ESPECIAL DO CURSO INTEN-
SIVO DE "FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE PROFESSORES E ORIENTA-
DORES DO ENSINO AGRÍCOLA"

1. - Dado o caráter intensivo do curso em aprêço pela premência de tempo de que se dispunha não foi possível organizar provas vestibulares para o mesmo.
2. - Atendendo ao que ficou resolvido na primeira reunião do corpo docente (24 de julho de 1947) presidida por Dr. Itagyba Barcante, Diretor Superintendente da S.E.A.V., foi permitida a matrícula a candidatos inscritos embora não possuindo curso secundário completo. Essa deliberação foi tomada na suposição de que os mesmos, uma vez aprovados nas disciplinas de formação pedagógica ministradas no curso, poderiam ser aproveitados como professores dos níveis elementares do ensino agrícola, no interior do país.
3. - A Lei Orgânica do Ensino Agrícola, Decreto-lei.. nº 9.613 de 20/8/1946, faculta aos alunos, em condições normais, a realização consecutiva dos cursos de administração e de didática.
4. - Contudo, considerando as condições de organização do curso ora em funcionamento, reputamos aconselhável determinar certas exigências, nêsse particular, a fim de que os estudos efetuados pelos alunos possam ser realmente proveitosos.

Assim sendo:

- 4.1 - Aos candidatos possuidores de diplomas de cursos primário e secundário ginasial (1º ciclo) será facultado realizar, apenas, o curso de professores (didática).

- 4.11 - Aos candidatos acima será facultado realizar o curso de orientadores após, pelo menos, três anos de exercício contínuo de magistério no ensino agrícola.
- 4.111 - Uma vez possuidores do diploma de professores, aos candidatos em aprêço seria necessário, apenas, aprovação nas cadeiras de "administração e organização escolar" e "orientação educacional e seleção profissional", já que as demais disciplinas são comuns aos dois cursos. (Administração e Didática). Isso poderá ser conseguido depois do estágio mencionado (4.11).
- 4.2 - Aos candidatos possuidores de diplomas dos cursos secundário completo (ginasial e complementar), normal ou superior será facultado realizar o curso de administradores-orientadores.
- 4.3 - A realização simultânea dos dois cursos só será possível
- 4.31 - quando se trata de elemento comissionado pela S.E.A.V. e que esta entidade, ouvida em cada caso, declara ser de interesse do serviço conceder ao candidato esta possibilidade.
- 4.32 - Quando se trate de candidato livre que preenchendo as condições mencionadas no item 4.2, tenha obtido nas provas parciais média igual ou superior a 80 (oitenta).
- 4.33 - Em qualquer um dos casos acima 4.31 e 4.32 será considerado o resultado das provas de

seleção profissional realizadas e avaliadas
pelo I.S.O.P. da F.G.V.

- 4.34 - A declaração de preferência por êste ou quê
le curso ou ambos, firmada pelos candidatos,
será tomada em consideração tôdas as vêzes
que não colidir com as determinações expres-
sas nos itens acima.

-.-

III - CURSO SOLICITADO PELO
INSTITUTO BENJAMIN CON-
STANT DO MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO E SAÚDE.

PLANO DO CURSO PARA EDU-
CADORES DE CEGOS E AM-
BLÍOPES.

1. - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
2. - FINALIDADES DO CURSO
3. - REGULAMENTAÇÃO DO CURSO
4. - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA: -
Previsão da Despesa
5. - JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA -
Despesa
6. - PREVISÃO DA RECEITA.

-:-

C U R S O P A R A E D U C A D O R E S
D E C E G O S E
A M B L Í O P E S

1. - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

- 1.1 - Atendendo às necessidades de nosso meio, desprovido de instituições adequadas à formação de técnicos especializados na educação de cegos e amblíopes, a D.T.E. sugere a criação de um curso que venha preencher essa lacuna.
- 1.2 - Correspondendo assim ao apêlo dirigido a esta Fundação pelo Exmo. Snr. Joaquim Bittencourt de Sá, M.D. Diretor do Instituto Benjamin Constant, e interpretando os anseios do provecto corpo docente do referido estabelecimento de ensino a organização do curso acima viria também servir às demais instituições congêneres, não só despertando a atenção de técnicos e educadores para o problema da educação de cegos e amblíopes, como oferecendo-lhes a oportunidade de pesquisas e estudos sistematizados sobre o assunto.
- 1.3 - A análise procedida pelo D.T.E. acerca desse tipo de educação especializada, levou-nos à conclusão de que, entre nós, a maior parte de suas deficiências, deriva do tratamento empírico dos problemas específicos que encerra.
- 1.4 - Esses problemas, apresentam-se não só quan

to aos cegos de nascença e aos que perderam a visão ainda em idade escolar, como também, quanto aos que ficaram cegos na idade adulta ou, em outros termos, depois de efetivamente integrados no meio social.

1.5 - Consultando-se os dados fornecidos pelo Serviço Nacional de Recenseamento relativos a 1940, observamos que, de um total de 60.482 indivíduos privados de visão, apenas 12.352 encontram-se alfabetizados. (Anexo I)

1.51 - Dêsse número, muitos indivíduos já estavam alfabetizados quando ficaram cegos, uma vez que, entre as causas de cegueira declaradas, "acidente" e "moléstia" figuram como as principais.

1.52 - Presumindo-se que a alfabetização implique a concomitância de atividades educativas apropriadas, ainda assim, o número de cegos que deixou de receber educação específica atingiu a 48.130.

1.6 - A situação que êsses dados numéricos representa pouco ou nada se alterou até a presente data. Ora, a solução dos problemas que ela encerra, sejam êles de integração social dos cegos e amblíopes, sejam êles de recuperação social de indivíduos que se viram privados da visão depois de adultos, só poderá ser atingida através de uma educação ou reeducação adequadas.

1.7 - Esta educação ou reeducação, entretanto, não se poderá efetuar pela simples criação de abrigos ou organizações congêneres. Requer

instituições tècnicamente aparelhadas para o fim que colimam, dispondo de um corpo docente à altura de seus objetivos.

- 1.8 - Torna-se pois imprescindível formar os técnicos indispensáveis ao perfeito funcionamento desses estabelecimentos especializados, constituindo elementos realmente capazes de imprimir às suas atividades um cunho nitidamente científico e progressista.
- 1.9 - Por conseguinte: a organização de um curso especializado, ainda que estruturado dentro das limitações que o próprio assunto impõe, viria certamente trazer uma contribuição valiosa para a solução do problema da educação de cegos e amblíopes no Brasil, enquadrando-se, outrossim, nos objetivos que norteiam a criação de cursos por esta Fundação.

2. - FINALIDADES DO CURSO

2.1 - O Curso básico para educadores de cegos e amblíopes visa proporcionar a professores, instrutores de educação física, inspetores de alunos e demais pessoas interessadas, o conhecimento teórico e prático dos elementos essenciais indispensáveis a qualquer trabalho sistematizado no campo da educação de cegos e amblíopes. Propõe-se também a ministrar os fundamentos necessários à condução de pesquisas psicológicas e metodológicas, que uma solução mais ampla e adequada do problema venha a solicitar, a fim de promover um ajustamento contínuo do ensino às reais necessidades e possibilidades do educando em aprêço.

2.2 - Em função das finalidades acima indicadas, os objetivos dêste curso serão, em resumo, os seguintes:

2.21 - Estudo das condições bio-psicológicas peculiares aos cegos e amblíopes, bem como de seus problemas de adaptação.

2.22 - Estudo das normas de organização e administração de estabelecimentos educacionais destinados a cegos e amblíopes.

2.23 - Conhecimento teórico e prático das técnicas e procedimentos didáticos específicos aos cegos e amblíopes e estudo sucinto de seus fundamentos gerais.

2.24 - Prática nas técnicas de pesquisa psicológica e metodológica, envolvendo cegos e amblíopes.

3. - REGULAMENTAÇÃO DO CURSO

3.1 - Duração do curso

O Curso para educadores de cegos e amblíopes terá a duração de 4 meses, a saber: de 1º de agosto a 30 de novembro do ano corrente.

3.2 - Dias de aula e horários

As segundas, quartas e sextas, de 18 às 20 horas.

3.3 - Inscrição

As inscrições serão feitas mediante o pagamento da taxa estabelecida e preenchimento da respectiva ficha.

3.4 - Taxas

3.41 - de matrícula - Cr\$50,00 (cinquenta cruzeiros) a ser paga no ato de inscrição, (15 de julho a 1º de agosto).

3.42 - de frequência - Cr\$100,00 (cem cruzeiros) a ser paga no decorrer da 1ª quinzena de aulas (1º a 15 de agosto), dando direito a receber as apostilas relativas a todas as aulas do curso.

3.5 - Frequência

A frequência será obrigatória; exigir-se-á um mínimo de 2/3 de presença por matéria sem o que o aluno não poderá submeter-se às provas finais.

3.6 - Disciplinas e respectivo número de aulas

O curso constará das seguintes disciplinas:

3.61 - Anatomia, fisiologia e higiene visual

(18 aulas).

3.62 - Psicologia (21 aulas).

3.63 - Técnica de pesquisa (10 aulas).

3.64 - Administração e organização escolar (9 aulas).

3.65 - Didática Geral (16 aulas).

3.66 - Didática Especial (30 aulas).

3.7 - Provas

3.71 - Trabalhos práticos: Para cada disciplina será exigido um (1) trabalho prático cuja nota será computada na apuração da média de aprovação.

3.72 - No final do estudo de cada disciplina se rá efetuada uma prova escrita, versando sôbre tôda a matéria lecionada.

3.8 - Média de aprovação

As notas atribuídas aos trabalhos práticos e provas escritas deverão ser de 0 a 100, exigindo-se, para aprovação final, média igual ou superior a 60.

3.9 - Certificado de aproveitamento

A aprovação final dará direito a um certificado de conclusão de curso expedido por esta Fundação.

4. - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DO "CURSO PARA EDUCADORES DE CEGOS E AMBLÍOPES"

4.1 - Previsão da Despesa

4.11 - Verba I - Pessoal

4.111 - Direção

1 professor orientador: Gratificação mensal de Cr\$1.000,00 4.000,00

4.112 - Corpo docente (remuneração por aulas e apostilas)..... 18.200,00
22.200,00 22.200,00

4.12 - Verba II - Material

4.121 - Matrizes "Duplimat" para apostilas..... 1.776,00

4.122 - Papel para apostilas..... 2.732,00

4.123 - Material de consumo da "Multilith"..... 103,20
4.611,20 4.611,20

4.13 - Verba III - Serviços

4.131 - Propaganda - (3% do total da despesa)..... 1.500,00 1.500,00

4.14 - Verba IV - Eventuais..... 1.688,80 1.688,80

T O T A L..... 30.000,00

5. - JUSTIFICAÇÃO DA "PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA"

5.1 - Previsão da Despesa

5.11 - Verba I - Pessoal

5.111 - Direção

A fim de coordenar e orientar as atividades dos diversos professores do curso para educadores de cegos e amblíopes seria de grande proveito que um dos professores do mesmo exercesse essa função. Para a mesma, conviria uma gratificação mensal de.... Cr\$1.000,00 (mil cruzeiros).

5.112 - Corpo Docente

A despesa relativa ao corpo docente foi calculada na base de Cr\$150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) por aula, e as apostilas correspondentes a Cr\$25,00 (vinte e cinco cruzeiros) por apostila. As aulas deverão ser em número de 104; sendo igual o número de apostilas. Todos os cálculos foram feitos para um único período letivo, de duração de 4 meses, e obedeceram à orientação geral adotada para os demais cursos de extensão ou aperfeiçoamento organizados por esta Fundação.

5.12 - Verba II - Material

5.121 - O cálculo das verbas relativas à

"Matrizes Duplimat, para apostilas",
(2.1) refere-se à 104 apostilas de 3
fôlhas cada uma.

5.122 - A verba destinada ao papel para as apostilas acima, foi calculada na base de 100 exemplares por apostila.

5.123 - O material de consumo da Multilith está computado no orçamento apresentado, de acordo com as informações prestadas pelo setor respectivo.

5.124 - Todos os preços que serviram de base aos cálculos da verba material (4.12) foram fornecidos pelos setores competentes desta Fundação.

5.13 - Verba III - Serviços

5.131 - Propaganda

A propaganda do curso em aprêço, visando atingir o maior número de interessados, deveria utilizar não só a imprensa desta Capital como também os serviços de correspondência desta Fundação, por meio de circulares remetidas à instituições públicas e particulares que se ocupam de cegos e amblíopes. A previsão de Cr\$... 1.500,00 (mil e quinhentos cruzeiros) representa um limite, calculado na base de propaganda similar já efetuada pela Fundação, e corresponde a 5% da despesa total prevista.

5.14 - Verba IV - Eventuais

5.141 - Dado o caráter do curso em questão envolvendo problemas inéditos em nosso meio, foi estabelecido uma verba de eventuais (4.14) correspondendo a cerca de 5,5% da despesa total.

6. - PREVISÃO DA RECEITA

6.1 - Considerando a natureza do curso para educadores de cegos e amblíopes, torna-se impossível prever uma receita para o mesmo, uma vez que as próprias taxas preestabelecidas assumiriam no caso um caráter preferentemente simbólico.

as.) Luiz Alves de Mattos

as.) Dora Alves de Mattos

-:-

QUADRO REPRESENTATIVO DO ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO
DOS CEGOS NO BRASIL

Anexo à 1.5 "Exposição de Motivos"

IDADES	H O M E N S				M U L H E R E S			
	Ignorada	Não	Sim	TOTAL	Ignorada	Não	Sim	TOTAL
Ignorada.	1	25	12	38	2	23	8	33
0 - 9...	104	1 577	47	1 728	80	1 173	38	1 291
10 - 19..	55	2 283	391	2 729	36	1 788	279	2 103
20 - 29..	33	2 366	806	3 205	30	2 089	440	2 559
30 - 39..	44	2 440	1 208	3 692	48	2 252	395	2 695
40 - 49..	43	3 193	1 404	4 640	37	2 793	493	3 323
50 - 59..	43	3 221	1 411	4 675	40	3 301	598	3 939
60 - 69..	27	3 179	1 240	4 446	47	4 209	787	5 043
70 - 79..	41	2 624	1 065	3 730	52	3 627	746	4 425
80 - 89..	11	1 312	400	1 723	22	2 298	420	2 740
90 - 99..	6	376	53	435	7	807	88	902
100+ ...	-	111	12	123	3	251	11	265
T O T A L	408	22 707	8 049	31 164	404	24 611	4 303	29 318

C A U S A S D A C E G U E I R A

C A U S A S	H O M E N S	M U L H E R E S
Acidente	7 657	5 060
Doença	18 977	20 207
Nascença	3 461	2 856
Não declarada	1 069	1 195

DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA COM O PESSOAL DOCENTE
(Anexo à 4.112 - da "Previsão Orçamentária")

DISCIPLINAS		NÚMERO DE AULAS				Total de Aulas	Total de Aposti las	CURSO DAS AULAS		CUSTO DAS APOSTILAS		DESPESA MENSAL				DESPESA POR DISCIPLINA
								Unitário Cr\$	Total Cr\$	Unitário Cr\$	Total Cr\$	Agôsto	Setembro	Outubro	Novembro	
1.21	Anatomia, Fisiologia e Higiene Visual	9	9	-	-	18	18	150,00	2.700,00	25,00	450,00	1.575,00	1.575,00	-	-	3.150,00
1.22	Psicologia.....	8	9	4	-	21	21	150,00	3.150,00	25,00	525,00	1.400,00	1.575,00	700,00	-	3.675,00
1.23	Técnica de Pesquisa...	-	-	6	4	10	10	150,00	1.500,00	25,00	250,00	-	-	1.050,00	700,00	1.750,00
1.24	Administração e Organi zação Escolar.....	-	-	9	-	9	9	150,00	1.350,00	25,00	225,00	-	-	1.575,00	-	1.575,00
1.25	Didática Geral	8	8	-	-	16	16	150,00	2.400,00	25,00	400,00	1.400,00	1.400,00	-	-	2.800,00
1.26	Didática Especial	-	-	10	20	30	30	150,00	4.500,00	25,00	750,00	-	-	1.750,00	3.500,00	5.250,00
TOTAL		25	26	29	24	104	104	-	15.600,00	-	2.600,00	4.375,00	4.550,00	5.075,00	4.200,00	18.200,00

IV - CURSOS SOLICITADOS PELO
INSTITUTO NACIONAL DE ES-
TUDOS PEDAGÓGICOS DO MI-
NISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E
SAÚDE.

PRÉ-PLANO DOS CURSOS EM
COLABORAÇÃO COM O I.N.E.P.

1. - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

1.1 - Visando promover o aperfeiçoamento de pessoal não só em exercício de cargos administrativos como em funções docentes, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos deseja organizar anualmente uma série de cursos destinados a:

1.11 - Diretores de Escolas Normais dos Estados e Territórios.

1.12 - Construtores de Prédios Escolares das Secretarias ou Departamentos de Educação dos Estados e Territórios.

1.13 - Professôres de Didática das Escolas Normais dos Estados e Territórios.

1.14 - Professôres de Português (linguagem) das Escolas Normais dos Estados e Territórios.

1.15 - Professôres de Matemática das Escolas Normais dos Estados e Territórios.

1.2 - O objetivo principal dêsses cursos consubstancia-se na renovação dos métodos de direção administrativa e de trabalho docente, imprimindo-lhes um cunho dinâmico e progressista, requerido pelas exigências da vida na época atual.

1.3 - De nada valerá multiplicarem-se as escolas pelo território nacional se o pessoal docente que atuar nas mesmas não estiver devidamente

orientado para exercer suas funções. Na realidade é menos prejudicial deixar de abrir escolas do que criá-las sem orientação adequada. O problema que se apresenta é, nêsse particular, decididamente, um problema de "defesa nacional".

- 1.4 - Ora, uma vez que se torna impossível atuar diretamente sôbre o professorado destinado às inúmeras escolas de que carecemos, torna-se imprescindível atuar sôbre aquêles que irão formar êsses professores.
 - 1.5 - Assim sendo, o plano do I.N.E.P. fere o problema no seu âmago, oferecendo as perspectivas de solução que melhor se coadunam com as diferentes e inúmeras dificuldades que se apresentam em nosso país, em casos dessa natureza.
 - 1.6 - A colaboração da F.G.V. com o I.N.E.P., nêsse particular, enquadrando-se dentro dos objetivos da mesma, será, sem dúvida, uma contribuição inestimável, já pela natureza do problema que visa solucionar, já pela amplitude com que se apresenta, uma vez que pretende atingir todo o território nacional.
- A colaboração da F.G.V. será por certo mais um dos seus títulos de glória, demonstrando cabalmente o patriotismo sadio e construtivo que a norteia.

2. - ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS

2.1 - Seminário Pedagógico para Diretores de Escolas Normais dos Estados e Territórios

2.11 - Currículo do Curso

2.111 - Disciplinas de estudo em aulas e Seminários

2.111,1 - Organização Escolar

2.111,2 - Administração Escolar

2.111,3 - Teoria e Prática da Escola Nova

2.111,4 - Ensino Normal Comparado

2.111,5 - Orientação Educacional

2.112 - Visitas de observação a estabelecimentos de ensino da Capital Federal e Niterói.

2.113 - Provas: Não haverá provas do tipo clássico. Será exigido apenas um trabalho monográfico sobre problema objetivo específico.

2.114 - Número de horas de trabalho semanal - aulas e seminários-25 horas
visitas - 5 horas
Total -30 horas
semanais.

2.115 - Duração do Curso - 1 mês

2.116 - Total provável de horas de trabalho: 112 horas

2.117 - Época de realização: Março

2.12 - Matrículas: 50 alunos

2.13 - Orcamento: O orçamento do curso figura em anexo.

2.2 - Seminário de Construção de Prédios Escolares destinado aos engenheiros encarregados desses serviços, anexos às Secretarias ou Departamentos de Educação dos Estados e Territórios.

2.21 - Currículo do Curso

2.211 - Disciplinas de Estudo em aulas e Seminários.

2.212,1 - Pedagogia (aspectos pedagógicos que devem orientar as construções escolares).

2.212,2 - Higiene Escolar

2.212,3 - Estudo funcional dos ambientes escolares.

2.212,4 - Técnica de planejamento e execução de construções escolares.

2.212,5 - Técnica de planejamento e instalação de equipamentos escolares e complementares.

2.212 - Visitas de estudo aos prédios escolares da Capital-Federal e Niterói e suas instalações.

2.213 - Provas - Não haverá provas de tipo clássico. Será exigido um trabalho monográfico sobre problema objetivo específico.

2.214 - Número de horas de trabalho
semanal.....30 horas

2.215 - Duração do Curso - 1 mês

2.216 - Total provável de horas de trabalho
112 horas.

2.217 - Época de realização - Abril

2.22 - Matrículas - 25 alunos.

2.23 - Orcamento - O orçamento do curso figura em anexo.

2.3 - Curso de Especialização para Professôres de Didática e Prática de Ensino.

2.31 - Curriculo do Curso

2.311 - Disciplinas de estudo em aulas e seminários:

2.311,1 Didática Geral

2.311,2 - Didática Especial, compreendendo os seguintes grupos:

2.311,21 - Linguagem

2.311,22 - Matemática

2.311,23 - Ciências físicas, químicas e biológicas

2.311,24 - Ciências Sociais

2.311,25 - Desenho

2.311,26 - Trabalhos manuais

2.311,3 - Atividades extra-curriculares.

2.311,4 - Evolução dos métodos de Ensino.

2.311,5 - Técnicas de pesquisa pedagógica.

2.312 - Visitas de observação a estabelecimentos de ensino da Capital-Federal e Niterói.

2.313 - Provas e trabalhos práticos

2.313,1 - Trabalhos mensais em cada uma das disciplinas lecionadas no curso.

2.313,2 - Pesquisa pedagógica realizada, obrigatoriamente, logo que o aluno reassumir sua cátedra e remetida ao I.N.E.P. dentro de seis meses, no máximo, após a terminação do curso.

- 2.313,21 - NOTA - O item acima deverá constar do contrato as sinado pelos bolsistas com o I.N.E.P.
- 2.313,3 - Prova final - escrita - de cada uma das disciplinas que integram o curso.
- 2.314 - Número de horas de trabalho semanal:
Aulas e seminários - 24 horas.
- 2.315 - Duração do Curso: - 4 meses
- 2.316 - Total provável de horas de trabalho - 448 horas.
- 2.317 - Época de realização: de 15 de março a 15 de julho.
- 2.32 - Matrículas: 50 alunos
- 2.33 - Orçamento: o orçamento do curso figura em anexo.
- 2.4 - Curso de Aperfeiçoamento para Professôres de Português das Escolas Normais dos Estados e Territórios.
- 2.41 - Currículos do Curso
- 2.411 - Disciplinas de Estudo em aulas e seminários.
- 2.411.1 - Português (abrangendo todos os aspectos que dizem respeito ao ensino desta matéria no curso normal)
- 2.411,2 - Literatura Luso-Brasileira.
- 2.411,3 - Psicologia Educacional.
- 2.411,4 - Didática Geral.
2. 411,5 - Didática Especial da Linguagem.
- 2.412 - Visitas de observação a estabelecimen-

2.52 - Matrículas: - 50 alunos

2.53 - Orçamento: o orçamento do curso figura em
anexo.

-:-

4 - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

CURSOS	Nº TOTAL DE AULAS OU Nº DE APOSTILHAS	PREÇOS UNITÁRIOS DE		CUSTO DAS		Nº EXEM- PLARES DE APOSTILHAS	Nº MÉDIO DE PAG/ APOST:	PAPEL		CUSTO DO STENCILS	CUSTO TOTAL
		AULA	APOSTILHAS	AULAS	APOSTILHAS			Nº FOLHAS	CUSTO		
Seminário Pedagógico para Diretores de Escola Normal dos Estados e Territórios	112	130,00	60,00	14.560,00	6.720,00	400	5	224.000	14.940,80	1.142,40	37.363,20
Seminário de Construção de Prédios Escolares	112	130,00	60,00	14.560,00	6.720,00	400	5	224.000	14.940,80	1.142,40	37.363,20
Curso de Especialização para Profes- sores de Didática e Prática de En- sino	448	100,00	50,00	44.800,00	22.400,00	400	5	896.000	59.763,20	4.569,60	131.532,80
Curso de Aperfeiçoamento de Profes- sores de Português de Escolas Nor- mais dos Estados e Territórios (Prática de ensino)	336	100,00	50,00	33.600,00	16.800,00	400	5	672.000	44.822,40	3.427,20	98.649,60
	50	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	5.000,00
Curso de Aperfeiçoamento de Prof. de Matemática de Escolas Normais dos Estados e Territórios (Prática de ensino)	336	100,00	50,00	33.600,00	16.800,00	400	5	672.000	44.822,40	3.427,20	98.649,60
	50	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	5.000,00
Coordenação - (10) meses a Cr\$..... 3.000,00											30.000,00
Excursões e Visitas (5% do total)											22.177,92
T O T A L											465.736,32

ANEXO X

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO FUNCIONAMENTO DOS CURSOS MANTI- DOS PELA FUNDAÇÃO GETÚLIO VAR- GAS.

1) Trabalhos preliminares

1.1) Estudos prévios.

1.11) Os cursos solicitados a esta Fundação por entidades oficiais ou particulares ou, ainda, sugeridos por necessidade do meio são, em primeiro lugar, devidamente estudados, através de:

1.111) Consultas bibliográficas;

1.112) Análise de cursos semelhantes, já instituídos no país ou no estrangeiro e de seus resultados;

1.113) Consultas a especialistas nos assuntos versados;

1.114) Pesquisas de campo.

1.12) Reconhecidas as possibilidades de realização dos cursos em estudo e a orientação técnica aconselhada para os mesmos, procede-se ao:

1.2) Planejamento.

1.21) O planejamento, quer seja de conjuntos, quer seja de cursos, obedece às normas técnicas estabelecidas pela Didática moderna.

1.22) A elaboração dos planos subordina-se, de um modo geral, ao seguinte esquema:

1.221) Exposição de Motivos.

1.222) Determinação das Finalidades Gerais do Curso e de seus objetivos específicos, em correlação com o currículo previsto.

1.223) Organização das atividades, compreendendo sua estruturação, desdobramento e correlatos.

1.224) Regulamentação, compreendendo as normas de Implantação, Execução, Coordenação e Contrôles, de -

terminadas para cada caso..

1.225) Previsão Orçamentária, incluindo os aspectos técnicos e administrativos peculiares a cada curso.

1.226) Justificação Orçamentária, estabelecida na base de tabelas experimentadas e aprovadas, e referentes ao pagamento do pessoal técnico e administrativo necessário; às despesas com material didático permanente ou não; propaganda e eventuais.

2) FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DA F. G.V.

2.1) Coordenadores

2.11) Os cursos da Fundação, agrupados de acordo com a natureza dos estudos a que se referem, são coordenados por um técnico que superintende todas as atividades nelas desenvolvidas. Esse coordenador, sendo necessário, pode ser auxiliado por um mais assessôres técnicos.

2.2) Orientadores

2.21) A testa de cada um dos cursos, encontra-se um orientador, professor do mesmo, a quem compete controlar diretamente as atividades de mestres e alunos, consoante está indicado no anexo relativo às atribuições do pessoal técnico do Dp.E. Os orientadores subordinam-se ao coordenador respectivo, sendo uns e outro os representantes diretos do Diretor do Dp.E junto aos cursos.

2.3) Coordenadores e Orientadores agem em harmonia com os Técnicos do Dp.E. responsáveis pelo planejamento do curso a que se referem, sob a supervisão geral do Diretor do Dp.E.

2.4) Professôres

2.41) Os professôres do Dp.E., selecionados entre os mais credenciados nesta capital, devem ministrar suas aulas de acordo com a orientação didática adotada pelo Departamento de Ensino, e que é amplamente debatida em entrevistas pessoais e reuniões regulares e extraordinárias

do corpo docente, dirigidas pelos orientadores, coordenadores e técnicos do Dp.E. responsáveis pelos cursos.

- 2.42) Cada professor submete seu programa de atividades à consideração dos técnicos do Dp.E. encarregados do curso, sendo em seguida debatido com os demais colegas na reunião para isso convocada. Com tal debate, visa-se o maior entrosamento das disciplinas lecionadas e, conseqüentemente, maior uniformidade de ação em vista de um mesmo fim.

2.5) Aulas

- 2.51) As aulas têm a duração de 50 minutos. É aconselhado aos senhores professores evitar as aulas simplesmente expositivas, ministrando-as de modo a que incluam o maior número possível de atividades realizadas pelos alunos.

- 2.52) O assunto de cada aula é anotado em ficha especial, devidamente rubricada pelo professor e diariamente revista pelo orientador do curso.

2.6) Apostilhas

A fim de suprir as deficiências existentes em nosso meio em matéria de livros didáticos e documentação suplementar, requeridos no ensino, as aulas teóricas são acompanhadas de apostilhas, contendo a sùmula das mesmas, gráficos, esquemas, quadros, exercícios, etc., em função do assunto de cada aula.

- 2.61) As aulas práticas são acompanhadas de apostilhas, tôdas as vezes que se faz necessário fornecer aos alunos normas ou instruções de trabalho.

- 2.62) O contrôle das apostilhas é feito:

2.621) Do ponto de vista do seu conteúdo, pelo orientador do curso;

2.622) e em relação ao recebimento, à mecanização e à distribuição, por auxiliares administrativos

do Dp.E.

2.7) Frequência

2.71) A frequência às aulas é obrigatória, não sendo autorizado a efetuar as provas os alunos com menos de $\frac{2}{3}$ de presença .

2.72) O controle de frequência é feito diretamente pelo professor, corroborado pelo auxiliar de curso, em ficha apropriada.

2.73) A Secretaria Geral dos Cursos faz o levantamento mensal das frequências, dêle dando ciência ao Diretor do Departamento e divulgando os quadros respectivos, para conhecimento dos alunos.

2.8) Provas e médias de aprovação.

2.81) Todas as provas são de caráter objetivo e rigorosamente controladas como segue:

2.811) O professor entrega ao orientador de cada curso o texto de sua prova, acompanhado de uma cópia que contém as respostas padrão e que é guardada em "arquivo próprio" , no Departamento de Ensino.

2.812) As cópias para os alunos, com as instruções devidas, são confiadas, sob sigilo, ao chefe do Serviço de Mecanização, e uma vez prontas são guardadas no Dp.E. até o dia de sua realização , sendo inutilizados os excedentes, as cópias erradas, etc.

2.813) As provas são realizadas com a maior seriedade, objetivamente corrigidas e avaliadas na base das respostas-padrão previamente indicadas.

2.814) As médias de aprovação são bastante elevadas (60, habitualmente).

2.9) Relatório

2.91) Cada professor é obrigado a apresentar um rela-

tório documentado sobre o andamento dos trabalhos da disciplina que leciona. Esse relatório é exigido no fim de cada período letivo.

2.92) Os orientadores e coordenadores são obrigados a apresentar:

2.921) Pequenos relatórios cobrindo as atividades de cada mês.

2.922) Relatórios de fim de período abrangendo o relatório de cada professor.

2.923) Relatório geral do curso no fim dos trabalhos de cada ano letivo.

ANEXO XI

RESULTADO DO INQUÉRITO MANDA DO FAZER PELO DEPARTAMENTO DE ENSINO PARA APURAR A CAU- SA DO ELEVADO NÚMERO DE DE- SISTÊNCIAS OCORRIDAS NO DE- CURSO DOS PERÍODOS LETIVO.

No correr dos primeiros meses, tendo as aulas começa-
do a 11 de agosto, verificaram-se desistências no total de 786,
ou sejam, 57,498% das matrículas iniciais, perseverando até as
provas parciais ou finais apenas 581 alunos, ou sejam, 42,502%.

Procurando identificar as causas determinantes de tão
elevado índice de desistências, procedemos a um amplo e minuci-
oso inquérito, enviando a todos os alunos desistentes circula-
res e formulários para serem preenchidos e devolvidos a este
Dp.E. Do primeiro levantamento provisório, feito com as pri-
meiras 100 respostas obtidas, depreende-se que predominaram as
seguintes causas:

- Dificuldade de conciliar o estudo com as horas
de trabalho 47
- Afastamento ou distância do local dos cursos.. 27
- Alteração ou aumento de horas de trabalho 25
- Doença ou esgotamento físico 19

Infelizmente não nos é possível anexar ao presente o
levantamento final de tal inquérito, porquanto quase diáriamen-
te continuam chegando a este Dp.E. novas respostas, com grande
atrazo.

Contudo, a primeira amostra substancial, acima referi-
da, é bastante elucidativa. Das 4 causas que predominam com e-
levados índices, três são inteiramente alheias à organização
dos cursos e escapam ao nosso alcance e contrôlo. A única cau-
sa que poderia ser diretamente remediada, a saber, a do afasta-
mento ou distância do local dos cursos, já se providenciou com
a aquisição de dois andares do Edifício Darke, localizado num
dos pontos mais centrais da cidade, para nêles funcionarem os
Cursos da Fundação Getúlio Vargas.

Em de outubro de 1 947

Prezado Senhor

Estando o Departamento de Ensino da Fundação Getúlio Vargas interessado em conhecer a opinião pessoal dos alunos inscritos em seus diversos cursos, a fim de cõlher sugestões úteis à organização de novos cursos em anos vindouros, vem solicitar a V. Sª um depoimento sincero sôbre os seguintes aspectos:

1. - Organização dos horários;
2. - Distribuição das aulas pelos dias da semana;
3. - Localização do curso;
4. - Instalações materiais;
5. - Taxas e mensalidades;
6. - Seleção das disciplinas que integram o currículo;
7. - Exigências relativas a trabalhos e provas;
8. - Grau de dificuldade do curso em relação ao preparo prévio exigido, especificando as disciplinas para as quais não se sente com suficiente fundamentação;
9. - Orientação didática dos professores;
- 10.- Apostilhas e material didático.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Sª os protestos de estima e consideração.

LUIZ ALVES DE MATTOS
Diretor do Dp.E.

I N Q U É R I T O

Sublinhar, dentre as alegações abaixo, o motivo ou motivos que ocasionaram a retirada de V. Sª do curso. Se julgar necessário fazer qualquer comentário elucidativo suplementar, V. Sª deve utilizar a parte referente às Observações:

1. - Doença ou esgotamento físico.
 2. - Doença de pessoas da família.
 3. - Mudança de residência.
 4. - Alteração ou aumento do horário de trabalho.
 5. - Incompatibilidade com o horário das aulas.
 6. - Incompatibilidade com a distribuição das aulas pelos dias de semana.
 7. - Afastamento ou distância do local do curso.
 8. - Dificuldade no pagamento das mensalidades.
 9. - Número excessivo de disciplinas.
 10. - Exigências relativas a trabalhos e provas.
 11. - Grau de dificuldade do curso em relação ao preparo prévio exigido, especificando, nas linhas abaixo, as disciplinas para as quais não se sentia com suficiente fundamentação:
-
12. - Caráter excessivamente teórico no desenvolvimento de uma ou de várias disciplinas do curso.
 13. - Deficiência didática de um ou de vários professores.
 14. - Impontualidade ou falta de assiduidade de um ou de vários professores.
 15. - Incompatibilidade pessoal com um ou vários professores.
 16. - Deficiências no conteúdo das apostilhas.
 17. - Atraso na entrega das apostilhas.
 18. - Deficiências nas instalações materiais.
 19. - Deficiências de material didático.

OBSERVAÇÕES: _____

CAUSA DO ELEVADO Nº DE DESISTÊNCIAS OCORRIDAS NO DECURSO DOS PERÍODOS LETIVOS

DA F.G.V.

MOTIVOS	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
Incompatibilidade com o horário das aulas	47	28,313%
Afastamento ou distância do local do curso	27	16,265
Alteração ou aumento do horário de trabalho	25	15,060
Doenças	24	14,457
Incompatibilidade com a distribuição das aulas pelos dias da semana	8	4,819
Dificuldade no pagamento das mensalidades	6	3,614
Dificuldades encontradas no curso	5	3,012
Mudança de residência	5	3,012
Atraso na entrega das apostilas	5	3,012
Carater teórico no desenvolvimento das disciplinas	4	2,409
Deficiência didática de professores	3	1,807
Motivo de viagem	2	1,204
Impontualidade de professores	1	0,602
Deficiência no conteúdo das apostilas	1	0,602
Deficiência nas instalações materiais	1	0,602
Deficiência de material didático	1	0,602
Número excessivo de disciplinas	1	0,602
TOTAL	166	

Nº de inquéritos:

CDB	19	CAE	4
CDT	4	CAC	8
CDA	5	CAI	2
CBS	20	CAA	11
CAS	9	CCA	7
CRE	12	TOTAL	101

ANEXO

ELEMENTOS QUE PERMITEM VERIFICAR O BOM RENDIMENTO DOS CURSOS PLANEJADOS PELO DEPARTAMENTO DE ENSINO.

1) Rendimento dos Cursos.

- 1.1) De um modo geral, cumpre dizer que, por meio da análise das apostilas dadas pelos professores e dos testes confeccionados para as provas, foi possível verificar que os cursos planejados e orientados tecnicamente por este Departamento, através de seus técnicos, coordenadores e orientadores, corresponderam ao padrão superior desejado.
- 1.2) O resultado dos cursos, em termos de aprovação dos alunos, foi por outro lado bastante animador, sobretudo considerando-se que esses cursos são uma inovação em nosso meio.
- 1.3) Se compararmos a frequência aos mesmos, seu funcionamento e orientação técnica e o número de alunos aprovados com o que existe em nosso meio em escolas reputadas, oficiais ou não, verificaremos, certamente, o alto nível dos cursos da F.G.V., seriedade dos trabalhos, aprovação rigorosa, de acordo com o preparo de cada aluno nas matérias dos cursos seguidos.
- 1.4) Embora a medida de rendimento verificada em provas escolares seja sempre uma medida indireta, o conjunto de elementos de que dispomos permite-nos afirmar que esse rendimento em alguns casos pode ser qualificado como bom, em outros excelente.
- 1.5) É apenas lamentável que, em alguns cursos, a frequência tenha sido diminuta, o que, não invalidando o mesmo, impossibilita, entretanto, uma avaliação mais perfeita de seus resultados globais.

2) Dados relativos aos Cursos terminados.

Observações acêrca do andamento dos mesmos e ao aproveitamento dos alunos respectivos.

2.1) C.A.D. - Curso de Arquivologia e documentos.

2.11) O Curso supra já se encontrava em funcionamento quando da reconstituição do Departamento de Ensino e, por êste motivo, não foi planejado nem orientado de acôrdo com as normas adotadas por aquêle Departamento.

2.12) O número de candidatos inscritos atingiu a 59, tendo prestado tôdas as provas requeridas 36 alunos.

A aprovação foi de 100%, variando as médias obtidas entre 67 e 95.

2.13) A medida indireta do rendimento dêste curso pode ser avaliada pela média final atingida pela turma e que foi igual a 80,3. Dado que a média de aprovação habitualmente adotada nos cursos mantidos pela F.G.V. é igual ou superior a 60, a média obtida no Curso acima foi, nitidamente, superior. Não é possível, entretanto, dar a êste resultado um valor absoluto, já que as provas não foram realizadas dentro do padrão objetivo atualmente em vigor nos Cursos devidamente planejados e tècnicamente orientados.

2.2) Cursos práticos de Horticultura.

2.21) Os Cursos acima abrangeram as seguintes especializações

C.S.A. - Solos e Adubação;

C.E.A. - Economia e Administração Rural;

C.P.F. - Floricultura;

C.P.J. - Jardinagem;

C.P.V. - Viveirista;

C.B.A. - Botânica Agrícola;

C.H.D. - Hortas Domésticas.

2.22) Estes Cursos, realizados em colaboração com a Sociedade Nacional de Agricultura, na Escola Wenceslau Bello, foram

planejados pelo Diretor do Departamento de Ensino em co laboração com o Prof. Geraldo G. da Silveira.

2.23) Tratando-se de Cursos intensivos e exclusivamente prá ticos, foram realizados em dias e horas adequados, se tendo inscrito nos mesmos 396 candidatos e freqüentado as aulas 234 alunos. Sendo êstes, em sua maioria, pro-fissionais desejosos apenas de aperfeiçoar seus conheci-mentos, nem todos se submeteram às provas requeridas pa-ra a obtenção de certificado.

2.24) Os que a ela se submeteram, em número de 158, foram todos aprovados. As médias atingidas variaram de 50 a 100. A média geral alcançada foi de 90,7, média bastante elevada e que prova o valor prático dêstes cursos e o interêsse e dedicação dos alunos que os efetuaram.

2.3) C.C.A. - Curso para Educadores de Cegos e Amblíopes.

2.31) O Curso supra, planejado a pedido do Diretor do Insti-tuto Benjamin Constant do Ministério da Educação e Saú-de, foi, antes de mais nada, uma experiência nêste se-tor do ensino emendativo especializado.

2.32) Para atender às necessidades do I.B.C. foi necessário permitir a inscrição de elementos vários, de formação muitas vâzes precária, constituindo-se pois uma turma bastante heterogênea.

2.33) Dentre os alunos matriculados, em número de 93, mui-tos seguiram o Curso apenas como ouvintes, porquanto o conteúdo do 2º período do mesmo, incluindo observação e prática de ensino no I.B.C. e iniciação em pesquisas psicológicas e metodológicas, exigiu um horário mais a-longado e menos acessível a todos.

2.34) Assim sendo, o número de alunos que realizaram tôdas as provas requeridas atingiu apenas a 33 dos 53 que o freqüentaram, sendo aprovados apenas 29. Dêstes últimos, alguns alcançaram a média de aprovação igual ou superior

a 60, não tendo logrado atingir o mínimo de 40 em uma ou duas matérias. Não fôsse o Curso intensivo e sim regular teria sido possível prever uma 2ª chamada. Tratando-se, contudo, de uma turma extremamente heterogênea, como já ficou dito, os resultados alcançados foram bastante significativos.

2.35) As provas foram todas de caráter objetivo, (sob a forma de testes) rigorosamente planejadas e controladas, e seus resultados podem realmente dar uma medida de apreciação válida como rendimento de curso. Assim, as médias extremas foram 46 e 90 e a média da turma 73,8, evidentemente elevada considerando-se as observações já feitas.

2.4) C.P.A. - Curso de Formação Pedagógica de Professores e Orientadores de Ensino Agrícola.

2.41) O Curso acima, destinado à formação de professores e de orientadores, foi planejado na base da Lei-Organica do Ensino Agrícola (Dec.-Lei nº 9 613, de 20-8-1946) e esteve sob a direção técnica deste Departamento.

2.42) Congregando alunos comissionados pela S.E.A.V., auxiliares de ensino da mesma, engenheiros agrônomos e outros interessados, conforme permitiu o Sr. Superintendente de Ensino Agrícola, a turma constituída incluiu elementos bastante heterogêneos.

2.43) A princípio, o esforço de adaptação dos mesmos à vida nesta Capital, longe de suas famílias, e ao estudo, por muitos abandonado há tempos, dava a impressão de que os resultados do Curso não seriam brilhantes. Contudo, essa expectativa transformou-se inteiramente no decorrer dos meses letivos e podemos afirmar, sem temor de contestação, que o rendimento atingido foi além do que se poderia esperar em casos análogos.

2.44) Efetivamente, um simples exame das provas escritas do 1º período e das provas finais poderá confirmar sobejamen

te essa afirmação. Todos os professores foram unânimes em declarar o mesmo.

2.45) No Curso de Professôres houve 47 alunos inscritos e 40 que freqüentaram regularmente, sendo todos êstes aprovados. Suas médias oscilaram entre 57 e 87, perfazendo a média da turma 73,1.

2.46) No Curso de Orientadores houve 23 inscritos, 17 que freqüentaram as aulas, sendo todos aprovadas. Suas médias variavam de 66 a 89, sendo a média da turma igual a .. 79,8.

2.47) Houve 3 inscritos em cadeiras isoladas, os quais realizaram as provas respectivas, tendo alcançado, em conjunto, a média 81.

2.5) Cursos de Desenho

2.51) Os cursos supra, a saber:

Curso Básico de Desenho

Curso Técnico de Desenho

Curso de Desenho de Arquitetura

desenvolveram-se como segue:

2.511) No Curso Básico, inscreveram-se 90 alunos freqüentando apenas 28. Dêstes foram aprovados 17 cuja média foi 64,2.

2.512) No Curso Técnico, inscreveram-se 12 alunos e, devido aos horários, conforme consta dêste relatório, apenas 1 aluno o concluiu, obtendo a média 85,5.

2.513) No Curso de Desenho de Arquitetura, inscreveram-se 24 alunos, sendo que apenas 6 lograram aprovação, atingindo a média 86,6.

2.52) As médias acima foram calculadas, nos 3 cursos, na base de um mínimo de 60, por matéria.

3) Dados relativos aos cursos não terminados.

Observações acêrca do andamento dos mesmos e ao aproveitamento dos alunos respectivos.

3.1) Generalidades.

3.11) Os Cursos ainda não terminados são em número de 8, a saber:

3.111) Curso de Psicoterapia Menor.

3.112) Curso Básico de Secretariado.

3.113) Curso de Aperfeiçoamento em Secretariado.

3.114) Curso Básico de Estatística.

3.115) Curso de Aperfeiçoamento em Estatística.

3.116) Curso para Auxiliares de Administração de Empresas.

3.117) Cursos para Administradores de Empresas Comerciais.

3.118) Curso para Administradores de Empresas Industriais.

3.12) Ao primeiro dos cursos indicados falta, apenas, a parte prática (estágio e estudo de um caso-problema), já que as aulas teóricas foram encerradas em novembro p.p. e efetuadas as provas correspondentes.

3.13) Constando os 7 cursos seguintes de 2 períodos letivos, de 4 meses cada um, e tendo sido iniciado em agosto, o primeiro período letivo, encerrou-se este em dezembro p. p..

Os trabalhos decorreram normalmente, de acôrdo com os planos estabelecidos.

Após as provas, seguiu-se um período de férias que se prolongará até 15 de fevereiro.

As aulas serão reiniciadas a 16 do mesmo mês.

Alguns currículos sofrerão ligeiras alterações aconse-

DEPARTAMENTO DE ENSINO

ANEXO XIII - DADOS SOBRE O CUSTO DOS CURSOS

MAPA DEMONSTRATIVO DO CUSTO "PER CAPITA" DOS ALUNOS DOS CURSOS DA F.G.V.

CURSO	D E S P E S A					Nº DE ALU- NOS APROVA- DOS	CUSTO "PER CAPITA"
	AULAS	APOSTILHAS	MATERIAL	DIVERSOS	TOTAL		
C.B.S.	54.340,00	2.920,00	4.962,90	12.134,30	74.357,20	34	2.186,98
C.A.S.	18.810,00	4.950,00	2.314,50	11.284,30	37.358,80	2	18.679,40
C.B.E.	30.900,00	3.280,00	3.619,20	12.385,50	50.184,70	24	2.091,03
C.A.E.	19.400,00	5.050,00	4.060,50	11.370,50	39.881,00	5	7.976,20
C.A.A.	18.075,00	2.640,00	2.190,30	11.157,70	34.063,00	4	8.515,75
C.A.C.	21.800,00	5.000,00	3.765,20	10.037,20	40.602,40	2	20.301,20
C.A.I.	22.400,00	5.050,00	3.592,40	10.037,20	41.079,60	19	2.162,08
C.P.A.	54.800,00	16.350,00	21.135,20	141.446,40	233.731,60	43	5.435,62
C.C.A.	13.800,00	4.300,00	2.996,00	6.546,40	27.642,40	29	953,19
C.A.D.	17.062,00	-	186,80	-	17.248,80	36	479,11
C.P.M.	4.350,00	-	2.470,00	-	6.820,00	85	80,23
END- B	91.012,50	2.600,00	2.223,40	22.827,00	118.662,90	17	6.980,17
END- T	27.825,00	1.450,00	2.223,50	22.827,00	54.325,50	1	54.325,50
END- Q	22.687,50	-	-	22.827,00	45.514,50	6	7.585,75
Floricultura	2.400,00	-	-	-	2.400,00	22	109,09
Jardinagem	3.600,00	-	-	-	3.600,00	8	450,00
Solos e Adubação	2.250,00	-	-	-	2.250,00	15	150,00
Botânica Agrícola	2.550,00	-	-	-	2.550,00	17	150,00
Viveiristas	2.400,00	-	-	-	2.400,00	13	184,61
Hortas Domésticas	3.600,00	-	-	-	3.600,00	21	171,42
Economia e Adminis- tração Rural	2.400,00	-	-	-	2.400,00	62	38,40
TOTAIS	436.462,00	53.590,00	55.739,90	294.380,50	840.672,40	465	

Custo médio "per capita" { Durante o exercício CR\$ 1.807,89
Por curso terminado CR\$ 2.055,82

Rio de Janeiro, 3 de março de 1948

3) Dados relativos aos cursos não terminados.

Observações acêrca do andamento dos mesmos e ao aproveitamento dos alunos respectivos.

3.1) Generalidades.

3.11) Os Cursos ainda não terminados são em número de 8, a saber:

3.111) Curso de Psicoterapia Menor.

3.112) Curso Básico de Secretariado.

3.113) Curso de Aperfeiçoamento em Secretariado.

3.114) Curso Básico de Estatística.

3.115) Curso de Aperfeiçoamento em Estatística.

3.116) Curso para Auxiliares de Administração de Empresas.

3.117) Cursos para Administradores de Empresas Comerciais.

3.118) Curso para Administradores de Empresas Industriais.

3.12) Ao primeiro dos cursos indicados falta, apenas, a parte prática (estágio e estudo de um caso-problema), já que as aulas teóricas foram encerradas em novembro p.p. e efetuadas as provas correspondentes.

3.13) Constando os 7 cursos seguintes de 2 períodos letivos, de 4 meses cada um, e tendo sido iniciado em agosto, o primeiro período letivo, encerrou-se este em dezembro p. p..

Os trabalhos decorreram normalmente, de acôrdo com os planos estabelecidos.

Após as provas, seguiu-se um período de férias que se prolongará até 15 de fevereiro.

As aulas serão reiniciadas a 16 do mesmo mês.

Alguns currículos sofrerão ligeiras alterações aconse-

lhadas pela experiência que o primeiro período letivo representou.

3.14) Seguem-se discriminadamente informações acêrca dos aludidos cursos:

3.141) Curso de Psicoterapia Menor

3.141,1) O Curso acima destina-se a proporcionar a psicólogos e educadores, em geral, os conhecimentos e prática das técnicas de psicoterapia menor que estão a seu alcance utilizar.

3.141,2) Este curso não foi planejado nem orientado de acôrdo com as normas técnicas do Departamento de Ensino, já que os entendimentos para sua realização estavam estabelecidos antes da reestruturação dêste Departamento.

3.141,3) As condições de admissão foram bastante amplas, permitindo-se o ingresso no curso a todos os interessados.

3.141,4) Inscreveram-se neste curso 276 candidatos, tendo freqüentado regularmente, em média, 138 alunos. Dêsses, 86 prestaram provas, tendo logrado aprovação 85.

A média mínima atingida foi 30 e a máxima 95, equivalendo a média da turma a 80.

3.141,5) A média da turma, supra indicada, bem revela o resultado do trabalho dos alunos que freqüentaram regularmente o curso.

Convém notar que muitos alunos desejavam apenas seguir as aulas sem intuito de receber certificado, sendo êsse o motivo pelo qual deixaram de realizar as provas.

Em cursos da natureza dêste, que oferecem atrativos também aos leigos, é muito comum êsse fato.

3.142) Curso Básico de Secretariado.

3.142,1) Neste curso inscreveram-se 119 alunos, sendo que 57 o freqüentaram regularmente.

Dêstes, 41 realizaram tôdas as provas, sendo aprovados 34 e apresentando-se como médias extremas 21 e 88. A média da turma atingiu a 63,7.

3.142,2) Tanto neste curso como no de "Aperfeiçoamento", a constituição das turmas ressentiu-se da falta de provas vestibulares. A experiência provou que não é possível basear-se, apenas, nos comprovantes de formação anterior, quando esta formação atinge somente até o nível secundário ginasial ou cursos correspondentes.

Nos cursos vindouros, será sanado êsse inconveniente.

3.143,3) O número de alunos desistentes, bastante elevado, prende-se a problemas de horário, conforme consta do anexo que trata dêsse assunto.

3.143) Curso de Aperfeiçoamento em Secretariado.

3.143,1) No curso acima inscreveram-se 18 alunos e, por motivos vários, que constam do inquérito já mencionado, apenas 4 freqüentaram regularmente, tendo 3 alunos efetuado tôdas as provas. Foram aprovados 2. As médias extremas oscilaram entre 48 e 76, perfazendo a média da turma 63,8.

3.143,2) Este curso, provavelmente, só terá uma freqüência normal quando receber alunos da F.G.V. diplomados no Curso Básico de Secretariado. O aperfeiçoamento de Secretários em exercício fica prejudicado pelo trabalho excessivo e mesmo fora das horas normais de expediente que é comum a tais funções.

3.144) Curso Básico de Estatística.

3.144,1) O número de alunos matriculados neste curso atina 76, sendo que apenas 32 freqüentaram regularmente as aulas. Dos 29 que se submeteram às provas,foram aprovados 24 e suas médias oscilaram entre 17 e 88. A média da turma foi 62,8.

3.144,2) Constituindo o estudo da Estatística uma especialização, que requer boa base matemática, o número de alunos que se viu impossibilitado de continuar o curso, por carência de tal fundamentação,foi considerável. Todavia, êste Departamento,considerando o problema, aumentou o número de aulas semanais da cadeira de Complementos de Matemática, o que tornou possível a manutenção daquele número de alunos através de um curso que foi bastante intensivo e que requereu um grande esforço daqueles que, além de trabalhar, o conseguiram seguir.

3.145) Curso de Aperfeiçoamento em Estatística.

3.145,1) Neste curso matricularam-se 25 alunos. Dos 8 alunos que o freqüentaram, em média, 7 prestaram tôdas as provas e foram aprovados apenas 5.As médias por êles alcançadas variaram de 41 a 83, sendo a média do curso 61,7.

3.145,2) Devido ao alto nível de estudos que caracterizou êste curso, justifica-se o fato de apenas 7 alunos terem prestado tôdas as provas. Provavelmente, em segunda época, serão aprovados os dois alunos que não conseguiram a aprovação em primeira época. Assim sendo, a F.G.V. estará de parabens pela circunstância de manter e formar 7 jovens em um curso de grau superior, que não confere diploma oficial nem acena com vantagens materiais imediatas, curso êste ministrado por especialistas de renome nas respectivas matérias que lecionaram e cujas provas

bem demonstram a soma de conhecimentos adquiridos pelos alunos.

3.146) Curso para Auxiliares de Administração de Empresas.

3.146,1) As matrículas, neste curso, foram em número de 36, mas apenas 11 alunos o freqüentaram regularmente. Conseguiram aprovação 4 alunos, os únicos a se apresentarem a tôdas as provas. As notas oscilaram de 60 a 77 e a média do curso foi 64,9.

3.146,2) Este curso ressentiu-se muito da falta de uma prova de seleção que eliminasse, de início, aqueles que não tinham preparo para o seguir. Daí o grande número de desistências havido no mesmo.

3.146,3) Além disso, a aceitação de tal curso não foi adequada, porque muitos dos que se dirigiram para os cursos de mais alto nível - Curso para Administração de Empresas Comerciais e Curso para Administradores de Empresas Industriais - e que também não puderam seguir por falta de preparo anterior, se deveriam ter inscrito no curso ora em apreciação.

3.146,4) Tal equívoco teve lugar por ausência de um Orientador Educacional dos cursos da F.G.V. ou, pelo menos, da existência, então, dos Orientadores de Curso que teriam agido junto aos alunos, no sentido de encaminhá-los aos cursos adequados.

3.146,5) Os orientadores de Curso só foram designados algum tempo depois, porque os professores ainda não haviam sido experimentados, em função das suas capacidades, para aquela atribuição, por tratar-se de uma primeira realização de tais cursos.

3.147) Curso para Administradores de Empresas Comerciais.

3.147,1) 30 alunos matricularam-se neste curso, porém só 10 o freqüentaram, em média. Dêsses 10, 4 prestaram tôdas as provas, sendo aprovados apenas 2 alunos.

As notas por êles alcançadas variaram de 29 a 70; a média do curso foi de 53,6.

3.147,2) O Curso para Administradores de Empresas Comerciais, embora com um número normal de inscrições, teve baixa freqüência e ainda mais baixa percentagem de aprovações. Estes fatos justificam-se por várias razões:

3.147,21) Primeiro, pela razão já exposta em relação ao Curso para Auxiliares de Administração de Empresas: falta de preparo anterior. Daí, uma seleção inicial, que reduziu a 10 o número de alunos que o seguiram regularmente.

3.147,22) Segundo, porque a atividade comercial em nosso meio ainda não foi devidamente orientada, resultando, então que os auxiliares mais qualificados em empresas comerciais, os quais deveriam seguir este curso, ainda não sentiram a necessidade de aperfeiçoar seus conhecimentos.

3.147,23) Em nova experiência, será sanado o mal relativo à falta de seleção inicial e, é de esperar que a nova situação econômica há de evidenciar o valor e oportunidade de um curso de tais finalidades.

3.148) Curso para Administradores de Empresas Industriais.

3.148,1) O número de alunos, matriculados neste curso, atingiu a 53, porém a freqüência média foi de apenas 27 alunos, sendo que 26 apresentaram-se e prestaram tôdas as provas. Suas médias variaram entre 33 e 84, tendo sido aprovados 19 alunos. A média da turma foi 56,3.

3.148,2) Embora fôsse de esperar que, em relação a este

curso, se repetissem as falhas apontadas para o curso anterior, tal não se deu, pois, tendo uma frequência média de 27 alunos - número normal de alunos por turma - e apresentando 19 aprovações, através de provas objetivas e de nível bem elevado, já é um resultado compensador.

3.148,3) A turma, desde o início, apresentou um bom grau de homogeneidade e reagiu de forma muito favorável e interessada em relação a todas as cadeiras do curso.

ANEXO XV

CONCURSO DE DATILÓGRAFOS.

PRIMEIRO CONCURSO REALIZADO
PARA PREENCHIMENTO DOS CARGOS
VAGOS DE DATILÓGRAFOS.

RELATÓRIO DA BANCA EXAMINADO
RA SOBRE OS RESULTADOS DAS
PROVAS.

D.D. Diretor Executivo da Fundação Getúlio Vargas

Em carta de 11 do corrente, V. Sª incumbiu-nos da organização de um concurso para datilógrafos da Fundação Getúlio Vargas. Conforme autorização constante da aludida carta, convidamos para nos auxiliarem nêsse trabalho os senhores Nilton Ferreira Reis e Mário Lopes, ambos Assistentes de Administração do D.A.S.P.

Aprovadas e publicadas por V.Sª as instruções que elaboramos, foram abertas pelo prazo de sete dias, entre os pretendentes a emprêgo registrados nessa Fundação, as inscrições ao aludido concurso.

Inscreveram-se trinta e quatro candidatos, os quais com exceção de quatro que não atenderam à chamada, foram submetidos às provas de português e matemática no dia 23 do corrente, às 16 horas, no escritório central dessa Fundação; no dia imediato, no mesmo local, às 9 horas, realizou-se a prova de datilografia. Tôdas as provas foram acompanhadas pelo Dr. Geraldo Nunan e pelo Sr. Fernando Alves dos Santos, os quais não mediram esforços no sentido de serem os trabalhos iniciados pontualmente, num ambiente de ordem.

Uma vez realizadas as provas foram desidentificadas, sendo os talões respectivos encerrados em um envelope especial que, confiado à guarda do Sr. Fernando Alves dos Santos, só foi aberto perante a banca examinadora e um dos candidatos, por ocasião da identificação das provas na sede dessa Fundação, às 15 horas do dia 29 do corrente.

Dos trinta candidatos que se submeteram às provas apenas conseguiram alcançar a média final de aprovação os seguintes:

1. Mercedes Granado Madeira,
2. Fernando Barreto Nunes e
3. Maria da Penha Vello Neves.

A candidata Eneide Barreto de Almeida, apesar de haver logrado os mínimos de habilitação nas duas provas eliminatórias, não alcançou a média final de 60 pontos, em virtude da deficiência demonstrada na solução dos problemas de matemática e na execução da tabela (parte 2ª da prova de dactilografia). Considerando, entretanto, que essa candidata apresentou, na prova de cópia corrida, um rendimento que excedeu de muito o critério que a banca examinadora adotou, parece-nos que seria justo elevar para 60 a média final 56,6 obtida pela candidata em questão.

Atenciosamente

a.) Tomás de Vilanova Monteiro Lopes

INSTRUÇÕES GERAIS DO CONCURSO

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS RESOLVE BAIXAR
INSTRUÇÕES REGULADORAS DA PROVA
PARA SELEÇÃO DE DATILOGRAFOS.

1. Da inscrição.

A inscrição de candidatos importará em apresentação de requerimento em que seja declarada a nacionalidade, a idade e a função pretendida.

1- Local - Praia de Botafogo, nº 186.

2- Condições:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado, de qualquer sexo;
- b) possuir idade compreendida entre 18 anos completos e 31 incompletos;
- c) estar em dia com as obrigações militares.

2. Das provas.

A prova será realizada em dias e horas que serão previamente anunciados.

A prova constará de três partes, a saber:

1ª parte: Português (escrita-nível de dificuldade da 3ª série ginásial), que compreenderá:

- I - resolução de questões objetivas destinadas a verificar se o candidato possui prática de redação e conhecimento de vocabulário usual; e
- II - resolução de questões objetivas pelas quais se verifica se o candidato conhece e sabe aplicar a casos concretos as noções relativas ao programa anexo.

Esta prova valerá até cem pontos, assim distribuídos:

Item I, até 50 pontos.

Item II, até 50 pontos.

Só será considerado habilitado, nessa parte, o candidato que obtiver grau igual ou superior a 60 pontos.

2ª parte: Datilografia (prática) - em que o candidato deverá demonstrar a habilitação necessária para travar e destravar a máquina, ajustar o papel, graduar o tabulador e efetuar as ope

ANEXO XIV

PLANO DE ELABORAÇÃO DE NORMAS,
PADRÕES E ESPECIFICAÇÕES DE MA
TERIAL, EM COLABORAÇÃO COM A
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS
TÉCNICAS.

OFÍCIO F.G.V./448/47 ENCAMINHA-
DO PELA FUNDAÇÃO À ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS
PARA ATENDIMENTO DOS TERMOS DO
ACÓRDO FIRMADO EM 3/10/46.

F.G.V./448/47

Em 11 de novembro 1947

Senhor Secretário Geral

Tenho o prazer de enviar, em anexo, a indica-
ção dos assuntos a serem tratados pela A.B.N.T. em vis-
ta da Cláusula Terceira do Acôrdo firmado em três de ou-
tubro de 1946.

2. Para o completo atendimento aos termos do Acôr-
do, aguarda esta Fundação o pronunciamento da Associação
sôbre o programa de estudos apresentado, o qual deverá
vigorar até 31 de março de 1948.

Aproveito a oportunidade para apresentar a
V.Sª os protestos de estima e consideração.

a) Luiz Simões Lopes
Presidente

A Sua Senhoria o Doutor Paulo Accioly de Sá
Secretário-Geral da Associação Brasileira de Normas Téc-
nicas.

Programa dos assuntos a serem tratados pela ABNT, tendo em vista a cláusula terceira do Acôrdo.

1. Padronização

1.01 - Móveis escolares:

1.011 - Fixação das dimensões para cada móvel de finalidade especial.

1.012 - Padrões de móveis (de madeira, de aço e mistos).

1.02 - Material de ensino (quadros negros, apagadores, etc).

1.021 - Fixação de tipos e dimensões

1.022 - Características de qualidade.

1.03 - Móveis de escritório.

1.031 - Fixação das dimensões para cada móvel de finalidade especial.

1.032 - Padrões de móveis (de madeira, de aço e mistos)

1.04 - Formatos de papéis

1.05 - Desenhos técnicos

1.06 - Impressões e fórmulas de escritório de uso generalizado.

1.07 - Modulação das construções

1.08 - Símbolos gráficos

1.09 - Números normais

2. Especificação.

2.01 - Móveis de madeira (características de qualidade)

2.02 - Papel (tipos e características de qualidade)

2.03 - Tintas para impressão (tipografia)

2.04 - Ligas para trabalhos de impressão (tipografia)

3. Terminologia

3.01 - Técnica

3.011 - Administrativa

3.012 - Industrial

OFÍCIO DA ASSOCIAÇÃO DE
NORMAS TÉCNICAS INFORMAN-
DO QUE A MESMA ENTIDADE
CONCORDA COM OS ASSUNTOS
TRATADOS NO OFÍCIO FGV/
448/47 DESTA FUNDAÇÃO.

616/01.1.2

Senhor Presidente:

Tenho presente o ofício FGV/448/47 em que VExª nos envia a indicação dos assuntos a serem tratados pela A.B.N.T. em vista da Cláusula Terceira do Acôrdo firmado em 3 de outubro de 1946.

Examinando com atenção os itens do programa e de acôrdo com os entendimentos pessoais que precederam à elaboração do mesmo, tenho a satisfação de informar a V.Exª que a A.B.N.T. concorda perfeitamente em tratar todos os assuntos apontados.

Percorrendo rapidamente todos êles podemos observar que:

- a) com relação a Móveis escolares tínhamos já tido solicitações de industriais paulistas, renovados recentemente pelas autoridades oficiais que provocaram mesmo uma reunião já realizada na A.B.N.T. no intuito de dar os passos preliminares indispensáveis à obtenção do que se deseja;
- b) com relação a Material de ensino, embora ainda não tivéssemos abordado diretamente o assunto, já fôramos solicitados a tratar dêle que está, aliás, ligado ao precedente e pode ser encarado paralelamente;

Exmo. Sr. Luiz Simões Lopes
DD. Presidente da Fundação Getúlio Vargas

- c) com relação a Móveis de escritório também o assunto já foi considerado conforme se viu na alínea a acima;
- d) com relação a Formatos de papéis já existe um padrão recomendado; acontece, porém, que, apesar da recomendação sugerida pelo então representante do DASP na Comissão, engº Lucílio Briggs Brito que fez longo e interessante trabalho sobre a questão, não foi possível substituir o tamanho adotado nas repartições federais (22 x 33 cm) pelo tipo incluído na recomendação. Daí a necessidade de uma revisão do assunto na qual está já trabalhando uma Comissão no Rio de Janeiro, com a colaboração de representantes de São Paulo;
- e) com relação a Desenhos técnicos, existe adotada com grande êxito, a norma geral recomendada; já foram aprovadas as normas para desenho de concreto, desenhos de máquinas; e estão sendo estudadas as normas para desenhos de arquitetura e construção, não tendo sido possível ainda resolver o caso da norma de desenhos geográficos sobre a qual tem que dizer o IBGE;
- f) com relação a Impressos e fórmulas de escritório o assunto está sendo abordado já com caráter internacional na ISO; e a A.B.N.T. conta enviar a sua colaboração, sem prejuízo de adoção, como recomendada, de uma norma nacional.
- g) com relação a Modulação das construções foi aprovada uma norma geral inicial que vem despertando grande interesse (inclusive nos Estados por ocasião da VII Reunião); a norma, aliás, já foi traduzida para o inglês e apresentada à ASA que está com o assunto na ordem do dia. Os estudos da Comissão brasileira vão prosseguir;

- h) com relação a Símbolos gráficos está iniciado o assunto em algumas especialidades, já tendo sido aprovados os símbolos referentes a condicionamento de ar e estando pronto um projeto referente a eletricidade;
- i) com relação a Números normais o assunto não fôra ainda abordado; sê-lo-á agora;
- j) com relação a especificação de Móveis de madeira já houve entendimentos na Delegação de São Paulo que os irá levar avante;
- k) com relação a Papel a Comissão, que está trabalhando, tratará do assunto;
- l) com relação a Tintas de impressão estávamos aguardando ensaios feitos no INT, havendo também trabalhos iniciados no IPT de S. Paulo. Baseados em uns e outros o assunto poderá ser abordado com boa base;
- m) com relação a Ligas para tipografia não fôra ainda abordado a matéria que será posta agora na ordem do dia;
- n) com relação a Terminologia técnica já há grande cópia de material acumulado e contamos publicar, no programa de 1948, algum folheto relativo as especialidades particulares, estando quase concluído um que se refere à eletricidade.

Como vê V.Ex^a, quase todos os assuntos incluídos no programa apresentado entram bem nas diretrizes gerais que a A.B.N.T. vem seguindo; o que prova bem a harmonia de ação entre as duas entidades.

Esperando que possamos agora chegar ao completo atendimento aos termos do Acôrdio de 3 de outubro de 1946, aproveitamos a oportunidade para renovar a V.Ex^a os nossos melhores agradecimentos pelo excelente espírito de cooperação que essa Fundação tem sempre manifesta

tado, contribuindo poderosamente para o sucesso da normalização em nosso país.

Rogo a V.Ex^a queira aceitar as expressões de nossa alta estima.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS

a) Paulo Sá
Secretário Geral.

rações de manejo de peças usuais no trabalho datilográfico -
que constará de:

- I - cópia de texto - parte impresso, parte manuscrito - com correções marcadas à margem, transposição, inclusão e supressão de frases;
- II - feitura de tabela, com utilização de dados fornecidos pela Banca Examinadora.

Esta parte valerá até cem pontos, assim distribuídos:

Item I, até 60 pontos.

Item II, até 40 pontos.

Só será considerado habilitado, nesta parte, o candidato que obtiver grau igual ou superior a sessenta pontos.

3ª parte: Escrita de matemática (nível de dificuldade da 2ª série ginásial) constante de resolução de questões objetivas sobre assuntos do programa anexo.

Esta parte valerá até cem pontos.

3. Da habilitação final.

A nota final do candidato será a média ponderada das notas obtidas nas 3 partes da prova, observados os seguintes pesos:

1ª parte 2

2ª parte 3

3ª parte 1

Só será considerado habilitado o candidato que obtiver por essa forma, nota final igual ou superior a sessenta pontos.

Ocorrendo empate, será observada, para efeito de classificação a seguinte ordem de preferência:

a) melhor resultado na 2ª parte;

b) melhor resultado na 1ª parte

4. Das admissões.

A admissão do candidato habilitado será processada de acordo com a ordem de classificação final na prova, satisfeitas as seguintes exigências:

- a) prova de nacionalidade brasileira, como tal considerados: o registro civil de naturalização, a caderneta ou certidão de casamento, o título de naturalização, a caderneta ou certificado de reservista;
- b) prova de identidade, que poderá ser feita por qualquer dos seguintes documentos: carteira oficial de identidade, caderneta ou certificado de reservista ou carteira profissional expedida pelo M.T.I.C.;
- c) prova de que, à data do encerramento da inscrição possuía idade compreendida nos limites fixados para inscrição, mediante qualquer dos seguintes documentos: certidão de registro civil de nascimento, ou caderneta ou certificado de reservista;
- d) prova de que não é portador de doenças transmissíveis e de alterações orgânicas ou funcionais dos diversos aparelhos e sistemas que o contra-indicam para exercício da função de Datilógrafo.
- e) prova de boa conduta, considerando-se como tal a folha corrida ou atestado de bons antecedentes, espedidos pelo D.F.S.P.; e
- f) prova de vacinação ou revacinação anti-variólica, realizada a menos de dois anos e atestada por autoridade sanitária.

5. Observações.

- a) A inscrição implicará a aceitação das normas aqui estabelecidas;
- b) não haverá segunda chamada;
- c) o candidato que fôr surpreendido em flagrante de fraude ficará automaticamente eliminado da prova; e
- d) os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor Executivo da Fundação Getúlio Vargas.

Em 18 de agosto de 1947.

a) Jorge Oscar de Mello Flôres.
Diretor Executivo.

ANEXO

Programa de Português

1. Ortografia Oficial. Emprego de maiúsculas e de abreviaturas usuais. Divisão silábica.
2. Flexões nominais de gênero, número e grau.
3. Pronome: formas oblíquas e sua colocação na frase. Formas de reverência e sua concordância.
4. Conjugação de verbos regulares, irregulares, defectivos e pronominais. Vozes do verbo. Uso impessoal dos verbos haver e fazer.
5. Sintaxe de concordância e de regência. Uso da crase.
6. Significação das palavras.
7. Pontuação.

Programa de Matemática

1. Operações fundamentais com números inteiros e fracionários.
2. Sistema legal de unidades de medida: unidades de comprimento, área, volume e massa (decreto nº 4.257, de 16.6.1939).
3. Regra de três; divisão proporcional; percentagem.

SEGUNDO CONCURSO REALIZADO PARA
PREENCHIMENTO DOS CARGOS VAGOS
DE DATILÓGRAFO.

RELATÓRIO DA BANCA EXAMINADORA
SOBRE OS RESULTADOS DAS PROVAS.

Senhor Diretor Executivo :

O Departamento de Organização tem a honra de submeter à aprovação de V. Sa o relatório das atividades do concurso, para provimento de cargos de Datilógrafos desta Fundação.

2. Para facilitar o exame, por parte de V. Sa, da orientação a que este Departamento obedeceu na realização do aludido concurso, o presente relatório vai acompanhado de vários anexos, constantes de publicações, modelos de provas, mapas, listas de assinaturas e relações de candidatos inscritos.

3. O concurso, como é de seu conhecimento, foi provocado pela C. I. nº 136-9/47, do ASA (Anexo nº 1) e regeu-se pelas "Instruções" aprovadas por V.Sa. (Anexo nº 2). Tais "Instruções" previam três provas: a) nível mental e aptidão; b) português e matemática ; c) datilografia. Para habilitação em cada prova fixou-se o mínimo de cinquenta pontos.

4. Inscreveram-se 619 candidatos, como se vê na relação organizada pela Secção de Pessoal (Anexo nº 3).

5. As provas foram precedidas de aviso público, constante de edital publicado no Diário de Notícias (Anexo nº 4), no Correio da Noite (Anexo nº 5) na A Notícia (Anexo nº 6), na A Noite (Anexo nº 7) e no Brasil Portugal (Anexo nº 8).

6. A prova de nível mental e aptidão realizou-se no dia 8 de novembro p.p., no Centro de Seleção e Orientação Profissional, tendo sido elaborada e executada sob a supervisão do Professor Mira y Lopez. Compareceram 545 candidatos cujas assinaturas constam das listas de presença { Anexo nº

nº 9), e deixaram de comparecer 74. Para efeito de realização da prova os candidatos foram divididos em quatro turmas. A prova constou de uma bateria de testes analíticos, coletivos e verbais, abrangendo as funções mentais que interessam ao trabalho do datilógrafo, tais como atenção, memória imediata, associação de idéias etc. (Anexo nº 10). A correção da prova em apreço foi feita pelo pessoal do Centro de Seleção e Orientação Profissional e obedeceu a critério estatístico, adotando-se como mínimo de habilitação a média da distribuição total do grupo, visto não haver interesse em adotar, no caso, o limite M 0, pois que este abaixaria o nível de habilitação.

7. Foram considerados habilitados na prova de nível mental 272 candidatos, os quais, foram convocados por edital publicado no Diário de Notícias (Anexo nº 11) para prestação da prova de Português e Matemática. Atenderam à convocação 251 candidatos (Anexo nº 12) e deixaram de fazê-lo 21. A prova, que foi elaborada com a colaboração dos Professores Nilton Ferreira e Mário Lopes, ambos da D.S.A. do D.A.S.P., abrangeu conhecimentos relativos a todos os pontos do programa (Anexo nº 13), e as diversas questões, para efeito de atribuição de notas, foram ponderadas de acordo com as normas resultantes da análise estatística dos resultados de vários concursos para datilógrafos do serviço civil da União.

8. No dia 23 de novembro último, os candidatos habilitados nas provas de Português e Matemática foram convocados, por edital publicado no Diário de Notícias (Anexo nº 14) para prestação da prova de datilografia. Esta prova, constante de cópia de texto e feitura de tabela (Anexo nº 15), teve início às 7,30 hs. e terminou às 14,30, tendo sido realizada no prédio da rua da Candelária nº 6. Os candidatos foram divididos em cinco turmas, cada uma das quais teve, para execu

ção do trabalho, o prazo de cinquenta minutos, excluído o tempo destinado à verificação e experiência das máquinas.

9. Colaborou com este Departamento na realização da prova de datilografia a Professora Isaura Braga.

10. Dos 152 candidatos que prestaram essa prova somente 28 foram habilitados, variando os respectivos graus entre o máximo de 86 pontos e o mínimo de 50. .

11. Como o objetivo da prova de cópia era aferir a rapidez e perfeição do trabalho a ser executado pelo candidato, adotou-se um texto de relativa dificuldade e fixou-se um tempo uniforme para a respectiva execução. A base para julgamento foi a relação entre o número de batidas líquidas e o tempo de duração da prova. O texto adotado apresentava, ainda, a vantagem de ser muito semelhante aos originais comumente fornecidos aos datilógrafos para cópias de trabalhos do expediente comum desta Fundação.

12. No julgamento da tabela foram considerados a apresentação, o dimensionamento, a disposição correta dos dados e a exatidão dos lançamentos.

13. O modelo da tabela feito em chapa Duplimat por pessoa pouco afeita a trabalho deste gênero, mas dotada de excepcional boa vontade e merecedora de inteira confiança da Comissão Examinadora, apresentou um lapso que, sem prejudicar o valor da prova, fez com que os candidatos não observassem, uniformemente, a ordem exata dos lançamentos. Esse fato foi considerado, por ocasião do julgamento da prova, sem que daí resultasse qualquer prejuízo para os candidatos, embora não houvessem estes formulado qualquer reclamação a respeito.

14. O mapa de notas referentes às três provas (Anexo nº 16) mostra que lograram habilitação final 28 candidatos, cuja classificação (Anexo nº 17) foi feita com estrita observância das normas estabelecidas nas instruções reguladoras do concurso. (Anexo nº 18).

ta igual ou superior a 90 pontos.

18. Os candidatos enquadrados em qualquer dos níveis de salários superiores ao nível (Cr\$ 1.500,00 e que

15. Divulgados os resultados gerais do concurso, em edital publicado no Diário de Notícias do dia 14 do corrente (Anexo nº 19), abriu-se o prazo de quarenta e oito horas, a fim de que os interessados recorressem do julgamento. Utilizaram-se desta faculdade os candidatos Maria de Lourdes Brandão (insc. nº 508), Izidoro de Andrade (insc. nº 414) e Zuleika Caldas Brandão (insc. nº 4) e Dagmar Ribeiro Gomes (insc. nº 133).

16. A Comissão Examinadora, após rever as provas dos citados candidatos, propôs a V. Sª que fossem indeferidos, por falta de fundamento, os três primeiros recursos e que se desse provimento ao último, para o que deveria ser aumentada de 73,75 para 77,75 a nota atribuída à prova de matemática da recorrente Dagmar Ribeiro Gomes, cuja média final passaria, então, de 68,3 para 69,5.

17. Conforme critério sugerido pela C.I.nº 147 do A.S.A. e aprovado por V.Sª, os candidatos serão admitidos nos diversos níveis de salário, consoante a seguinte escala:

Cr\$ 1.500,00 - 9 vagas - os que obtiverem no
ta final de 60 a 69 pontos.

Cr\$ 1.600,00 - 5 vagas - os que obtiverem no
ta final de 70 a 74 pontos.

Cr\$ 1.700,00 - 4 vagas - os que obtiverem no
ta final de 75 a 79 pontos.

Cr\$ 1.800,00 - 3 vagas - os que obtiverem no
ta final de 80 a 84 pontos.

Cr\$ 1.900,00 - 2 vagas - os que obtiverem no
ta final de 85 a 89 pontos.

Cr\$ 2.000,00 - 2 vagas - os que obtiverem no
ta igual ou superior a 90 pontos.

18. Os candidatos enquadrados em qualquer dos níveis de salários superiores ao nível (Cr\$ 1.500,00 e que

excederam ao número de vagas do nível em que forem enquadrados terão preferência absoluta para admissão na classe imediata inferior .

19. Assim sendo, tenho a honra de propor a V.Sa a admissão, como datilógrafos, dos seguintes candidatos:

- a) Esther de Moraes Cordeiro, com o salário de Cr\$ 1.900,00 (média 85).
- b) Daniel Camarinho da Silva, Nidia Reis Jardim e Wilson Siqueira Barreto, com o salário de Cr\$1.800,00 (médias 84,30;.. 80,80 e 80,58, respectivamente).
- c) Alayde Ramos Lucena, com o salário de Cr\$ 1.700,00 (média 79,20).
- d) Regina Sampaio Dias, Isabel Monteiro, Haroldo de Oliveira e José Antônio Souto, com o salário de Cr\$ 1.600,00 (médias 74,00; 72,60, 71,00 e 70,25, respectivamente).
- e) Dagmar Ribeiro Gomes, Benedito Vasconcelos, Sibila Carlota Bush, Abigail Menezes Rebouças, Walter de Abreu Webler, Semiramis Eunice Alves da Silva, Fernando Soares de Sá, Antônio José Prieto Loret e Hugo Aguiar Costa Pinto, com o salário de Cr\$ 1.500,00 (médias 69,58; 68,80; 68,60; 68,40; 66,80; 66,30; 66,00; 65,00 e 64,90, respectivamente).

20. Considerando as condições em que se processou o recrutamento e a seleção dos candidatos e o nível, relativamente elevado, de inteligência e de conhecimentos exigidos pelo concurso, julgo que seria de grande vantagem para esta Fundação admitir, ainda que como praticantes administrativos, os demais candidatos habilitados, pois que todos êles possuem capacidade para o desempenho eficiente da função.

21. No tocante à remuneração dos examinadores sugiro a V.Sa que seja concedida a gratificação individual de Cr\$2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros), aos Professores Nilton Reis e Mário Lopes e Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) à Professora Isaura Braga.

22. Desejo consignar os agradecimentos dêste D.P. O. aos Srs. Geraldo Wilson Nunan, Fernando Santos, João Lopes Sampaio, Carmen Dias, Armando Sanford Lima e Maria Emília Reis

que muito contribuíram para o êxito do concurso.

Nêste ensejo, apresento a V. Sª os protestos
de minha elevada estima e consideração.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1947

a.) Custódio Sobral Martins de Almeida
Departamento de Organização

INSTRUÇÕES GERAIS DO CONCURSO

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO GE
TULIO VARGAS RESOLVE BAIXAR AS SE-
GUINTE INSTRUÇÕES REGULADORAS DA
PROVA PARA SELEÇÃO DE DATILÓGRAFOS

1. Da inscrição

A inscrição de candidatos importará em apresentação de requerimento em que seja declarada a nacionalidade, a idade e a função pretendida.

1- Local- Praia de Botafogo nº 186

2- Condições:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado, de qualquer sexo;
- b) possuir idade compreendida entre 18 anos completos e 31 incompletos;
- c) estar em dia com as obrigações militares.

2. Das provas

A prova, que será realizada em dias e horas previamente anunciados, constará de três partes, a saber:

1ª Parte: Nível mental e aptidão. Esta parte valerá até cem pontos. Só será considerado habilitado o candidato que obtiver grau igual ou superior a cinquenta.

2ª Parte: Português e Matemática (nível de dificuldade da 3ª série ginásial, que compreenderá:

I- resolução de questões objetivas destinadas a verificar se o candidato possui a prática de redação;

II- aplicação a casos concretos das regras referentes à matéria compreendida no programa de português;

III- resolução de questões objetivas sobre assuntos compreendidos no programa de Matemática.

Esta parte valerá até cem pontos, assim distribuídos:

Português,	até	60
Matemática,	até	40

Só será considerado habilitado o candidato que obtiver

grau igual ou superior a cinqüenta.

3ª Parte: Datilografia (prática)- em que o candidato de verá demonstrar a habilitação necessária para travar e destravar a máquina, ajustar o papel, graduar o tabulador e efetuar as operações de manejo de peças usuais no trabalho datilográfico- que constará de:

I- cópia de texto- parte impresso, parte manuscrito- com correções marcadas à margem, transposição, inclusão e supressão de frases;

II- feitura de tabela com utilização de dados fornecidos pela Banca Examinadora.

Esta parte valerá até cem pontos, assim distribuídos:

Cópia de texto, até 60

feitura de tabela até 40

Só será considerado habilitado o candidato que obtiver grau igual ou superior a cinqüenta.

3. Da habilitação final

A nota final do candidato será a média aritimética das notas das três partes da prova.

Só será considerado habilitado o candidato que obtiver por essa forma, nota final igual ou superior a cinqüenta pontos.

Ocorrendo empate, será observada para efeito de classificação a seguinte ordem de preferência:

a) melhor resultado na 3ª parte;

b) melhor resultado na 1ª parte.

4. Das admissões

A admissão do candidato habilitado será processada de acôrdo com a ordem de classificação final na Prova, satisfeitas as exigências seguintes:

a) prova de nacionalidade brasileira, como tal considerados: o registro civil de naturalização, a caderneta ou certidão de casamento, o título de naturalização, a caderneta ou certificado de reservista;

b) prova de identidade, que poderá ser feita por qualquer dos seguintes documentos: carteira oficial de identidade, caderneta ou certificado de reservista, ou carteira profissional expedida pelo M.T.I.C.;

- c) prova de que, à data do encerramento da inscrição, possuía idade compreendida nos limites fixados para inscrição, mediante qualquer dos seguintes documentos: certidão de registro civil de nascimento ou casamento, ou caderneta ou certificado de reservista;
- d) prova de que não é portador de doenças transmissíveis e de alterações orgânicas ou funcionais dos diversos aparelhos e sistemas que o contra- indiquem para exercício da função de Datílografo;
- e) Prova de boa conduta, considerando-se como tal a folha corrida ou atestado de bons antecedentes, expedidos pelo D.F.S.P.; e
- f) prova de vacinação ou revacinação anti-variólica realizada a menos de dois anos, e atestada por autoridade sanitária.

5. Observações

- a) A inscrição implicará a aceitação das normas aqui estabelecidas;
- b) não haverá segunda chamada;
- c) o candidato que for surpreendido em flagrante de fraude ficará automaticamente eliminado da prova; e
- d) os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor Executivo da Fundação Getúlio Vargas.

Em 30 de outubro de 1947.

a.) Jorge Oscar de Mello Flores
Diretor Executivo

ANEXO

Programa de Português

1. Ortografia Oficial. Emprego de maiúsculas e de abreviaturas usuais. Divisão silábica.
2. Flexões nominais de gênero, número e grau.
3. Pronomes; formas oblíquas e sua colocação na frase. Formas de reverência e sua concordância.
4. Conjugação de verbos regulares, irregulares, defectivos e pronominais. Vozes do verbo. Uso impessoal dos verbos haver e fazer.
5. Sintaxe de concordância e de regência. Uso da crase.
6. Significação das palavras.
7. Pontuação.

Programa de Matemática

1. Operações fundamentais com números inteiros e fracionários.
2. Sistema Legal de unidades de medida: unidades de comprimento, área, volume e massa (decreto n. 4 257, de 16.6.1939).
3. Regra de três; divisão proporcional; percentagem.